

**UNITED STATES
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION**
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

- TERMO DE REGISTRO DE ACORDO COM O ART. 12(b) OU 12(g) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934 OU**
- RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934 RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 OU**
- RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934 OU**
- RELATÓRIO DE EMPRESA SHELL DE ACORDO COM O ART. 13 OU 15(d) DO SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934**

Número de arquivo na Comissão: 001-14862

BRASKEM S.A.

(Denominação exata da Requerente tal como especificado em seu estatuto social)

Não se aplica
(Tradução da denominação da Requerente para o inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de constituição)

Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar
Butantã—São Paulo—SP, CEP 05501-050, Brasil
(Endereço do escritório principal)

Mário Augusto da Silva
Braskem S.A.
Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar
Butantã—São Paulo, SP—CEP 05501-050, Brasil
Telefone: + (55 11) 3576-9000
Fax: + (55 11) 3576-9532

(Nome, telefone, e-mail e/ou número de fax e endereço do contato da Companhia)

Valores mobiliários registrados ou a registrar de acordo com o Art. 12(b) do Exchange Act:

Nome de cada classe
Ações Preferenciais, Classe A, sem valor nominal, cada qual representada por American Depositary Receipts

Nome de cada bolsa no qual estão registrados
Bolsa de Valores de Nova York

Valores mobiliários registrados ou a registrar de acordo com o Art. 12(g) do Act: Nenhum

Valores mobiliários sujeitos a obrigação de apresentação de relatório de acordo com o Art. 15(d) do Act:

TÍTULO DE CADA CLASSE:

Títulos com vencimento em 2024 e remuneração de 6,450% emitidos pela Braskem Finance Limited.

O número total de ações emitidas de cada classe da Braskem S.A. em 31 de dezembro de 2014 era:

451.688.652 Ações Ordinárias, sem valor nominal
345.002.878 Ações Preferenciais, Classe A, sem valor nominal
593.818 Ações Preferenciais, Classe B, sem valor nominal

Assinalar se a Requerente é uma emissora conhecida e tradicional, como definido na Regra 405 do Securities Act.

Sim Não

Se este for um relatório anual ou de transição, assinalar se a Requerente é obrigada a arquivar relatórios de acordo com o Artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934.

Sim Não

Assinalar se a Requerente (1) entregou todos os relatórios exigidos pelo Art. 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act de 1934 nos 12 meses anteriores (ou período menor, conforme exigido da Requerente) e (2) estava sujeita a tais exigências de apresentação de documentos nos últimos 90 dias.

Sim Não

Assinalar se a Requerente apresentou eletronicamente e postou em seu site na Internet, se houver, todos os Arquivos de Dados Interativos cuja apresentação e postagem é exigida de acordo com a Regra 405 do Regulamento S-T (§232.405 desse capítulo) nos 12 meses anteriores (ou período menor, conforme exigido da Requerente).

Sim Não

Assinalar se a Requerente, quanto à apresentação de documentos, é classificada como grande, regime acelerado ou regime não acelerado, conforme definição de regime acelerado e muito acelerado na Regra 12b-2 do Exchange Act. (Assinalar um):

Grande, acelerado Acelerado Não acelerado

Assinalar que base de contabilidade a Requerente utilizou para elaborar as demonstrações financeiras constantes desta apresentação:

USGAAP Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board Outra

Se a resposta à questão acima tiver sido “Outra”, assinalar que item de demonstrações financeiras a Requerente optou por seguir.

Item 17 Item 18

Se este for um relatório anual, assinalar se a Requerente é uma empresa shell (conforme definição na Regra 12b-2 do Exchange Act).

Sim Não

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS	ii
ADVERTÊNCIA SOBRE DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS	iv
PARTE I	
ITEM 1. Identidade de conselheiros, diretores e consultores	2
ITEM 2. Estatísticas referentes à oferta e cronograma previsto	2
ITEM 3. Principais informações.....	2
ITEM 4. Informações sobre a companhia	27
ITEM 4a. Comentários não solucionados dos funcionários	57
ITEM 5. Análise e perspectivas operacionais e financeiras	58
ITEM 6. Conselheiros, diretores e funcionários.....	107
ITEM 7. Principais acionistas e transações com partes relacionadas	57
ITEM 8. Informações financeiras.....	134
ITEM 9. Oferta e listagem.....	141
ITEM 10. Informações adicionais	144
ITEM 11. Informações quantitativas e qualitativas sobre risco de mercado	164
ITEM 12. Descrição de valores mobiliários que não ações.....	168
PARTE II	
Item 13. Inadimplência, dividendos em atraso e mora	169
ITEM 14. Modificações relevantes nos direitos dos acionistas e no uso dos recursos	169
ITEM 15. Controles e procedimentos	169
ITEM 16a. Perito financeiro do conselho fiscal	169
ITEM 16b. Código de ética	169
ITEM 16c. Honorários e serviços dos auditores principais	170
ITEM 16d. Isenções das normas de listagem em bolsa para comitê de auditoria.....	170
ITEM 16e. Compras de ações pelo emissor e compradoras afiliadas.....	171
ITEM 16f. Mudança dos auditores da requerente	171
ITEM 16g. Governança corporativa.....	171
ITEM 16h. Divulgação sobre segurança de minas	174
PARTE III	
Item 17. Demonstrações financeiras.....	Erro! Indicador não definido.
ITEM 18. Demonstrações financeiras	Erro! Indicador não definido.
ITEM 19. Anexos	Erro! Indicador não definido.
ASSINATURAS.....	Erro! Indicador não definido.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS

Todas as referências aqui contidas a “real”, “reais” ou “R\$” indicam a moeda de curso corrente no Brasil. Todas as referências a “dólares norte-americanos”, “dólares” ou “US\$” indicam a moeda de curso corrente nos Estados Unidos da América.

Todas as referências aqui contidas (1) a “Companhia”, “nós”, “nosso (a)” e variações indicam a Braskem S.A. e suas subsidiárias consolidadas e entidades controladas em conjunto e (2) a “Braskem” indicam unicamente a Braskem S.A. Todas as referências neste documento a “Braskem Europe” se referem à empresa Braskem Europe GmbH e suas controladas consolidadas, inclusive a Braskem America, Inc. (Braskem America).

Em 20 de abril de 2015, a taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil (Banco Central) era de R\$3,047 para US\$1,00. A taxa de câmbio comercial para venda em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2,6562 para US\$1,00, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2,3426 para US\$1,00 e em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2,0435 para US\$1,00, sempre de acordo com informações do Banco Central. A taxa de câmbio entre o real e o dólar flutua consideravelmente e a taxa de câmbio comercial para venda em 15 de abril de 2015 pode não ser um indicativo de taxas de câmbio futuras. Ver “Item 3. Principais informações—Taxas de câmbio” para maiores informações relativas às taxas de câmbio da moeda brasileira (Real) desde 1º de janeiro de 2010.

Apenas visando à conveniência do leitor, alguns valores incluídos no “Item 3. Principais informações—Informações financeiras e outras selecionadas” e em outras partes do presente relatório anual foram convertidos de reais em dólares pela taxa comercial de venda informada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2014, de R\$2,6562 para US\$1,00. Tais conversões não deverão ser consideradas como declarações de que tais valores foram, poderiam ter sido ou seriam convertidos em dólares àquela taxa de câmbio ou a qualquer outra. Da mesma forma, tais conversões não devem ser interpretadas como se os valores em reais representassem, tivessem sido ou pudessem ser convertidos em dólares naquela ou em qualquer outra data.

Demonstrações financeiras

Os livros e registros da Braskem são mantidos em reais. Nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e relativas aos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas, conforme informado no relatório aqui contido, e estão incluídas neste relatório anual.

As demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Participação de mercado e outras informações

Este relatório anual contém informações sobre a participação de mercado no setor petroquímico brasileiro da Companhia e de sua capacidade de produção em relação à de outras empresas atuantes no setor petroquímico do Brasil e da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo. Tais informações têm por base dados obtidos de terceiros e considerados confiáveis. A participação no mercado brasileiro foi calculada dividindo-se o volume de vendas líquidas de produtos específicos da Companhia no mercado interno pelo consumo total desses produtos no mercado brasileiro, segundo estimativas da Associação Brasileira de Indústrias Químicas e de Produtos Derivados (ABIQUIM). As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico brasileiro e a estimativa do consumo interno brasileiro total de produtos petroquímicos foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela ABIQUIM. As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico global, dos Estados Unidos e da América Latina, os preços internacionais de produtos petroquímicos e o consumo per capita em algumas regiões geográficas foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela IHS, Inc. (IHS). As informações relativas ao tamanho do setor de distribuição de produtos químicos e da participação da Companhia nesse setor foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos. As informações relativas às importações e exportações brasileiras foram extraídas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web), produzido pela Secretaria de Comércio Exterior e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Embora não exista nenhum motivo para se acreditar que essas informações sejam imprecisas em qualquer aspecto relevante, não foi feita nenhuma verificação independente da capacidade de produção, da participação de mercado, do tamanho do mercado ou de dados semelhantes fornecidos por terceiros ou extraídos de publicações especializadas ou de caráter geral.

As informações relativas ao consumo interno aparente de alguns de nossos produtos são fornecidas com base nas informações disponíveis do governo brasileiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da ABIQUIM e em nossas estimativas internas. O consumo interno aparente é equivalente à produção interna, acrescida das importações e deduzidas as exportações. O consumo interno aparente de qualquer período pode diferir do consumo real, porque esta medida não leva em consideração as variações nos níveis de estoque da cadeia de suprimento de petroquímicos.

Capacidade de produção e volume de vendas

Neste relatório anual:

- “capacidade de produção” significa a capacidade anual nominal de uma determinada unidade, calculada com base em uma produção durante 24 horas por dia ao longo de um ano, deduzindo-se o tempo de paradas programadas para manutenção periódica; e
- “tonelada” significa uma tonelada métrica, que equivale a 1.000 quilogramas ou 2.204,62 libras.

Arredondamento

Alguns dos montantes constantes do presente relatório anual foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Consequentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos montantes que as precedem.

ADVERTÊNCIA SOBRE DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual contém declarações prospectivas. Algumas das questões objeto de explanação relativas às operações comerciais e desempenho financeiro da nossa Companhia, incluem declarações prospectivas segundo o significado do *Securities Act* de 1933, com alterações (*Securities Act*) ou do *Securities Exchange Act* de 1934, com alterações (*Exchange Act*), ambos dos Estados Unidos.

As afirmações de natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuros ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como “esperar”, “prever”, “pretender”, “planejar”, “acreditar”, “estimar” e expressões similares, são afirmações prospectivas. Embora a administração acredite que essas afirmações prospectivas se baseiem em pressupostos razoáveis, elas estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando-se em conta as informações às quais atualmente a administração tem acesso.

As afirmações prospectivas podem ser influenciadas por diversos fatores, entre os quais:

- conjuntura geral econômica, política e comercial nos mercados em que atuamos, inclusive demanda e preços de produtos petroquímicos;
- oscilações das taxas de juros, da inflação e das taxas de câmbio do real em relação ao dólar;
- natureza cíclica do setor petroquímico mundial;
- concorrência no setor petroquímico mundial;
- preços da nafta, do gás natural, do propeno e de outras matérias-primas;
- medidas tomadas pelos principais acionistas da Companhia;
- capacidade de implantar a estratégia de financiamento e captar fundos em termos satisfatórios;
- progresso na integração das operações de empresas ou ativos que vierem a ser adquiridos no futuro, de modo a auferir os benefícios previstos com essas aquisições;
- alterações em leis e regulamentos, incluindo, entre outros, aqueles que versam sobre questões tributárias e ambientais e tarifas de importação em outros mercados em que a Companhia atua ou para os quais exporta seus produtos;
- alterações futuras em políticas brasileiras e ações relacionadas por parte do governo brasileiro;
- retração da economia mundial, podendo afetar negativamente as empresas petroquímicas;
- desfecho de processos de grande monta relativos a tributação, questões trabalhistas e outras questões legais e
- outros fatores mencionados ou discutidos no “Item 3. Principais Informações — Fatores de risco.”

As informações prospectivas não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nessas informações. Quanto às informações prospectivas, relacionadas a resultados financeiros futuros e outras projeções, os resultados reais serão diferentes em razão da incerteza inerente a estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, os investidores em potencial não devem basear-se unicamente nessas informações.

As declarações prospectivas são válidas apenas na data em que são feitas e a administração não assume nenhuma obrigação de atualizá-las em função de novas informações ou acontecimentos futuros, ou de divulgar publicamente eventuais revisões dessas declarações de modo a refletir acontecimentos ou circunstâncias posteriores ou a ocorrência de fatos não previstos.

PARTE I

ITEM 1. IDENTIDADE DE CONSELHEIROS, DIRETORES E CONSULTORES

Não se aplica.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS REFERENTES À OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

Não se aplica.

ITEM 3. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES

Informações financeiras e outras informações selecionadas

As informações selecionadas a seguir devem ser lidas em conjunto com a “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e suas respectivas notas explicativas, que estão incluídas neste relatório anual.

As informações financeiras selecionadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e para o período de três anos findo em 31 de dezembro de 2014 foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas de IFRS e incluídas neste relatório anual. As informações financeiras selecionadas em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas de IFRS e não estão incluídas neste relatório anual.

Foram incluídas informações relativas aos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos a detentores de ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2009 em reais e em dólares convertidos de reais à taxa de venda comercial em vigor na data do pagamento, como exposto no “Item 8—Informações financeiras — Dividendos e política de dividendos — Pagamento de dividendos.” Elaboramos as demonstrações financeiras individuais em concordância com o BRGAAP para certos fins, incluindo o cálculo de dividendos.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014(1)	2014	2013	2012(2)	2011(2)(3)	2010(4)
	(em milhões de US\$, exceto valores por ação e quando indicado)					
	(em milhões de reais, exceto valores por ação e quando indicado)					
Dados da demonstração de resultado:						
Receita líquida.....	US\$17.329,8	R\$46.031,4	R\$40.969,5	R\$36.160,3	R\$33.086,5	R\$25.025,7
Custo de produtos vendidos	(15.080,7)	(40.057,3)	(35.820,8)	(32.709,1)	(29.265,0)	(21.028,9)
Lucro bruto.....	2.249,1	5.974,0	5.148,7	3.451,2	3.821,5	3.996,8
Receitas (despesas):						
Despesas com vendas e distribuição.....	(435,1)	(1.155,8)	(1.000,7)	(990,4)	(820,0)	(689,1)
Despesas gerais e administrativas.....	(455,6)	(1.210,1)	(1.077,9)	(1.071,0)	(1.008,1)	(931,1)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento.....	(52,1)	(138,4)	(115,8)	(106,2)	(99,1)	(78,8)
Equivalência patrimonial.....	1,5	3,9	(3,2)	(25,8)	(1,0)	18,2
Resultado de combinação de negócios.....	—	—	—	—	30,0	975,3
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	36,0	95,6	(211,1)	333,5	2,9	(96,6)
Lucro operacional	1.343,7	3.569,2	2.740,0	1.591,3	1.926,2	3.194,7
Resultado financeiro:						
Despesas financeiras	(1.033,8)	(2.745,9)	(2.549,1)	(3.926,2)	(3.560,5)	(1.692,0)
Receitas financeiras.....	133,7	355,2	773,0	532,0	759,0	364,9
Lucro (prejuízo) antes de IR e CSLL.....	443,7	1.178,6	963,9	(1.802,9)	(875,3)	1.867,6
Imposto de renda e contribuição social	(170,3)	(452,3)	(456,9)	783,1	359,5	6,1

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014(1)	2014	2013	2012(2)	2011(2)(3)	2010(4)
	(em milhões de US\$, exceto valores por ação e quando indicado)			(em milhões de reais, exceto valores por ação e quando indicado)		
Lucro (prejuízo) de operações continuadas.....	273,4	726,3	507,0	(1.019,8)	(515,8)	1.873,7
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	—	—	—	281,5	27,6	15,8
Lucro (prejuízo) líquido	US\$273,4	R\$726,3	R\$507,0	R\$(738,3)	R\$(488,2)	R\$1.889,5
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	325,3	R\$864,1	R\$509,7	R\$(731,1)	R\$(496,5)	R\$1.895,3
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	(51,9)	(137,8)	(2,7)	(7,2)	8,3	(5,8)
Lucro (prejuízo) por ação:						
Básico:						
Ações ordinárias		1,0857	0,6403	(1,2718)	(0,6566)	2,6816
Ações preferenciais classe "A"		1,0857	0,6403	(1,2718)	(0,6566)	2,5683
Ações preferenciais classe "B"		0,6062	0,6062	—	—	0,6029
ADS		2,1714	1,2806	(2,5436)	(1,3132)	5,1366
Diluído:						
Ações ordinárias		1,0857	0,6403	(1,2718)	(0,6566)	2,6816
Ações preferenciais classe "A"		1,0857	0,6403	(1,2718)	(0,6566)	2,5683
Ações preferenciais classe "B"		0,6062	0,6062	—	—	0,6029
ADS (5)		2,1714	1,2806	(2,5436)	(1,3132)	5,1366

(1) Convertido para conveniência do leitor, usando a taxa de venda divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2014, de R\$2,6562 = US\$1,00.

(2) Por conta da decisão de manter a IQ Soluções & Química, ou QuantiQ, e a Ipiranga Química Armazéns Gerais Ltda., ou IQAG, que representavam o segmento de Distribuição de Produtos Químicos antes de serem colocadas à venda temporariamente em 2013, a Companhia reapresentou suas informações financeiras para incluir o segmento de Distribuição de Produtos Químicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(3) As informações financeiras relativas a 2011 e 2010, apresentadas para fins de comparação contra 2012, foram reapresentadas para refletir os impactos das operações descontinuadas da Cetrel S.A. e Distribuidora de Água Camaçari (antiga Braskem Distribuidora S.A.).

(4) Inclui a Braskem America a partir de 1º de abril de 2010, Braskem Qpar S.A. (antiga Quattor Participações S.A.) ou Braskem Qpar e suas controladas Unipar Comercial e Polibutenos a partir de 1º de maio de 2010. As informações financeiras relativas a 2010 não foram reapresentadas para refletir os impactos da decisão de manter a QuantiQ e a IQAG após serem colocadas à venda em 2013, pois esses impactos não tiveram um efeito relevante em 2010.

(6) *American depositary shares* (ADS) são ações denominadas em dólar americano de empresas estabelecidas no exterior negociadas em bolsa de valores nos EUA. No caso da Companhia, cada ADS representa duas ações preferenciais classe A.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014(1)	2014	2013	2012	2011	2010(2)
	(em milhões de US\$, exceto quando indicado)			(em milhões de reais, exceto quando indicado)		

Dados do balanço patrimonial:

Caixa e equivalentes caixa	US\$1.503,4	R\$3.993,4	R\$4.335,9	R\$3.287,6	R\$2.986,8	R\$2.624,3
Contas a receber de clientes – curto prazo.....	1.013,7	2.692,6	2.810,5	2.326,5	1.843,8	1.894,6
Estoques	2.021,0	5.368,1	5.150,3	4.102,1	3.623,5	3.015,7
Ativo não circulante mantido para venda	—	—	37,7	277,8	—	—
Imobilizado líquido	10.918,4	29.001,5	25.413,5	21.176,8	20.622,7	19.366,3
Total do ativo	18.606,2	49.421,8	46.815,8	39.872,3	36.821,13	33.993,2
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (inclui parcela	534,0	1.418,5	1.248,8	1.836,0	1.391,8	1.206,4

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2014(1)	2014	2013	2012	2011	2010(2)
(em milhões de US\$, exceto quando indicado)		(em milhões de reais, exceto quando indicado)				
corrente da dívida de longo prazo)						517,7
Debêntures de curto prazo (inclui parcela corrente das debêntures)	—	—	—	—	—	—
Passivo não circulante mantido para venda	—	—	—	109,8	—	—
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	7.122,2	18.918,0	17.353,7	15.675,6	13.753,0	11.004,3
Debêntures de longo prazo	—	—	—	—	19,1	—
Capital social	3.028,1	8.043,2	8.043,2	8.043,2	8.043,2	8.043,2
Patrimônio líquido (inclui participação de minoritários)	2.219,1	5.894,4	7.681,3	8.652,0	9.979,9	10.408,3
Outras informações financeiras e operacionais						
Informações de fluxo de caixa						
Caixa líquido gerado por (usado em):						
Atividades operacionais	US\$1.427,6	R\$3.791,9	R\$2.457,8	R\$2.571,8	R\$2.777,5	R\$2.720,4
Atividades de investimento	(1.873,8)	(4.977,1)	(4.954,2)	(2.834,3)	(2.866,5)	(2.387,6)
Atividades de financiamento	336,7	894,4	3.614,2	633,9	494,7	(388,3)
Outras informações						
Investimentos de capital:						
Imobilizado	1.996,0	5.301,8	5.656,4	2.792,9	2.252,5	1.689,0
Investimentos em outras sociedades	—	—	—	—	619,2	939,4
Volume de vendas no mercado interno (em milhares de toneladas)(3):						
Eteno		3.203,9	3.360,0	3.329,3	3.097,4	2.949,9
Propeno		1.068,5	1.187,7	1.170,4	1.123,1	1.212,1
Polietileno		1.706,1	1.765,7	1.668,2	1.524,9	1.546,8
Polipropileno		1.204,0	1.268,9	1.233,3	1.149,8	1.086,9
PVC		667,5	636,5	560,9	484,0	504,9

- (1) Convertido para conveniência do leitor, usando a taxa de venda divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2014, de R\$2,6562 = US\$1,00.
- (2) Inclui a Braskem America a partir de 1º de abril de 2010, Braskem Qpar e as controladas Unipar Comercial e Polibutenos, a partir de 1º de maio de 2010.
- (3) Inclui vendas entre empresas do grupo. As vendas entre empresas do grupo de eteno totalizaram aproximadamente 2.704.300 toneladas em 2014, 2.828.200 toneladas em 2013, 2.805.500 toneladas em 2012, 2.606.100 toneladas em 2011 e 2.511.500 toneladas em 2010. As vendas de propeno entre empresas do grupo totalizaram aproximadamente 859.500 toneladas em 2014, 977.900 toneladas em 2013, 950.000 toneladas em 2012, 905.400 toneladas em 2011 e 926.300 toneladas em 2010.

Taxas de câmbio

O regime de câmbio brasileiro permite a compra e a venda de moedas estrangeiras e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, respeitados alguns procedimentos reguladores.

Desde 1999, o Banco Central permite que a taxa de câmbio real/dólar flutue livremente e, desde então, ela de fato oscilou consideravelmente.

No passado, o Banco Central interveio ocasionalmente visando controlar movimentações instáveis das taxas de câmbio. Não se pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuará a permitir que o real flutue livremente ou se intervirá no mercado de câmbio por meio de sistema de bandas cambiais ou por outra forma. O real pode apresentar substancial valorização ou desvalorização frente ao dólar. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos do país ou sérias razões para prever tal desequilíbrio, poderão

ser impostas restrições a remessas de capital estrangeiro para o exterior. Não se pode assegurar que tais medidas não virão a ser tomadas pelo governo brasileiro no futuro. Ver “—Fatores de risco—Riscos relativos ao Brasil—As políticas de controle cambial do governo brasileiro podem aumentar o custo do serviço da dívida expressa em moeda estrangeira, afetar negativamente a capacidade de efetuar pagamentos referentes às obrigações de dívidas expressas em moeda estrangeira e comprometer a liquidez da Companhia” e “—Fatores de risco—Riscos relativos às ações preferenciais classe A e ADSs—Se os detentores de ADSs as trocarem por ações preferenciais classe A, poderão arriscar perder ou limitar temporariamente sua capacidade de realizar remessa de moeda estrangeira para outros países e certas vantagens fiscais brasileiras.”

A tabela a seguir apresenta a taxa de venda do dólar no mercado comercial nos períodos e datas indicados. As informações da coluna “Média” representam a média das taxas de câmbio vigentes no último dia de cada mês nos anos apresentados.

Ano	Reais por dólar			
	Máxima	Mínima	Média	Fim do Ano
2010	R\$1,881	R\$1,655	R\$1,759	R\$1,666
2011	1,902	1,535	1,675	1,876
2012	2,112	1,702	1,955	2,043
2013	2,446	1,953	2,161	2,343
2014	2,740	2,197	2,355	2,656

<u>Mês</u>	<u>Reais por dólar</u>	
	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>
Setembro de 2014	R\$2,452	R\$2,232
Outubro de 2014	2,534	2,391
Novembro de 2014	2,614	2,484
Dezembro de 2014	2,740	2,561
Janeiro de 2015	2,711	2,575
Fevereiro de 2015	2,881	2,689
Março de 2015	3,268	2,865
Abril de 2015 (até 20 de abril)	3,155	3,046

Fonte: Banco Central

Fatores de risco

Riscos relativos à Companhia e ao setor petroquímico

A natureza cíclica do setor petroquímico pode reduzir nossa receita líquida e nossa margem bruta.

A indústria petroquímica, incluindo os mercados em que atuamos, é cíclica e sensível a mudanças globais em oferta e demanda. Essa natureza cíclica pode reduzir nossa receita líquida de vendas e nossa margem bruta, inclusive pelas seguintes razões:

- desaceleração nos negócios e na atividade econômica em geral podem causar diminuição da demanda por nossos produtos;
- com a queda global da demanda, podem haver pressões competitivas para baixar preços; e
- se decidirmos ampliar nossas fábricas ou construir novas instalações, podemos fazê-lo com base na estimativa de uma demanda futura que talvez não se concretize ou se concretize em níveis abaixo do previsto.

Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços e margens de lucro, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços e margens de lucro. Os preços no setor petroquímico brasileiro seguem o setor petroquímico mundial e os preços de nossos produtos vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços dos mercados internacionais. Portanto, nossa receita líquida de vendas e nossa margem bruta estão cada vez mais vinculadas a condições da indústria global, sobre as quais não temos controle.

Fatores macroeconômicos globais têm produzido, e podem continuar a produzir, efeitos negativos sobre as margens que colocamos em nossos produtos.

Nosso resultado operacional pode ser materialmente afetado por condições adversas nos mercados financeiros e condições econômicas negativas em geral. Pioras no ambiente econômico de determinadas regiões geográficas onde comercializamos nossos produtos podem reduzir substancialmente a demanda por nossos produtos e resultar na queda do volume de vendas. Ambientes de recessão econômica podem afetar negativamente nosso negócio, em função da redução da demanda por nossos produtos.

O menor crescimento registrado pelas economias de países emergentes levou a um menor crescimento econômico global, que foi de 3,3% in 2014. Em 2014, a economia brasileira não registrou crescimento significativo do PIB, comparado a crescimentos de 2,3% em 2013 e de 1,0% em 2012, com redução de 2,4% no consumo aparente de resinas termoplásticas no Brasil.

Nossa capacidade de exportar para outros países é uma função do nível de crescimento econômico nesses países e outras condições econômicas, incluindo taxas de inflação e juros vigentes. Adicionalmente, quebras no equilíbrio global entre demanda e oferta podem prejudicar nossa habilidade de exportar nossos produtos em razão de uma queda na demanda interna por esses produtos. Períodos de prolongada volatilidade da atividade econômica em nossos principais mercados de exportação podem continuar a reduzir a demanda por alguns de nossos produtos e levar a maiores pressões de preços por importadores brasileiros, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais.

Enfrentamos concorrência de produtores de polietileno, polipropileno, PVC e outros produtos petroquímicos.

Enfrentamos concorrência no Brasil de produtores brasileiros e internacionais de polietileno, polipropileno, PVC e outros produtos petroquímicos. Nossas operações nos Estados Unidos enfrentam concorrência naquele país de outros produtores americanos de polipropileno. Nossas operações na Alemanha enfrentam concorrência na Europa e nos outros mercados de exportação que atende por parte de produtores europeus e de outros países de polipropileno. Em geral, os preços de nossos produtos de segunda geração vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços cobrados por produtores estrangeiros nos mercados internacionais e os preços do polipropileno vendido nos Estados Unidos são estabelecidos com base nos índices do setor ou em negociações com seus clientes. Geralmente determinamos os preços de nossos produtos de segunda geração exportados do Brasil com base nos preços praticados no mercado à vista internacional. Como resultado da ativação anunciada da nova capacidade de eteno, em particular no Oriente Médio e na China, somado ao aumento da concorrência de produtores de eteno que utilizam gás como matéria-prima nos Estados Unidos, devido a seus custos de matéria-prima relativamente mais baixos, a administração prevê que poderemos enfrentar concorrência cada vez mais intensa de outros produtores de produtos de segunda geração nos mercados nos quais ela vende esses produtos. Adicionalmente, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano aumenta a competitividade do preço de produtos importados em reais, o que pode causar um aumento na concorrência no Brasil por parte de outros produtores de produtos de segunda geração. Alguns dos concorrentes estrangeiros são empresas substancialmente maiores, que contam com recursos financeiros, produtivos, tecnológicos e de marketing superiores aos da Companhia.

Custos mais altos da matéria-prima podem aumentar o custo de vendas e prestação de serviços e diminuir a margem bruta, afetando negativamente nosso resultado financeiro total.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Petroquímicos Básicos e, indiretamente, por nossas outras unidades de negócios. Em 2014, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por cerca de 48,3% dos custos consolidados de vendas e serviços prestados.

Adquirimos parte da nafta utilizada pela Unidade de Petroquímicos Básicos da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Petrobras) a preços baseados em diversos fatores, que incluem os preços da nafta e de uma série de outros derivados de petróleo praticados pelo mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinidade da nafta entregue.

O preço da nafta comprada de fornecedores internacionais também está atrelado ao preço de referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, que oscila principalmente de acordo com variações no preço em dólares do petróleo bruto Brent na Bolsa Intercontinental de Londres. Os mercados de petróleo podem enfrentar forte volatilidade, devido aos seguintes fatores: (1) impacto de novas fontes de produção não-OPEC, principalmente nos Estados Unidos; (2) decisões da OPEC com relação às suas cotas de produção; e (3) incertezas políticas no Oriente Médio e norte da África. Em 2014, o preço do contrato à vista de petróleo bruto Brent diminuiu 50,2%, após atingir a máxima de US\$ 115,06 por barril em junho de 2014, registrando a mínima de US\$ 57,33 por barril em dezembro de 2014. A volatilidade do preço da nafta e a tendência de alta no preço do petróleo e da nafta afetam a competitividade de preço dos nossos crackers que utilizam nafta como matéria-prima.

Em 2014, o preço médio da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia em dólares diminuiu 7,4%, passando de US\$936 por tonelada em 2012 e US\$903 por tonelada em 2013 para US\$836 por tonelada, após atingir a máxima de US\$952 por tonelada em junho de 2014 e mínima de US\$492 por tonelada em dezembro de 2014. O preço da nafta apresentou e pode manter uma trajetória volátil.

Além disso, futuras variações no preço do dólar norte-americano podem efetivamente causar um aumento dos custos da nafta em reais. Um aumento da nafta reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos.

A produção de gás natural liquefeito, principalmente na América do Norte pode levar a uma redução nos preços globais de polietileno, o que reduziria nossa margem bruta, causando um impacto negativo em nosso desempenho financeiro geral.

Durante os últimos anos, o uso de etano como matéria-prima para a produção de eteno aumentou, devido à sua maior disponibilidade e à diferença entre o custo do gás natural e do petróleo (de onde se deriva a nafta e baseiam-se os preços de condensados). A produção de gás natural liquefeito aumentou, especialmente na América do Norte, conforme se observou uma evolução na tecnologia de extração desse gás. A fim de aumentar sua competitividade global, a maior

parte dos produtores de etano nos Estados Unidos, que possuem a flexibilidade de utilizarem etano como matéria-prima, converteram suas plantas para o uso de matérias-primas leves.

Como resultado do aumento da produção de gás natural liquefeito na América do Norte, (1) o etano voltou a ser uma alternativa de baixo custo para produtos derivados de petróleo, e (2) a produção adicional de gás resultou em um preço de etano cada vez mais competitivo. Os produtores de polietileno na América do Norte têm se beneficiado da condição de baixo custo do preço do gás natural, e o aumento na competitividade de produtores de polietileno na América do norte pode causar uma redução no preço interno e internacional do polietileno, o que reduziria nossa margem bruta, causando um impacto negativa em nosso desempenho financeiro geral.

Não fazemos hedge contra variações no preço da nafta, ficando expostos a flutuações no preço de nossa principal matéria-prima.

Atualmente, não fazemos *hedge* de nossa exposição a flutuações do preço da nafta, que está vinculado à taxa de câmbio real/dólar. Apesar das tentativas de repassar os aumentos no preço da nafta ao preço dos produtos, em períodos de alta volatilidade do preço da nafta em dólares ou da taxa de câmbio real/dólar, existe uma defasagem entre a data do aumento do preço da nafta em dólares ou da desvalorização do real frente ao dólar e a data na qual podemos efetivamente repassar tal aumento de custo em reais a nossos clientes no Brasil. Assim, se houver um aumento brusco dos preços da nafta em dólares ou uma desvalorização do real frente ao dólar, como ocorreu nos últimos anos, é possível que não possamos repassar imediatamente todos os correspondentes custos com nafta aos clientes no Brasil, o que provavelmente reduziria nossa margem bruta e nosso lucro líquido.

A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento de uma parcela significativa de suas necessidades de nafta, etano e propano.

A Petrobras é a única fornecedora de nafta no Brasil, e tem historicamente fornecido cerca de 70% da nafta consumida por nossa Unidade de Petroquímicos Básicos. A Petrobras produz a maior parte da nafta que vende para a Companhia e importa nafta para atender à demanda de gasolina, também podendo vender essa nafta para a Braskem. Além disso, a empresa também é a única fornecedora atual de etano e propano e fornece quase todo o etano e o propano consumido pelo polo petroquímico localizado em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, ou o Polo do Rio de Janeiro.

Nosso volume de produção e nossas receitas de vendas provavelmente cairiam, e nosso desempenho financeiro em geral seria afetado negativamente, nas seguintes hipóteses:

- danos significativos às refinarias da Petrobras ou às instalações portuárias por meio das quais a Petrobras importa nafta, ou a quaisquer dos dutos que ligam a Companhia às instalações da Petrobras, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- a eventual rescisão, pela Petrobras, dos contratos de fornecimento de nafta, etano ou propano à Companhia, que dispõem que a Petrobras pode rescindir o por determinadas razões descritas no “Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade de Petroquímicos Básicos—Matérias-primas da Unidade de Petroquímicos Básicos”.

Em 28 de fevereiro de 2014, estendemos a vigência do nosso contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras, nos mesmos termos do contrato anterior, até 31 de agosto de 2014. Em 29 de agosto de 2014, um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras estendeu sua vigência até 28 de fevereiro de 2015, nos mesmos termos do contrato original. Em 27 de fevereiro de 2015, um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras estendeu sua vigência até 31 de agosto de 2015. De acordo com o aditivo, os atuais termos e condições do contrato foram mantidos e o preço será reajustado retroativamente até 1º de março de 2015, de acordo com os termos de um contrato substitutivo, que está em fase de negociação, assim que este for celebrado. Não é possível garantir que o reajuste de preço previsto no aditivo não irá reduzir nossa margem bruta ou lucro líquido.

Não é possível garantir que a fórmula de precificação do novo contrato de fornecimento de nafta será favorável à Companhia quanto a fórmula de precificação dos atuais contratos de fornecimento de nafta.

Caso o preço pago pela nafta no novo contrato de fornecimento implique num aumento em relação ao contrato original ou preço spot no mercado internacional, ou sua precificação for mais volátil que a existente, a revisão dessa fórmula de preço poderia impactar negativamente as margens que podemos alcançar com a venda de produtos petroquímicos e, como consequência, nosso resultado operacional.

Além disso, não é possível garantir o sucesso da negociação de um novo contrato de fornecimento de nafta. Caso os atuais contratos de fornecimento de nafta, conforme estendidos, venham a vencer e a Petrobras não deseje estender sua vigência, a Companhia buscaria substituir tal fornecimento através de contratos de longo prazo com outros fornecedores

e através de compras no mercado de curto prazo (spot). No entanto, uma vez que a infraestrutura de recebimento da nafta foi projetada para acomodar grandes volumes entregues pelas refinarias da Petrobras no Brasil, haveria uma restrição inicial com relação à armazenagem e entrega da nafta para os crackers que utilizam o produto como matéria-prima no Brasil. Com isso, qualquer interrupção no fornecimento da nafta pela Petrobras poderia afetar negativamente os custos da Companhia e, conseqüentemente, suas margens obtidas com a venda de petroquímicos, bem como suas taxas de utilização de capacidade, tendo em vista as melhorias necessárias para recebimento da matéria-prima de outros fornecedores, todos com efeitos negativos substanciais sobre os resultados da Braskem.

Por último, apesar de alterações regulatórias terem extinguido o monopólio da Petrobras no mercado brasileiro de nafta, o que permitiu à Companhia importar nafta, eventuais restrições impostas à importação de nafta pelo Brasil podem aumentar os custos de produção.

As Unidades de Poliolefinas e de Vinílicos dependem de nossas plantas de petroquímicos básicos para o fornecimento de suas necessidades de eteno e propeno.

A Unidade de Petroquímicos Básicos é a única fornecedora de eteno à Unidade de Vinílicos, a única fornecedora de eteno às plantas da Unidade de Poliolefinas, e a principal fornecedora de propeno às plantas de polipropileno de nossa Unidade de Poliolefinas. Como o custo de armazenagem e transporte de eteno é significativo e não existe no Brasil infraestrutura adequada que possibilite a importação de grandes volumes de eteno e propeno, nossas plantas de poliolefinas no Brasil e nossa Unidade de Vinílicos dependem grandemente do fornecimento desses produtos por nossas plantas de petroquímicos básicos. Conseqüentemente, nossos volumes de produção e receita líquida de vendas proveniente das vendas de produtos vinílicos e de poliolefinas diminuiriam e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado nas seguintes hipóteses:

- eventuais danos significativos às instalações de nossa Unidade de Petroquímicos Básicos por meio das quais é produzido eteno ou propeno, ou ao duto ou outras instalações que conectam nossas plantas de vinílicos e poliolefinas às nossas plantas de petroquímicos básicos, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou outro motivo;
- eventuais reduções significativas do fornecimento de nafta à Unidade de Petroquímicos Básicos, tendo em vista que a nafta é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Petroquímicos Básicos na produção de eteno e propeno; ou
- eventuais reduções significativas no fornecimento de etano ou propano à subsidiária Rio Polímeros S.A. (RioPol), tendo em vista que o etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela RioPol na produção de eteno e propeno.

Dependemos da Petrobras para uma parcela significativa do propeno que utilizamos no Brasil para a produção de polipropileno.

Em 2014, 47,3% do propeno utilizado por nossa planta de poliolefinas foi fornecida pela Petrobras. Como o Brasil não dispõe de infraestrutura adequada para permitir a importação de grandes quantidades desses produtos e o custo da armazenagem e do transporte do propeno é substancial, dependemos de maneira substancialmente do propeno fornecido pela Petrobras, e os volumes de produção e a receita líquida de vendas dos produtos de polipropileno cairiam, e nosso desempenho financeiro em geral seria negativamente afetado, nas seguintes hipóteses:

- eventuais danos significativos às refinarias da Petrobras ou a quaisquer das tubulações que conectam nossas plantas de polipropileno às instalações da Petrobras, seja em consequência de acidentes, desastres naturais, incêndio ou outro motivo; ou
- rescisão, pela Petrobras, dos contratos de fornecimento para a Companhia, que dispõem que a que a Petrobras pode rescindir o por diversas razões descritas no “Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade de Poliolefinas—Matérias-primas de Nossa Unidade de Poliolefinas”.

O eventual rebaixamento na classificação da Companhia ou de seus títulos de dívida provavelmente resultaria em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez.

A Standard & Poor's Ratings Services, divisão de The McGraw-Hill Companies, Inc., ou Standard and Poor's, a Moody's Investors Services, ou Moody's, e a Fitch, Inc., ou Fitch, atribuem classificações à Companhia e seus títulos

de dívida. Atualmente, a Standard and Poor's, a Moody's e a Fitch atribuem classificações à Companhia em termos locais e globais. Em termos globais, a classificação atribuída em moeda local para a Companhia pela Standard & Poor's é "BBB (*estável*)" e em moeda estrangeira, "BBB (*estável*)"; a da Moody's em moeda local foi mantida em "Baa3 (*negative*)" e em moeda estrangeira, "Baa3 (*negative*)"; a da Fitch foi mantida em moeda local para "BBB-/(*estável*)" e em moeda estrangeira, "BBB-/(*estável*)." Qualquer decisão dessas agências de classificação de rebaixar as classificações da Companhia e seus títulos de dívida no futuro teria como provável resultado o aumento das taxas de juros e outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, e a inclusão de *covenants* financeiros nos instrumentos que regulem novas dívidas, podendo reduzir expressivamente a capacidade de captação de recursos da Companhia em condições satisfatórias ou nos valores necessários para assegurar sua liquidez.

Alguns dos acionistas podem determinar o resultado de atos ou decisões societários, o que pode afetar os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs da Companhia.

A companhia Odebrecht S.A. (Odebrecht), direta ou indiretamente, através de sua subsidiária integral Odebrecht Serviços e Participações S.A. (OSP) detém 38,3% do capital social em circulação da Companhia, incluindo 50,11% do capital votante. Pessoas indicadas pela Odebrecht constituem a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia. de acordo com o acordo de acionistas, do qual a OSP e a Petrobras são partes, aqui designado Acordo de Acionistas da Petrobras, a Companhia concordou em praticar determinados atos somente após a Odebrecht e a Petrobras chegarem a um consenso com relação a eles, e que a Odebrecht terá o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia, conforme descrito no "Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas." Desta forma, a Odebrecht terá a possibilidade de determinar o resultado da maioria dos atos e decisões societários que requerem a aprovação dos acionistas ou do conselho de administração – em alguns casos, com a anuência da Petrobras — o que poderia afetar os detentores de ações preferenciais classe A e *American Depositary Shares*, ou ADSs.

Pode haver conflitos de interesses nas operações com partes relacionadas.

A Companhia tem contas a receber de clientes e contas a pagar correntes e de longo prazo com algumas de suas afiliadas e outras partes relacionadas, entre elas a Petrobras, sua fornecedora interna de nafta e de outros insumos básicos como propeno, etano e propano. A Petrobras detém 36,1% do capital circulante da Companhia, e 47,0% de seu capital votante. Os referidos saldos de contas a receber e a pagar são provenientes, sobretudo, da compra e venda de bens, a preços e em condições equivalentes às condições e preços médios pagos das operações que realizamos com terceiros, exceto pelos preços que pagamos em nossos contratos para compra de nafta da Petrobras, que, na opinião da administração, são mais adequados aos produtos recebidos da Petrobras em comparação com os produtos e preços praticados em operações realizadas com outros terceiros. A Companhia também realiza operações financeiras e outras com alguns de seus acionistas diretos e indiretos. Essas e outras operações comerciais e financeiras entre a Companhia e suas afiliadas poderiam dar margem a conflitos de interesses.

Podemos fazer aquisições significativas que, se não totalmente integradas, poderão afetar negativamente o resultado operacional.

Podemos fazer aquisições significativas no futuro. Aquisições envolvem riscos, entre os quais:

- a empresa adquirida pode não alcançar os resultados esperados;
- pode não ser possível conservar ou contratar pessoas essenciais das empresas adquiridas;
- pode não ser possível obter as sinergias e/ou economias de escala esperadas;
- pode haver passivos não previstos; e
- pode haver implicações de defesa da concorrência.

Se não houver possibilidade de integrar ou administrar com êxito as empresas adquiridas, é possível que não se concretizem as previsões de economias de custos, crescimento da receita e níveis de integração, o que poderia resultar em diminuição da rentabilidade ou prejuízos operacionais.

Podemos enfrentar dificuldades não previstas na implantação do Projeto Etileno XXI, de forma que tal projeto poderia deixar de proporcionar os benefícios esperados para a Companhia.

Em 2012, a Companhia iniciou a construção de um complexo de olefinas, o Complexo México, localizado no estado mexicano de Veracruz. Para mais informações sobre o Projeto Etileno XXI, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures – Projeto Etileno XXI”.

A Braskem Idesa S.A.P.I. ou Braskem Idesa, nossa joint venture com o Grupo Idesa, S.A. de C.V. (Idesa), um dos principais grupos petroquímicos do México, para o desenvolvimento do Projeto Etileno XXI deverá realizar significativos investimentos de capital para implantação do projeto. A possibilidade de a Companhia atingir seus objetivos estratégicos em relação a esse projeto dependerá, em grande parte, da implantação bem-sucedida, tempestiva e eficaz em termos de custos de tal projeto. Estes são fatores que poderiam afetar tal implantação:

- o resultado das negociações com governos, fornecedores, clientes ou outros;
- a capacidade da Braskem Idesa concluir os marcos do projeto a fim de obter recursos futuros através das nossas linhas de financiamento para o programa, necessários para a implantação dos projetos;
- ocorrência de dificuldades técnicas imprevistas (entre elas problemas técnicos que podem atrasar a entrada em funcionamento ou interromper a produção do Projeto Etileno XXI ou resultar em tempo parado inesperado das unidades da Braskem Idesa);
- atrasos na entrega de equipamentos ou serviços de terceiros pelos fornecedores da Braskem Idesa;
- a não conformidade dos equipamentos fornecidos por esses fornecedores com as capacidades esperadas e
- atrasos decorrentes do fato de terceiros fornecedores ou contratados não cumprirem suas obrigações de maneira tempestiva e eficaz do ponto de vista dos custos.

Embora a administração acredite que as estimativas de custos e os calendários de implantação do Projeto Etileno XXI sejam razoáveis, não se pode assegurar que os custos reais ou o prazo real exigido para finalizar a implantação do projeto não superem substancialmente as atuais estimativas. Eventuais estouros significativos de custos ou atrasos poderiam prejudicar ou impedir a implantação do plano de negócios da Companhia em sua versão original e resultar em receitas e lucro líquido abaixo do esperado.

Futuros reajustes de tarifas sobre importações que concorrem com nossos produtos poderiam forçar uma baixa em nossos preços.

Atualmente, a Companhia se beneficia de tarifas impostas pelo Governo Brasileiro que lhe permitem cobrar preços internos de poliolefinas e vinílicos que incluem um fator baseado nas tarifas incidentes sobre importação de produtos comparáveis. No entanto, em outras ocasiões, o governo brasileiro já usou tarifas de importação e exportação como

instrumento de políticas econômicas, razão pela qual as tarifas podem variar. Em setembro de 2012, por exemplo, o governo brasileiro aumentou as taxas de importação de produtos relacionados a diversos setores, inclusive a taxa de importação do polietileno. Em outubro de 2012, houve aumento da tarifa de importação do polietileno de 14% para 20%, e em outubro de 2013 reestabeleceu a tarifa de importação de polietileno para o nível anterior de 14%. Futuras alterações de tarifas poderiam causar um aumento na concorrência por parte de importados e levar a Companhia a baixar seus preços no mercado interno, o que provavelmente resultaria em diminuição da receita líquida de vendas e poderia afetar negativamente o desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos fabricados nos Estados Unidos e na Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeito a determinadas preferências. Essas tarifas costumam favorecer os produtos da Companhia produzidos localmente, e qualquer ajuste futuro a essas estruturas tarifárias poderá afetar negativamente as vendas da Companhia nessas jurisdições.

Nossos negócios estão sujeitos a rígida regulamentação ambiental, e a promulgação de novos regulamentos poderia exigir expressivos investimentos de capital e aumento dos custos operacionais.

Assim como outros produtores petroquímicos brasileiros, estamos sujeitos a rigorosa legislação e regulamentação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal, relativas à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Os produtores petroquímicos ficam por vezes sujeitos a percepções desfavoráveis do mercado em consequência do impacto ambiental de seu negócio, o que pode ter um efeito adverso sobre seus resultados operacionais.

Nossas operações nos Estados Unidos e na Alemanha estão sujeitas a um grande número de leis, regulamentos, normas e portarias federais, estaduais e locais daqueles países relativas a poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenamento, manuseio, transporte, tratamento, descarte e reparação de substâncias e resíduos perigosos. As leis e regulamentos ambientais dos Estados Unidos podem nos responsabilizar pela conduta de terceiros ou por atos que, quando praticados, cumpriam os requisitos então aplicáveis, a despeito de negligência ou falha. São de particular importância nesse sentido (1) os programas reguladores a serem estabelecidos para implementar normas de qualidade do ar de acordo com as Normas Nacionais para a Qualidade do Ar Ambiente no tocante a ozônio e partículas finas, promulgadas pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos e (2) várias medidas legislativas e reguladoras atualmente em fase de análise, discussão ou implementação nos Estados Unidos que versam sobre as emissões de gases do efeito estufa.

Os custos e investimentos de capital relativos a questões ambientais, de saúde ou segurança estão sujeitas a exigências reguladoras em evolução e dependem da época da promulgação e entrada em vigor das correspondentes normas específicas. Ademais, mudanças nos regulamentos ambientais poderiam inibir ou interromper nossas operações ou exigir modificações em suas instalações. Desta forma, questões ambientais, de saúde ou segurança podem resultar em custos ou passivos significativos e não previstos.

Os produtos que fabricamos estão sujeitos a risco de incêndio, explosões e outros perigos.

Nossas operações estão sujeitas a riscos, tais como incêndios, explosões e outros acidentes, associados à fabricação de produtos petroquímicos e ao armazenamento e transporte de insumos e produtos petroquímicos. Esses riscos podem acarretar danos pessoais e perda de vidas, graves danos ou destruição de imóveis e equipamentos e danos ambientais. Um acidente de grandes proporções em uma de nossas plantas ou instalações de armazenamento pode nos obrigar a suspender temporariamente nossas operações, resultando em altos custos de reparação e perda de receita líquida de vendas. Por exemplo, em maio de 2011, nossa unidade de cloro soda em Alagoas passou por um vazamento de cloro e ruptura de um equipamento, causado por um aumento anormal e imprevisível na concentração de tricloroamina gerada pelo processo de produção dessa planta. Como resultado do vazamento de cloro, aproximadamente 150 residentes locais foram examinados para verificar contaminação respiratória pelo pronto socorro do hospital local. Todos foram liberados dentro de 24 horas. A ruptura no equipamento resultou na hospitalização de cinco funcionários da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. que trabalhavam na unidade, três dos quais tiveram alta do hospital no dia seguinte. Como consequência destes incidentes, nossa unidade de cloro soda foi temporariamente parada por aproximadamente duas semanas.

Apesar da cobertura de seguros em relação a danos causados por incêndio e lucros cessantes em razão de paradas ocasionadas por incêndio, explosão ou avarias elétricas, os proventos de tais seguros podem não estar disponíveis em tempo hábil ou ser insuficientes para cobrir todos os prejuízos em caso de sinistro.

O desfecho desfavorável de processos em curso pode diminuir nossa liquidez e afetar negativamente nosso desempenho e nossa situação financeira.

A Companhia é e pode voltar a ser no futuro parte em numerosas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo, entre outros aspectos, reivindicações monetárias. Se forem proferidas decisões desfavoráveis em um ou mais desses processos, a Companhia poderá ter de pagar quantias substanciais. Para alguns desses processos, não foi constituída provisão no balanço patrimonial, ou foram constituídas provisões para parte dos montantes em questão, com base na avaliação da administração e no parecer dos advogados quanto à probabilidade de êxito nesses processos. Para mais informações sobre processos judiciais, vide “Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais.”

Agitações trabalhistas podem afetar nossas operações significativa e negativamente.

Agitações trabalhistas em nossas plantas e instalações podem produzir um efeito negativo relevante em nossa condição financeira ou resultados operacionais. Por exemplo, em agosto de 2010, os funcionários sindicalizados da planta em Neal, West Virginia, entraram em greve e, durante esse período, a planta foi operada sob a supervisão da administração até maio de 2011, quando a Braskem America assinou um novo acordo coletivo. Embora a Companhia acredite que mantenha um bom relacionamento com seus funcionários, ações trabalhistas futuras, inclusive greves, podem ter um impacto negativo substancial em seu desempenho financeiro.

Desastres naturais, condições climáticas extremas e gerais podem afetar nossos negócios significativa e negativamente.

Algumas de nossas instalações estão localizadas em regiões que podem ser afetadas por desastres naturais, tais como inundações, terremotos, furacões, tornados e outros, o que poderia causar a interrupção de nossas operações ou das operações de nossos clientes, além de prejudicar ou destruir a infraestrutura necessária para transportar nossos produtos como parte da cadeia de fornecimento. Tais eventos poderiam exigir a realização de paradas de manutenção, causar atraso nas entregas do estoque existente ou resultar em reparos custosos, substituição de equipamento ou outros custos, todos os quais poderiam produzir um impacto negativo e material em nosso desempenho financeiro.

Ademais, cerca de 70% da capacidade instalada de geração de energia do Brasil atualmente depende de usinas hidrelétricas de geração. Se a quantidade de água disponível para produtores de energia passar a ser cada vez mais escassa, devido à estiagem ou a desvios para outras aplicações, como tem acontecido nos últimos anos, o custo da energia, que representou cerca de 2,2% do nosso custo total de mercadorias vendidas em 2014, poderia sofrer um aumento. Essas condições teriam um efeito adverso significativo sobre nossas vendas e margens.

A Companhia poderia ser materialmente impactada por violações à Lei Anticorrupção no Brasil, pela “Foreign Corrupt Practices Act” nos EUA e leis anticorrupção similares.

A Companhia, suas controladas e coligadas estão sujeitas a diversas leis anticorrupção, entre elas a Lei nº. 12.486/2013, conhecida como Lei Anticorrupção no Brasil, que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2014, e o Foreign Corrupt Practices Act (Lei de Combate a Práticas de Corrupção) dos EUA, além de diversas outras leis anticorrupção e de combate a práticas de suborno em outras jurisdições. No contexto de alegações de corrupção contra determinadas pessoas e empresas no Brasil, entre elas a Petrobras, a Companhia foi mencionada em tais alegações por supostos pagamentos indevidos visando ao favorecimento em alguns contratos mantidos com a Petrobras. A Braskem não foi notificada sobre qualquer processo ou investigação que a envolva instaurado no Brasil ou nos Estados Unidos com relação a tais alegações.

Embora a Companhia já mantenha determinados procedimentos em vigor, foram implantadas medidas e controles adicionais para monitorar o atendimento às leis anticorrupção aplicáveis e, como resultado das recentes alegações, a Companhia contratou escritórios de advocacia no Brasil e nos EUA para a condução de uma investigação interna voluntária sobre o assunto. Caso qualquer dessas alegações venha a ser comprovada, ou caso a Companhia, suas controladas e coligadas deixem de cumprir com tais leis, a Companhia poderá estar sujeita às sanções civis e penais aplicáveis, o que poderia afetar negativamente o seu desempenho geral.

Riscos relativos ao Brasil

As condições econômicas e políticas do país, bem como as políticas econômicas e outras políticas do governo brasileiro, podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos, nossa receita líquida de vendas e desempenho financeiro em geral.

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenção frequente e por vezes ampla do governo brasileiro, bem como por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro, com frequência, altera as políticas monetária, tributária, creditícia, tarifária e outras com o fim de influenciar o curso da economia do Brasil. As medidas tomadas pelo governo brasileiro visando controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram controles de salários e preços, bloqueio do acesso a contas bancárias, imposição de controles de capital e limitações às importações.

Nossos resultados operacionais e nossa situação financeira e patrimonial podem ser negativamente afetados por fatores tais como:

- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- taxas de juros;
- inflação;
- políticas tributárias;

- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- liquidez nos mercados financeiros e creditícios internos e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos ou Brasil ou que afetem o país.

A incerteza acerca do fato de possíveis mudanças em políticas ou normas afetarem estes ou outros fatores pode contribuir para as incertezas econômicas no Brasil e para intensificar a volatilidade nos mercados acionários brasileiros e nos valores mobiliários emitidos no exterior por emissores brasileiros. O Presidente do Brasil tem poderes consideráveis para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia do país e que, desta forma, afetam as operações e o desempenho financeiro das empresas. Não podemos garantir que as políticas que poderiam ser implantadas pela União e pelos governos estaduais não irão afetar negativamente os negócios da Companhia, os resultados de suas operações e sua situação financeira.

Mudanças futuras na política industrial e ações relacionadas por parte do governo brasileiro podem produzir um impacto negativo e material na demanda por nossos produtos, bem como em nossa receita líquida de vendas e desempenho financeiro em geral.

Atualmente nos beneficiamos de algumas políticas industriais e ações relacionadas por parte do governo brasileiro, que visam fortalecer a economia interna e determinadas industriais locais. Algumas dessas políticas e ações incluíram recentemente reduções em encargos trabalhistas para a indústria transformadora de plástico, um programa de incentivo à competitividade de produtores brasileiros de plástico em mercados de exportação através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações, intervenção do governo federal visando uniformizar tarifas de importação em portos locais, aumento dos encargos de importação sobre certos produtos, entre eles o polietileno, e redução nas taxas do Programa de Integração Social (PIS), imposto federal de valor agregado, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), impostos sobre aquisições de matéria-prima por produtores petroquímicos de primeira e segunda geração. Tais impostos possuíam alíquota de 5,6% antes de junho de 2013, quando sua alíquota foi reduzida para 1%. Tal alíquota de 1% deve ser mantida durante 2015, com aumento previsto para 3% em 2016 e para 5% em 2017, com retorno para 5,6% em 2018. Tais políticas industriais podem ter duração limitada e serem renovadas ou descontinuadas à critério do governo brasileiro. Não é possível prevermos ou controlarmos quais políticas serão renovadas ou descontinuadas e se haverá propostas ou implantação de alterações futuras à política industrial brasileira. Caso se encerrem as políticas industriais que nos beneficiam, ou sejam implementadas políticas que nos prejudiquem, nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras podem ser afetados negativamente.

Flutuações da taxa de câmbio real/dólar podem aumentar a inflação no Brasil e aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia expressa em moeda estrangeira, podendo, ainda, afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

A taxa de câmbio entre o real e o dólar e as taxas relativas de depreciação e valorização do real afetaram os resultados das operações da Companhia e podem continuar a fazê-lo.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em diversas ocasiões nas últimas quatro décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro introduziu vários planos econômicos e várias políticas cambiais, entre as quais desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a periodicidade de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e regime de câmbio flutuante. Ocorreram oscilações expressivas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar e outras moedas. Em 2010, o real valorizou-se 4,3% ante o dólar. Em relação ao dólar norte-americano, o real registrou desvalorização de 12,6% em 2011, 8,9% em 2012, 14,6% em 2013 e 13,4% em 2014.

A desvalorização do real em relação ao dólar também poderia resultar em pressões inflacionárias adicionais no Brasil em razão do aumento geral do preço de produtos e serviços importados. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar à deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do país, podendo, também, reprimir o crescimento proveniente das exportações.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total da dívida da Companhia em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, montava a R\$13.928,4 milhões (US\$5.248,1 milhões), representando 68,5% do endividamento total, excluindo os custos de operações ou o valor consolidado de R\$ 7.577,5 milhões (US\$ 2.878,9 milhões) em aberto em 31 de dezembro de 2014, relativo à dívida do financiamento do Projeto Etileno XXI. Em 31 de dezembro de 2014, o total de caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira somava US\$ 858,0 milhões.

Uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar ou a outras moedas poderia aumentar as despesas financeiras em função de prejuízos cambiais que seriam incorridas pela Companhia e poderia reduzir sua capacidade de honrar o serviço da dívida em moeda estrangeira. A fim de conseguir gerenciar de forma mais eficiente os efeitos das variações na taxa de câmbio sobre seus resultados, em 2013 a Companhia decidiu designar parte de seu passivo denominado em dólar como hedge para suas exportações futuras. Para mais informações, vide “Item 5. Revisão e previsões operacionais e financeiras—Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012—Resultados Financeiros”.

Os preços da nafta, a mais importante matéria-prima da Companhia, e de algumas outras matérias-primas, são expressos em dólares ou atrelados ao dólar. Em 2014, a nafta representou, direta e indiretamente, 48,3% do custo consolidado de produtos vendidos e serviços prestados. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, o custo em reais das matérias-primas indexadas e denominadas em dólares aumenta, e a receita operacional em reais pode diminuir, na medida em que a Companhia não consegue repassar o custo de tais aumentos a seus clientes.

As medidas de combate à inflação tomadas pelo governo brasileiro poderão contribuir de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil e poderão reduzir a demanda dos produtos da Companhia.

Historicamente, o Brasil apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, acarretou efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. A taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preços—Disponibilidade Interna (IGP-DI) alcançou 2.708% em 1993. Embora as taxas de inflação tenham sido substancialmente menores a partir de 1994 do que em períodos anteriores, as pressões inflacionárias persistem. As taxas de inflação foram de 11,3% em 2010, 5,1% em 2011, 7,8% em 2012, 5,5% em 2013 e 3,7% in 2014, conforme a variação do índice IGP-DI. As medidas de combate à inflação, adotadas pelo governo brasileiro, muitas vezes incluíram a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, causando restrição à disponibilidade de crédito e redução na taxa de crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública acerca de possíveis medidas futuras também podem contribuir de forma relevante para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários.

O Brasil poderá voltar a apresentar níveis elevados de inflação no futuro. Fatores como a elevação dos preços do petróleo, a depreciação do real e medidas governamentais futuras, buscando a manutenção do valor do real em relação ao dólar, poderão acarretar aumento da inflação brasileira. Períodos de inflação mais alta poderão fazer diminuir a taxa de crescimento da economia brasileira, o que levaria a uma redução da demanda dos produtos da Companhia no Brasil e de suas receitas líquidas de vendas. Também é provável que a inflação aumente alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não possam ser repassados aos consumidores, o que resultaria em diminuição da margem de lucro e do lucro líquido. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução do lucro líquido. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados internos de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida de vendas ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam a diminuição do preço de mercado de suas ações preferenciais classe A e ADSs.

Flutuações das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço de nossa dívida e prejudicar nosso desempenho financeiro como um todo.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrava, entre outras obrigações, R\$ 2.375,5 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), R\$ 2.362,0 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e R\$ 7.377,5 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa LIBOR (*London Interbank Offered Rate*).

A TJLP incorpora um fator de inflação, sendo fixada trimestralmente pelo Banco Central. A TJLP e a taxa CDI apresentaram expressivas oscilações no passado, em função da expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Vide “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Um aumento significativo de qualquer uma dessas taxas de juros poderia afetar negativamente nossas despesas financeiras e nossos resultados financeiros como um todo.

As políticas de controle cambial podem aumentar o custo do serviço de nossa dívida em moeda estrangeira, afetar nossa capacidade de efetuar pagamentos referentes a essa dívida e afetar nossa liquidez.

No Brasil, a compra e a venda de moeda estrangeira estão sujeitas a controle governamental. Muitos fatores poderiam levar o governo brasileiro a instituir políticas mais restritivas de controle cambial, incluindo o volume das reservas cambiais do Brasil, a disponibilidade de câmbio suficiente na data de vencimento de pagamentos no exterior, o volume de encargos de serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo, a política do Brasil no tocante ao Fundo Monetário Internacional e restrições políticas às quais o Brasil porventura esteja sujeito. Uma política mais restritiva poderia aumentar o custo de serviço, as dívidas da Companhia e outros passivos expressos em moeda estrangeira.

Nossa dívida em dólares representava em conjunto 68,5% de nossa dívida consolidada em 31 de dezembro de 2014, excluindo os custos de operações ou a quantia consolidada de R\$ 7.577,5 milhões (US\$ 2.852,8 milhões) em aberto em 31 de dezembro de 2014 com relação à dívida de financiamento do Projeto Etileno XXI. Se deixarmos de efetuar pagamentos no âmbito de qualquer uma dessas obrigações, ficará caracterizada a inadimplência, o que poderia reduzir nossa liquidez, bem como o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que pode reduzir a margem bruta da Companhia, afetando negativamente seu desempenho financeiro em geral.

O governo brasileiro introduz ocasionalmente mudanças do regime fiscal que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais mudanças incluem alterações de alíquotas e, às vezes, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Não se pode prever as mudanças da legislação tributária brasileira que poderão ser propostas e aprovadas no futuro. No entanto, futuras mudanças dessa legislação poderão resultar em elevação da carga tributária total da Companhia, o que poderia reduzir sua margem bruta e afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

Riscos relativos aos nossos Títulos de Dívida e Valores Mobiliários

Os detentores de nossas ações preferenciais classe A podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades Anônimas, devemos, sob circunstâncias normais, pagar a nossos acionistas ao menos 25% de nosso lucro líquido anual na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, conforme calculado e ajustado segundo o BRGAAP (que, para esta finalidade, é idêntico às IFRS). Esse lucro líquido ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver perdas ou retido de outra maneira, conforme facultado pelo BRGAAP, e pode não estar disponível para ser pago sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que uma empresa de capital aberta como a nossa suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício particular caso nosso Conselho de Administração informe a nossos acionistas que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de nossa condição financeira ou disponibilidade de caixa. Detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs podem não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, caso nosso Conselho de Administração assim o determine ou caso nossas operações não gerem lucro.

Nossas ações preferenciais classe A e os ADSs têm direitos de voto limitados e não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, incluindo incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social, os detentores de ações preferenciais classe A e, por conseguinte, das ADSs, não têm direito a votar em assembleias de acionistas, salvo em circunstâncias muito limitadas. Essas circunstâncias limitadas relacionam-se diretamente a direitos essenciais dos detentores de ações preferenciais classe A, tais como a modificação de termos básicos das ações preferenciais classe A ou a criação de nova classe de ações preferenciais com direitos superiores. Os detentores de ações preferenciais sem direito a voto podem eleger um membro e o respectivo suplente para nosso conselho de administração e nosso conselho fiscal. Os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, inclusive incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Descrição do Estatuto Social da Companhia—Direitos de Voto”.

Os detentores de ADSs podem ter dificuldade para exercer até mesmo seus direitos de voto limitados nas assembleias gerais.

Segundo a lei brasileira, apenas os acionistas registrados como tal em nossos registros societários podem participar de nossas assembleias de acionistas. Todas as ações preferenciais classe A subjacentes às ADSs são registradas no nome do depositário. Os detentores de ADSs poderão exercer seus direitos de voto limitados em relação às ações preferenciais classe A representadas pelas ADSs apenas em conformidade com o acordo de depósito relativo às ADSs, que determina que os direitos a voto estão disponíveis apenas aos detentores de ADSs, a nosso critério. Há limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto em função de medidas adicionais envolvidas na comunicação com os detentores de ADSs. Por exemplo, a Companhia é obrigada a publicar um edital de convocação para assembleias gerais em determinados jornais do Brasil. Na medida em que os detentores das ações preferenciais classe A façam jus a votar em uma assembleia geral, eles poderão exercer esses direitos de voto através do comparecimento à assembleia, pessoalmente ou através de representante. Em contrapartida, os detentores de ADS serão notificados por carta da realização da assembleia geral após notificação feita ao depositário de *American Depositary Receipt* (ADR), solicitando que seja enviado um aviso aos detentores de ADS. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs precisam instruir o depositário em tempo hábil. O procedimento de notificação levará mais tempo no caso dos detentores de ADSs do que no caso dos detentores das ações preferenciais classe A. Caso o depositário não receba instruções em tempo hábil em relação à totalidade ou a parte das ADSs, ele concluirá que os detentores das referidas ADSs estão o instruindo a outorgar uma procuração discricionária a uma pessoa indicada pela Companhia para votar em nome das ADSs, exceto em circunstâncias limitadas.

Nas circunstâncias limitadas nas quais os detentores das ADSs têm direitos de voto, eles podem não receber o material relativo ao voto a tempo de instruir o depositário a votar em relação às ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs. Além disso, o depositário e seus agentes não serão responsabilizados se deixarem de cumprir as instruções de voto dadas pelos detentores das ADSs ou pela maneira pela qual tais instruções forem cumpridas. Da mesma forma, os detentores das ADSs podem não conseguir exercer seus direitos de voto, não lhes cabendo qualquer direito de regresso caso as ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs não sejam votadas como solicitado.

Caso detentores de ADSs as troquem por ações preferenciais classe A, podem estar arriscados a perder temporariamente a capacidade de remeter moedas estrangeiras ao exterior ou ter essa capacidade restringida, além de perder o direito a certas vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro para as ações preferenciais subjacentes às ADSs deve obter um número de registro eletrônico junto ao Banco Central de modo a permitir que o depositário remeta dólares ao exterior. Os detentores de ADSs beneficiam-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central obtido pelo custodiante para o depositário, que o permite converter dividendos e outras distribuições com relação às ações preferenciais classe A em dólares e remeter a quantia resultante dessa conversão ao exterior. Caso detentores de ADSs decidam a trocá-las pelas ações preferenciais subjacentes, eles somente poderão contar com o certificado de registro do custodiante no Banco Central por cinco dias úteis após a data da troca. A partir dessa data, não poderão mais remeter dólares ao exterior a não ser que obtenham um novo certificado de registro de capital estrangeiro em relação às ações preferenciais, o que pode resultar em despesas e causar atrasos no recebimento de distribuições. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Controles Cambiais”.

Adicionalmente, caso os detentores de ADSs que as trocaram por nossas ações preferenciais classe A não se qualifiquem segundo as normas que regem os investimentos estrangeiros, ficarão normalmente sujeitos a um tratamento fiscal menos favorável dos dividendos e das distribuições relativas a nossas ações preferenciais, bem como dos rendimentos da venda dessas ações. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

Restrições quanto à movimentação de valores fora do Brasil poderiam prejudicar a capacidade dos detentores das Notas com vencimento em 2024 e remuneração de 6,450% emitidas pela Braskem Finance Limited, ou Notas 2024, de receberem juros remuneratórios e outros pagamentos relacionados às notas.

O governo brasileiro pode vir a impor restrições temporárias ao câmbio da moeda brasileira em moedas estrangeiras, bem como sobre a remessa de valores a investidores estrangeiros referentes à remuneração dos seus investimentos no Brasil. A lei brasileira permite que o governo imponha restrições sempre que houver um desequilíbrio substancial na balança comercial brasileira ou que houver evidência de um eventual desequilíbrio substancial no futuro. O governo brasileiro impôs restrições à remessa de valores durante aproximadamente seis meses em 1990. Caso venham a se repetir no futuro, tais restrições poderiam prejudicar ou impedir a conversão do pagamento de juros sobre as notas de reais para dólares norte-americanos e a remessa de dólares para o exterior para os detentores das Notas 2024. O governo brasileiro pode adotar medidas similares no futuro.

A política cambial brasileira pode afetar a capacidade da Braskem de realizar remessas de valores para fora do Brasil para o cumprimento das garantias.

Segundo a regulamentação vigente no Brasil, não é necessário que empresas brasileiras obtenham autorização do Banco Central para a realização de pagamentos de garantias em favor de estrangeiros, tais como os detentores das Notas 2024. Não é possível garantir que tais regras continuarão vigentes à época em que a Braskem tiver de realizar pagamentos das obrigações referentes às garantias. Caso tais regras ou sua interpretação sejam alteradas e a autorização do Banco Central passe a ser exigida, a Braskem poderá ter de solicitar autorização ao Banco Central para transferir os valores de garantias para fora do Brasil, ou ainda realizar tais pagamentos com valores mantidos pela Braskem no exterior. Não é possível garantir que tal autorização seria obtida ou que tais recursos estariam disponíveis. Caso tal autorização não seja obtida, a Companhia pode não ser capaz de realizar os pagamentos aos detentores das Notas 2024 em dólares. Caso não seja possível obter as autorizações necessárias, conforme exigidas para o pagamento de valores devidos pela Braskem através da remessa de valores do Brasil, a empresa poderá buscar outras formas legais de realizar os pagamentos dos valores devidos no âmbito das Notas. No entanto, não é possível garantir a disponibilidade futura de mecanismos de remessa de valores e, mesmo que tais mecanismos estejam disponíveis no futuro, não é possível garantir a possibilidade de realização dos pagamentos devidos em relação às Notas 2024 através de tais mecanismos.

Decisões de tribunais brasileiros que exijam que os pagamentos das garantias pela Braskem sejam feitos exclusivamente em Reais.

Caso sejam instaurados processos em tribunais brasileiros buscando exigir que a Braskem cumpra as obrigações assumidas nas garantias, poderia ser exigido que a Braskem pague suas obrigações em outras moedas que não o Real. Qualquer decisão obtida contra a Braskem em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações devidas segundo garantias seria expressa em Reais. Não é possível garantir que o respectivo valor em Reais seja suficiente para cobrir plenamente os valores exigidos em tal litígio.

Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses porque, como empresa brasileira, a Companhia está sujeita a diferentes regras e regulamentos, e os acionistas podem contar com menos direitos ou com direitos pouco definidos.

Os detentores das ADSs não são acionistas diretos da Companhia, não podendo assim fazer valer os direitos de acionistas conferidos pelo estatuto da Companhia e pela Lei das Sociedades por Ações.

Os assuntos societários da Companhia são regidos por seu estatuto e pela Lei das Sociedades por Ações, que diferem dos princípios legais que se aplicariam se a Companhia tivesse sido constituída em uma jurisdição dos Estados Unidos, como o estado de Delaware ou de Nova York, ou em outro lugar fora do Brasil. Mesmo que o detentor de ADSs converta suas ADSs e passe a ser um acionista direto, seus direitos como detentor de ações preferenciais classe A correspondentes às ADSs nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no sentido de proteger seus interesses com relação a atos do conselho de administração, podem ser em menor número e menos bem definidos do que seriam de acordo com a legislação de outras jurisdições.

Embora a negociação com informações privilegiadas (*insider trading*) e a manipulação de preços sejam crimes previstos na legislação brasileira e estejam sujeitas a regulamentos em constante evolução promulgados pela CVM, os mercados de valores no Brasil não são tão regulamentados e nem tão bem supervisionados como os mercados de valores norte-americanos ou em outras jurisdições. Ademais, regras e políticas contra *self-dealing* ou atinentes à preservação dos interesses dos acionistas podem ser menos bem definidas e menos executadas no Brasil do que nos Estados Unidos da América e em alguns outros países, o que pode colocar os detentores das nossas ações preferenciais classe A e das ADSs em uma situação de potencial desvantagem. Relatórios sobre informações corporativas podem ser, ademais, menos completos ou informativos do que no caso de companhias abertas nos Estados Unidos da América ou em alguns outros países.

Os detentores de ADSs poderão enfrentar dificuldades em instaurar processos ou aplicar decisões judiciais contra a Companhia e outras pessoas

A Companhia é uma sociedade por ações organizada segundo as leis do Brasil, e todos os seus conselheiros e diretores, além dos auditores externos, residem ou estão localizados no Brasil. A maior parte dos ativos da Companhia e destas pessoas está localizada no Brasil. Com isso, os detentores de ADSs podem não conseguir apresentar citação contra a Companhia ou contra estas pessoas dentro dos Estados Unidos, ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar contra a Companhia ou estas pessoas decisões judiciais obtidas nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil. Além disso, uma vez que uma parcela substancial dos ativos da Companhia e todos os seus conselheiros e diretores estão localizados fora dos Estados Unidos, quaisquer decisões judiciais obtidas naquele país contra a Companhia, seus conselheiros ou diretores, pode não ser executável dentro dos Estados Unidos. Uma vez que as decisões de tribunais norte-americanos sobre responsabilidade civil com base na lei federal de títulos e valores mobiliários dos EUA só poderão ser executadas no Brasil observando determinadas condições, os detentores poderão enfrentar maiores dificuldades para proteger seus interesses no caso de processos contra a Companhia e seus conselheiros e diretores do que enfrentariam os acionistas de uma sociedade por ações norte-americana.

Não é possível garantir que quaisquer decisões de um tribunal dos EUA referente às responsabilidades previstas nas leis norte-americanas de títulos e valores mobiliários sejam executáveis no Brasil ou nas Ilhas Cayman, ou que um processo original possa ser instaurado no Brasil ou nas Ilhas Cayman contra a Braskem ou a Braskem Finance Limited ou seus respectivos conselheiros e diretores por responsabilidades previstas nas leis norte-americanas de títulos e valores mobiliários, entre outras.

A Braskem Finance Limited é uma companhia isenta constituída com responsabilidade limitada segundo as leis das Ilhas Cayman. A Braskem é uma sociedade por ações organizada segundo as leis do Brasil. Todos os conselheiros da Braskem Finance Limited, todos os conselheiros e diretores da Braskem, além de alguns consultores aqui indicados residem no Brasil ou em outros países que não os Estados Unidos, e todo ou quase todo o patrimônio de tais pessoas está localizado fora dos Estados Unidos. Com isso, pode não ser possível para investidores apresentar citação dentro dos Estados Unidos ou de outras jurisdições fora do Brasil para tais pessoas, ou executar decisões contra tais pessoas com base nas disposições sobre responsabilidade civil das leis federais norte-americanas de títulos e valores mobiliários ou leis de tais outras jurisdições. Além disso, pode não ser possível instaurar um processo original no Brasil contra a Braskem por responsabilidades previstas nas respectivas leis de títulos e valores mobiliários. Não obstante, como a maior parte dos ativos da Companhia está localizada no Brasil, qualquer processo de execução das garantias provavelmente teria de ser validado por tribunais brasileiros. Não é possível garantir que tal validação judicial seja obtida a tempo, ou mesmo que seja obtida.

Vendas efetivas ou potenciais de um número significativo de ações preferenciais classe A podem reduzir o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

A venda de uma quantidade substancial de nossas ações preferenciais classe A poderia exercer um efeito negativo sobre o preço de mercado das referidas ações e das ADSs. Se, no futuro, forem feitas vendas significativas de ações preferenciais classe A pela OSP, Petrobras ou outro acionista atual ou futuro através dos mercados de valores mobiliários, o preço de mercado das ações preferenciais classe A da Companhia e, por extensão, das ADSs poderá cair significativamente. Consequentemente, os detentores de ADSs podem não conseguir vender tais ADSs por preço igual ou superior ao de sua compra.

Detentores de ADSs ou de ações preferenciais classe A nos Estados Unidos podem não ter os mesmos direitos de preferência que os acionistas brasileiros possuem, de acordo com a legislação brasileira, na subscrição de ações resultantes de aumentos de capital realizados por nós.

Segundo a lei brasileira, se emitirmos novas ações em troca de caixa ou ativos como parte de um aumento de capital, com algumas exceções, devemos conceder a nossos acionistas direitos de preferência na ocasião da subscrição das ações correspondentes a suas respectivas participações em nosso capital social, de modo a permitir-lhes manter suas porcentagens existentes. Podemos não ter a permissão legal para garantir que os detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos possam exercer seus direitos de preferência em futuros aumentos de capital, a não ser que (1) protocolemos um termo de registro para uma oferta de ações resultantes do aumento de capital junto à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), ou (2) a oferta de ações resultantes do aumento de capital se qualifique para obter a isenção das exigências de registro do *Securities Act*. Na ocasião de eventuais futuros aumentos de capital, iremos avaliar os custos e as potenciais obrigações associadas ao protocolo de um termo de registro para uma oferta de ações junto à SEC e quaisquer outros fatores que consideremos importantes para determinar se iremos ou não protocolar tal termo de registro. Não podemos garantir aos detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos

Estados Unidos que iremos protocolar um termo de registro junto à SEC de modo a lhes permitir participar de nossos eventuais aumentos de capital. Conseqüentemente, a participação desses detentores na Companhia pode ser diluída.

As leis fiscais brasileiras podem produzir um efeito adverso nos tributos aplicáveis à alienação de nossas ADSs e ações preferenciais.

Segundo a Lei no. 10.833, promulgada em 29 de dezembro de 2003, se um investidor não residente no Brasil vender seus ativos localizados no Brasil, a operação estará sujeita a tributação no Brasil, mesmo se tal alienação ocorrer fora do Brasil ou for realizada a outro investidor não residente. Alienações de nossas ADSs entre não residentes, entretanto, não estão atualmente sujeitas a tributação no Brasil. Ainda assim, caso o conceito de “alienação de ativos” seja interpretado como incluindo a alienação entre investidores não residentes de ativos localizados fora do Brasil, essa lei poderia resultar na incidência de impostos retidos na fonte em casos de alienação de ADSs efetuada entre investidores não residentes no Brasil. Em função do fato de que, na data deste relatório anual, a Lei no. 10.833/2003 não possui orientação judicial quanto a sua aplicação, não somos capazes de prever se uma interpretação que aplique tais leis fiscais a alienações de nossas ADSs entre não residentes poderia prevalecer nos tribunais brasileiros. Vide “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

A volatilidade e liquidez relativas dos mercados de valores brasileiros podem afetar negativamente os detentores de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos e outras jurisdições, e pode ser regulamentado de forma diferente do que os investidores dos EUA estão acostumados. Fatores que podem afetar especificamente os mercados de ações brasileiros podem limitar a capacidade dos detentores de ADSs de vender ações preferenciais classe A objeto de ADSs pelo preço e no momento que desejarem, podendo gerar um impacto negativo sobre o preço de mercado das próprias ADSs.

Acontecimentos em mercados de capitais internacionais podem reduzir o preço de mercado das ações preferenciais classe A, ADSs e Títulos de Dívida com vencimento em 2024.

O preço de mercado das ações preferenciais classe A, ADSs e títulos de dívida com vencimento em 2024 pode ser afetado negativamente por declínios nos mercados financeiros internacionais e na economia mundial. O mercado de capitais brasileiro é influenciado, em diversos níveis, por condições econômicas e mercadológicas de outros países, principalmente da América Latina.

Apesar das diferenças econômicas em cada país, a reação dos investidores a acontecimentos em um país podem afetar os mercados de valores mobiliários e os valores mobiliários de emissores de outros países, inclusive do Brasil. A recente crise econômica e financeira global teve um impacto negativo substancial nas economias de nações do mundo todo. Economias desenvolvidas como a dos Estados Unidos sofreram alguns dos impactos mais diretos, enquanto economias emergentes, como China e Brasil, sofreram impactos substanciais, porém relativamente menores. Mais recentemente, diversas economias europeias revelaram desequilíbrios macroeconômicos significativos. Não é possível garantir que o mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários não continue sendo afetado negativamente por eventos em outros países. Eventuais desdobramentos econômicos negativos em outros mercados emergentes podem afetar negativamente a confiança dos investidores em valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, prejudicando seu preço de mercado e liquidez. Tais acontecimentos podem, de forma mais direta, afetar a capacidade de captação de recursos da Companhia quando necessário e o preço de mercado de suas ações preferenciais classe A, ADSs e títulos de dívida com vencimento em 2024.

A imposição de IOF pode influenciar indiretamente o preço e a volatilidade de nossas ADSs e ações preferenciais.

A legislação brasileira impõe o Imposto sobre Operações de Câmbio, ou IOF Cambial, sobre a conversão de reais em moeda estrangeira e de moedas estrangeiras em reais. O objetivo desse imposto é diminuir o ritmo de entradas de capital estrangeiro no mercado brasileiro para fins especulativos e a apreciação do real face ao dólar. A imposição desse tributo pode desencorajar o investimento estrangeiro em ações de empresas brasileiras, incluindo a Companhia, em função de custos de operações mais altos, e podem ter um impacto negativo no preço e na volatilidade de nossas ADSs e ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Vide “Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações sobre Tributos Brasileiros”.

Uma vez que a Braskem Finance Limited não possui operações próprias, os detentores das Notas 2024 dependem que a Braskem forneça à Braskem Finance Limited recursos suficientes para os pagamentos devidos no âmbito das Notas 2024.

As operações da Braskem Finance Limited, subsidiária integral da Braskem constituída nas Ilhas Cayman, consistem exclusivamente na emissão e realização de pagamentos das Notas 2024 e outras dívidas do mesmo nível das Notas 2024, e na utilização dos recursos obtidos com tais emissões, conforme permitido pelos documentos que regem tais emissões, inclusive a realização de empréstimo dos recursos obtidos com as Notas 2024 e outras dívidas incorridas pela Braskem Finance Limited à Braskem e suas controladas. Com isso, a capacidade da Braskem Finance Limited de pagamento do principal, juros e outros valores devidos pelas Notas 2024 e outras dívidas dependerá das condições financeiras e resultados operacionais da Braskem e suas controladas, que são credoras da Braskem Finance Limited. Na hipótese de uma eventual piora da condição financeira ou resultados operacionais da Braskem e suas controladas que são credoras da Braskem Finance Limited, tais entidades podem não ser capazes de cumprir suas obrigações com relação à dívida perante a Braskem Finance Limited, o que levaria a Braskem Finance Limited a não dispor de recursos suficientes para reparar todos os valores devidos pelas ou com relação às Notas 2024.

Os pagamentos das garantias da Braskem serão subordinados às obrigações de dívida com garantia da Braskem e subordinadas efetivamente às obrigações de dívidas das controladas e coligadas da Braskem.

As Notas 2024 serão plenamente garantidas pela Braskem sem garantia física (unsecured). As garantias da Braskem compreenderão obrigações sênior sem garantia física (*senior unsecured obligations*) da Braskem. As garantias farão jus aos mesmos direitos de pagamento que qualquer outra dívida sênior sem garantia física atual ou futura da Braskem. Embora as garantias garantam aos detentores das Notas 2024 o direito direto, porém sem garantia física, sobre os ativos e patrimônio da Braskem, o pagamento das garantias será subordinado às dívidas com garantia (*secured*) da Braskem com relação aos ativos e patrimônio oferecidos em garantia para esta dívida. Os pagamentos das garantias serão ainda estruturalmente subordinados ao pagamento das dívidas com e sem garantia e outros credores das controladas e coligadas da Braskem.

Na hipótese de liquidação ou reestruturação societária da Braskem, quaisquer direitos dos detentores das Notas 2024, através da execução das garantias, com relação aos ativos da Braskem, inclusive o capital social das controladas e coligadas, estarão sujeitos ao direito prioritário dos credores com garantia (*secured*) da Braskem e, com relação aos ativos das controladas e coligadas, estarão sujeitos aos direitos prioritários dos credores de tais controladas e coligadas. A escritura das Notas 2024 inclui uma cláusula que limita a capacidade da Braskem e das suas controladas de criar ou constituir gravames, embora tal limitação esteja sujeita a substanciais exceções.

Em 31 de dezembro de 2014, a Braskem possuía (1) dívida corporativa consolidada, líquida de custos de transação, de R\$ 20.366,6 milhões (US\$ 7.656,3 milhões) e (2) dívida consolidada associada a projetos de R\$ 7.577,5 milhões (US\$ 2.852,8 milhões). Da dívida corporativa consolidada, R\$ 3.697,6 milhões (US\$ 1.392,1 milhões) correspondem à dívida não garantida pela Braskem, R\$ 4.205,8 milhões (US\$ 1.583,4 milhões) à dívida garantida pela Braskem, R\$ 3.070,3 milhões (US\$ 1.155,9 milhões) à dívida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Finance Limited ou a Braskem Idesa S.A.P.I.).

A Braskem realiza parte das suas operações de negócio através de controladas e coligadas, entre elas a Braskem Qpar, Braskem Petroquímica (antiga Quattor Petroquímica S.A.), Braskem America e QuantiQ. Ao realizar os pagamentos das garantias das Notas 2024, a Braskem dependerá, parcialmente, do fluxo de caixa de tais controladas e coligadas, principalmente na forma de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio. A capacidade de tais controladas e coligadas de realizar o pagamento de dividendos à Braskem será afetada, entre outros fatores, por suas obrigações perante credores, exigências da legislação societária brasileira e de outras leis, e restrições impostas por acordos celebrados por ou relacionados a tais empresas.

As obrigações da Braskem com relação às garantias são subordinadas a determinadas preferências legais.

Segundo a legislação brasileira, as obrigações da Braskem com relação às garantias são subordinadas a determinadas preferências previstas em lei. No caso de liquidação, declaração de falência ou pedido de recuperação judicial da Braskem, tais preferências legais, inclusive ações pós-pedido de falência, ações de exigência de salários, remuneração, seguridade social, tributos e custas legais e direitos garantidos por bens, entre outros, terão preferência sobre demais ações, inclusive ações instauradas por quaisquer investidores com relação às garantias. Neste caso, a execução das garantias poderá não ocorrer, e os detentores das Notas 2024 poderão não conseguir receber os valores devidos com relação às Notas 2024.

A lei de falências brasileira pode ser menos favorável aos investidores que as leis de falência ou insolvência de outras jurisdições.

Caso não seja capaz de pagar sua dívida, inclusive suas obrigações com relação às garantias, a Companhia poderia ficar sujeita aos procedimentos de falência no Brasil. A lei de falência brasileira em vigor é substancialmente diferente, e pode ser menos favorável aos credores, se comparada às leis de outras jurisdições. Por exemplo, os detentores das Notas 2024 poderão ter direito a voto limitado nas assembleias de credores em um contexto de recuperação judicial. Além disso, qualquer decisão judicial obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações das garantias seria geralmente expressa em Reais equivalentes ao valor em dólar convertido pela taxa de câmbio em vigor (1) na data do pagamento efetivo, (2) na data em que a decisão judicial for proferida, ou (3) na data em que tiveram início os procedimentos de cobrança ou execução contra a Companhia. Consequentemente, no caso da falência da Companhia, todas as suas obrigações relacionados a dívidas denominadas em moedas estrangeiras, inclusive as garantias, seriam convertidas em Reais pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração da falência pelo tribunal. Não é possível garantir que tal taxa de câmbio corresponderá à remuneração total devida pelo montante investido nas Notas 2024 acrescida de juros acumulados.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, com base na capacidade anual de produção de nossas 29 plantas no Brasil, cinco plantas nos Estados Unidos e duas plantas na Alemanha em 31 de dezembro de 2014. É também a única produtora de eteno, polietileno e polipropileno do Brasil. Produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos e termoplásticos, com foco estratégico em resinas termoplásticas, inclusive polietileno, polipropileno e PVC. A Companhia é a terceira maior empresa industrial do setor privado brasileiro em termos de receita líquida de vendas de 2013 (o último ano para o qual tais informações estão disponíveis). Registrou receita líquida de vendas de R\$ 46.031,4 milhões e lucro líquido de R\$ 726,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de negócios da Companhia estão organizadas em cinco unidades de negócios de produção, que correspondiam aos seus principais processos de produção, produtos e serviços. Eram elas:

- Unidade de Petroquímicos Básicos, que inclui a produção e a venda de petroquímicos básicos no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, o Polo Petroquímico localizado em Capuava, no estado de São Paulo, ou o Polo de São Paulo, e o Polo do Rio de Janeiro e o suprimento das utilidades produzidas nesses polos para produtores de segunda geração, incluindo alguns produtores detidos ou controlados pela Companhia. Este segmento respondia por uma receita líquida de vendas de R\$ 25.576,3 milhões, ou 46,0%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas líquidas às outras unidades de negócios, e registrou margem operacional de 7,1% em 2014;
- Unidade de Poliolefinas, que inclui a produção e a venda de polietileno, que inclui a produção do “polietileno verde” fabricado a partir de matéria-prima de fonte renovável, e polipropileno produzido pela Companhia no Brasil. Este segmento respondia por uma receita líquida de vendas de R\$ 18.502,2 milhões, ou 33,3%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados, incluindo as vendas líquidas para nossas outras unidades de negócio, com margem operacional de 10,2% em 2014;
- Unidade de Vinílicos, que inclui a produção e venda de PVC e soda cáustica. Este segmento respondia por uma receita líquida de vendas de R\$ 2.709,5 milhões, ou 4,9%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados, incluindo as vendas líquidas para nossas outras unidades de negócio, com margem operacional negativa de 0,4% em 2014.
- EUA e Europa, que inclui as operações da Braskem Europe, consistindo na produção e venda de polipropileno nos Estados Unidos e nas operações do negócio de polipropileno nos Estados Unidos e na Alemanha. Este segmento representou uma receita líquida de vendas de R\$ 7.934,3 milhões, ou 14,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas líquidas às outras unidades de negócio da Companhia, apresentando uma margem operacional de 1,0% em 2014; e
- Distribuição de Produtos Químicos, que inclui as operações da QuantiQ e da IQAG e distribui produtos petroquímicos fabricados pela Companhia e outras empresas nacionais e estrangeiras. Este segmento representou uma receita líquida de vendas de R\$ 842,7 milhões, ou 1,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados, incluindo vendas líquidas às outras unidades de negócio da Companhia, apresentando uma margem operacional negativa de 0,9% em 2014.

Estratégia da Companhia

Nosso objetivo estratégico é atendermos as necessidades de nossos clientes na cadeia de valor do plástico e na indústria química no Brasil e nas Américas, enquanto maximizamos o retorno sobre o capital investido por nossos acionistas.

Os principais elementos da estratégia incluem:

- **Diferenciação dos negócios.** Reconhecemos a natureza cíclica dos mercados de produtos petroquímicos e acreditamos que, ao nos concentrarmos nos relacionamentos com os clientes, poderemos fomentar sua fidelidade mesmo em períodos de menor demanda. Por exemplo, oferecemos aos nossos clientes opções mais flexíveis de entrega e prazos de crédito do que os importadores, que normalmente oferecem entregas apenas até as instalações portuárias, financiadas por cartas de crédito. A estratégia de crescimento está centrada em aumentar o consumo dos produtos da Companhia, permitindo que os clientes substituam materiais não plásticos por resinas termoplásticas. Buscamos formar relacionamentos estreitos e duradouros com os clientes e nos empenhamos em proporcionar a eles assistência e soluções tecnológicas, através de centros de pesquisa

no Rio Grande do Sul e em Pittsburgh, Pensilvânia (EUA), os quais desenvolvem processos, produtos e aplicações para o setor petroquímico, e que juntos contavam com cerca de 312 funcionários em 31 de dezembro de 2014.

- **Aquisição de insumos a preços competitivos.** A fim de obter matérias-primas a preços competitivos, buscamos sempre diversificar nosso perfil de matérias-primas e negociar compras de matéria-prima a preços competitivos.

Como parte dos nossos esforços para adquirir matéria-prima a preços competitivos, em 2012 nós adquirimos da Sunoco Chemicals, nos Estados Unidos, um splitter de propeno que era integrado à sua unidade em Marcus Hook, Pensilvânia. Esta aquisição oferece uma solução de longo prazo para o fornecimento de propeno da unidade. Também firmamos uma parceria com a Enterprise Products, nos Estados Unidos, que fornecerá aproximadamente 65% da matéria-prima de propeno necessária para o funcionamento das nossas três plantas na região do Golfo, nos EUA. Além de garantir o fornecimento dessa matéria-prima por 15 anos, a parceria obriga a Enterprise a construir uma planta de desidrogenação de propano (PDH), que utilizará gás de xisto (*shale gas*) e outras fontes de matéria-prima não tradicionais, proporcionando à Braskem acesso a oportunidades competitivas em matérias-primas à base de gás na região.

Com relação à diversificação do nosso perfil de matéria-prima, avançamos na construção do Projeto Etileno XXI, um complexo no México que incluirá uma craqueadora que utiliza etano como matéria-prima e três plantas integradas de polietileno com capacidade anual de 1,05 milhão de toneladas, cujas operações devem ter início em 2015. Desenvolvida através de uma joint venture com o grupo mexicano Idesa, a Braskem Idesa firmou um contrato de fornecimento de longo prazo para adquirir etano da Pemex Gas y Petroquímica Básica, ou Pemex Gas, uma empresa do governo mexicano, em condições comerciais competitivas.

Além disso, estamos envolvidos no desenvolvimento de um estudo de viabilidade de um projeto para a produção integrada de polietileno no estado de West Virginia, nos EUA. Este projeto, denominado Appalachian Shale Cracker Enterprise, ou Ascent, contempla o envolvimento de terceiros investidores. O papel de cada participante e o modelo de negócio do projeto ainda não foram determinados, e estarão sujeitos à aprovação do conselho caso as descobertas iniciais do estudo sejam positivas. Tendo em vista os recentes acontecimentos no mercado global de energia, a Companhia está considerando novos modelos de precificação de petróleo na análise deste projeto.

- **Expansão em mercados internacionais selecionados.** Como parte da contínua avaliação dos negócios e planos, a administração considera periodicamente um leque de opções e transações estratégicas. De tempos em tempos, são avaliadas diversas possíveis operações estratégicas para ampliar a presença da Companhia no mercado petroquímico global. A administração pretende expandir a capacidade de produção das unidades de negócios nos próximos anos por meio da construção de novas instalações (projetos *greenfield*) com acesso a fontes competitivas de matérias-primas, seja independentemente ou em conjunto com terceiros e/ou por meio da aquisição de produtores petroquímicos fora do Brasil, que atualmente são concorrentes ou fabricam produtos complementares aos nossos.

Acreditamos que a capacidade adicional comprada ou desenvolvida juntamente com parceiros de joint ventures nos permitirá manter e ampliar nossa posição de liderança nas Américas e sustentar o crescimento dos nossos principais mercados.

- **Novas oportunidades de negócio.** Estamos buscando novas oportunidades de negócios, desenvolvendo novos produtos e tecnologias especializados, incluindo os seguintes:
 - Expandimos e convertimos uma das nossas linhas de produção de polietileno na Bahia para produzir polietileno de baixa densidade linear à base de metaloceno. Esta resina possui características diferenciadas para o setor de embalagens flexíveis, apresentando maior resistência ao impacto e à perfuração, maior polimento e transparência. Tal linha de produção iniciou suas operações no quarto trimestre de 2014;
 - Estamos sempre avaliando oportunidades de melhorar nossos atuais produtos e atuar como parceiros ou fornecedores em relação à fabricação de novos produtos de valor agregado; e
 - Estamos buscando estabelecer uma sólida posição no desenvolvimento tecnológico de produtos químicos a partir de fontes renováveis e/ou que utilizem processos de produção que gerem menos emissões, através de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Histórico e desenvolvimento da Companhia

A Companhia foi fundada em 1972, como Petroquímica do Nordeste Copene Ltda. com a finalidade de planejar, executar e coordenar as atividades do polo petroquímico localizado em Camaçari, Bahia, ou Polo Petroquímico de Camaçari. A construção do Polo Petroquímico de Camaçari fez parte de uma política de desenvolvimento do governo brasileiro implementada no início da década de 1970 visando diversificar a distribuição geográfica de ativos industriais e promover o crescimento econômico nas diferentes regiões do Brasil. Em 18 de junho de 1974 a Companhia foi constituída como sociedade anônima de acordo com as leis do Brasil (registrada na Junta Comercial do estado da Bahia sob o NIRE no. 29300006939) e foram renomeadas Copene Petroquímica do Nordeste S.A.. Em 2002, alteramos nossa razão social para Braskem S.A.

Os parágrafos seguintes destacam o desenvolvimento dos negócios da Companhia desde 1º de janeiro de 2014.

Incorporação da Braskem Qpar

A Braskem Qpar foi incorporada pela Braskem em 1º de dezembro de 2014. A incorporação fez parte da estratégia de reestruturação da Braskem buscando simplificar a atual estrutura societária. Como todas as ações da Braskem Qpar são detidas pela Braskem, a incorporação não resultou em aumento do capital social da Braskem ou alteração do número de ações em que este é dividido.

Joint Venture com a Styrolution

Em outubro de 2013, a Companhia assinou um memorando de entendimento com a Styrolution Group GmbH, ou Styrolution, líder global na produção de estireno, para avaliar a viabilidade econômica de se estabelecer uma joint venture no Brasil. Se aprovada, a joint venture criaria uma unidade com capacidade de produção anual estimada em 100 mil toneladas dos copolímeros acrilonitrila butadieno estireno (ABS) e estireno acrilonitrilo (SAN). A expectativa da Companhia é que a joint venture comercialize esses copolímeros para clientes no Brasil e na América Latina. O memorando de entendimento contempla que a Styrolution adquiriria o controle de 70% da joint venture e contribuiria com seu expertise no desenvolvimento e produção destes copolímeros, fornecendo as licenças tecnológicas necessárias e utilizando seus negócios existentes de acrilonitrila butadieno estireno (ABS) e estireno acrilonitrilo (SAN) na região. O memorando de entendimento contempla que a Braskem teria uma participação de 30% na joint venture e contribuiria com a infraestrutura necessária e com o local da planta. A implementação desta joint venture está sujeita, entre outros fatores, à negociação de acordos definitivos entre as partes relativos à joint venture, além da aprovação regulatória e do órgão de defesa da concorrência. Caso a joint venture seja implementada, a Companhia espera que a construção comece no início de 2016 e que as operações da planta tenham início em 2018.

Investimento em PEBDL à base de metaloceno

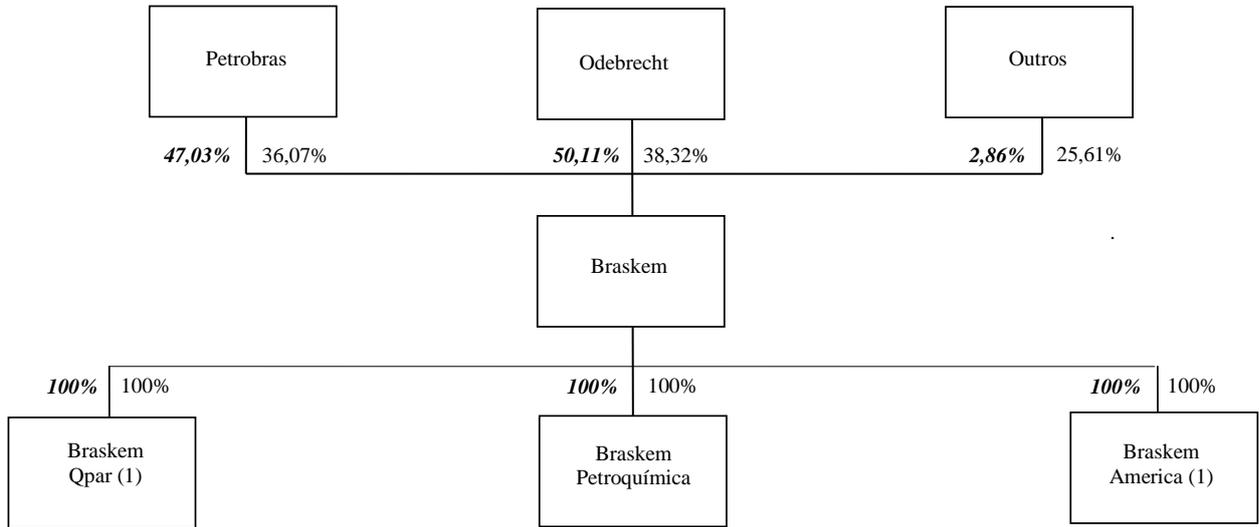
Em outubro de 2013, a Companhia anunciou que investiria aproximadamente R\$ 50 milhões em uma de suas linhas de produção de polietileno no Polo de Camaçari, a fim de (1) aumentar a capacidade de produção anual dessa linha em 30 mil toneladas, e (2) converter 100 mil toneladas da capacidade de produção anual dessa linha para a produção de PEBDL à base de metaloceno. A Companhia espera vender essa resina, que aproveita o desenvolvimento de tecnologias mais modernas, principalmente para fabricantes de filmes plásticos. As operações dessa linha de produção tiveram início no quarto trimestre de 2014.

Venda de Ativos de Tratamento de Água do Polo de Triunfo

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um contrato de compra de ações relativo a todas as ações detidas pela Companhia na Distribuidora de Água Triunfo S.A. (DAT), que representavam todas as suas ações em circulação, por um valor principal consolidado de R\$ 315,0 milhões. A venda ocorreu em fevereiro de 2014. Nos termos do contrato, vendemos a DAT, que controlava nossos ativos de tratamento de água localizados no Polo de Triunfo, à Odebrecht Ambiental, que faz parte da Odebrecht. Em relação a este contrato, firmamos um acordo de longo prazo com a Odebrecht Ambiental para o fornecimento de água industrial.

Estrutura societária da Companhia

O quadro a seguir mostra a estrutura acionária e a estrutura societária das principais subsidiárias da Companhia na data deste relatório anual. Os percentuais em **negrito e itálico** representam a porcentagem, direta e indireta, de ações votantes detidas por cada entidade, enquanto as porcentagens não em **negrito e itálico** representam a porcentagem, direta e indireta, do capital total detido por cada entidade.



(1) A Braskem Qpar foi incorporada pela Braskem em 1º de dezembro de 2014.

(2) A Braskem America é subsidiária integral da Braskem Europe GmbH, ou Braskem Europe, que por sua vez é subsidiária integral da Braskem Netherlands B.V.

Unidade de Petroquímicos Básicos

Em 31 de dezembro de 2014, a Unidade de Petroquímicos Básicos contava com uma das maiores capacidades de produção anual entre todos os produtores de primeira geração da América Latina. Somando-se suas vendas líquidas às outras unidades, a Unidade de Petroquímicos Básicos registrou receita líquida de vendas de R\$ 25.576,3 milhões em 2014, ou 46,0% da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados. A receita líquida de vendas proveniente de vendas às outras unidades de negócios foi de R\$ 11.495,5 milhões em 2014, representando 44,9% da receita líquida de vendas da Unidade de Petroquímicos Básicos.

Nossa Unidade de Petroquímicos Básicos consiste em operações de petroquímicos básicos conduzidas pela Companhia no Polo de Camaçari, no Polo de Triunfo, no Polos de São Paulo e no Polo do Rio de Janeiro.

A Unidade de Petroquímicos Básicos produz:

- olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- Produtos BTX;
- combustíveis, tais como gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo, ou GLP;
- intermediários, tais como cumeno; e
- outros petroquímicos básicos, tais como metil-*t*-tercio-butil-éter, ou MTBE, solvente C9 e pirólise C9.

Os produtos da Unidade de Petroquímicos Básicos são usados primordialmente na fabricação de produtos petroquímicos intermediários de segunda geração, inclusive aqueles fabricados pela Unidade de Poliolefinas e pela Unidade de Vinílicos. A Unidade também fornece utilidades a outros produtores de segunda geração em cada polo petroquímico em que atua e para outras empresas localizadas fora destes polos, além de prestar serviços a tais produtores. Em 2014, 83,8% da receita líquida de vendas de nossa Unidade de Petroquímicos Básicos (incluindo vendas a outras unidades) foi proveniente da venda de petroquímicos básicos, 6,3% da venda de combustíveis, 4,0% da venda de nafta e de condensados, 3,5% da venda de intermediários e 2,4% da venda de utilidades e serviços. Em 2014, 44,9% da receita líquida de vendas da Unidade de Petroquímicos Básicos foi proveniente de vendas efetuadas às Unidades de Poliolefinas e Vinílicos.

Produtos da Unidade de Petroquímicos Básicos

As outras unidades de negócios e produtores terceirizados de petroquímicos utilizam eteno e propeno produzidos pela Unidade de Petroquímicos Básicos para produzir produtos de segunda geração, tais como polietileno, polipropileno e PVC. Também vendemos butadieno e diversos aromáticos, inclusive produtos BTX, e intermediários, tais como o cumeno, a produtores terceirizados de petroquímicos, para uso como matérias-primas na produção de diversos produtos de segunda geração, como borracha sintética, elastômeros, resinas, fibras de nylon, etil benzeno (usado para fabricar estireno monômero-poliestireno), cumeno, benzeno alquil linear, ácido tereftalático purificado, dimetil tereftalato, bisfenol A, um insumo da produção de resinas de policarbono, anidrido ftálico, plastificantes e tintas.

A tabela a seguir apresenta a composição do volume de vendas de petroquímicos básicos da Unidade de Petroquímicos Básicos (excluindo vendas a outras unidades) nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
	(milhares de toneladas)		
Vendas no mercado interno:			
Eteno	499,6	531,8	523,8
Propeno	208,9	209,9	220,4
Cumeno	211,6	234,1	250,5
Butadieno	210,0	210,8	216,4
Produtos BTX (1)	716,0	686,3	744,4
Outros.....	394,9	395,0	400,9
Total das vendas de petroquímicos básicos no mercado interno	2.241,0	2.267,9	2.356,4
Total das exportações de petroquímicos básicos	1.324,9	1.274,6	1.208,0
Total das vendas de petroquímicos básicos	<u>3.565,9</u>	<u>3.542,5</u>	<u>3.564,4</u>

(1) Inclui benzeno, tolueno, ortoxileno, paraxileno e xilenos mistos.

Adicionalmente, inclui as seguintes vendas a outras unidades:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(milhares de toneladas)		
Eteno	2.704,3	2.828,2	2.805,5
Propeno	859,5	977,9	950,0
Benzeno	—	7,5	36,9

Instalações industriais da Unidade de Petroquímicos Básicos

A administração acredita que os processos tecnológicos empregados nas plantas de petroquímicos básicos da Companhia estão entre os mais avançados do mundo. A Unidade de Petroquímicos Básicos possui e opera:

- cinco importantes unidades de petroquímicos básicos no Polo Petroquímico de Camaçari (duas unidades de olefinas, duas de aromáticos e uma de utilidades);
- quatro importantes unidades de petroquímicos básicos no Polo Petroquímico de Triunfo (duas unidades de olefinas, uma de aromáticos e uma de utilidades);
- três unidades de petroquímicos básicos no Polo de São Paulo (uma unidade de olefinas, uma de aromáticos e uma de utilidades); e
- duas unidades de petroquímicos básicos no Polo do Rio de Janeiro (uma unidade de olefinas e uma de utilidades).

O termo "unidade" tem a acepção de um conjunto de plantas interligadas com a finalidade de produzir olefinas, aromáticos ou utilidades.

A tabela a seguir apresenta os principais produtos da Unidade de Petroquímicos Básicos, a capacidade de produção anual em 31 de dezembro de 2014 e a produção anual nos períodos apresentados.

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção		
		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2014	2013	2012
(em toneladas, exceto gasolina automotiva)				

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção		
		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2014	2013	2012
Olefinas:				
Eteno	3.752.000	3.237.886	3.372.825	3.329.758
Propeno	1.585.000	1.306.636	1.505.595	1.349.142
Butadieno (1).....	477.000	374.827	389.854	355.703
Aromáticos:				
BTX (2).....	1.503.000	1.013.873	1.217.831	1.079.644

(1) Inclui receita gerada através da venda de butadieno por nossa nova planta de butadieno no Polo de Triunfo, que possui capacidade anual de produção de 103 mil toneladas e iniciou suas operações em setembro de 2012.

(2) Consiste em benzeno, tolueno, paraxileno e ortoxileno.

Matérias-primas da Unidade de Petroquímicos Básicos

Nafta

A nafta, um produto derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima empregada na fabricação dos produtos petroquímicos básicos e representa o principal item do custo de produção e custo operacional da Unidade de Petroquímicos Básicos. A Companhia também usa o condensado como matéria-prima nas unidades de petroquímicos básicos no Polo de Triunfo.

O preço da nafta e do condensado comprados pela Companhia flutua principalmente com base em variações do preço internacional do petróleo bruto, que toma por base o dólar. Em 2014 a nafta e o condensado representaram 74,9% do custo total dos produtos vendidos da Unidade de Petroquímicos Básicos, e a nafta a 48,3% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos e serviços prestados em 2014.

A tabela a seguir apresenta a média dos preços da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia nos períodos indicados.

	2015	2014	2013	2012
Média(1)	US\$467,96	US\$836,23	US\$903,01	US\$1.031,57
Mês encerrado em:				
Janeiro	396,90	918,58	932,95	950,61
Fevereiro.....	502,13	913,65	991,86	1.026,88
Março.....	504,86	911,40	910,29	1.068,84
Abril (até 20 de abril)	496,72	925,63	815,70	1.029,51
Maio.....	–	937,84	833,20	877,11
Junho	–	952,45	843,60	729,49
Julho	–	935,59	876,79	825,40
Agosto	–	865,81	913,88	935,18
Setembro.....	–	841,36	929,81	966,06
Outubro.....	–	711,52	901,87	954,59
Novembro	–	628,94	929,33	930,99
Dezembro	–	491,98	956,78	938,06

(1) Os dados da coluna “Média” representam a média dos preços mensais médios da nafta durante cada ano respectivo.

Fonte: IHS

Dados de fornecimento e precificação da Unidade de Insumos Básicos

Nafta

A tabela a seguir mostra a distribuição das compras de nafta pela Unidade de Petroquímicos básicos nos períodos indicados e por localização geográfica dos fornecedores.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Brasil	69,8%	72,4%	73,0%
Argélia	10,2%	13,0%	10,3%
Venezuela	9,0%	9,0%	5,2%
Argentina	—	0,8%	4,0%
Outros	11,0%	4,9%	7,4%
Total.....	100%	100%	100%

Contratos de fornecimento com a Petrobras

Em julho de 2009, a Companhia e a Petrobras firmaram Contrato de Compra e Venda de Nafta Petroquímica, utilizado desde março de 2009. Esse contrato substituiu o contrato entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de petroquímicos básicos localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari, que terminou em junho de 2008, e substituiu o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de petroquímicos básicos localizadas no Polo Petroquímico de Triunfo. O contrato tinha um prazo de cinco anos e venceu em março de 2014. Em 28 de fevereiro de 2014, estendemos a vigência do nosso contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras, nos mesmos termos do contrato anterior, até 31 de agosto de 2014. Em 29 de agosto de 2014, um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras estendeu sua vigência até 28 de fevereiro de 2015, nos mesmos termos do contrato original. Em 27 de fevereiro de 2015, um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras estendeu sua vigência até 31 de agosto de 2015. De acordo com o aditivo, os atuais termos e condições do contrato foram mantidos e o preço será reajustado retroativamente até 1º de março de 2015, de acordo com os termos de um contrato substitutivo, que está em fase de negociação, assim que este for celebrado.

Nos termos desse contrato:

- a Petrobras compromete-se a vender e entregar nafta às plantas de petroquímicos básicos do Polo Petroquímico de Camaçari e do Polo Petroquímico de Triunfo, para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a comprar um volume mensal mínimo de nafta;
- a Companhia fornece à Petrobras uma ordem firme de compra de nafta a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de nafta que comparará nos seis meses seguintes;
- a Companhia pode solicitar volumes de nafta acima da ordem firme mensal, que a Petrobras poderá fornecer, a seu critério;
- a partir de março de 2009, o preço pago pela Companhia pela nafta tem por base diversos fatores, quais sejam, os preços de mercado da nafta e de vários derivados petroquímicos, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio real/dólar e o nível de parafinidade da nafta entregue;
- o contrato será alterado na hipótese de ocorrência de fatos extraordinários e imprevistos que provocarem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e
- a Petrobras pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, se (1) a Companhia não sanar uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer e persistir por mais de 90 dias uma situação de força maior; (3) a Companhia transferir ou der como garantia a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da Petrobras; (4) houver uma alteração na propriedade ou no objeto social da Companhia que entre em conflito com o objeto do contrato ou (5) a Companhia for dissolvida, entrar em falência ou for liquidada.

Em maio de 2006, a Braskem Qpar (antiga Quattor Química) e a Petrobras celebraram um Contrato de Compra e Venda de Nafta Petroquímica para o fornecimento de nafta as nossas plantas de produtos petroquímicos básicos no Polo de São Paulo, substituindo o acordo anterior de fornecimento de nafta entre as partes. Em outubro de 2010, o contrato foi alterado de modo a estender sua duração até fevereiro de 2014, quando venceu. Atualmente, a Companhia está negociando a renovação desse contrato, e juntamente com a Petrobras concordou em continuar operando nos termos deste contrato durante as negociações. Nos termos do contrato de fornecimento de nafta, conforme alterado:

- a Petrobras concorda em vender e entregar nafta as nossas plantas de produtos petroquímicos básicos no Polo de São Paulo para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a comprar um volume anual mínimo de nafta;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de nafta a cada ano;
- o preço pago pela Companhia pela nafta no escopo desse contrato tem por base diversos fatores, entre eles os preços de mercado da nafta e diversos derivados petroquímicos, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio real/dólar e o nível de parafinidade da nafta entregue;
- o contrato será alterado na eventualidade de fatos extraordinários imprevistos provocarem a ruptura de seu equilíbrio econômico-financeiro; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 30 dias (2) ocorrer evento de força maior, persistindo por mais de 180 dias; (3) a Companhia transferir ou der em garantia a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato sem a prévia anuência da Petrobras; (4) uma alteração da propriedade ou do objeto social da Braskem Qpar que entre em conflito com o objeto do contrato; (5) uma mudança no tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Braskem Qpar que venha a conflitar com a execução do objeto do contrato ou (6) dissolução, falência ou liquidação da Braskem Qpar.

Contratos de fornecimento com a SONATRACH

A empresa La Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (SONATRACH) (empresa nacional algeriana de petróleo) é um dos mais importantes fornecedores de nafta e condensado importados para a Companhia. A Companhia importa nafta da SONATRACH desde 2002. Anualmente, são negociados o volume mínimo e máximo de nafta e condensado a serem comprados da SONATRACH. Na hipótese de impossibilidade de renovar o contrato de fornecimento com a SONATRACH, a administração acredita que poderia comprar quantidades suficientes de nafta de outros fornecedores, de outras fontes, para atender às necessidades de suprimento das plantas de petroquímicos básicos dos Polos Petroquímicos do Nordeste e do Sul do Brasil.

Outros contratos de fornecimento

Dentro da estratégia de diversificar as fontes de suprimento de nafta, estamos adquirindo nafta por meio de acordos de fornecimento anual com fornecedores na Argentina, Venezuela e em outros países da América Latina e da África do Norte.

Compras de nafta no mercado a vista

Além dos fornecimentos de nafta mediante os contratos acima descritos, a Companhia compra ocasionalmente nafta no mercado à vista de fornecedores estrangeiros localizados no norte da África e na América do Sul.

Etano e propano

O etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela Companhia para produzir seus produtos petroquímicos básicos no Polo do Rio de Janeiro e representam o principal custo de produção e operacional da unidade de petroquímicos básicos do Polo do Rio de Janeiro. O preço do etano e do propano comprados pela Companhia varia principalmente de acordo com as mudanças no preço internacional em dólares desses insumos.

Em dezembro de 2000, a RioPol e a Petrobras firmaram um contrato de fornecimento de etano e propano. O prazo inicial desse contrato termina em 2020 e ele é automaticamente renovável por um período de dois anos, a menos que uma das partes avise a outra, por escrito e com pelo menos um ano de antecedência, de sua intenção de não renová-lo. Pelos termos desse contrato:

- a Petrobras concorda em vender e entregar etano e propano à planta de petroquímicos básicos da Companhia no Polo do Rio de Janeiro para uso exclusivo como matéria-prima;

- a Companhia fica obrigada a comprar e a Petrobras deve entregar um volume anual mínimo de etano e/ou propano;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de etano e propano a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de etano e propano que comprará nos quatro meses imediatamente seguintes;
- o preço do etano e do propano tem por base o preço US Marketscan Mont Belvieu;
- o contrato será alterado na eventualidade de ocorrerem fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 60 dias; (2) ocorrer evento de força maior que persista por mais de 365 dias; (3) a Companhia transferir ou der como garantia a um terceiro a totalidade ou parte dos seus direitos e obrigações pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras; e (4) dissolução, falência ou liquidação da RioPol.

Hidrocarbonetos Leves de Refinaria

Em janeiro de 2005, a Braskem Qpar e a Petrobras firmaram um contrato de compra e venda de uma cadeia de Hidrocarbonetos Leves de Refinaria, dos quais separamos o eteno e o propeno. Esse contrato prevê que a Companhia e a Petrobras deverão negociar sua renovação antes de seu término em 2020 e que, na eventualidade de a Petrobras não pretender renovar o contrato, ela deverá notificar a Companhia com antecedência mínima de dois anos do término do contrato e cumprir todos os termos e condições do contrato até 2028. Nos termos do contrato:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar Hidrocarbonetos Leves de Refinaria à planta de petroquímicos da Companhia no Polo de São Paulo para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a adquirir um volume mínimo diário de Hidrocarbonetos Leves de Refinaria;
- o preço dos Hidrocarbonetos Leves de Refinaria tem por base diversos índices de mercado;
- o contrato será alterado na hipótese de ocorrência de fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior que impeça a execução do contrato ; (3) a Companhia transferir ou der em garantia a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos, obrigações e créditos pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras, a menos que o terceiro seja um membro do grupo econômico da Companhia; (4) dissolução ou falência da Braskem Qpar; e (5) mudança no tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou outra forma de reestruturação societária da Braskem Qpar que entre em conflito com o objetivo do contrato ou impeça sua execução.

Utilidades

Geramos aproximadamente 39% de nossas necessidades de consumo de energia do Polo Petroquímico de Camaçari e a CHESF, estatal brasileira de geração de energia elétrica localizada no estado da Bahia.

Geramos aproximadamente 34% de nossas necessidades de consumo de energia do Polo Petroquímico de Triunfo, sendo o restante adquirido principalmente de diversas empresas mediante contratos de longo prazo no Mercado Livre de Energia.

Geramos aproximadamente 15% de nossas necessidades de consumo de energia do Polo de São Paulo, sendo o restante adquirido principalmente de diversas empresas mediante contratos de longo prazo de energia celebrados com diversas empresas.

Adquirimos a maior parte da energia necessária para o Polo do Rio de Janeiro da Petrobras Energia através de contratos de longo prazo, com vencimento em agosto de 2015, e de outros fornecedores de energia através de diversos contratos de longo prazo com vencimento a partir de 2018.

Vendas e comercialização da Unidade de Petroquímicos Básicos

Vendemos produtos petroquímicos básicos principalmente no Brasil, sobretudo a produtores petroquímicos de segunda geração, inclusive as outras unidades de negócios, bem como a clientes dos Estados Unidos, da Europa, da América do Sul e da Ásia.

Como acontece comumente com outros produtores de petroquímicos de primeira geração, a Unidade de Petroquímicos Básicos apresenta alta concentração de vendas a um número reduzido de clientes. As vendas líquidas aos 10 maiores clientes da Unidade de Petroquímicos Básicos (com exclusão das vendas entre unidades) representaram 52,3% do total da receita líquida de vendas da Unidade de Petroquímicos Básicos (com exclusão das vendas entre unidades) no Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A tabela a seguir demonstra nossa receita líquida de vendas no mercado interno e exportações, excluindo vendas inter-companhias, da nossa Unidade de Petroquímicos Básicos para os anos indicados abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em milhões de reais)		
Receita líquida:			
Vendas no mercado interno	R\$8.459,5	R\$7.786,3	R\$7.705,7
Exportação	5.389,8	5.661,7	6.022,7
	R\$13.849,3	R\$13.448,0	R\$13.728,4

Vendas no mercado interno de Petroquímicos Básicos

De acordo com nossa estratégia comercial, a Unidade de Petroquímicos Básicos está focada na formação de relacionamentos de longo prazo com nossos clientes e celebração de contratos para suprimento de longo prazo, os quais preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais. Os preços praticados no mercado interno para o eteno são determinados tomando por referência os preços de contratos da Europa Ocidental. Os preços no mercado interno praticados para o propeno são determinados de acordo com uma fórmula pela qual 34% do preço é determinado com referência aos preços do Noroeste da Europa e os 66% restantes com base nos preços de contrato da América do Norte. Os preços do butadieno para o mercado interno são determinados por referência ao preço de contratos do Golfo dos EUA e, diferentemente dos preços praticados para outros petroquímicos básicos da Companhia, incluem custos de frete. Os preços praticados no mercado interno para o nossos produtos BTX, incluindo benzeno, paraxileno, ortoxileno e tolueno são fixados por referência aos preços no mercado à vista da América do Norte. Os preços para o mercado interno de solventes são estipulados tomando por referência os preços do mercado internacional, e os preços das olefinas e produtos aromáticos são fixados para o mercado interno tomando por base diversos indicadores de mercado.

Exportação de Petroquímicos Básicos

Exportamos petroquímicos básicos principalmente a clientes dos Estados Unidos e da Europa. Os preços de exportação:

- do benzeno, do tolueno e do paraxileno são estipulados tomando por referência os preços do mercado do Golfo dos EUA; e
- do propano, ETBE, ortoxileno, buteno-1 e isopreno, os preços vigentes no mercado europeu.

Estamos empenhados em manter a posição de liderança que ocupamos no mercado brasileiro, continuando, ao mesmo tempo, a usar as exportações como proteção a nossas operações e para controlar o equilíbrio entre demanda e produção. Em 2014, as vendas líquidas de exportação da Unidade de Petroquímicos Básicos representaram 21,1% da receita líquida de vendas daquela unidade.

Adicionalmente, aplicamos nosso conhecimento de negociação de commodities para aumentar as operações de revenda da nafta e derivados de petróleo nos mercados internacionais. A fim de atender às exigências dos craqueadores de nafta

(em termos de tempo, preço e qualidade), mantemos um fornecimento excedente de nafta e revendemos o excesso no mercado spot. Em 2014, as operações de revenda registraram receita média de R\$ 257,7 milhões por mês.

Concorrência

Nossos clientes de petroquímicos básicos, em sua maioria produtores petroquímicos de segunda geração cujas plantas se localizam nos Polos Petroquímicos brasileiros, teriam dificuldade em obter seus insumos de outras fontes por preços mais baixos em razão do alto custo de transporte desses produtos bem como de outras dificuldades logísticas. Ademais, como o Brasil logrou a autossuficiência na produção de olefinas, atendendo a demanda interna, as importações desses produtos são geralmente esporádicas e em regra associadas às paradas programadas para manutenção de plantas ou para cobrir a demanda interna não atendida.

Ao longo dos últimos anos, conforme aumentou a diferença no custo das matérias-primas nafta e gás para craqueadoras petroquímicas, muitos craqueadores que utilizam gás como matéria-prima têm se tornado produtores de baixo-custo nos mercados mundiais e observado uma melhora em suas margens em comparação aos craqueadores de nafta, como a Companhia. Contudo, uma vez que craqueadoras à base de gás podem produzir menos coprodutos e subprodutos gerados pelas craqueadoras à base de nafta, tais como propeno, butadieno e produtos BTX, e em menores quantidades, houve um aumento nos preços destes produtos no mercado internacional. Como consequência dos preços mais altos para tais coprodutos e subprodutos, nossa receita líquida com a exportação destes produtos aumentou, e acreditamos que este aumento na receita líquida de exportação destes produtos deva se manter no futuro, na medida em que diminua a diferença da competitividade relativa das matérias-primas das craqueadoras. A concorrência desses produtos nos mercados internacionais baseia-se principalmente no preço dos produtos entregues e aumentou desde meados de 2008, quando foi rompido o equilíbrio entre oferta e demanda, devido ao impacto da crise global financeira e creditícia nos consumidores desses produtos. Nos mercados internacionais de nossos petroquímicos básicos, a concorrência está representada por um grande número de produtores, alguns deles substancialmente maiores e contando com recursos financeiros, de fabricação, tecnológicos e de marketing expressivamente maiores que os nossos.

Unidade de Poliolefinas

Em 31 de dezembro de 2014, nossas plantas de produção de poliolefinas registraram a maior capacidade média anual de produção entre todos os produtores de segunda geração de produtos de poliolefinas na América Latina. A Unidade de Poliolefinas gerou receita líquida de vendas de R\$ 18.397,6 milhões em 2014, ou 33,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

Nossa Unidade de Poliolefinas é composta por operações conduzidas pela Companhia nas treze unidades de polietileno e seis unidades de polipropileno no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro.

Produtos da Unidade de Poliolefinas

Nossa Unidade de Poliolefinas produz:

- polietileno, inclusive PEBD, PEBDL, PEAD, polietileno de ultra alto peso molecular (PEUAPM), EVA e “polietileno verde” de fontes renováveis; e
- polipropileno.

Os produtos fabricados correspondem a um amplo leque de poliolefinas destinados a bens de consumo e aplicações industriais, abrangendo:

- filmes de plástico para embalagem de produtos alimentícios e industriais;
- garrafas, sacolas de compras e outros recipientes para bens de consumo;
- autopeças; e
- utilidades domésticas.

A tabela a seguir apresenta a composição do volume de vendas da Unidade de Poliolefinas por linha de produto e por mercado nos anos indicados.

	<u>Exercício encerrado em 31 de dezembro</u>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	(milhares de toneladas)		
Vendas no mercado interno:			
Poliétileno(1).....	1.743,0	1.765,7	1.660,5
Polipropileno.....	1.204,0	1.268,9	1.233,3
Outros.....	20,3	19,6	21,5
Total vendas no mercado interno.....	<u>2.967,4</u>	<u>3.054,2</u>	<u>2.915,3</u>
Total exportações.....	<u>1.112,5</u>	<u>1.150,3</u>	<u>1.334,8</u>
Total vendas Unidade Poliolefinas	<u>4.079,9</u>	<u>4.204,5</u>	<u>4.250,1</u>

(1) Inclui EVA.

Prestamos assistência técnica aos clientes com o fim de atender suas necessidades específicas, adaptando e modificando nossos produtos de polietileno e polipropileno. Em particular, desenvolvemos compostos de polipropileno de valor agregado customizados para utilização por nossos clientes em suas aplicações especializadas. A administração acredita que a diversidade de processos tecnológicos nas plantas de poliolefinas constitui uma vantagem competitiva no atendimento às necessidades dos clientes.

Instalações industriais da Unidade de Poliolefinas

Em 31 de dezembro de 2014, a Unidade de Poliolefinas contava com 19 plantas. A Unidade de Poliolefinas opera sete plantas localizadas no Polo Petroquímico de Triunfo, cinco plantas no Polo Petroquímico de Camaçari, cinco plantas no Polo Petroquímico de São Paulo e duas plantas no Polo Petroquímico do Rio de Janeiro.

A próxima tabela mostra, para os principais produtos de Poliolefinas da Companhia, a capacidade anual de produção em 31 de dezembro de 2014 e a produção anual dos anos indicados.

<u>Principais Produtos</u>	<u>Capacidade Anual de Produção</u> (em toneladas)	<u>Produção</u> <u>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</u>		
		<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Poliétileno:				
PEBD/EVA(1)	801.000	616.849	697.540	702.625
PEAD/PEBDL/PEUAPM(2).....	2.230.000	1.890.974	1.960.394	1.910.685
Polipropileno(3)	1.965.000	1.592.491	1.627.142	1.646.618

(1) Representa a capacidade e a produção das cinco plantas com linha de produção variável (*swing*) capazes de produzir dois tipos de resina.

(2) Representa a capacidade e a produção das oito plantas com unidade *swing*, capazes de produzir dois tipos de resinas. A capacidade varia dependendo da produção efetiva.

(3) Representa a capacidade e a produção de seis plantas.

Em setembro de 2010, a Companhia passou a produzir eteno em uma nova planta do Polo de Triunfo, que produz eteno "verde" utilizando etanol proveniente da cana de açúcar recebido por meio do Terminal Santa Clara como sua principal matéria-prima. Essa planta tem capacidade de produção anual de 200.000 toneladas de eteno.

Matérias-primas da Unidade de Poliolefinas

Eteno e propeno

Os custos da compra de eteno e propeno, que são os custos diretos mais significativos associados à produção de polietileno e polipropileno da Companhia, responderam, em conjunto, por 88,9% do total de custos variáveis de produção da Unidade de Poliolefinas em 2014. A Unidade de Poliolefinas compra eteno e propeno da Unidade de Petroquímicos Básicos a preços apurados tomando por referência os preços internacionais de eteno. Em 2014, nossa Unidade de Poliolefinas adquiriu a totalidade de suas necessidades de eteno e 53,1% de suas necessidades de propeno de nossa Unidade de Petroquímicos Básicos.

Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Subsidiárias

Em agosto de 2013, firmamos um contrato de doze meses de fornecimento de propeno com a Petrobras, em nome da subsidiária Refinaria Alberto Pasqualini S.A. (REFAP), controlada e operada pela Petrobras. O contrato possui vencimento em junho de 2015. Nos termos do contrato, a Companhia adquirirá um fornecimento anual de 92.5 mil toneladas de propeno. Esperamos negociar a extensão da validade do contrato antes do seu vencimento.

O contrato determina que:

- a REFAP se compromete em vender e entregar propeno à Companhia exclusivamente para ser usado como matéria-prima; e
- a Companhia se compromete em comprar, e a REFAP se compromete em vender a preços determinados por referência aos preços do propeno na Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Esse volume será usado para atender as plantas atuais da Unidade de Poliolefinas no Polo Petroquímico de Triunfo e ficará disponível para suprir demanda adicional que surgir em virtude da ampliação dessas plantas e aquisição de outras.

Em setembro de 2005, celebramos com a Petrobras um contrato de 20 anos de fornecimento de propeno, em vigor desde maio de 2008, para a planta da Paulínia, automaticamente renovável por prazos consecutivos de dois anos após o prazo inicial, a menos que rescindido por uma das partes. Nos termos do contrato, a Companhia compra 300.000 toneladas de propeno por ano. De acordo com esse contrato:

- a Petrobras se compromete em vender e entregar propeno à Companhia exclusivamente para uso como matéria-prima; e
- a Companhia se compromete em comprar, e a Petrobras se compromete em vender a preços apurados tomando por referência os preços da costa do Golfo dos Estados Unidos para o propeno.

Entre maio de 2001 e fevereiro de 2006, a Quattor Petroquímica e a Petrobras firmaram cinco contratos de fornecimento de propeno. Esses contratos têm prazos iniciais com vencimento em várias datas entre maio de 2016 e fevereiro de 2026, e dois deles são automaticamente renováveis por um período de cinco anos, a menos que uma das partes notifique a outra por escrito, pelo menos seis meses antes do término do contrato, de sua intenção de não renová-lo. Nos termos dos contratos:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar propeno às plantas de polipropileno da Companhia nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Petrobras se compromete a fornecer um total de 440.000 toneladas de propeno à Companhia anualmente;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de propeno a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de propeno que comprará nos três ou quatro meses imediatamente seguintes;
- o preço pago pela Companhia pelo propeno de acordo com esses contratos tem por base principalmente o preço ICIS-LOR do propeno na Costa do Golfo dos EUA; e
- o contrato será alterado na eventualidade de ocorrência de fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Petrobras poderá rescindir o contrato sem aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer um evento de força maior, embora alguns desses contratos exijam que tal evento persista por mais de 180 dias; (3) a Companhia transferir ou der em garantia a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato sem a anuência da Petrobras; (4) alteração da gestão ou objeto social da Braskem Petroquímica que entre em conflito com o objeto do contrato; (5) dissolução, falência ou liquidação da Braskem Petroquímica; e (6) mudança no tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou qualquer outra reestruturação societária da Braskem Petroquímica que entre em conflito com o objeto do contrato ou impeça sua execução.

Contratos para Fornecimento de Etanol

Em março de 2010, assinamos um contrato para fornecimento de etanol com um grande produtor desse combustível para abastecimento de nossa nova planta, que produz eteno utilizando etanol proveniente da cana de açúcar. Esse contrato entrou em vigência em agosto de 2010 e possui vencimento em julho de 2016. Em novembro de 2013, celebramos um novo contrato com um grande produtor de etanol, que entrou em vigor em maio de 2014 e possui vencimento em abril de 2016. Nos termos desses contratos, temos ou teremos o dever de adquirir uma quantidade anual de etanol suficiente para suprir aproximadamente 70% da capacidade dessa planta de eteno. O preço que pagaremos nos termos desses contratos é ou será determinado com referência no preço mensal do álcool hidratado carburante, conforme publicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura (CEPEA/ESALQ).

Também compramos etanol no mercado à vista, a fim de complementar o fornecimento obtido por meio desses contratos. O preço que pagamos pelo etanol nos termos da maior parte desses contratos é determinado com referência em indicadores de mercado.

Outras matérias-primas e Utilidades

Além da venda direta de poliolefinas para clientes, a Unidade de Poliolefinas comercializa produtos no Brasil através de distribuidoras exclusivas independentes. A Unidade de Poliolefinas é atendida por seis distribuidoras, através das quais a Companhia distribui seus produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

A Unidade de Poliolefinas também utiliza buteno e hexano como matérias-primas na produção de PEAD e PEBDL. O buteno é fornecido pela Unidade de Petroquímicos Básicos e o hexano é importado de fornecedores da África do Sul.

As nossas Plantas Unipol®, nos Polos Petroquímicos de Camaçari e do Rio de Janeiro utilizam catalisadores fornecidos pela Univation Technologies. Nossa planta de PEAD no Polo Petroquímico de São Paulo utiliza catalisadores fornecidos pela W.R. Grace & Co. A planta de PEAD (*slurry*), no Polo Petroquímico de Camaçari, produz seus próprios catalisadores, e os insumos para a produção desses catalisadores são adquiridos de diversos fornecedores a preços de mercado. A Companhia compra a maior parte dos catalisadores utilizados nas plantas de polipropileno da Basell Polyolefins Company N.V, ou Basell, além de importar alguns catalisadores de fornecedores dos Estados Unidos e da Europa. A Companhia compra os catalisadores usados pela Unidade de Poliolefinas na linha *swing* da planta de PEBDL/PEAD da Basell. A Companhia produz seus próprios catalisadores para as plantas de PEAD usando tecnologia Hoechst, e compra os insumos necessários para produzir esses catalisadores de diversos fornecedores a preços de mercado.

A Unidade de Petroquímicos Básicos fornece a maior parte das necessidades de vapor e água às instalações da Unidade de Poliolefinas. Adquirimos vapor e água para a planta de polietileno do Polo do Rio de Janeiro da Lanxess. A água para atender as plantas de polietileno localizadas em Santo André é adquirida da Refinaria de Capuava da Petrobras (RECAP) ou do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

A energia elétrica para cada uma de nossas plantas de Poliolefinas, salvo as Plantas do Complexo de Camaçari, é adquirida de terceiros mediante contratos de compra e venda de eletricidade de longo prazo. No Polo Petroquímico de Camaçari, as plantas de Poliolefinas adquirem a energia elétrica necessária da Unidade de Petroquímicos Básicos. As plantas de poliolefinas do Polo Petroquímico de Camaçari têm condições de comprar eletricidade de fontes alternativas caso a Unidade de Petroquímicos Básicos se veja impossibilitada de atender a demanda total de eletricidade.

Em geral, acreditamos que existem fontes alternativas suficientes disponíveis a preços razoáveis para cada um desses outros insumos utilizados no processo de produção de poliolefinas, de maneira que a perda de qualquer fornecedor dado não prejudicaria de forma relevante nossas operações.

Vendas e comercialização da Unidade de Poliolefinas

A Unidade de Poliolefinas vende produtos de polietileno e polipropileno a cerca de 1.302 clientes. A Companhia dispõe de um *mix* diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Os clientes da Unidade de Poliolefinas são, em geral, produtores de terceira geração que fabricam ampla variedade de bens de consumo e produtos industriais à base de plástico.

A receita líquida de vendas efetuadas aos 10 maiores clientes da Unidade de Poliolefinas respondeu por 19,2% da receita líquida total de vendas da Unidade de Poliolefinas em 2014. Nenhum cliente da Unidade de Poliolefinas, isoladamente, respondeu por mais de 3,0% da sua receita total de vendas em 2014, 2013 ou 2012.

A tabela a seguir demonstra nossa receita líquida de vendas no mercado interno e exportações da nossa Unidade de Poliolefinas para os anos indicados abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(em milhões de reais)		
Receita líquida:			
Vendas no mercado interno	R\$14.098,6	R\$12.848,6	R\$10.427,3
Exportações:			
América do Sul (exclui Brasil)	2.421,1	2.093,2	2.073,1
Europa	872,1	905,2	944,2
América do Norte	896,4	642,9	655,1
Ásia	189,4	166,0	245,8
Outros	24,6	288,8	111,3
Total de exportações	4.403,6	4.096,1	4.029,5
	<u>R\$18.502,2</u>	<u>R\$16.944,7</u>	<u>R\$14.456,8</u>

Vendas no mercado interno

A Companhia se empenha em formar relacionamentos duradouros com seus clientes. Dada a natureza cíclica dos mercados de seus produtos petroquímicos, a administração acredita que é possível reforçar a fidelidade dos clientes nos períodos de menor demanda de polietileno e polipropileno, proporcionando uma fonte segura de suprimento a esses clientes nas épocas de demanda elevada. Trabalhamos em estreita relação com nossos clientes para identificar suas necessidades, prestar assistência técnica e coordenar a produção e entrega de nossos produtos. Os clientes submetem propostas anuais apresentando uma estimativa de suas necessidades mensais para o ano vindouro com relação a cada um de nossos produtos de poliolefinas, inclusive especificações técnicas, prazos de entrega e condições de pagamento propostas. Avaliamos mensalmente as propostas com o fim de efetuar eventuais ajustes que sejam necessários, monitorar e assegurar fornecimento adequado para cada cliente.

Além das vendas diretas a clientes, a Unidade de Poliolefinas vende produtos no Brasil por intermédio de distribuidores independentes exclusivos. A Unidade de Poliolefinas conta com seis distribuidores, através dos quais distribuimos nossos produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

Escolhemos nossos distribuidores com base em sua capacidade de prestação de serviços completos a seus clientes, inclusive a capacidade de elaborar nossos produtos em bases customizadas. Esses distribuidores vendem nossos produtos de polietileno e polipropileno a fabricantes com necessidades de volume menores, podendo agrupar vários pedidos de produção e entrega a clientes que, do contrário, seria antieconômico atender. Além disso, ao atender clientes menores por meio de uma rede de distribuidores, os gerentes de conta focam seus esforços na prestação de serviço de alta qualidade a um número menor de clientes diretos de maior porte.

Exportações

O volume de exportações de poliolefinas varia, geralmente, com base no nível da demanda interna dos produtos da Companhia. A Unidade de Poliolefinas tem um escritório de vendas na Argentina, usado para consolidar os esforços de marketing naquele país. A Unidade de Poliolefinas também conta com um escritório de vendas na Holanda, usado para assessorar os clientes europeus, aumentar o conhecimento do mercado europeu, otimizar os processos de logística nesse mercado e fazer parcerias regionais. Além dos escritórios na Argentina e na Holanda, possuímos um escritório nos Estados Unidos, voltado para o desenvolvimento do mercado de plásticos para engenharia com a marca UTEC™. A Companhia também mantém um escritório de vendas no Chile, Peru e Colômbia.

A Companhia estabeleceu uma posição estratégica no mercado de poliolefinas na América do Sul e na Europa por meio de vendas diretas regulares, distribuidores locais e agentes que conhecem seus respectivos mercados. A estratégia de ampliar a presença nesses mercados estrangeiros destina-se, entre outros aspectos, a reduzir a exposição da Companhia à natureza cíclica do mercado internacional a vista de poliolefinas, por meio da formação de relações duradouras com clientes nos países vizinhos.

O principal foco da Unidade de Poliolefinas é manter a posição de liderança no mercado brasileiro, continuando, ao mesmo tempo, a exportar para administrar a relação entre nossa capacidade de produção e a demanda interna de nossos produtos. A administração entende que a presença constante nos mercados de exportação é essencial para ajudar a

administrar um eventual excesso de capacidade no mercado brasileiro e manter a posição de liderança no fornecimento de poliolefinas na América do Sul.

Preços e condições de vendas

A Companhia determina os preços do polietileno para o mercado interno tomando por referência preços de s da América do Norte e, com relação ao polipropileno, preços no mercado a vista do Nordeste da Ásia. Os clientes da Companhia no Brasil podem efetuar pagamento integral contra entrega ou optar por venda a prazo, que requer pagamento integral em 56 dias após a entrega. São cobrados juros dos clientes brasileiros que escolhem opção de pagamento a prazo com base nas taxas vigentes no mercado.

Nos últimos anos, alguns estados brasileiros estimularam a importação de polietileno e polipropileno, bem como os produtos finais destes polímeros, através de benefícios fiscais a produtos importados. No entanto, em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação federal que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Como resultado, os estados brasileiros não podem mais buscar atrair importações para portos locais através da oferta de benefícios fiscais na forma de redução da alíquota do ICMS. Para mais informações, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras — Principais Fatores que Afetam os Resultados das Operações da Companhia — Efeitos da Política Industrial Brasileira — Tarifas de Importação em Portos Locais.”

As exportações da Unidade de Poliolefinas a compradores de países fora do Cone Sul são realizadas em geral por meio do mercado à vista internacional. A base de clientes nesses mercados consiste principalmente de empresas comerciais exportadoras e distribuidores, a maioria deles com operações na Europa, Estados Unidos da América ou Ásia, principalmente Hong Kong. A precificação tem por base os preços no mercado à vista internacional. Todas as vendas nesses mercados são efetuadas com cartas de crédito. Os preços de exportação de polietileno e polipropileno da Unidade de Poliolefinas para países do Cone Sul baseiam-se em preços regionais e as referidas vendas são em geral realizadas com cartas de crédito ou por meio de cobranças bancárias diretas.

Concorrência

Somos o único produtor de polietileno e polipropileno no Brasil. Competimos com produtores de poliolefinas localizados na América do Sul e com outros importadores destes produtos. Em 2014, as importações brasileiras de polietileno e polipropileno registraram aumento de 8,5%, o que representou 29,0% do consumo brasileiro de poliolefinas.

Também competimos pelas exportações de nossos produtos de poliolefinas para outros países da América Latina e mercados nos Estados Unidos. Nosso segmento de exportação é um negócio de commodities, e concorremos com uma série de produtores de resinas, alguns deles contando com recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros maiores que os nossos. Nossa posição competitiva nos mercados de exportação que atendemos se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas, preços de venda, qualidade dos produtos e atendimento e assistência ao cliente.

Unidade de Vinílicos

A Companhia é líder na produção de PVC no Brasil com base no volume de vendas de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, suas fábricas de PVC apresentaram a terceira maior capacidade média anual de produção da América Latina. A Unidade de Vinílicos gerou uma receita líquida de venda de R\$ 2.709,5 milhões, ou 4,9%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados em 2014.

A Unidade de Vinílicos é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Nossa produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro, eteno e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica soda cáustica, que é utilizada por fabricantes de alumínio e papel e cloro.

Em 2014, a participação da Companhia no mercado brasileiro de PVC correspondia a aproximadamente 52,8%, com base no volume de vendas da Unidade de Vinílicos.

Produtos da Unidade de Vinílicos

A tabela a seguir apresenta a composição das vendas da Unidade de Vinílicos por linha de produto nos exercícios indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(milhares de toneladas)		
PVC.....	659,5	636,4	560,9
Soda cáustica.....	478,1	475,0	471,6
Outros(1).....	126,7	127,6	118,3
Total vendas Unidade de Vinílicos.....	<u>1.264,4</u>	<u>1.239,0</u>	<u>1.150,8</u>

(1) Inclui cloro, hidrogênio, soda cáustica em flocos, hipoclorito de sódio e exportações.

Instalações industriais da Unidade de Vinílicos

A Companhia possui cinco unidades de produção de vinílicos. Duas estão localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari e três outras estão localizadas no estado de Alagoas.

A tabela abaixo mostra, para cada um dos principais produtos de vinílicos, a capacidade anual de produção em 31 de dezembro de 2014 e a produção anual nos exercícios apresentados.

Principais Produtos	Capacidade Anual de Produção	Produção Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2014	2013	2012
		(em toneladas)		
PVC(1).....	710.000	633.942	582.579	498.621
Soda Cáustica(2).....	539.000	448.062	437.334	393.940

(1) Representa a capacidade de três plantas e produção de quatro plantas, incluindo produção em 2012 de nossa nova planta de PVC no estado de Alagoas, com capacidade anual de produção de 200 mil toneladas e cujas operações iniciaram em agosto de 2012.

(2) Representa a capacidade e a produção de duas plantas.

Matérias-primas da Unidade de Vinílicos

Eteno

O custo direto mais significativo associado à produção de PVC é o custo do eteno, que em 2014 respondeu por 55,4% do custo total das vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Petroquímicos Básicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos.

Energia elétrica

A energia elétrica constitui componente significativo do custo de nossa produção de cloro e soda cáustica. Em 2014, representou 12,4% do custo total de vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Vinílicos recebe eletricidade de diversas geradoras mediante contratos de compra de energia de longo prazo. As plantas de soda cáustica de Camaçari e de Alagoas e a planta de PVC de Camaçari compram eletricidade da CHESF, mediante um contrato de longo prazo a findar em junho de 2015. A Companhia Energética de Alagoas S.A., ou CEAL, distribui eletricidade à planta de PVC em Alagoas. O contrato de compra de energia com a CEAL é renovável com prorrogações automáticas de um ano. Esse contrato proporciona à Companhia a opção de comprar a totalidade de seus requisitos de energia com base em uma estimativa anual. As condições de preço do contrato tomam por base tarifas regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sal

Em 2014, a produção da Companhia de cloro e soda cáustica consumiu cerca de 823,0 mil toneladas de sal. O sal representou 0,3% do custo total de vendas da Unidade de Vinílicos em 2014. A Companhia tem direitos exclusivos de exploração de mina de sal localizada próximo à planta de Alagoas. Segundo nossas estimativas, a mina tem reservas suficientes de sal para permitir a produção de cloro às taxas previstas de produção durante aproximadamente 35 a 45 anos. Dispomos de significativas vantagens de custo em comparação com alguns concorrentes graças aos baixos custos de extração de sal-gema (particularmente em comparação com o sal marinho), baixos custos de transporte, em razão da proximidade da mina de sal de nossa unidade industrial.

Vendas e Comercialização de nossa Unidade de Vinílicos

A receita líquida de vendas aos 10 maiores clientes da Unidade de Vinílicos responderam por 44,8% de sua receita total líquida de vendas em 2014. Um único cliente respondeu por 9,4% da receita total de vendas da Unidade de Vinílicos em 2014, 13,3% em 2013 e 12,2% em 2012.

Existe uma ligação estrutural entre os mercados de PVC e soda cáustica porque a soda cáustica é um subproduto da produção do cloro necessário para produzir PVC. Quanto maior a demanda por PVC, maior será a produção de soda cáustica, levando a um aumento de oferta deste produto e, geralmente, a preços mais baixos. Por outro lado, quando a demanda de PVC é baixa, os preços da soda cáustica tendem a subir.

Realizamos a maioria de nossas vendas de PVC e soda cáustica diretamente a clientes brasileiros sem intermediação de distribuidores independentes. Contudo, a Unidade de Vinílicos mantém relações contratuais com três centros de distribuição localizados em Paulínia e Barueri, ambas no estado de São Paulo, e em Joinville, no estado de Santa Catarina, que fornecem suporte logístico. Ademais, operamos três unidades de armazenagem de PVC e seis unidades de tancagem em terminais para soda cáustica, estrategicamente situadas ao longo da costa brasileira, o que os permite entregar nossos produtos a clientes no formato "just-in-time". A Unidade de Vinílicos atua em estreita colaboração com seus clientes, trabalhando em conjunto para melhorar produtos existentes, bem como desenvolver novas aplicações para PVC. Nossos grupos de comercialização e assistência técnica também prestam consultoria a clientes e clientes em potencial que estejam considerando a instalação de equipamentos industriais para fabricação de produtos finais de PVC.

Preços e condições de vendas

Determinamos os preços internos de nossas resinas de PVC tomando por referência principalmente os preços pagos por produtores de terceira geração brasileiros por importações de PVC, que em geral refletem o preço no mercado à vista do Nordeste da Ásia, mais os encargos de serviço adicionais e custos de transporte. O prazo de entrega, qualidade e serviços técnicos também afetam os níveis de vendas das resinas de PVC. Estabelecemos nossos preços internos de soda cáustica com base no preço de mercado internacional, levando em conta eventuais impostos de importação e custos de frete. Aproximadamente 36,6% das nossas vendas de soda cáustica em 2014 foram realizadas de acordo com contratos em geral com prazos de um a três anos, podendo incluir tetos e pisos de preços.

Os preços que cobramos por nossos produtos PVC e soda cáustica no mercado brasileiro são tradicionalmente mais altos dos que os preços que seriam obtidos se a Companhia exportasse esses produtos. A diferença de preços entre os mercados interno e de exportação é em geral resultado de:

- custos de transporte;
- tarifas, impostos e outras barreiras comerciais;
- ágio que reflete a relação oferta/procura mais estreita no Brasil; e
- confiabilidade do nosso fornecimento, aliada ao suporte técnico que proporcionamos.

Nossos clientes no Brasil podem efetuar pagamento integral contra entrega ou podem optar por compra a prazo, que requer pagamento integral de 07 a 90 dias a contar da entrega. Cobramos juros de nossos clientes brasileiros que escolhem opções de pagamento mais longas com base nas taxas de mercado vigentes. Caso a Companhia exporte produtos de PVC e soda cáustica, as condições para exportações em geral requerem pagamento entre 90 e 120 dias a contar da entrega. Geralmente solicitamos cartas de crédito irrevogáveis para vendas ao mercado externo efetuadas no mercado à vista.

Concorrência

PVC

A Companhia e a Solvay são os dois únicos produtores de PVC do Brasil. A capacidade de produção anual instalada da Solvay no Brasil é de 300.000 toneladas, em comparação com a capacidade anual de produção da Companhia de 710.000 toneladas. As duas fábricas da Solvay estão localizadas em São Paulo e, portanto, mais próximas do principal mercado de PVC do Brasil do que nossas instalações. No entanto, acreditamos que nossas capacidades verticais de produção, nossas modernas plantas de PVC em suspensão, nosso forte atendimento ao consumidor e nossos programas de assistência técnica nos possibilitam concorrer de forma eficiente com a Solvay.

A concorrência também está representada por importadoras de PVC. A Solvay, que tem uma fábrica na Argentina, além de suas instalações no Brasil, também é o principal concorrente da Companhia no mercado brasileiro de PVC. As importações representaram cerca de 27,1% do consumo brasileiro de PVC em 2014. O PVC produzido no país tem atualmente preços competitivos em relação ao PVC importado, levando em conta os custos de transporte e os impostos de importação.

Também concorremos com outros produtores de termoplásticos que fabricam os mesmos produtos de PVC ou substitutos de produtos da linha de PVC da Companhia. As resinas termoplásticas, principalmente polietileno e polipropileno, são aplicadas em alguns casos como substitutas do PVC. Madeira, vidro e metais também são em alguns casos utilizados como substitutos do PVC.

Soda cáustica

Os quatro maiores produtores de soda cáustica no Brasil responderam por 90,1% da produção do país em 2014. A Companhia e outro companhia petroquímica internacional atuam nesse mercado em todo o Brasil, enquanto os outros produtores nacionais desse produto têm em geral uma atuação local ou regional. As importações representaram 46,2% do total do consumo de soda cáustica no Brasil em 2014.

Os principais concorrentes no mercado de soda cáustica em outras partes da América do Sul são a outras companhias petroquímicas internacionais que operam no Brasil e produtores localizados na Costa do Golfo dos EUA.

Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa inclui:

- as operações da Braskem America, que consistem em cinco unidades de polipropileno nos Estados Unidos; e
- as operações de duas unidades de polipropileno na Alemanha.

Em 31 de dezembro de 2014, as instalações da Unidade EUA e Europa apresentavam a maior capacidade de produção de polipropileno dos Estados Unidos. A Unidade EUA e Europa gerou receita líquida de vendas de R\$ 7.934,3 milhões em 2014, ou 14,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados.

Em junho de 2014, a Companhia anunciou a construção de uma unidade de produção de PEUAPM no complexo de La Porte, Texas, que deve entrar em operação em 2016. A Companhia acredita que a produção de PEUAPM especializado da nova planta deve complementar o atual portfólio de produtos, além de permitir acesso a novos mercados e desenvolvimento de parcerias com clientes atuais e futuros.

Produtos da Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa produz polipropileno. O volume de vendas de polipropileno desta unidade foi de aproximadamente 1.862.600 toneladas em 2014, 1.790.700 toneladas em 2013 e 1.744.100 toneladas em 2012. Para uma descrição dos usos dos produtos de polipropileno, vide “—Unidade de Poliolefinas”.

Unidades de Produção da unidade EUA e Europa

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção anual em 31 de dezembro de 2014 das plantas de polipropileno da Unidade EUA e Europa, bem como a produção anual para os anos apresentados.

<u>Unidade</u>	<u>Capacidade Anual de Produção</u>	<u>Produção</u>		
		<u>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</u>		
		<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(em toneladas)		
Estados Unidos	1.465.000	1.317.800	1.306.863	1.264.772
Alemanha.....	545.000	537.876	479.075	492.294

Matérias-primas da Unidade EUA e Europa

Propeno

O maior custo direto associado à produção de polipropileno pela Unidade EUA e Europa é o custo da compra do propeno.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha contratos de fornecimento de longo prazo com diversos fornecedores. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se geralmente em preços de mercado. Parte do propeno fornecido para as nossas plantas na costa do golfo é fornecida através de uma parceria limitada que formamos com um produtor líder de petroquímicos básicos, segundo a qual a Companhia adquire o propeno produzido por uma planta de eteno de tal produtor em La Porte, Texas. Nos termos de tal acordo de parceria, a parceria se compromete em nos fornecer propeno suficiente para produzirmos até 35% da capacidade anual de produção atual de nossas plantas localizadas na costa do golfo dos EUA até 2018, com preço baseado em uma fórmula de custo que inclui um desconto fixo decrescente até 2018.

Por conta da produção crescente de gás natural, as craqueadoras dos EUA passaram a utilizar matérias-primas mais leves, reduzindo a produção de propeno.

Recentemente, diversas companhias anunciaram planos para construir plantas de desidrogenação de propano (PDH) para a produção de propeno.

A Braskem firmou um contrato de longo prazo de propeno com uma dessas empresas, a Enterprise Products, que planeja construir uma planta de PDH no Texas com capacidade anual de 750 mil toneladas. A Companhia espera que esse contrato com um produtor renomado proporcione um fornecimento competitivo de propeno a longo prazo, utilizando como matéria-prima *shale gas* e outras fontes não tradicionais. A planta deve iniciar suas operações em 2016. Segundo o acordo, após a conclusão da planta, a Enterprise Products fornecerá para a Companhia propeno suficiente para produção de aproximadamente 65% da capacidade atual de produção anual das plantas do golfo dos Estados Unidos através de um acordo de longo prazo com prazo de 15 anos. Segundo o contrato os preços serão determinados com base no preço de mercado do propano e outros custos de mercado.

Em junho de 2012, adquirimos ativos de splitters de propeno na refinaria Marcus Hook, da Sunoco, que estão sendo utilizados para converter propeno grau refinaria em propeno grau polímero, que será utilizado na planta de polipropileno de Marcus Hook.

A Companhia adquire propeno para a planta de polipropileno na Alemanha através de um contrato de fornecimento de longo prazo que prevê o fornecimento de todo o propeno necessário nesta planta. Um desses contratos tem vencimento em dezembro de 2016 e é renovável automaticamente até dezembro de 2021, enquanto o outro contrato de fornecimento tem vencimento em março de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se cancelado por uma das partes. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se em preços de mercado.

Vendas e Marketing da Unidade EUA e Europa

A Unidade EUA e Europa vende produtos de polipropileno para cerca de 350 clientes. A Companhia possui um mix de produtos diversificado que lhe permite atender uma ampla variedade de clientes finais em diversos setores. Em geral, os clientes da Unidade EUA e Europa são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima.

A receita líquida de vendas dos 10 principais clientes da Unidade EUA e Europa correspondeu a 50,4% da receita líquida total da Unidade EUA e Europa em 2014.

A tabela a seguir apresenta a receita líquida de vendas da Unidade EUA e Europa para os anos indicados abaixo:

<u>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</u>		
<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(em milhões de reais)		

Receita líquida de vendas:

Europa.....	R\$2.167,3	R\$1.690,1	R\$1.587,3
EUA	5.767,0	5.058,4	3.877,9
	<u>R\$7.934,3</u>	<u>R\$6.748,5</u>	<u>R\$5.465,2</u>

Aproximadamente 50% das vendas de polipropileno na Unidade EUA e Europa são realizadas através de contratos de fornecimento de longo prazo com nossos clientes. Esses contratos têm em geral um prazo inicial de dois anos, sendo automaticamente renováveis por períodos de um ano, a menos que uma parte notifique a outra de sua intenção de não renovar. Os contratos também preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais.

A Companhia comercializa o restante de sua produção de polipropileno da Unidade EUA e Europa através de (1) sua força de vendas direta que procura formar relacionamentos de fornecimento com clientes nacionais e estrangeiros, (2) um número seletivo de distribuidores autorizados a representar a marca Braskem nos mercados norte-americano e europeu, (3) revendedores que comercializam esses produtos com marcas próprias nos mercados norte-americano e europeu, e (4) revendedores destes produtos em mercados internacionais.

Concorrência

A Unidade EUA e Europa é basicamente um negócio de commodities e compete com companhias locais, regionais e internacionais, algumas das quais têm mais recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros do que a Companhia. Embora os fatores concorrenciais variem entre as linhas de produtos, a posição competitiva da Companhia se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas e de produção, preços de venda, qualidade e tecnologia dos produtos, tecnologia de fabricação, acesso a novos mercados, proximidade de mercados e atendimento e assistência ao cliente.

Nossos principais concorrentes em vendas de polipropileno na América do Norte são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, a demanda ocorre em função do crescimento econômico na América do Norte e no restante do mundo. A participação de mercado da Braskem na América do Norte em 2014 foi de 17,9%.

Nossos principais concorrentes em vendas de polipropileno na Europa são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, a demanda ocorre em função do crescimento econômico na Europa e no restante do mundo.

Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos gerou receita líquida de vendas de R\$ 842,7 milhões em 2014, ou 1,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos fabricados pela Unidade de Petroquímicos Básicos, bem como produtos de mais de 100 empresas nacionais e estrangeiras. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos a um amplo leque de segmentos de mercado, abrangendo produtos agroquímicos, borracha e produtos químicos para finalidades gerais, alimentos e ração, aromatizantes e fragrâncias, cosméticos e farmacêuticos, produtos residenciais e para outros segmentos industriais, plásticos de engenharia, bem como tintas, resinas, adesivos e construção civil.

Produtos Distribuídos pela Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui uma linha grande e diversificada de mais de 1.000 produtos. Os produtos distribuídos pela Unidade de Distribuição de Produtos Químicos são classificados da seguinte forma:

- solventes, incluindo solventes alifáticos, solventes aromáticos, solventes sintéticos e solventes ecologicamente corretos (com menor toxicidade e maior biodegradabilidade que solventes comuns);
- plásticos de engenharia;
- solventes hidrocarbônicos e isoparafinas; e
- produtos químicos de finalidades gerais, incluindo óleos para processamento, produtos químicos intermediários, misturas, químicos especiais, farmacêuticos e santopreno.

A tabela a seguir apresenta um detalhamento do volume de vendas da Unidade de Distribuição de Produtos Químicos, por produto, para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
	(milhares de toneladas)		
Solventes	122,4	149,5	222,9
Produtos químicos para finalidades gerais	99,3	122,7	111,1
Total de vendas líquidas	221,7	271,3	334,3

Acordos de Distribuição

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos possui relacionamentos comerciais com mais de 100 empresas nacionais e estrangeiras, pelas quais distribui produtos específicos, dentre elas:

- Conoco-Phillips para a distribuição de solventes de hidrocarboneto;
- Sasol Solvents para a distribuição de solventes sintéticos;
- Lubrizol para a distribuição de aditivos para lubrificantes;
- Wacker Chemie GmbH para a distribuição de produtos derivados do silicone;
- RT Vanderbilt para a distribuição de produtos químicos especializados para as indústrias de borracha, cosméticos e lubrificantes;
- Sasol Wax para a distribuição de ceras;
- DCC para a distribuição de pigmentos;
- Emerald Kalama para a distribuição de produtos químicos intermediários e especializados; e
- Sandoz para a distribuição de ingredientes ativos farmacêuticos.

Nossa Unidade de Distribuição de Produtos Químicos também firmou acordos de distribuição que preveem direitos exclusivos de distribuição de produtos específicos no Brasil, incluindo acordos de distribuição com:

- a Ergon, para distribuição de petróleo naftênico;
- a SK, para a distribuição de parafínicos GIII; e
- a RT Vanderbilt, para a distribuição de produtos químicos especializados para as indústrias de borracha, cosméticos e lubrificantes, pelo qual a QuantiQ não poderá distribuir produtos para concorrentes da Vanderbilt;

Em geral, a Unidade de Distribuição de Produtos Químicos inicia as atividades de distribuição para um produtor com uma carta de intenção com prazo de um ano, e após esse período estende as relações comerciais ou os acordos de distribuição por um período indefinido. De forma geral, os acordos de distribuição com a Unidade de Distribuição de Produtos Químicos podem ser encerrados por qualquer uma das partes mediante notificação com 30 a 180 dias de antecedência.

Nossos acordos de distribuição costumam ser acordos de estoque locais, acordos de venda intermediada ou acordos que apresentem características de ambos. Nos termos dos nossos acordos de estoque locais, a Companhia adquire produtos químicos para revender aos seus clientes. Esses acordos não contêm requisitos de volume mínimo ou margem máxima. Os preços das vendas realizadas para a Companhia nos termos desses acordos são negociados entre a Companhia e o produtor. O acordo de distribuição entre a Companhia e a Petrobras determina nossa elegibilidade para receber descontos em compras, com base no volume de produtos adquiridos. Nos termos dos nossos acordos de vendas intermediadas, a Companhia atua como agente de vendas e recebe uma comissão sobre a receita comercial total (preço FOB) gerada para o produtor pelas vendas.

Vendas e Marketing da Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos a varejistas de produtos químicos, produtores petroquímicos de terceira geração e outros fabricantes. A Companhia determina os preços dos produtos distribuídos através de consulta a diversos fatores mercadológicos, incluindo os preços pagos por produtores de terceira geração para a importação desses produtos, além dos preços de mercado em vigor no Brasil.

A Unidade atende aproximadamente 5,0 mil clientes atuantes em mais de 50 segmentos do mercado, por intermédio de 7 unidades de negócios apoiadas por oito escritórios de venda em todo o Brasil. A Unidade opera cinco centros de distribuição que incluem armazéns e tanques. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos possui centros de distribuição em Guarulhos, no estado de São Paulo, em Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, e em Mauá, no estado de São Paulo.

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos em diversos segmentos de mercado. Nenhum cliente representou mais de 10% da receita líquida de vendas da Unidade de Distribuição de Produtos Químicos em 2014, 2013 ou 2012.

Concorrência

O setor de distribuição de produtos químicos no Brasil registrou receita de US\$ 6,6 bilhões em 2013 (último ano para o qual tais informações estão disponíveis), de acordo com os dados preliminares publicados pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos. O setor de distribuição de produtos químicos no Brasil é extremamente fragmentado, com poucos distribuidores grandes, tais como Bandeirantes Brazmo, M Cassab, Coremal, Arinos, Makeni Química e Brenntag, e muitos distribuidores pequenos. A Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos estima que 14% das empresas nesse setor registram vendas anuais de mais de US\$ 150 milhões, enquanto que 75% possuem vendas anuais inferiores a US\$ 50 milhões. A base de clientes de distribuidores de produtos químicos é composta, principalmente, de clientes que consomem pequenos volumes de qualquer produto distribuído.

Tecnologia, pesquisa e desenvolvimento

Licenças tecnológicas

A Unidade de Petroquímicos Básicos utiliza tecnologia de processo de engenharia mediante acordos não exclusivos de várias fontes de processos específicos de produção. Foram firmados diversos contratos não exclusivos com várias empresas petroquímicas líderes para uso de certas tecnologias e catalisadores na Unidade de Poliolefinas. Alguns dos contratos de licenciamento usados pela Unidade de Poliolefinas permitem o uso da tecnologia em plantas já existentes e futuras. Foram firmados diversos contratos não exclusivos com várias empresas petroquímicas líderes para o uso de tecnologia na Unidade de Vinílicos. A Companhia firmou diversos contratos não exclusivos com diversas empresas petroquímicas líderes para usar certas tecnologias e catalisadores na produção de polipropileno de sua Unidade EUA e Europa. Alguns dos contratos de licença utilizados pela Unidade EUA e Europa permitem a utilização da tecnologia licenciada em plantas atuais e futuras. Caso algum dos contratos ou licenças seja rescindido, a administração acredita que teria condições de substituir a tecnologia em questão por tecnologia comparável ou superior, de outra origem.

Não são pagos royalties contínuos nos termos de nenhum dos contratos ou licenças usados pela Unidade de Petroquímicos Básicos ou pela Unidade de Vinílicos. A maioria dos contratos de licenciamento usados pela Unidade de Poliolefinas ou pela Unidade EUA e Europa não requer o pagamento de royalties contínuos. De acordo com os contratos de licenciamento que exigem pagamentos contínuos de royalties, tais pagamentos são efetuados trimestralmente com base no volume de produtos produzidos com a tecnologia licenciada.

A menor planta de cloro-soda da Companhia no Polo de Camaçari usa tecnologia de célula de mercúrio para produzir cloro e soda cáustica, tecnologia essa que não mais pode ser usada em novas unidades de produção de petroquímicos de acordo com a legislação brasileira, em parte devido a questões ambientais relativas a emissões de mercúrio resultantes desse processo de fabricação. O governo brasileiro pode exigir a mudança para a tecnologia de diafragma, mais recente, que é usada na planta de cloro-soda de Alagoas, ou para a tecnologia de membrana. Ainda não foi feita a transição para essas tecnologias mais novas em parte porque o retorno dos investimentos de capital implicados na mudança não seria tão elevado quanto o de outros investimentos potenciais.

Pesquisa e desenvolvimento

A capacidade da Companhia de competir nos mercados interno e de exportação onde atua depende de sua capacidade de integrar novos processos de produção desenvolvidos por ela e por terceiros, a fim de baixar custos e oferecer novos

produtos termoplásticos. Além disso, a capacidade de desenvolver novos produtos e customizar produtos já existentes reforça os relacionamentos com os clientes.

Em junho de 2014, a Companhia assinou uma parceria com a Amyris, Inc., ou Amyris, fabricante de produtos renováveis dos Estados Unidos, e com a Compagnie Générale des Établissements Michelin SCA, ou Michelin, fabricante de pneus sediada na França, através de um contrato celebrado originalmente entre a Amyris e a Michelin em 2011, para o desenvolvimento e produção de isopreno obtido a partir de fontes renováveis, tais como biomassa. Nos termos da parceria, a Companhia trabalhará com a Amyris e a Michelin no desenvolvimento de tecnologia para utilização de açúcares vegetais, tais como aqueles obtidos a partir da cana-de-açúcar brasileira e celulose, para a produção de isopreno de fonte renovável. Os direitos de comercialização do isopreno de fonte renovável serão compartilhados entre a Amyris e a Braskem, à medida que a tecnologia for desenvolvida pela parceria. A Michelin, por sua vez, terá direito a acesso preferencial, porém não exclusivo, ao isopreno renovável desenvolvido pela tecnologia.

A Companhia mantém um programa de pesquisa e desenvolvimento implantado principalmente em dois centros de pesquisa: o Centro Braskem de Tecnologia e Inovação, localizado no Polo de Triunfo, e o Centro de Tecnologia da Braskem America, localizado em Pittsburgh, na Pensilvânia. Através desses centros de pesquisa, a Companhia coordena e mantém o programa de pesquisa e desenvolvimento, que inclui (1) a operação de plantas piloto, (2) laboratórios de catálise, polimerização e pesquisa de polímeros e (3) centros de engenharia de processo e automatização. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que são classificados como despesas, totalizaram R\$ 138,4 milhões em 2014, R\$115,8 milhões em 2013 e R\$ 106,2 milhões em 2012.

Manutenção

A maior parte dos nossos serviços de manutenção é realizada por terceiros. A título exemplificativo, mantemos contratos com a CNO, a Asea Brown Boveri Ltd., Cegelec Ltda., Rip Serviços Industriais S/A, CI Engenharia Ltda. e outros prestadores de serviço tendo por objeto a manutenção da Unidade de Petroquímicos Básicos dos Polos de Camaçari e de Triunfo. Realizamos, ademais, algumas de nossas atividades de manutenção periódica, através de nossa pequena equipe de técnicos de manutenção, aos quais incumbe também coordenar o planejamento e a execução dos serviços de manutenção realizados por terceiros.

Unidade de Petroquímicos Básicos

A manutenção periódica das plantas de petroquímicos básicos requer a paralisação total das plantas de tempos em tempos, sendo o trabalho geralmente concluído em aproximadamente 30 dias. Ocasionalmente procedemos a outras interdições breves de nossas operações sem afetar de maneira relevante nossa produção, principalmente para fins de manutenção, regeneração de catalisadores e limpeza de equipamentos. Além disso, como possuímos duas unidades independentes de Olefinas e duas unidades independentes de Aromáticos no Polo de Camaçari e duas unidades independentes de Olefinas no Polo de Triunfo, podemos dar continuidade à produção de petroquímicos básicos sem interrupção, ainda que certos serviços de manutenção estejam em curso.

Programação das próximas paradas:

- unidade Olefinas do Polo do Rio de Janeiro em 2017;
- unidades de Olefinas 2 e Aromáticos 2 do Polo de Triunfo em 2018;
- unidades Aromáticos 1 e Olefinas 1 do Polo de Camaçari em 2019;
- unidades de Olefinas 1 e Aromáticos 1 do Polo de Triunfo em 2020; e
- unidades Olefinas e Aromáticos do Polo de São Paulo em 2021.

Plantas das Unidades de Poliolefinas, Vinílicos e EUA e Europa

A Companhia mantém um programa de manutenção periódica de cada uma das plantas de poliolefinas. A produção em cada uma das plantas da Unidade de Poliolefinas é em geral interrompida por sete a 20 dias a cada dois anos para permitir vistoria e manutenção periódicas. Além disso, são feitas outras breves interrupções para fins de manutenção que não afetam de maneira relevante a produção de poliolefinas. É feita a coordenação dos ciclos de manutenção das plantas de poliolefinas com aqueles das plantas de petroquímicos básicos. Embora as instalações de petroquímicos

básicos precisem ser fechadas por até 30 dias para manutenção, as instalações de poliolefinas podem ser fechadas por períodos menores, já que sua operação e manutenção são menos complexas que as das instalações de petroquímicos básicos. Da mesma forma, as unidades dos EUA e Europa procuram coordenar os ciclos de manutenção com as rotinas dos seus maiores fornecedores.

Dispomos de um programa de manutenção periódica para cada uma de nossas plantas de vinílicos. Nossas plantas de PVC de Camaçari e Alagoas são em geral paralisadas por 15 a 20 dias a cada dois anos, permitindo sua vistoria e manutenção periódica. Nossa planta de soda cáustica e cloro de Alagoas para uma vez por ano, durante três dias, para manutenção de diferentes partes da planta. A planta de soda cáustica e cloro de Camaçari não requer paralisações prolongadas para manutenção, sendo paralisada durante dois ou três dias a cada ano.

Legislação ambiental

Em todos os países em que a Companhia está presente suas operações estão sujeitas a legislação federal, estadual e municipal que rege a descarga e emissão de efluentes no meio ambiente e o manejo e descarte de resíduos industriais, assim como a outras leis relacionadas à proteção do meio ambiente.

As despesas anuais consolidadas da Companhia com atendimento ao controle ambiental foram de R\$ 190,0 milhões em 2014, R\$ 292,6 milhões em 2013, R\$ 256,3 milhões em 2012, R\$ 198,9 milhões em 2011 e R\$ 134,9 milhões em 2010. As despesas consolidadas referentes ao meio ambiente estão relacionadas às políticas da Companhia de contínuo controle e monitoramento ambiental e as operações da Companhia em curso não preveem nenhuma obrigação futura relevante. Contudo, é provável que nossos custos de atendimento à regulamentação ambiental aumentem em razão do aumento projetado de nossa capacidade de produção e aumentos projetados dos custos unitários de tratamento e descarte de resíduos industriais, bem como do custo de atendimento a futuras regulamentações ambientais.

Havia sido constituída uma provisão para contingências ambientais potenciais no valor de R\$ 26,2 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Atendimento às Leis Ambientais no Brasil

O governo brasileiro promulgou uma Lei de Crimes Ambientais em 1998 impondo sanções criminais a pessoas físicas e jurídicas que causem danos ambientais. As pessoas jurídicas que estiverem poluindo poderão ser multadas em até R\$50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser impedidas de firmar contratos com o governo, ser obrigadas a reparar os danos por elas causados e perder o direito a certos benefícios e incentivos fiscais. Os diretores, conselheiros e demais pessoas físicas poderão cumprir penas de até cinco anos de detenção por crimes ambientais.

As operações da Companhia atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Ademais, nós e algumas de nossas subsidiárias e diretores de nossa companhia e de nossas subsidiárias recebemos notificações eventuais de violações ambientais e estamos ou estivemos sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras. Estamos tratando de todas as questões ambientais das quais temos ciência e acreditamos que nenhuma dessas questões terá efeito adverso relevante sobre nossos negócios, situação financeira ou operações.

Licenças de funcionamento

As leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças e alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças e alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$500 a R\$50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor sanções civis e criminais, ou ambas as penalidades.

Cada estado no qual operamos possui suas próprias regras ambientais e as autoridades de cada estado emitiram permissões de operação que devem ser renovadas periodicamente. Além disso, todos os projetos de instalação e operação de instalações industriais no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro estão sujeitas a aprovação de diversas agências de proteção ambiental, que devem aprovar os projetos instalados anteriormente ao início das operações, além de renovar tais aprovações periodicamente. As autoridades estaduais emitiram permissões de operações para todas plantas, conforme segue: Polo de Camaçari (BA), Polo de Triunfo (RS), Polo de São Paulo e unidades de Cubatão, Santo André, Mauá e Paulínia (SP), Polo do Rio de Janeiro (RJ) e plantas de

Alagoas (AL). A Companhia detém todas as permissões necessárias e não espera ter dificuldade em renovar qualquer uma delas.

Resíduos industriais

A Companhia Riograndense de Saneamento, ou Corsan, companhia estatal do meio ambiente, opera um sistema integrado para o tratamento de efluentes líquidos, ou Sítel, no Polo Petroquímico de Triunfo. O Sítel trata a água residual gerada pela Companhia e por outros produtores petroquímicos em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada no Polo Petroquímico de Triunfo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição de água residual contaminada.

A água residual gerada pela Companhia no Polo do Rio de Janeiro é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição da água residual contaminada. Os resíduos sólidos perigosos são co-processados em fornos de cimento ou incinerados, enquanto outros tipos de resíduos sólidos são despejados em aterros sanitários aprovados pela Companhia.

A água residual gerada pela Companhia no Polo de São Paulo é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também conta com um sistema de coleta e descarte de água residual contaminada, enquanto resíduos perigosos gerados no Polo de São Paulo são incinerados em fornos de cimento e outros tipos de resíduos sólidos são descartados em aterros sanitários.

Nas instalações da Companhia na Bahia, toda a água residual é transportada para a Cetrel, uma instalação de tratamento de água residual. Os resíduos sólidos são incinerados em fornos de cimento ou incineradoras, e o resíduo remanescente é descartado em aterros sanitários.

Além disso, a Companhia possui uma série de programas de reciclagem, que incluem a reciclagem de resíduos sólidos e água residual. A Companhia recicla ou reutiliza 26,8% dos resíduos sólidos gerados em suas instalações e 28,2% da água utilizada nos processos de produção.

Cumprimento da Legislação Ambiental dos Estados Unidos

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos que disciplinam a descarga de efluentes, armazenagem, manejo, gestão, transporte e descarte de material perigoso, resíduos industriais e outros materiais no ambiente; o uso, armazenagem e manejo de vários tipos de produtos e materiais; e proteção da saúde e segurança e do meio ambiente. Em muitos casos, licenças específicas devem ser obtidas para tipos específicos de operações, emissões ou descartes. Por exemplo, as instalações nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia devem manter diversas permissões relativas à qualidade do ar e tratamento de água residual industrial, e cumprir com as exigências regulatórias relativas à gestão de resíduos. A Companhia detém as permissões necessárias para operar suas instalações (ou as mesmas encontram-se em processo normal de renovação). Acreditamos que as operações da Companhia nos Estados Unidos atendem em todos os aspectos relevantes às leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais em vigor naquele país.

Como ocorre com o setor petroquímico dos Estados Unidos em geral, o cumprimento das leis e regulamentos existentes e previstos aumenta o custo total de operação das atividades das plantas nos EUA, incluindo custos operacionais e custos de capital para construir, manter e modernizar equipamentos e dependências. Essas leis e regulamentos exigem e prevê-se que continuarão a exigir que a Companhia incorra em dispêndios de capital e despesas.

A Clean Air Act, lei promulgada em 1990 nos Estados Unidos, determina que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) deve estabelecer as Normas Nacionais de Qualidade do Ar Ambiente (NAAQS) para poluentes considerados prejudiciais à saúde pública e ao meio-ambiente. A Clean Air Act requer uma revisão periódica dos conceitos científicos nos quais as normas são baseadas, e das normas em si. NAAQS para o ozônio e partículas finas (conhecidas como PM_{2.5}), promulgadas pela EPA, resultaram na identificação de áreas de não conformidade em todo o país, entre elas determinadas áreas nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia, locais onde a Braskem America opera instalações. Como resultado dessas designações de não conformidade pela EPA, as agências locais ou estaduais de controle da poluição do ar irão aplicar exigências de licenciamento e/ou controle com o objetivo de reduzir emissões de precursores de ozônio (óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis) e partículas finas (inclusive precursoras da PM_{2.5}), de forma a demonstrar o cumprimento das NAAQS aplicáveis. Tais exigências podem incluir a imposição de exigências de compensação e poderiam resultar em maiores exigências de controle de emissões. Além disso, a EPA divulgou um comunicado informando que, em 2015, planeja reavaliar a suficiência da norma atual 2.5 NAAQS. Tal reavaliação poderia resultar em normas mais rígidas para o ar ambiente, o que poderia levar a exigências adicionais

específicas por estado, visando reduzir as taxas de emissão permitidas pelo PM2.5 ou normas precursoras de poluentes. Caso aplicáveis, tais exigências estaduais específicas seriam aplicáveis através de processos plurianuais. Adicionalmente, em dezembro de 2014, a EPA propôs reduzir o limite NAAQS primário para ozônio de 0,075 ppm para 0,065 a 0,070 ppm. Tal norma será promulgada provavelmente até o início de 2016.

Além das exigências de licenciamento e/ou controle que podem resultar da implementação das NAAQS em nível estadual e municipal, a EPA pode promulgar novos ou revisados Padrões de Desempenho de Fontes Novas ou Padrões de Emissão Nacional de Poluentes Perigosos federais que seriam aplicados a certas operações e podem exigir a instalação ou modernização dos equipamentos de controle a fim de satisfazer os limites aplicáveis de emissões e/ou normas operacionais segundo tais programas regulatórios. Os atuais regulamentos propostos pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Adicionalmente, existem diversas medidas legislativas e reguladoras a respeito de emissões de gases do efeito estufa em várias etapas de análise, discussão ou implantação pelo Congresso dos Estados Unidos e pela EPA. Em junho de 2014, a EPA propôs novas regulamentações visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa de unidades geradoras elétricas atuais, novas e reformadas. Os comentários foram enviados no quarto trimestre de 2014 e a regulamentação final não deve ser promulgada até o final de 2015 ou início de 2016. Embora neste momento não seja possível prever o impacto final dessas regulamentações sobre a Braskem America e a indústria petroquímica dos Estados Unidos em geral, elas poderiam acarretar no aumento dos custos de utilidades incorridos na operação e manutenção das instalações da Companhia nos Estados Unidos. Ademais, os regulamentos futuros que venham a limitar as emissões de gases do efeito estufa ou o teor de carbono de produtos, que visem setores específicos como o da fabricação de produtos petroquímicos, poderiam afetar negativamente a capacidade da Companhia de levar adiante as atividades da Braskem America, podendo também fazer diminuir a demanda de seus produtos. As atuais regulamentações propostas pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Leis Ambientais na Alemanha e na União Europeia

As operações da Companhia na Alemanha estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais alemãs, bem como regulamentos que regem a descarga de efluentes e emissões no meio ambiente, bem como o manuseio e descarte de resíduos industriais ou relacionados à proteção do meio ambiente e gestão de resíduos. As operações da Companhia na Alemanha atendem em todos os aspectos materiais às leis ambientais alemãs federais, estaduais e locais, bem como os regulamentos em vigor.

Assim como no setor petroquímico da União Europeia em geral, o atendimento a leis e regulamentos alemães existentes e futuros aumenta o custo global de operar os negócios na Europa, inclusive custos operacionais e custos de construção, manutenção e atualização de equipamentos e instalações. Tais leis e regulamentos exigem, e devem continuar a exigir, que a Companhia realize gastos de capital e de despesas.

Nas instalações de Schkopau e Wesseling, a Companhia deve manter permissões de gestão de ar, radiação, água residual e resíduos emitidas pelo governo alemão e acordos locais relacionados ao tratamento de água residual industrial. A Companhia detém todas as permissões necessárias.

Além disso, as instalações em Wesseling, Alemanha, estão sujeitas aos regulamentos europeus relativos a gases do efeito estufa e um programa de limite e comercialização de tais emissões. A Companhia adquiriu créditos suficientes de CO₂ para compensar as emissões das operações até 2018, considerando condições normais de operação. A Companhia irá adquirir qualquer licença adicional necessária para o mercado de comercialização de emissões. A Companhia não possui conhecimento de qualquer nova regulamentação ambiental que possa afetar suas operações na Europa. Da mesma forma, a Companhia não pode estimar o potencial impacto financeiro de quaisquer regulamentos futuros da União Europeia ou da Alemanha.

Imobilizado

Nossos imóveis consistem principalmente de instalações de produção de petroquímicos em:

- Camaçari, no estado da Bahia;
- Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul;
- Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro;

- São Paulo, Paulínia, Cubatão, Santo André e Mauá, no estado de São Paulo;
- Maceió e Marechal Deodoro, no estado de Alagoas;
- nos Estados Unidos em La Porte, Freeport e Seadrift, estado do Texas, Marcus Hook, estado da Pensilvânia, Neal, estado de West Virginia; e
- na Alemanha, em Schkopau e Wesseling.

A sede executiva da Companhia está localizada em São Paulo, estado de São Paulo, com um escritório de apoio administrativo na cidade de Salvador, Bahia. A Companhia também tem participações em investimentos localizados em outras partes do país. Todas as instalações de produção são de propriedade da Companhia, mas em geral os escritórios administrativos são alugados.

A tabela a seguir apresenta os imóveis da Companhia em 31 de dezembro de 2014 segundo a localização das instalações, o tipo de produtos e a dimensão da planta.

<u>Tipo de produto ou serviço</u>	<u>Local das instalações</u>	<u>Dimensão da planta (em hectares)(1)</u>
Petroquímicos básicos	Triunfo	152,8
Petroquímicos básicos	Santo André	74,1
Petroquímicos básicos	Camaçari	65,5
Petroquímicos básicos	Duque de Caxias	53,0
Polipropileno	Paulínia	39,7
Polietileno	Triunfo	30,5
Polietileno	Camaçari	24,5
Polietileno	Cubatão	17,6
Polietileno	Santo André	15,8
Polietileno	Duque de Caxias	15,0
Polipropileno	LaPorte, Texas	87,0
Polipropileno	Neal, West Virginia	27,1
Polipropileno	Mauá	15,8
Polipropileno	Duque de Caxias	15,0
Polipropileno	Camaçari	13,2
Polipropileno	Triunfo	10,0
Polipropileno	Marcus Hook, Pennsylvania	6,9
Polipropileno	Freeport, Texas	8,9
Polipropileno	Seadrift, Texas	2,5
Polipropileno	Schkopau, Germany	3,7
Polipropileno	Wesseling, Germany	26,0
Soda caustic/cloro	Maceió	15,0
PVC/soda cáustica/cloro	Camaçari	12,6
PVC	Marechal Deodoro	186,7
Centro de distribuição	Vila Prudente/Capuava	3,2

(1) Um hectare equivale a 10.000 metros quadrados.

Acreditamos que todas as nossas instalações de produção estejam em boas condições de funcionamento. Em 31 de dezembro de 2014, o valor líquido contábil consolidado do ativo imobilizado perfazia R\$29.001,5 milhões.

As seguintes propriedades estão hipotecadas ou empenhadas em garantia de algumas de nossas operações financeiras: (1) planta de petroquímicos básicos e planta de polietileno no Polo de Triunfo; (2) planta de cloro-soda e planta de PVC no Polo de Camaçari; (3) planta de petroquímicos básicos e planta de polietileno no Polo de São Paulo; (4) planta de cloro-soda e planta de PVC no estado de Alagoas; e (5) planta de petroquímicos básicos, planta de polietileno e planta de polipropileno no Polo do Rio de Janeiro.

Seguros

Além das apólices descritas abaixo para nossas operações domésticas e internacionais, mantemos outras apólices de seguro para riscos específicos, como cobertura de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, acidentes de trabalho, responsabilidade do empregador e veículos.

Não prevemos dificuldades para renovar quaisquer de nossas apólices de seguro e acreditamos que nossa cobertura de seguro seja razoável em termos de valores e compatível com os padrões aplicáveis a companhias com operação no setor químico global.

Operações no Brasil, Estados Unidos e Alemanha

A Companhia mantém seguros para todas as suas plantas contra danos materiais e consequente interrupção de atividades por meio de apólices abrangentes contra “todos os riscos”.

O programa de seguro contra todos os riscos para as nossas plantas no Brasil possui valor de reposição total de US\$22,2 bilhões para danos à propriedade. O programa de seguro foi contratado através de apólices diversas no Brasil e nos Estados Unidos junto a grandes seguradoras. O atual programa/apólice do tipo “todos os riscos” é válida até outubro de 2015.

O seguro contra danos materiais para as plantas prevê cobertura de seguro por prejuízos decorrentes de acidentes resultantes de incêndio, explosão e quebra de maquinário, entre outros. Essa cobertura apresenta limite máximo de indenização de US\$2 bilhões (cobertura combinada de danos materiais e interrupção de atividades) por sinistro para as plantas brasileiras e US\$250 milhões (cobertura combinada de danos materiais e interrupção de atividades, excluindo-se danos causados por inundação e terremotos, que possuem indenização máxima de US\$ 200 milhões) para as plantas nos Estados Unidos e Alemanha. Nossas apólices têm franquias que variam de US\$ 250,0 mil até US\$ 40 milhões, dependendo da planta e/ou da cobertura.

A cobertura para interrupção de atividades destas apólices prevê cobertura contra perdas decorrentes de interrupções devidas a qualquer dano material coberto pela apólice. Os prejuízos permanecem cobertos por um período máximo de indenização que varia entre 12 e 24 meses, com franquias variando entre 45 e 60 dias, dependendo da planta.

Como parte do nosso programa de seguro, mantemos também apólice de responsabilidade civil perante terceiros, cobrindo prejuízos referentes a danos causados por nossas operações a terceiros, inclusive poluição ambiental súbita.

Operações no México

A Companhia mantém um programa de seguro para seu Projeto Etileno XXI no México, que prevê cobertura para o projeto durante sua construção e fase de testes até o início das operações, previsto para ocorrer até o final de 2015. O programa de seguro é comparável a apólices de seguro emitidas por grandes seguradoras no México e inclui: (1) apólices do tipo “todos os riscos” para construção e atrasos no início das operações até o valor total de US\$4,1 bilhões, (2) cobertura contra terrorismo no valor de US\$900 milhões, (3) cobertura de transporte marítimo de carga limitada a US\$50 milhões por carregamento, e (4) atrasos no início das operações no valor total combinado de até US\$629 milhões. O projeto inclui ainda extensa cobertura de seguro para terceiros durante o período de construção e teste.

ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO SOLUCIONADOS DOS FUNCIONÁRIOS

Não se aplica.

ITEM 5. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A discussão a seguir acerca da situação financeira da Companhia e seus resultados operacionais deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e referentes aos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, incluídas neste relatório anual, bem como com as informações constantes de “Apresentação de informações financeiras e outras informações” e do “Item 3. Principais informações—Dados financeiros selecionados”.

A discussão a seguir contém declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivos da Companhia poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nas declarações prospectivas em decorrência de vários fatores, inclusive daqueles que constam da seção “Advertência sobre declarações prospectivas”, dos que constam do “Item 3: Principais informações - Fatores de Risco”.

Visão geral

O resultado das operações foi influenciado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e continuará a ser influenciado no futuro por diversos fatores, tais como:

- taxa de crescimento do PIB brasileiro, que teve aumento estimado de 0,1% em 2014, 2,7% em 2013 e 1,8% em 2012, e que afeta a demanda dos produtos da Companhia e, por conseguinte, o volume de suas vendas no mercado interno;
- expansão da capacidade global de produção dos produtos vendidos pela Companhia e a taxa de crescimento da economia global;
- preço da nafta, a principal matéria-prima da Companhia, no mercado internacional, expresso em dólares, que tem um efeito significativo no custo de produção dos nossos produtos e que apresentou volatilidade nos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2014, variando entre US\$ 492 e US\$ 952 por tonelada em 2014, US\$816 e US\$992 por tonelada em 2013, e entre US\$729 e US\$1.069 em 2012;
- preços internos médios dos principais produtos da Companhia em dólares, que apresentam flutuação significativa, com base nas oscilações dos preços internacionais desses produtos que, por sua vez, têm alta correlação com os custos de matérias-primas;
- nossas taxas de utilização da capacidade, que diminuíram em 2014, devido principalmente (1) à parada programada de manutenção de uma das linhas de produção do cracker no Polo de Triunfo; (2) à parada programada de manutenção de uma das linhas de produção do cracker no Polo de São Paulo; e (3) à interrupção do fornecimento de propeno no Polo do Rio de Janeiro;
- política industrial governamental adotada pelo governo brasileiro;
- vendas fora do Brasil, que aumentaram de R\$17,5 bilhões em 2013 para R\$ 20,1 bilhões em 2014;
- variações da taxa de câmbio real/dólar, incluindo desvalorização de 13,4% em 2014, 14,6% em 2013 e 8,9% em 2012 do real em relação ao dólar norte-americano, o que afetou as despesas financeiras da Companhia em função de seus expressivos passivos em dólares, que requerem o pagamento do principal e dos juros nessa moeda;
- nível da dívida em aberto da Companhia, oscilações nas taxas de juros referenciais no Brasil, o que afeta as despesas de juros sobre a dívida em reais a juros variáveis, e oscilações na taxa LIBOR, que afetam as despesas de juros sobre a dívida em dólares a juros variáveis;
- taxa de inflação no Brasil, que foi de 3,7% em 2014, 5,5% em 2013 e 7,8% em 2012, sempre apurada pelo índice IGP-DI, e efeitos da inflação sobre as despesas operacionais em reais e a dívida expressa em reais que é corrigida pelos efeitos da inflação ou remunerada a juros parcialmente ajustados pela inflação; e
- políticas fiscais – e consequentes obrigações fiscais - adotadas pelo governo federal e pelos governos dos estados em que a Companhia atua.

A situação financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por um elenco de fatores que incluem:

- nossa capacidade de gerar fluxos de caixa a partir de nossas operações e nossa liquidez;
- a taxas de juros em vigor nos mercados nacional e internacional e flutuação das taxas de câmbio, que afetam o serviço da nossa dívida;
- nossa capacidade de continuar tomando empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais e de vender nossos títulos de dívida nos mercados de capitais no Brasil e no exterior, que é influenciada por uma série de fatores discutidos adiante;
- nossas necessidades de investimento de capital, que consistem primordialmente na manutenção de nossas instalações operacionais, na expansão da capacidade de produção e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento; e
- a exigência, em consonância com a legislação brasileira e nossos estatutos, de pagar dividendos anuais em montante equivalente a pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, a menos que o conselho de administração considere tal prática incompatível com a situação financeira da Companhia e que essa decisão do conselho seja ratificada pelos acionistas.

Apresentação financeira e políticas contábeis

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e para cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com a norma IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas). Como consequência da decisão de alienar nossa antiga controlada Cetrel, a qual vendemos em dezembro de 2012, e nossa antiga controlada Braskem Distribuidora, a qual vendemos em dezembro de 2012, registramos as operações destas controladas como operações descontinuadas a partir de 1º de janeiro de 2010. De acordo com as normas IFRS, não foram realizados ajustes ao balanço patrimonial da Companhia.

Unidades de negócios e apresentação de dados financeiros das unidades

Acreditamos que a estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2014 refletia as atividades de negócios da Companhia e correspondia aos seus principais produtos e processos de produção. Conforme descrito em “- Resultados Operacionais”, a Companhia não registra mais os resultados de seu segmento de distribuição, uma vez que as operações deste segmento são registradas como operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía cinco unidades de produção e segregou seus resultados em cinco segmentos correspondentes para refletir essa estrutura organizacional:

- *Petroquímicos Básicos* - A unidade inclui (1) a produção e venda de petroquímicos básicos no Polo Petroquímico de Camaçari e do Polo Petroquímico de Triunfo, (2) a produção e venda de petroquímicos básicos no Polo de São Paulo e no Polo do Rio de Janeiro, e (3) nosso suprimento de utilidades produzidas nestes polos para produtores de segunda geração, inclusive alguns produtores detidos ou controlados pela Companhia.
- *Poliolefinas* - Este segmento inclui a produção e comercialização de polietileno, incluindo a produção de “polietileno verde” a partir de fontes renováveis, e polipropileno pela Companhia, excluindo as operações da Braskem Europe.
- *EUA e Europa* - Esse segmento inclui as operações das cinco plantas de polipropileno localizadas nos Estados Unidos e as operações das duas plantas de polipropileno na Alemanha.
- *Vinílicos* - A unidade inclui a produção e venda de PVC e soda cáustica.

- *Distribuição de produtos químicos* – Esse segmento inclui as operações da QuantiQ e da IQAG, que compreendem a distribuição de solventes à base de petróleo, produtos químicos intermediários, químicos especiais e fármacos.

A conciliação dos resultados das operações das unidades em 31 de dezembro de 2014 com os resultados consolidados das operações da Companhia é apresentada adiante em “—Resultados das operações”.

Principais políticas contábeis

A apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais em conformidade com as IFRS exige que façamos certas avaliações e estimativas sobre os efeitos de questões que possuem naturezas incertas e que afetem o valor contábil de nosso ativo e passivo. Os resultados efetivos poderão diferir dos resultados previstos. A fim de permitir um entendimento de como realizamos nossas avaliações e previsões de eventos futuros, inclusive as variáveis e pressupostos subjacentes às estimativas e a sensibilidade de tais avaliações a diferentes variáveis e condições, incluímos comentários relacionados às seguintes principais políticas contábeis nos termos das IFRS:

- *Redução ao valor recuperável e depreciação e amortização do ativo imobilizado e ativos não financeiros.* O ágio baseado na expectativa de lucratividade futura em 31 de dezembro de 2014 somava R\$2.058,9 milhões. O valor do imobilizado e de outros ativos não circulantes, incluindo o intangível (exceto ágio baseado em expectativa de lucratividade futura) é analisado em termos da possível redução ao valor de recuperação sempre que fatos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A recuperabilidade do valor do ágio, baseado em expectativa de lucratividade futura, é analisada anualmente. É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável pelo valor da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre (1) o valor justo do ativo menos custos de venda, e o (2) valor em uso. Para fins de avaliação de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis, que possam ser unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tiverem sofrido uma redução ao valor recuperável são analisados para possível reversão da redução em cada data de relatório.

Não registramos redução ao valor recuperável nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. Em 31 de dezembro de 2014, a administração entende que nenhuma unidade geradora de caixa corria risco de redução ao valor recuperável.

Os testes de verificação de redução ao valor recuperável de ágio consideram o menor nível de operações geradoras de caixa em (1) o Polo de Triunfo na Unidade de Petroquímicos Básicos, (2) a Unidade de Poliolefinas, e (3) a Unidade de Vinílicos.

A taxa de desconto aplicada tem por base a média ponderada do custo de capital da Companhia nas datas pertinentes de avaliação. As projeções utilizam premissas relativas a (1) volumes que consideram a produção atual e projetada; (2) preços com base em um ciclo de preços de aproximadamente cinco anos para os produtos da Companhia; (3) custo de produtos vendidos com base em preços de referência internacionais; e (4) investimentos de capital projetados para os anos futuros. O atual ciclo de preços tem apresentado margens baixas nos últimos três anos, com a mínima registrada em 2012, devido à volatilidade da economia mundial. Mudanças nas margens projetadas em resultado de mudanças no ciclo petroquímico, condições econômicas globais ou decisões estratégicas no sentido de suspender ou encerrar a produção de certos produtos e de fechar as plantas relacionadas poderiam afetar de maneira significativa os débitos por redução ao valor recuperável. O teste de verificação de redução ao valor recuperável realizado em 31 de outubro de 2012 suporta uma flutuação negativa de 5% da margem de contribuição sem alterar o resultado do teste.

- *Avaliação de instrumentos financeiros derivativos.* A Companhia utiliza swaps, contratos a termo e outros instrumentos financeiros derivativos para gerenciar os riscos atinentes a variações cambiais, de juros e do preço de commodities. Tais instrumentos são registrados ao valor justo de mercado estimado, com base nas cotações de mercado de instrumentos similares e práticas correntes de reajuste a valor de mercado, que levam em consideração as curvas de mercado confiáveis de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de commodities.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.* São reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos de acordo com as diferenças entre o valor contábil nas demonstrações financeiras e a base tributária de ativos e passivos, usando as alíquotas de imposto em vigor. A possibilidade de recuperação de impostos e contribuições diferidos ativos é avaliada periodicamente, sendo seu valor contábil reduzido com base no lucro tributável histórico, lucro tributável projetado e época prevista de eventuais reversões das diferenças temporárias existentes. Se alguma das controladas da Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança relevante nas alíquotas de imposto efetivas no prazo em que as correspondentes diferenças tributárias passam a ser tributáveis ou dedutíveis, a administração avalia a necessidade de reduzir em parte ou no todo o valor contábil dos impostos e contribuições diferidos ativos.
- *Provisões e Contingências.* A Companhia é parte em numerosos processos judiciais e administrativos, conforme descrito no “Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais” e nas Notas 20 e 23 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas. A administração registra provisões para contingências quando julga provável a ocorrência de efeitos negativos sobre o resultado das operações ou a situação financeira da Companhia. Para as principais contingências tributárias que consideramos que possam ter efeitos negativos sobre o resultado das operações ou a situação financeira da Companhia, a Companhia divulga informações relevantes relativas aos processos de acordo com o IAS 37. Adicionalmente, as contingências assumidas através de combinações de negócios para as quais seja esperado um resultado desfavorável classificado como possível são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A Companhia acredita que

tais processos legais e administrativos estejam adequadamente reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras.

- *Provisão para créditos de liquidação duvidosa.* É registrada uma provisão para contas de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos recebíveis, levando em conta o histórico de perdas da Companhia e a idade das contas a receber. Além disso, a administração analisa mensalmente os montantes e características das contas a receber em comparação com limites de crédito pré-definidos para os clientes, a fim de concluir se há necessidade de provisões. Em 31 de dezembro de 2014, o total de contas a receber de clientes era de R\$ 3.040,5 milhões e a provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 322,8 milhões. Variações significativas no histórico de perdas com contas a receber, não discerníveis na análise de contas a receber por idade, podem exigir mudanças significativas nas correspondentes provisões.
- *Planos de pensão.* No que diz respeito às obrigações da Companhia como patrocinadora de planos de pensão de benefícios definidos, a administração calcula as obrigações de fundamento com base em cálculos feitos por atuários independentes com o uso de premissas fornecidas pelo gestor do plano, tais como taxas de juros, retornos de investimentos e níveis de inflação, e fornecidas pelos avaliadores, tais como taxas de mortalidade e níveis de emprego futuros. Essas premissas, em conjunto, afetam diretamente o passivo por custos de pensão incorridos e os valores registrados como custos de pensão, mesmo que não se espere que as premissas, individualmente, sejam relevantes.
- *Vida útil de ativos de longa duração.* Reconhecemos a depreciação de ativos de longa duração com base na sua vida útil estimada, que, por sua vez, é baseada nas práticas do setor e em experiência prévia. Entretanto, a vida útil real pode variar com base no estado atual das tecnologias em cada unidade. A vida útil do ativo de longa duração também afeta o teste de redução ao valor recuperável. Não acreditamos que haja indicações de mudanças significativas nas estimativas e premissas usadas no cálculo de redução ao valor recuperável de ativos de longa duração. Entretanto, se os resultados reais não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas em fluxos de caixa futuros estimando o valor justo dos ativos, poderíamos estar expostos a perdas potencialmente significativas.
- *Avaliação de ativos e passivos em combinações de negócios.* Firmamos certas combinações de negócios contabilizadas de acordo com as normas IFRS. Com relação a isto, a Companhia contratou terceiros especializados para realizarem a avaliação do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos. Alocamos o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, em uma base de valor justo, estimada na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio ou ganho em aquisição vantajosa (*bargain purchase*). Exercemos julgamento significativo no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando esses ativos e passivos na determinação da vida útil restante. As premissas usadas para avaliar esses ativos e passivos incluem estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de desconto e podem resultar em uma diferença entre os valores estimados e reais. Se os resultados reais não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, poderíamos estar expostos a perdas potencialmente significativas.

Principais fatores que afetam o resultado das operações da Companhia

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

Em 31 de dezembro de 2014, as vendas no Brasil representavam 56,7% da receita líquida de vendas da Companhia. Como empresa brasileira com praticamente todas as suas operações no Brasil, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, pois os produtos da Companhia são usados na fabricação de um amplo leque de produtos de consumo e industriais.

Em razão de nossa expressiva participação em vários dos mercados brasileiros em que vendemos produtos petroquímicos, as flutuações da demanda nacional de polietileno, polipropileno e PVC afetam nossos níveis de produção e receita líquida de vendas. O PIB brasileiro cresceu à média composta anual de 3,2% de 2010 a 2014. De 2010 a 2014, o volume de consumo de polietileno (incluindo EVA), polipropileno e PVC no Brasil aumentou à média composta anual de respectivamente 2,3%, 0,7% e 4,1%.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do consumo interno aparente de polietileno, polipropileno e PVC nos períodos apresentados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2014	2013	2012	2011	2010
PIB brasileiro	0,1%	2,7%	1,8%	3,9%	7,6%
Consumo brasileiro de polietileno	—	10,2	2,9	(3,4)	22,8
Consumo brasileiro de polipropileno	(5,7)	8,7	4,5	(4,0)	18,1
Consumo brasileiro de PVC.....	(3,2)	16,0	(1,1)	5,7	18,9

Fonte: Governo brasileiro, IPEA e ABIQUIM

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem fluindo significativamente, e, segundo acreditamos, é provável que a flutuação persista. Nossa administração acredita que o crescimento econômico no Brasil poderia afetar de modo positivo no futuro nossa receita líquida de vendas e resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução de nossa receita líquida de vendas futuras, causando efeito negativo em nossos resultados operacionais.

Apesar de incentivos governamentais, a economia brasileira cresceu abaixo do esperado em 2012, registrando aumento de apenas 1,0% no PIB. Apesar do crescimento moderado, o volume consumido no Brasil aumentou 2,9% para polietileno e 4,5% para polipropileno, devido principalmente à redução das importações de resinas e bens acabados e à desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, e apresentou redução de 1,1% para PVC.

Em 2013, o crescimento do PIB brasileiro ficou abaixo das expectativas, atingindo apenas 2,3% no ano. No entanto, o melhor desempenho registrado por determinados setores, como alimentos, infraestrutura, automotivo e agronegócio, somado à tendência de recomposição dos estoques nas cadeias de suprimento influenciaram positivamente o consumo aparente de resinas termoplásticas, que aumentou 10,2% para polietileno, 8,7% para polipropileno e 2,4% para PVC.

Em 2014, a economia brasileira seguiu enfrentando dificuldades e registrando baixo crescimento do PIB. A diminuição da confiança do consumidor, evidenciada pela desaceleração do consumo, além da fraca demanda externa, afetaram a maioria dos setores da economia, entre eles os de indústria e serviços, que registraram menor crescimento em relação a 2013. Com isso, o volume de resinas termoplásticas consumidas no Brasil diminuiu 5,7% para polipropileno e 3,2% para PVC. Os volumes de polietileno consumidos no Brasil permaneceram estáveis.

Em geral, obtemos preços mais altos no Brasil na venda de nossos produtos do que os preços apurados nos mercados internacionais. A diferença de preços entre os mercados domésticos e de exportação resulta:

- dos custos de transporte de produtos para dentro e para fora do Brasil;
- dos custos de armazenamento e outros custos de logística; e
- dos custos de tarifas e taxas alfandegárias.

Ademais, normalmente somos capazes de cobrar preços mais altos por nossos produtos do que os preços em reais dos produtos importados porque temos condições de fornecer melhores serviços de customização para nossos clientes do que aqueles que vendem produtos importados.

Nos períodos em que a demanda interna dos produtos diminui, procuramos ativamente oportunidades de exportação, de forma a manter taxas de utilização de capacidade. Em períodos de aumento da queda na demanda interna por nossos produtos, os volumes de exportação podem recuar, pois incrementamos as vendas dos produtos no mercado interno.

Acreditamos que a demanda doméstica por resinas termoplásticas pode continuar a ser afetada por fatores macroeconômicos globais. As vendas de petroquímicos básicos e resinas termoplásticas para o mercado externo, o que corresponde a uma grande parcela das vendas da Companhia, também são afetadas por fatores macroeconômicos.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional de nossos produtos, levando a aumento dos preços internos e das margens

operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir no futuro, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos:

- as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos;
- quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade;
- aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e
- uma vez que a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

Diversas empresas petroquímicas anunciaram planos para construir significativa capacidade adicional de produção de eteno, principalmente na Ásia, Oriente Médio e América do Norte. De acordo com a IHS, capacidade anual global de eteno de 30,7 milhões está programada para ativação entre 2015 e 2019, incluindo aproximadamente 10,8 milhões de toneladas de capacidade anual da China e 5,5 milhões de toneladas de capacidade anual do Oriente Médio. Segundo a IHS, a maior parte da nova capacidade da China (4,7 milhões de toneladas de capacidade anual) utilizará carvão como a principal matéria-prima. A maior parte da nova capacidade no Oriente Médio (3,4 milhões de toneladas de capacidade anual) utilizará etano como a principal matéria-prima. No entanto, a expansão da capacidade de eteno é com frequência objeto de atrasos, e não é possível prever quando, e se, a capacidade adicional planejada será ativada.

As pressões internacionais de preços aumentaram em 2010 e continuaram a crescer durante 2011 e 2012, pois a diferença de preços entre a nafta e o gás aumentou e os produtores usando etano como matéria-prima conseguiram manter margens competitivas a preços de vendas mais baixos que aqueles exigidos por alguns produtores com base em nafta. Em 2013, a economia global demonstrou sinais de recuperação, refletida no melhor desempenho registrado pela economia norte-americana e sinais de que a zona do euro começa a se recuperar da crise. Tal ambiente contribuiu para sustentar a recuperação da lucratividade do setor petroquímico global, com melhora dos spreads de resinas termoplásticas e principais petroquímicos básicos no ano. Em 2014, o crescimento do PIB global ficou abaixo das estimativas para o ano, refletindo o menor crescimento em economias emergentes e na zona do Euro. Contudo, a recuperação da economia norte-americana e o bom desempenho de outros mercados desenvolvidos, tais como Reino Unido, tiveram um impacto positivo na economia global em 2014. Este cenário, somado à queda no preço do petróleo, e consequente diminuição do preço da nafta, além do cancelamento e adiamento de projetos petroquímicos anunciados anteriormente, permitiram uma melhora no spread de resinas termoplásticas.

Acreditamos que o cenário de precificação no curto prazo deve ser visto com cautela. Conforme esperado, o preço dos produtos petroquímicos seguiu a tendência de queda observada para os preços da nafta, que por sua vez seguiu a tendência de queda dos preços do petróleo bruto. No entanto, espera-se que a recuperação da economia global continue influenciando positivamente a demanda e a rentabilidade do setor no curto prazo.

Com base no crescimento histórico de demanda de polietileno, polipropileno e PVC, a administração acredita que a capacidade adicional introduzida no mercado em 2012, 2013 e 2014 será absorvida pelo mercado no médio prazo. Contudo, a produção gerada pelo aumento de capacidade pode redundar em continua pressão sobre os preços nos mercados internacionais e intensificação da concorrência das importações nos mercados brasileiros, o que poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas, as margens brutas e o resultado total das operações da Companhia.

Efeitos da flutuação dos preços da nafta

As flutuações do preço da nafta no mercado internacional causam efeitos significativos no custo de nossos produtos vendidos e nos preços que podemos cobrar de nossos clientes por nossos produtos de primeira e segunda geração. A instabilidade política no Oriente Médio, ou eventos similares que possam ocorrer no futuro e podem causar efeitos imprevisíveis na economia global ou nas economias das regiões afetadas, vêm tendo e podem continuar a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e volatilidade de preços, consequentemente levando ao aumento dos preços da nafta e de produtos petroquímicos em todo o mundo.

Efeitos sobre o custo dos produtos vendidos

A nafta é a principal matéria-prima utilizada pela Unidade de Petroquímicos Básicos e, indiretamente, por diversas outras unidades de negócios. Em 2014, as compras de nafta e condensado representaram aproximadamente 74,9% do custo total dos produtos vendidos da Unidade de Petroquímicos Básicos. Nafta e condensado corresponderam a cerca de 48,3% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos e serviços prestados em 2014.

O custo da nafta varia em conformidade com os preços do mercado internacional, que flutuam dependendo da oferta e procura de petróleo e demais produtos refinados derivados de petróleo. A Companhia compra nafta da Petrobras mediante um contrato de fornecimento de longo prazo, e importa nafta de outros fornecedores através do terminal de Aratu, no estado da Bahia, e do terminal de Osório, da Petrobras, no estado do Rio Grande do Sul. Os preços pagos pela nafta por esses contratos, com exceção do contrato de fornecimento com a Petrobras, estão atrelados às cotações de nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia. Consequentemente, as flutuações do preço da nafta praticado no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia têm efeito direto no custo de nossos produtos de primeira geração.

Os contratos com a Petrobras preveem preços da nafta com base em diversos fatores, incluindo o preço de Mercado da nafta e outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio real-dólar e o nível de parafinidade da nafta entregue. A administração acredita que estes contratos tenham

reduzido a exposição do custo de seus produtos de primeira geração às oscilações do preço da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia.

O preço internacional da nafta flutuou significativamente no passado e, segundo acreditamos, a flutuação persistirá no futuro. Aumentos significativos do preço da nafta e, por consequência, de nossos custos de produção, geralmente reduzem nossas margens brutas e resultados operacionais, na medida em que não podemos repassar a totalidade do aumento de custos aos nossos clientes; poderiam, ainda, acarretar a queda do volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço da nafta e, conseqüentemente, de nossos custos de produção, geralmente aumentam nossas margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o aumento dos volumes de vendas se o custo mais baixo permitir que venhamos a reduzir os preços que praticamos. Nos períodos de grande volatilidade do preço em dólares da nafta, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição desse preço e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes no Brasil. Esses descasamentos de precificação diminuem quando o preço em dólares da nafta é menos volátil.

Atualmente, não fazemos *hedge* de nossa exposição a variações do preço da nafta, porque uma parcela de nossas vendas consiste em exportações devidas em moedas estrangeiras e atreladas aos preços da nafta no mercado internacional e, também, porque os preços de nosso polietileno, polipropileno e PVC vendidos no Brasil refletem, em geral, as alterações dos preços praticados no mercado internacional desses produtos.

Efeitos sobre os preços dos produtos da Companhia

Os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos petroquímicos básicos são estipulados por referência aos preços de contratos europeus desses produtos. Como os produtores europeus de produtos petroquímicos básicos usam principalmente a nafta como matéria-prima, as variações nos preços de contratos europeus são fortemente influenciadas pelas oscilações dos preços da nafta nos mercados internacionais. Na medida em que os preços de nossos produtos baseiam-se nos preços de contrato europeu, os preços desses produtos por nós praticados também são significativamente influenciados pelos preços da nafta no mercado internacional.

Negociamos mensalmente os preços em real de alguns de nossos produtos, principalmente polietileno, polipropileno e PVC com nossos clientes no Brasil. Procuramos revisar nossos preços de sorte a refletir (1) alterações nos preços internacionais desses produtos, e (2) a valorização ou desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, em períodos de alta volatilidade dos preços internacionais ou nas taxas de câmbio, por vezes não somos capazes de refletir essas alterações integral e rapidamente nos preços que praticamos.

Os preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional flutuaram significativamente e, segundo acreditamos, a flutuação persistirá. A volatilidade do preço da nafta e a tendência de subida no preço de petróleo e nafta têm efeitos na competitividade de preços de nossos craqueadores derivados de nafta e nossas resinas. Como as tendências de preços para nafta e etano divergiram nos últimos anos mais do que historicamente, produtores de eteno e produtos de resina derivados de etano geralmente tiveram custos de matéria-prima mais baixos que produtores desses produtos a partir da nafta. Como consequência, aumentos significativos no diferencial de preços entre nafta e gás aumentam a competitividade de produtos derivados de etano e podem resultar em pressão de preços nos mercados internacionais.

Aumentos significativos dos preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que poderíamos cobrar, geralmente aumentam a nossa receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que possamos manter nossas margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de nossos produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços de nossos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que poderíamos praticar, geralmente reduzem nossa receita líquida de vendas e resultados operacionais, se não pudermos aumentar nossas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de nossos produtos.

Utilização da capacidade

Nossas operações são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, procuramos manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns de nossos principais produtos nos períodos apresentados.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
2014	2013	2012

Eteno	86%	90%	89%
Polietileno	80%	85%	84%
Polipropileno.....	81%	83%	84%
PVC (1)			
.....	89%	83%	84%

(1) Considera os efeitos da nova planta de PVC no estado de Alagoas em agosto de 2012.

Em agosto de 2012, a nova planta de PVC no estado de Alagoas entrou em operação com capacidade anual de produção de 200 mil toneladas. Em junho de 2012, expandimos nossa capacidade anual de produção de butadieno em 100 mil toneladas, após a conclusão de nossa planta de butadieno no Polo Petroquímico de Triunfo, inaugurada formalmente em setembro de 2012.

Em 2013, nossa taxa de utilização de capacidade foi afetada pela falta de energia ocorrida em 28 de agosto de 2013, afetando toda a região nordeste do Brasil e causando paradas não programadas das nossas plantas na região. Adicionalmente, a taxa de utilização da nossa capacidade de produção de eteno foi impactada negativamente em 2013 pelas paradas programadas de manutenção em Olefinas 1 no Polo de Camaçari por 40 dias em setembro, outubro e novembro de 2013.

Em 2014, a taxa média de utilização dos crackers da Braskem foi influenciada: (1) pela parada programada de manutenção de uma das linhas de produção do cracker no Polo de Triunfo; (2) pela parada programada de manutenção de uma das linhas de produção do cracker no Polo de São Paulo; e (3) pela interrupção do fornecimento de propano no Polo do Rio de Janeiro.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro está engajado ativamente em implantar medidas, administrar a valorização do Real e melhorar a competitividade de fabricantes brasileiros através do plano de incentivo “Brasil Maior”. Além disso, o governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descrevemos a seguir.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa "Reintegra", que visa ao aumento da competitividade de produtores de plástico brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira por nossos produtos. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Ele foi retomado em agosto de 2014, com uma alíquota de restituição de imposto de 0,1%, e em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. No entanto, em março de 2015 o governo reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016.

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram benefícios fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Salvo limitadas exceções, a redução fiscal não se aplica a bens importados que não possam substitutos fabricados no Brasil. Como resultado, os atuais benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de redução da alíquota do ICMS tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

Fixamos os preços do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que vendemos a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Vide “—Unidade de Petroquímicos Básicos—Vendas e Comercialização da Unidade de Petroquímicos Básicos.” Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. Fixamos os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de polietileno, polipropileno e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Colômbia não estão sujeitas a tarifas e as importações de PVC em suspensão da Venezuela estão sujeitas a tarifas reduzidas de 2,1% sob o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 59, segundo o qual as importações desses países sofrem tarifas mais baixas do que as geralmente aplicáveis.

As importações de PVC em suspensão dos EUA e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Em 2005, o regime de antidumping foi modificado de modo a aplicar as tarifas em uma escala móvel (de 0% a 16,0% e de 0% a 18,0% para os EUA e o México, respectivamente), na qual a alíquota de impostos era determinada com base em uma série de fatores, incluindo o preço dos produtos e a probabilidade de que a importação desses produtos vá causar um impacto negativo na indústria local. Contudo, em setembro de 2011, a CAMEX alterou a aplicação de práticas antidumping para importações advindas dos Estados Unidos para uma tarifa *ad valorem* de 16%, mantendo as tarifas progressivas para o México.

Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China estão sujeitas a tributos que vão de 10,5% a 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Em agosto de 2014, a CAMEX alterou os tributos antidumping para importações advindas da China para 21,6%, mantendo a faixa de tributos impostos sobre importações da Coreia do Sul entre 0% e 18,9%.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping adicional de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos por um período de cinco anos. Este tributo antidumping tem vencimento programado para dezembro de 2015.

A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas adicionais antidumping sobre importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4%-9,9%, e 2,4%-6,3%, respectivamente. Tais tarifas são válidas até 2019.

Em 2014, cerca de 30,0% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 2,7% no volume de resinas importadas, refletindo a volatilidade dos preços de resinas termoplásticas denominados em dólares norte-americanos, o que levou a um aumento das compras de resinas termoplásticas no Brasil. Para mais informações, vide “Efeitos da Política Industrial Brasileira – Tarifas de Importação em Portos Locais.”

Aumento das Tarifas de Importação de Polietileno

Como parte da iniciativa de fortalecer os fabricantes brasileiros, em 1º de outubro de 2012, o governo brasileiro adotou resolução que aumentou as tarifas de importação de 100 produtos de diversas indústrias, inclusive a tarifa de importação do polietileno de 14% para 20%. Em outubro de 2013, o governo brasileiro reduziu a tarifa de importação para o polietileno para o nível anterior, de 14%.

Mudança na Legislação com Relação ao ICMS Acumulado

Em maio de 2013, o estado de São Paulo aprovou uma nova legislação que reduz o ICMS sobre determinadas compras de nafta, eteno e propeno no estado. A redução está condicionada ao atendimento de certas exigências, entre elas: (1) que as partes da transação utilizem um sistema de processamento de dados específico do governo para emissão e contabilização dos documentos fiscais e que cumpram regularmente com as obrigações relacionadas; e (2) que o comprador seja cadastrado perante o respectivo órgão do governo. Em 2014, a Braskem, conforme exigido pela legislação em vigor, utilizou a redução do ICMS sobre compras de nafta, eteno e propeno, zerando o saldo de crédito de ICMS no estado de São Paulo.

Efeito das vendas fora do Brasil em nosso desempenho financeiro

Parte significativa de nossa capacidade de produção está localizada fora do Brasil em nossas plantas localizadas nos Estados Unidos e Alemanha, através das subsidiárias Braskem America e Braskem Europe.

Ao longo dos últimos anos, conforme aumentou a diferença no custo das matérias-primas nafta e gás para craqueadoras petroquímicas, muitas craqueadoras de nafta, como a Companhia, tiveram suas margens reduzidas pela pressão crescente de preços, uma vez que craqueadoras que utilizam gás como matéria-prima têm se tornado produtores de

baixo-custo nos mercados mundiais. Contudo, uma vez que craqueadoras à base de gás não podem produzir coprodutos e subprodutos gerados pelas craqueadoras à base de nafta, tais como propeno, butadieno e produtos BTX, houve um aumento nos preços destes produtos no mercado internacional. Como consequência dos preços mais altos para a maioria desses coprodutos e subprodutos, nossa receita líquida com a exportação destes produtos aumentou significativamente, e acreditamos que este aumento na receita líquida de exportação destes produtos deva se manter no futuro, na medida em que diminua a diferença na competitividade relativa das matérias-primas das craqueadoras.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, 43,3% da receita líquida de vendas foram provenientes das vendas dos nossos produtos fora do Brasil, em comparação com 42,5% em 2013 e 42,4% em 2012. A receita líquida de vendas fora do Brasil aumentou 14,5% em 2014, 13,7% em 2013 e 8,3% em 2012.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as vendas para clientes em países das Américas (exceto o Brasil) representaram 80,5% das vendas fora do Brasil. No mesmo período, as vendas para clientes na Europa corresponderam a 14,3% das vendas fora do Brasil, enquanto as vendas para clientes no leste da Ásia responderam por 5,0% das vendas fora do Brasil.

Nossa capacidade de exportar para outros países da América do Sul é resultado do nível de crescimento econômico desses países e demais condições econômicas, inclusive taxas de inflação e de juros em vigor. Acreditamos que a manutenção de um crescimento baixo ou negativo da economia global, em conjunto com o aumento da capacidade global na indústria petroquímica, poderá resultar em quedas globais de lucratividade da indústria petroquímica, e consequentemente uma diminuição da margem dos nossos produtos. Além disso, uma menor demanda global de nossos produtos pode prejudicar nossa capacidade de exportar produtos em resposta a uma queda na demanda interna de tais produtos.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar por que:

- uma parcela substancial da receita líquida de vendas da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar;
- os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda;
- algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e
- a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares.

Flutuações do real afetam o custo da nafta e de outras matérias-primas atreladas ao dólar ou importadas. O preço da nafta, nossa principal matéria-prima, está atrelado ao dólar. A fórmula de precificação estipulada no contrato com a Petrobras para a compra de nafta para as plantas de petroquímicos básicos no Polo de Camaçari e no Polo de Triunfo incluem um fator que ajuste o preço de modo a refletir a taxa de câmbio real/dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção de nossos produtos aumentam e nós geralmente procuramos aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de nossos produtos. Na medida em que nossos aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, nosso lucro operacional diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção de nossos produtos diminui e geralmente diminuímos os preços de nossos produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de nossos produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza

e a ocasião em que podemos efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a nossos clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida consolidada da Companhia em dólares representou 68,5% do total da dívida em aberto. Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar:

- os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais;
- o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e
- as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio de 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

A valorização do real frente ao dólar exerce os efeitos inversos.

As vendas de exportação e as vendas de nossa Unidade de Negócios EUA e Europa, que nos capacitam a gerar recebíveis devidos em moedas estrangeiras, tendem a proporcionar um *hedge* natural contra nossas obrigações de serviço da dívida expressas em dólares, mas não as cobrem integralmente. Com vistas à mitigação adicional de nossa exposição ao risco cambial, procuramos, sempre que possível, celebrar empréstimos para financiamento de exportações visando suprir nossas necessidades de capital de giro, cuja cobertura fica geralmente disponível a custos mais baixos, já que está atrelada a exportações em dólares.

Efeito do nível de endividamento e taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2014, o total da dívida consolidada em aberto, líquida de custos de transação, era de R\$ 20.336,5 milhões. O nível de endividamento da Companhia acarreta despesas financeiras significativas que são refletidas na demonstração do resultado. As despesas financeiras compreendem despesas com juros, variações cambiais de dívida em dólares e outras moedas estrangeiras, ganhos ou perdas cambiais e outros itens, como descrito na Nota 29 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou um total de R\$ 2.745,9 milhões em despesas financeiras no item despesas financeiras, dos quais R\$ 1.272,8 milhões se relacionavam a despesas de juros, R\$ 320,5 milhões a despesas relacionadas à variação monetária de financiamentos e R\$ 38,9 milhões, a perdas cambiais. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

As agências de risco Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm classificações da Companhia e seus títulos de dívida. Atualmente, as três agências mantêm suas classificações para a companhia tanto local quanto globalmente. Em termos globais, a Standard & Poor's mantém uma classificação em moeda local da Companhia de "BBB (estável)" e em moeda estrangeira de "BBB (estável)," a Moody's mantém uma classificação da Companhia em moeda local de "Baa3 (negativa)" e a Fitch mantém uma classificação da Companhia em moeda local de "BBB-/(estável)" e em moeda estrangeira de "BBB-/(estável)." Qualquer decisão por parte de tais agências de rebaixamento futuro da classificação de nossa companhia ou títulos de dívida poderá resultar em aumento de juros e outras despesas financeiras relacionadas a empréstimos e títulos de dívida e a inclusão de *covenants* financeiros nos instrumentos que regem nossa dívida, além de reduzir substancialmente nossa capacidade de obter tais financiamentos em termos satisfatórios ou em montantes necessários, além de nossa liquidez, obrigando a Companhia a dispor de ganhar em dinheiro de acordo com suas obrigações.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TJLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

Efeito dos impostos sobre o resultado

Estamos sujeitos a um a gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes, no Brasil sobre suas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro (combinado com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL) à alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País. Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas. Tais isenções foram concedidas por prazos variáveis a cada uma de nossas plantas industriais localizadas nos referidos estados.

A Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda:

- do polietileno fabricado em uma das plantas de polietileno do Polo Petroquímico de Camaçari até 31 de dezembro de 2016; e
- do PVC fabricado na planta de Alagoas até 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2012, tínhamos o direito de pagar 25% do imposto de renda nominal sobre os lucros com a venda de polietileno fabricado em uma das plantas de polietileno do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro e dicloroetano (EDC) produzidos em nossas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas.

Cada uma de nossas isenções nos confere o direito de pagar apenas 44,9% da alíquota de imposto de renda (de 34%) devido sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

Devido aos prejuízos operacionais registrados no passado, a Companhia tinha R\$ 444,4 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais a compensar com resultados futuros, em 31 de dezembro de 2014. Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL.

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de (1) Programa de Integração Social – PIS, (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado, (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados e (4) ICMS.

Acontecimentos recentes

A seguir são resumidas as principais operações realizadas e outros acontecimentos que afetaram a Companhia desde 31 de dezembro de 2014.

Plano de Benefício Definido Petros Copesul

Em fevereiro de 2015, a Companhia pagou o valor total de R\$ 358,5 milhões para liquidar o plano Petros Copesul, do qual se tornou patrocinadora após a incorporação da Copesul. Em antecipação a tal pagamento, a Companhia provisionou o valor de R\$ 336,4 milhões, registrado no passivo circulante. A diferença entre o valor provisionado e o pagamento efetivo corresponde aos juros acumulados em 2015. Para mais informações, vide o “Item 6. Conselheiros, Diretores e Funcionários – Funcionários - Funcionários no Brasil - Benefício Pós-Emprego no Brasil - Plano de Benefício Definido Petros Copesul”.

Projeto Etileno XXI

Em 26 de março de 2015, a Braskem anunciou que o valor do investimento no Projeto Etileno XXI, uma joint venture entre a Braskem (75%) e a Idesa (25%), havia sido revisto para incluir um aporte adicional de aproximadamente US\$ 600 milhões. O aumento, que será totalmente financiado pelos acionistas na proporção das respectivas participações na joint venture, deve-se principalmente a: (1) mudança do escopo da unidade geradora de energia, a fim de assegurar a autossuficiência do complexo e aumentar a confiabilidade do fornecimento de energia, com a possibilidade de venda da energia excedente para a rede elétrica; e (2) custos adicionais com infraestrutura e serviços locais.

Em 22 de abril de 2015, nossa controlada Braskem Idesa recebeu o desembolso no total de US\$290,0 milhões de instituições financeiras internacionais no âmbito dos contratos de financiamento do Projeto Etileno XXI. Para mais informações, vide “Item 5. Informações sobre a Companhia—Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento—Projetos de Joint Venture—Projeto Etileno XXI—Financiamentos Relacionados ao Projeto Etileno”.

Resultados Operacionais

A discussão que se segue dos resultados operacionais toma por base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas em conformidade com as IFRS.

Como resultado da decisão de alienar nossa antiga controlada Cetrel e Braskem Distribuidora, ambas vendidas em dezembro de 2012, registramos as operações destas controladas como operações descontinuadas a partir de 1º de janeiro de 2010.

A discussão dos resultados de nossas unidades de negócio baseia-se nas informações financeiras fornecidas com relação a cada uma das unidades de negócio, apresentadas na tabela a seguir, que mostram o resultado operacional de cada unidade e a conciliação desses resultados com o resultado consolidado das operações. As informações sobre as unidades foram preparadas nas mesmas bases que as informações usadas pela administração para alocar recursos às unidades e avaliar seu desempenho. A avaliação e administração do desempenho das unidades têm por base as informações extraídas dos registros contábeis estatutários mantidos de acordo com as IFRS e refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Receita líquida de vendas	Custo dos produtos vendidos	Despesas de vendas, gerais, administrativas de distribuição, e pesquisa e desenvolvimento		Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (1)	Resultado operacional
			Lucro bruto				
(em milhões de reais)							
Petroquímicos Básicos.....	25.576,3	(23.252,8)	2.323,5	(692,7)	—	190,3	1.821,1
Poliolefinas	18.502,2	(15.599,6)	2.902,6	(965,7)	—	(53,2)	1.883,7
Vinílicos	2.709,5	(2.551,5)	158,0	(205,3)	—	57,3	10,0
EUA e Europa	7.934,3	(7.477,5)	456,8	(294,9)	—	(82,5)	79,3
Distribuição de Produtos Químicos	842,7	(700,9)	141,8	(105,2)	—	(28,8)	7,8
Total segmentos	55.565,0	(49.582,3)	5.982,7	(2.263,9)	—	83,0	3.801,8
Outros segmentos(2).....	402,7	(284,3)	118,4	(170,0)	—	(4,1)	(55,7)
Unidade Corporativa(3).....	—	—	—	(70,5)	—	16,7	(49,9)
Reclassificações e Eliminações(4).....	(9.936,3)	9.809,3	127,0	—	3,9	—	(127,0)
Consolidado	46.031,4	(40.057,3)	5.974,1	(2.504,4)	3,9	95,6	3.569,2

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Receita líquida de vendas	Custo dos produtos vendidos	Despesas de vendas, gerais, administrativas de distribuição, e pesquisa e desenvolvimento		Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (1)	Resultado operacional
			Lucro bruto				
(em milhões de reais)							
Petroquímicos Básicos.....	25.037,8	(22.561,2)	2.476,6	(534,9)	—	(67,8)	1.873,9
Poliolefinas	16.944,7	(14.694,3)	2.250,4	(852,6)	—	(30,7)	1.367,1
Vinílicos	2.581,1	(2.384,5)	196,6	(174,1)	—	(11,2)	11,3
EUA e Europa	6.748,5	(6.419,6)	328,9	(282,8)	—	(37,6)	8,5
Distribuição de Produtos Químicos	891,7	(761,1)	130,6	(96,7)	—	(6,5)	27,4
Total segmentos	52.203,8	(46.820,7)	5.383,1	(1.941,1)	—	(153,8)	3.288,2
Outros segmentos(2).....	130,3	(133,6)	(3,3)	(68,6)	—	0,1	(71,8)
Unidade Corporativa(3).....	—	—	—	(184,7)	(3,2)	(57,4)	(245,3)
Reclassificações e Eliminações(4).....	(11.364,6)	11.133,5	(231,1)	—	—	—	(231,1)
Consolidado	40.969,5	(35.820,8)	5.148,7	(2.194,4)	(3,2)	(211,1)	2.740,0

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Receita líquida de vendas	Custo dos produtos vendidos	Despesas de vendas, gerais, administrativas de distribuição, e pesquisa e desenvolvimento		Resultado de equivalência patrimonial	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (1)	Resultado operacional
			Lucro bruto				
(em milhões de reais)							
Petroquímicos Básicos.....	23.603,0	(21.793,5)	1.809,5	(492,0)	—	(64,1)	1.253,4
Poliolefinas	14.456,8	(13.131,8)	1.325,0	(868,4)	—	(20,0)	436,6
Vinílicos	2.019,9	(1.947,7)	72,2	(129,7)	—	1,8	(55,7)
EUA e Europa	5.465,2	(5.272,1)	193,1	(243,3)	—	364,8	314,6
Distribuição de Produtos Químicos	898,8	(751,0)	147,8	(94,8)	—	(0,3)	527,0
Total segmentos	46.443,7	(42.896,1)	3.547,6	(1.828,2)	—	282,2	2.001,6
Outros segmentos(2).....	72,6	(88,1)	(15,5)	(37,8)	—	(98,2)	(151,5)
Unidade Corporativa(3).....	—	—	—	(301,6)	(25,8)	149,5	(177,9)
Reclassificações e Eliminações(4).....	(10.356,0)	10.275,1	(80,9)	—	—	—	(80,9)
Consolidado	36.160,3	(32.709,1)	3.451,2	(2.167,6)	(25,8)	333,5	1.591,3

(1) Inclui pesquisa e desenvolvimento.

(2) Inclui receitas e despesas da Braskem Idesa S.A.P.I e receitas e despesas relacionadas às vendas de ciclohexano e ciclohexanona.

(3) Representa despesas da Braskem que não são alocadas a nenhum segmento em particular.

(4) As eliminações são compostas principalmente por vendas inter-segmentos, realizadas em condições de mercado (*arm's length basis*).

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou diminuições em qualquer exercício são feitas pela comparação com o exercício anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		% Variação
	2014	2013	
	(em milhões de Reais - R\$)		
Receita líquida de vendas.....	R\$46.031,4	R\$40.969,5	12,4
Custo de produtos vendidos.....	(40.057,3)	(35.820,8)	11,8
Lucro bruto.....	5.974,0	5.148,7	16,0
Receitas (despesas):			
Com vendas e distribuição.....	(1.155,8)	(1.000,7)	15,5
Gerais e Administrativas.....	(1.210,1)	(1.077,9)	12,3
Com pesquisa e desenvolvimento.....	(138,4)	(115,8)	19,5
Equivalência patrimonial.....	3,9	(3,2)	n.s.
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	95,6	(211,1)	n.s.
Lucro operacional.....	3.569,2	2.740,0	30,3
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras.....	(2.745,9)	(2.549,1)	7,7
Receita financeira.....	355,2	773,1	(54,1)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL.....	1.178,6	963,9	22,3
Imposto de renda e contribuição social.....	(452,3)	(456,9)	(1,0)
Lucro (prejuízo).....	R\$726,3	R\$507,0	43,2

n.s.: Não significativo.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 12,4% em 2014, principalmente em função: (1) do aumento de 9,2% na receita líquida de vendas do segmento de Poliolefinas; (2) do aumento de 17,6% da receita líquida de vendas do segmento EUA e Europa, e (3) do aumento de 2,2% na receita líquida de vendas do segmento de Petroquímicos Básicos. As reclassificações e eliminações da receita líquidas de vendas dos segmentos em consolidação, refletindo principalmente vendas entre empresas de petroquímicos básicos pelo segmento de Petroquímicos Básicos para outros segmentos, diminuíram 12,6% em 2014.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Petroquímicos Básicos

A receita líquida de vendas do segmento de Petroquímicos Básicos aumentou 2,2% em 2014, devido principalmente a (1) um aumento de 7,6% da receita líquida das vendas de petroquímicos básicos (que excluem condensado, combustíveis, intermediários e utilidades) a terceiros, passando de R\$9.227,2 milhões em 2013 para R\$9.932,9 milhões em 2014, e (2) um aumento de 1,2% na receita líquida de vendas de petroquímicos básicos às outras unidades de negócios, passando de R\$11.378,2 milhões em 2013 para R\$11.727,0 milhões em 2014.

A receita líquida gerada pelas vendas de:

- nafta, condensado e petróleo bruto aumentaram 38,0%, passando de R\$ 2.241,0 milhões em 2013 para R\$ 3.092,3 milhões em 2014, devido principalmente ao aumento de 43,2% no volume vendido; e
- produtos químicos básicos (inclui combustíveis, intermediários e utilidades) registraram aumento de 9,8%, passando de R\$2.853,9 milhões 2013 para R\$3.133,5 milhões em 2014, devido principalmente ao aumento de 16,1% na receita líquida das vendas de combustíveis.

Os fatores que tiveram maior impacto no crescimento da receita líquida de vendas de petroquímicos básicos a terceiros foram (1) o aumento de R\$330,9 milhões, ou 29,5%, na receita líquida de vendas de propeno, (2) o aumento de R\$199,5 milhões, ou 6,1%, na receita líquida de vendas de produtos BTX, e (3) o aumento de R\$68,6 milhões, ou 3,9%, na receita líquida de vendas de eteno.

O volume de vendas de eteno a terceiros, quase integralmente comercializado no mercado interno, diminuiu 4,5%, passando de 535.400 toneladas em 2013 para aproximadamente 511.400 toneladas em 2014, devido basicamente ao menor volume de produção afetado pela parada programada de manutenção de uma das linhas de produção do cracker no Polo de Triunfo e de uma das linhas de produção do cracker no Polo de São Paulo. Os preços médios praticados nas vendas de eteno aumentaram, sobretudo como resultado da desvalorização média de 8,9% do Real frente ao Euro, parcialmente compensada pela queda de 5,8% no preço médio de contratos de eteno da Europa Ocidental em euros, segundo dados da IHS.

O volume de vendas de propeno a terceiros aumentou 14,6%, passando de aproximadamente 389.000 toneladas em 2013 para aproximadamente 445.400 toneladas em 2014. As vendas de propeno a terceiros no mercado interno diminuíram 0,5%, devido principalmente à menor demanda interna no Brasil. O volume propeno vendido para o mercado externo aumentou 32,2%, devido principalmente ao excesso de oferta de propeno no mercado interno, o que levou a Companhia a aproveitar oportunidades de demanda por exportações. O preço médio praticado nas vendas de propeno aumentou principalmente devido (1) ao incremento de 3,2% no preço médio dos contratos de propeno cotados em dólares na América do Norte, conforme divulgado pela IHS, e (2) aos efeitos da desvalorização média do Real em relação ao Dólar norte-americano.

Os principais fatores que explicam o aumento da receita líquida de vendas de produtos BTX a terceiros foram (1) o crescimento de 13,3% na receita líquida de vendas de benzeno e (2) o aumento de 32,6% na receita líquida de vendas de xilenos diversos. Tais aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 27,5% na receita líquida de vendas de paraxileno.

O volume de vendas de benzeno a terceiros aumentou 1,6%, passando de aproximadamente 656.700 toneladas em 2013 para cerca de 667.200 toneladas em 2014. O volume de vendas de benzeno no mercado interno aumentou 5,8%, enquanto o volume de exportações do produto diminuiu 7,5%. Os preços médios praticados nas vendas de benzeno aumentaram principalmente como reflexo (1) do incremento de 3,2% no preço médio do contrato de benzeno na América do Norte em dólares, conforme informado pela IHS, e (2) dos efeitos da desvalorização média do Real ante o Dólar. O volume de vendas de xilenos diversos a terceiros aumentou 55,5%, passando de aproximadamente 83.900 toneladas em 2013 para aproximadamente 130.300 toneladas em 2014. O menor preço médio de venda de xilenos variados refletiu principalmente a queda nos preços internacionais do produto. O volume de vendas de paraxileno a terceiros diminuiu 23,1%, passando de 128.600 toneladas em 2013 para cerca de 99.000 toneladas em 2014. Os preços médios de venda de paraxileno diminuíram principalmente em razão da queda dos preços internacionais.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Poliolefinas

A receita líquida de vendas do segmento de Poliolefinas aumentou 9,2% em 2014, principalmente em razão do aumento de 6,5% na receita líquida proveniente das vendas de polietileno e do aumento de 11,6% na receita líquida proveniente das vendas de polipropileno.

O volume vendido de polietileno diminuiu 6,2%, passando de 2.467.300 toneladas em 2013 para aproximadamente 2.313.300 toneladas em 2014. Em 2014, o volume de vendas de polietileno no mercado interno diminuiu 3,7%, devido principalmente à entrada oportunista de produtos importados no quarto trimestre do ano e ao fraco desempenho da economia brasileira. O volume de vendas de polietileno ao mercado externo diminuiu 12,0%, devido essencialmente ao menor volume produzido, refletindo a parada programada de manutenção de uma das linhas do cracker no Polo de Triunfo e de uma das linhas do cracker no Polo de São Paulo. Os preços médios praticados nas vendas de polietileno aumentaram basicamente em virtude dos efeitos (1) da desvalorização média do Real em relação ao Dólar, e (2) dos aumentos de 8,9%, 8,9% e 8,5% nos preços médios de contratos da América do Norte para, respectivamente, PEAD, PEBDL e PEBD, segundo a IHS.

O volume de vendas de polipropileno aumentou 0,7%, passando de 1.580.800 toneladas em 2013 para aproximadamente 1.591.900 toneladas em 2014. Em 2014, o volume de vendas de polipropileno no mercado interno diminuiu 5,1%, refletindo a baixa demanda pelos setores industrial e automotivo. O volume de vendas de polipropileno ao mercado externo diminuiu 24,4%, devido principalmente ao menor volume de produção, refletindo a parada programada de manutenção de uma das linhas do cracker no Polo de Triunfo e de uma das linhas do cracker no Polo de São Paulo. Os preços médios praticados nas vendas de polipropileno aumentaram basicamente devido aos efeitos (1) da desvalorização média do Real em relação ao Dólar, e (2) do aumento de 0,1% nos preços médios spot do Nordeste Asiático, segundo a IHS.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Vinílicos

A receita líquida de vendas do segmento de Vinílicos cresceu 5,0% em 2014, principalmente em função de um aumento de 9,1% na receita líquida das vendas de PVC, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 7,0% na receita líquida das vendas de soda cáustica.

O volume de venda de PVC aumentou 3,6%, passando de 636.500 toneladas em 2013 para cerca de 659.500 toneladas em 2014, devido principalmente ao maior volume de produção, refletindo a normalização das operações da nova planta em Alagoas. Os preços médios praticados nas vendas de PVC aumentaram principalmente em virtude da desvalorização do Real ante o Dólar e do aumento de 0,9% dos preços médios de PVC no mercado spot do Nordeste Asiático em dólares, conforme informado pela IHS.

Os volumes de venda de soda cáustica aumentaram 0,7%, passando de 468.800 toneladas em 2013 para cerca de 472.200 toneladas em 2014, devido principalmente ao maior volume de produção.

Receita Líquida de Vendas do Segmento EUA e Europa

A receita líquida de vendas do segmento EUA e Europa, que inclui os ativos de polipropileno nos Estados Unidos e Europa, aumentou 17,6% em 2014, devido principalmente ao aumento no preço médio de vendas do segmento, resultado, por sua vez: (1) da conversão das moedas dos países que formam o segmento EUA e Europa para Reais na elaboração das demonstrações financeiras, que levou a ganhos cambiais, não operacionais, atribuíveis à variação do valor relativo de tais moedas frente ao Real; e (2) do aumento de 0,1% nos preços médios spot do polipropileno no Nordeste Asiático, segundo a IHS. O volume de vendas de polipropileno pela Unidade EUA e Europa aumentou 4,0%, passando de 1.790.700 toneladas em 2013 para aproximadamente 1.862.600 toneladas em 2014, impulsionado pela recuperação da economia norte-americana e ao melhor desempenho das economias europeias.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Distribuição de Produtos Químicos

A receita líquida de vendas do segmento de Distribuição de Produtos Químicos diminuiu 5,5% em 2014, devido principalmente ao menor volume de vendas de solventes, tais como metanol.

Custo dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo dos produtos vendidos aumentou 11,8% em 2014, devido principalmente (1) ao aumento de 16,5% no custo dos produtos vendidos pelo segmento EUA e Europa, (2) ao aumento de 6,2% no custo de produtos vendidos pelo segmento de Poliolefinas e (3) ao aumento de 3,1% no custo de produtos vendidos pelo segmento de Petroquímicos Básicos. As reclassificações e eliminações de custo dos produtos vendidos e serviços prestados dos segmentos em consolidação, refletindo essencialmente os custos das compras de petroquímicos básicos pelos segmentos de Poliolefinas e Vinílicos do segmento de Petroquímicos Básicos, diminuiram 11,9% em 2014.

O lucro bruto consolidado aumentou 16,0% em 2014, enquanto a margem bruta (lucro bruto como percentual da receita líquida de vendas) aumentou de 12,6% em 2013 para 13,0% em 2014.

Custo dos Produtos Vendidos no Segmento de Petroquímicos Básicos

O custo dos produtos vendidos no segmento de Petroquímicos Básicos aumentou 3,1% em 2014, devido principalmente à valorização média do Dólar norte-americano frente ao Real no ano. Tais efeitos foram parcialmente compensados por (1) uma redução de 7,4% no preço de mercado da nafta base Amsterdam-Rotterdam-Antwerp em dólares, conforme divulgado pela IHS, que passou de US\$ 903,0 por tonelada em 2013 para US\$ 837,0 por tonelada em 2014, e (2) uma diminuição de 2,7% no volume de vendas de petroquímicos básicos.

O lucro bruto do segmento de Petroquímicos Básicos registrou redução de 6,2%, passando de R\$ 2.476,6 milhões em 2013 para R\$ 2.323,5 milhões em 2014, acompanhado de redução da margem bruta de 9,9% em 2013 para 9,1% em 2014.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Poliolefinas

O custo dos produtos vendidos no segmento de Poliolefinas aumentou 6,2% em 2014, devido principalmente (1) aos efeitos da desvalorização do Real frente ao Euro sobre o custo de insumos da Unidade de Poliolefinas que possuem preços referenciados em Euro, e (2) aos efeitos do aumento do custo médio de propeno, impactado pelo aumento de

3,2% no preço médio do contrato da América do Norte de propeno em dólares e pelo aumento de 1,9% no preço médio do contrato de propeno em euros na Europa Ocidental, conforme divulgado pela IHS. Tais fatores foram parcialmente compensados (1) pelos efeitos sobre o custo médio do eteno, influenciados pela queda de 5,8% no preço médio do contrato de eteno em Euros na Europa Ocidental, conforme divulgado pela IHS, e (2) pela redução de 3,0% no volume vendido pelo segmento de Poliolefinas.

O lucro bruto do segmento de Poliolefinas aumentou 29,0%, passando de R\$ 2.250,4 milhões em 2013 para R\$ 2.902,6 milhões em 2014, enquanto a margem bruta registrou aumento de 13,3% em 2013 para 15,7% em 2014.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Vinílicos

O custo dos produtos vendidos no segmento de Vinílicos aumentou 7,0% em 2014, devido essencialmente (1) aos efeitos da desvalorização média do Real frente ao Euro sobre o custo dos insumos da Unidade de Vinílicos que possuem preços referenciados em euros e (2) ao aumento de 2,7% no volume total de vendas da Unidade de Vinílicos. Estes fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos sobre o custo médio do eteno adquirido pela Unidade de Vinílicos da redução de 5,8% no preço médio do contrato de eteno em euros na Europa Ocidental, conforme divulgado pela IHS.

O lucro bruto do segmento de Vinílicos diminuiu 19,6%, passando de R\$ 196,5 milhões em 2013 para R\$ 158,0 milhões em 2014, acompanhado de redução da margem bruta de 7,6% em 2013 para 5,8% em 2014.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento EUA e Europa

O custo dos produtos vendidos no segmento EUA e Europa aumentou 16,5% em 2014, devido principalmente: (1) ao aumento de 4,0% no volume de vendas de polipropileno registrado pelo segmento; (2) aos efeitos sobre o custo médio de propeno adquirido pelo segmento do aumento de 3,2% no preço médio do contrato de propeno da América do Norte em dólares, conforme divulgado pela IHS, somado aos efeitos sobre a conversão cambial da desvalorização média de 9,1% do Real ante o Dólar norte-americano; e (3) aos efeitos sobre o custo médio do propeno adquirido pelo segmento da desvalorização do Real frente ao Euro, compensados parcialmente por uma redução de 5,8% no preço médio do contrato de propeno na Europa Ocidental em euros, conforme divulgado pela IHS.

O lucro bruto do Segmento EUA e Europa aumentou 38,8%, passando de R\$ 328,9 milhões em 2013 para R\$456,8 milhões em 2014, acompanhado de aumento da margem bruta de 4,9% em 2013 para 5,8% em 2014.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Distribuição de Produtos Químicos

O custo dos produtos vendidos pelo segmento de Distribuição de Produtos Químicos diminuiu 7,9% em 2014, principalmente em razão do menor volume de vendas de solventes.

O lucro bruto do segmento de Distribuição de Produtos Químicos cresceu 8,6%, passando de R\$ 130,6 milhões em 2013 para R\$ 141,8 milhões em 2014, enquanto a margem bruta registrou evolução de 14,6% em 2013 para 16,8% em 2014

Despesas com Vendas e Distribuição

As despesas com vendas e distribuição aumentaram 15,5% em 2014, devido principalmente ao aumento das despesas relacionados à exportação, tais como armazenagem e sobrestadia, devido ao maior volume de vendas ao mercado externo. As despesas com vendas e distribuição como porcentagem da receita líquida de vendas aumentaram de 2,4% em 2013 para 2,5% em 2014.

Despesas Gerais e Administrativas

O aumento de 12,3% das despesas gerais e administrativas em 2014 é explicado principalmente (1) pela maior despesa com pessoal, relacionada aos dissídios concedidos em acordos coletivos e ao ajuste de preço dos benefícios de plano de saúde; e (2) a despesas pontuais com marketing, materiais publicitários e serviços de terceiros. As despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida de vendas permaneceram estáveis em 2,6% em 2014 e 2013.

Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 19,5% em 2014, porém, como porcentagem da receita líquida de vendas, tais despesas permaneceram estáveis em 0,3% em 2014 e 2013.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial representou um ganho de R\$3,9 milhões em 2014, comparado a um prejuízo de R\$3,2 milhões em 2013.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais líquidas foram de R\$ 95,6 milhões em 2014, compostas basicamente de (1) receitas com a venda da unidade de tratamento de água no Polo de Triunfo no valor de R\$ 277,3 milhões, (2) receitas com o reconhecimento de créditos de controladas para quitação de parcelamentos sob a Lei 11.941/09, no valor de R\$ 98,3 milhões, e (3) receitas com o desconto concedido pela liquidação antecipada de parcelamentos nos termos da Lei 11.941/09, no valor de R\$ 79,6 milhões. Tais receitas foram parcialmente compensadas por (1) despesas relacionadas a provisões adicionais para o plano de previdência Petros Copesul, no valor de R\$ 65,0 milhões, (2) despesas com depreciação de plantas ociosas, no valor de R\$ 119,8 milhões, (3) despesas relacionadas ao ajuste de estoque e perdas de matéria-prima, no valor de R\$ 50,0 milhões, (4) despesas relacionadas a contingências no âmbito do programa de parcelamento previsto na Lei 11.941/09, no valor de R\$ 71,8 milhões, e (5) despesas relacionados a provisões para danos ambientais, no valor de R\$ 30,7 milhões.

Outras despesas operacionais líquidas foram de R\$211,1 milhões em 2013, compreendendo principalmente (1) despesas com provisão para danos ambientais no valor de R\$94,4 milhões, (2) despesas relacionadas a estoques de plantas ociosas no valor de R\$44,0 milhões, (3) despesas com depreciação de plantas ociosas no valor de R\$39,5 milhões e (4) despesas relacionadas a ajustes de estoques e perdas com variação de matérias-primas no valor de R\$25,4 milhões.

Lucro (Prejuízo) Operacional

Como resultado do exposto acima:

- O lucro bruto consolidado aumentou 30,3% em 2014, enquanto a margem bruta (lucro bruto como porcentagem da receita líquida de vendas) aumentou de 6,7% em 2013 para 7,8% em 2014;
- o lucro operacional do segmento de Petroquímicos Básicos apresentou redução de 2,8%, passando de R\$1.873,9 milhões em 2013 para R\$1.821,1 milhões em 2014, enquanto a margem operacional do segmento diminuiu de 7,5% em 2013 para 7,1% em 2014;
- o lucro operacional do segmento de Poliolefinas aumentou 37,8%, passando de R\$1.367,0 milhões em 2013 para R\$1.883,7 milhões em 2014, enquanto a margem operacional do segmento aumentou de 8,1% em 2013 para 10,2% em 2014;
- o lucro operacional do segmento EUA e Europa aumentou de R\$8,5 milhões em 2013 para R\$79,3 milhões em 2014, e sua margem operacional cresceu de 0,1% em 2013 para 1,0% em 2014;
- o lucro operacional do segmento de Vinílicos registrou redução de 11,8%, passando de R\$11,3 milhões em 2013 para R\$10,0 milhões em 2014, enquanto a margem operacional do segmento permaneceu estável em 0,4% em 2014 e 2013; e
- o lucro operacional do segmento de Distribuição de Produtos Químicos apresentou redução de 71,6%, passando de R\$27,4 milhões em 2013 para R\$7,8 milhões em 2014, enquanto a margem operacional do segmento diminuiu de 3,1% em 2013 para 0,9% em 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro aumentou 34,6% em 2014, refletindo a diminuição de 54,1% nas receitas financeiras e o aumento de 7,7% nas despesas financeiras.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras registraram queda de 54,1%, passando de R\$ 773,1 milhões em 2013 para R\$ 355,2 milhões em 2014, devido principalmente à perda de R\$ 46,2 milhões com variações cambiais sobre ativos monetários em 2014, contra um ganho de R\$ 333,4 milhões em 2013, refletindo a desvalorização média de 9,1% do Real em relação ao Dólar norte-americano no ano.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram 7,7%, passando de R\$ 2.549,1 milhões em 2013 para R\$ 2.745,9 milhões em 2014, devido principalmente (1) ao aumento de 13,5% nas despesas com juros, que passaram de R\$ 1.121,8 milhões em 2013 para R\$ 1.272,8 milhões em 2014, explicado essencialmente pelo impacto da variação cambial sobre o cálculo dos juros devidos sobre dívidas denominadas em dólares; e (2) ao aumento de 27,4% sobre os juros líquidos sobre provisões fiscais, de R\$ 173,9 milhões em 2013 para R\$ 221,6 milhões em 2014, devido principalmente à atualização das provisões para o Plano Petros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social foi de 34% tanto em 2014 como em 2013. A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 1,0%, passando de R\$ 456,9 milhões em 2013 para R\$ 452,3 milhões em 2014.

A alíquota efetiva aplicável ao lucro antes de imposto de renda e contribuição social foi de 38,4% em 2014, devido principalmente: (1) a ajustes permanentes causados por diferenças de alíquota de imposto de renda de investimentos em países que possuem alíquota menor que o Brasil, o que causou um aumento da alíquota efetiva em aproximadamente 9,0%; e (2) a ajustes permanentes causados pelo desconto concedido pela quitação de parcelamentos, nos termos da Lei 13.043/2014, o que reduziu a alíquota efetiva em 4,0%.

A alíquota efetiva aplicável ao lucro antes de imposto de renda e contribuição social foi de 47,4% em 2013, devido principalmente: (1) a ajustes permanentes causados por diferenças de alíquota de imposto de renda de investimentos em países que possuem alíquota menor que o Brasil, em 6,3%; (2) a ajustes de precificação de transferência em transações de negócios com empresas afiliadas em 4,5% e (3) aos efeitos de outras despesas não dedutíveis em 2,6%.

Lucro (Prejuízo)

O lucro líquido aumentou 43,2%, passando de R\$ 507,0 milhões, ou 1,2% da receita líquida de vendas em 2013, para R\$ 726,3 milhões, ou 1,6% da receita líquida de vendas em 2014.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		% Variação
	2013	2012 (1)	
	(em milhões de Reais - R\$)		
Receita líquida de vendas.....	R\$40.969,5	R\$36.160,3	13,3
Custo de produtos vendidos.....	(35.820,8)	(32.709,1)	9,5
Lucro bruto.....	5.148,7	3.451,2	49,2
Receitas (despesas):			
Com vendas e distribuição.....	(1.000,7)	(990,4)	1,0
Gerais e Administrativas.....	(1.077,9)	(1.071,0)	0,6
Com pesquisa e desenvolvimento.....	(115,8)	(106,2)	9,0
Equivalência patrimonial.....	(3,2)	(25,8)	(87,6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(211,1)	333,5	n.s.
Lucro operacional.....	2.740,0	1.591,3	72,2
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras.....	(2.549,1)	(3.926,2)	(35,1)
Receita financeira.....	773,0	532,0	45,3
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL.....	963,9	(1.802,9)	(153,5)
Imposto de renda e contribuição social.....	(456,9)	783,1	(158,3)
Lucro (prejuízo) de operações continuadas.....	507,0	(1.019,8)	(149,7)
Resultado de operações descontinuadas.....	—	281,5	n.s.
Lucro (prejuízo).....	R\$507,0	R\$(738,3)	(168,7)

n.s.: Não significativo.

(1) Reapresentado para incluir a consolidação da QuantiQ e da IQAG.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 13,3% em 2013, basicamente em função: (1) do aumento de 17,2% na receita líquida de vendas do segmento de Poliolefinas; (2) do aumento de 6,1% na receita líquida de vendas do segmento de Petroquímicos Básicos; e (3) da apreciação média do dólar norte-americano de 10% frente ao Real no ano, o que levou a um forte aumento nos preços de todos os produtos em reais, uma vez que a precificação dos nossos produtos é atrelada principalmente ao dólar. As reclassificações e eliminações das receitas líquidas de vendas dos segmentos em consolidação, refletindo principalmente vendas entre empresas de petroquímicos básicos pelo segmento de Petroquímicos Básicos para outros segmentos, aumentaram em 9,7% em 2013.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Petroquímicos Básicos

A receita líquida de vendas do segmento de Petroquímicos Básicos aumentou 6,1% em 2013, devido principalmente a (1) um aumento de 1,9% da receita líquida das vendas de petroquímicos básicos (que excluem condensado, combustíveis, intermediários e utilidades) a terceiros, passando de R\$9.054,1 milhões em 2012 para R\$9.227,2 milhões em 2013, e (2) um aumento de 17,4% na receita líquida das vendas de petroquímicos básicos às outras unidades de negócios, passando de R\$9.692,5 milhões em 2012 para R\$11.378,2 milhões em 2013.

A receita líquida gerada pelas vendas de:

- nafta, condensados e petróleo bruto apresentaram redução de 7,3% de R\$2.417,4 milhões em 2012 para R\$2.241,0 milhões em 2013, devido (1) à redução de 3,5% no preço médio de mercado Amsterdam-Rotterdam-Antwerp da nafta em dólares norte-americanos de US\$ 936,1 por tonelada em 2012 para US\$903,0 por tonelada em 2013 e (2) ao menor volume de revenda de nafta em 2013; e
- produtos químicos básicos (inclui intermediários, combustíveis e utilidades) registraram aumento de 16,6%, passando de R\$2.447,5 milhões 2012 para R\$2.853,9 milhões em 2013, devido principalmente ao aumento de 15,5% nas receitas com produtos intermediários e do aumento de 27,4% na receita com combustíveis.

Os fatores que tiveram maior impacto no crescimento da receita líquida de vendas de petroquímicos básicos a terceiros foram (1) o aumento de R\$246,6 milhões, ou 9,0%, na receita líquida de vendas de produtos BTX, (2) o aumento de R\$240,5 milhões, ou 15,9%, na receita líquida de vendas de eteno, e (3) o aumento de R\$132,7 milhões, ou 13,4%, na receita líquida de vendas de propeno. Tais aumentos foram parcialmente compensados pela redução de R\$448,3 milhões, ou 27,3%, na receita líquida de vendas de butadieno.

O volume de vendas de eteno a terceiros, praticamente todo vendido no mercado interno, permaneceu estável em aproximadamente 535.400 toneladas em 2013, comparado a cerca de 531.900 toneladas em 2012. Os preços médios praticados nas vendas de eteno aumentaram, sobretudo em resultado da desvalorização média de 14,2% do Real frente ao Euro, parcialmente compensada pela queda de 0,7% no preço médio de contratos de eteno da Europa Ocidental em euros, segundo dados da IHS.

O volume de vendas de propeno a terceiros diminuiu 4,3%, passando de aproximadamente 406.600 toneladas em 2012 para 389.000 toneladas em 2013. As vendas de propeno a terceiros no mercado interno diminuíram 4,8%, devido principalmente à menor demanda interna no Brasil. Já as vendas de propeno para o mercado externo diminuíram 3,8%, devido basicamente ao maior volume consumido pela companhia em função de problemas operacionais com nossos fornecedores. O preço médio de venda de propeno aumentou principalmente devido (1) ao aumento de 13,7% no preço médio dos contratos de propeno cotados em dólares na América do Norte, conforme divulgado pela IHS, e (2) aos efeitos da desvalorização média do real em relação ao dólar norte-americano.

Os principais fatores que levaram ao aumento da receita líquida de vendas de produtos BTX a terceiros foram (1) o crescimento de 23,1% na receita líquida de vendas de benzeno e (2) o aumento de 21,8% na receita líquida de vendas de tolueno. Tais aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 25,5% na receita líquida de vendas de paraxileno.

O volume de vendas de benzeno a terceiros aumentou 4,5%, passando de aproximadamente 628.200 toneladas em 2012 para cerca de 656.700 toneladas em 2013. O volume de vendas de benzeno no mercado interno aumentou 0,6%, enquanto o volume de exportações do produto aumentou 14,2%. Os preços médios praticados nas vendas de benzeno aumentaram devido principalmente (1) ao aumento de 3,1% no preço médio do contrato de benzeno no mercado norte-americano em dólares, conforme informado pela IHS, e (2) aos efeitos da desvalorização média do Real em relação ao Dólar. O volume de vendas de paraxileno a terceiros diminuiu 29,8%, passando de 183.200 toneladas em 2012 para cerca de 128.600 toneladas em 2013. Os preços médios de venda de paraxileno aumentaram principalmente em razão do aumento dos preços internacionais.

O volume de vendas de butadieno a terceiros aumentou 6,9%, passando de aproximadamente 357.800 toneladas em 2012 para 381.800 toneladas em 2013. Os preços médios de venda de butadieno diminuíram principalmente em razão da queda dos preços internacionais.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Poliolefinas

A receita líquida de vendas do segmento de Poliolefinas aumentou 17,2% em 2013, principalmente em razão do aumento de 20,9% na receita líquida proveniente das vendas de polietileno e do aumento de 14,0% na receita líquida proveniente das vendas de polipropileno.

O volume de vendas de polietileno aumentou 1,5%, passando de aproximadamente 2.430.000 toneladas em 2012 para aproximadamente 2.467.300 toneladas em 2013. Em 2013, as vendas de polietileno no mercado interno aumentaram 6,3%, devido principalmente ao aumento da demanda por produtos de polietileno por produtores de sacos, recomposição de estoque por diversos clientes e maior demanda por fabricantes que utilizam rotomoldagem na produção de encanamentos e outros produtos relacionados ao programa “Água para todos” do governo brasileiro. O volume de vendas de polietileno para o mercado externo diminuiu 7,7%, devido principalmente à redistribuição do polietileno disponível para o mercado interno. Os preços médios praticados nas vendas de polietileno aumentaram basicamente em virtude dos efeitos (1) da desvalorização média do Real em relação ao Dólar, e (2) dos aumentos de 6,5%, 6,2% e 5,6% nos preços médios de contratos da América do Norte, segundo a IHS, respectivamente de PEAD, PEBDL e PEBD.

O volume de vendas de polipropileno diminuiu 4,1%, passando de aproximadamente 1.648.800 toneladas em 2012 para aproximadamente 1.580.800 toneladas em 2013. Em 2013, o volume de vendas de polipropileno no mercado interno aumentou 2,9%, explicado pelo bom desempenho dos setores de agronegócios e embalagens de alimentos no Brasil. O volume de polipropileno vendido no mercado externo diminuiu 24,9%, devido ao menor volume produzido e uma mudança no mix de vendas do produto, que privilegiou o mercado interno. Os preços médios praticados nas vendas

de polipropileno aumentaram basicamente em virtude dos efeitos (1) da desvalorização média do Real em relação ao Dólar, e (2) do aumento de 7,5% nos preços médios spot do Nordeste Asiático, segundo a IHS.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Vinílicos

A receita líquida de vendas do segmento de Vinílicos aumentou 27,8% em 2013, devido principalmente (1) ao aumento de 13,4% no volume de vendas de PVC, (2) ao aumento de 3,2% dos preços médios de PVC no mercado spot do Nordeste Asiático em dólares norte-americanos, conforme informado pela IHS, e (3) à desvalorização média do Real frente ao Dólar.

O volume de venda de PVC aumentou 13,4%, passando de aproximadamente 561.500 toneladas em 2012 para cerca de 636.500 toneladas em 2013, devido principalmente ao maior volume de produção, refletindo o início das operações da nova planta de PVC em Alagoas, em agosto de 2012.

Os volumes de venda de soda cáustica aumentaram 0,6%, passando de 471.600 toneladas em 2012 para cerca de 468.800 toneladas em 2013, devido principalmente à importação de matérias primas para abastecimento do mercado interno, visando compensar o menor volume de produção.

Receita Líquida de Vendas do Segmento EUA e Europa

A receita líquida de vendas do segmento EUA e Europa, que inclui os ativos de polipropileno nos Estados Unidos e Europa, aumentou 23,5% em 2013, devido principalmente ao aumento no preço médio de vendas do segmento, resultado, por sua vez: (1) da conversão das moedas dos países que formam o segmento EUA e Europa para reais na elaboração das demonstrações financeiras, que levou a ganhos cambiais, não operacionais, atribuíveis à variação do valor relativo de tais moedas frente ao real; e (2) do aumento de 7,5% nos preços médios spot do polipropileno no Nordeste Asiático, segundo a IHS. O volume de vendas de polipropileno pela unidade EUA e Europa aumentou 2,7%, passando de aproximadamente 1.744.600 toneladas em 2012 para aproximadamente 1.790.700 toneladas em 2013, impulsionado pela maior demanda nos Estados Unidos.

Receita Líquida de Vendas do Segmento de Distribuição de Produtos Químicos

A receita líquida de vendas do segmento de Distribuição de Produtos Químicos diminuiu 0,8% em 2013, devido principalmente (1) à queda de 32,9% no volume de vendas de solventes, que inclui uma redução para quase zero do volume de vendas de solventes ecologicamente corretos. Tais efeitos foram parcialmente compensados (1) pelo aumento de 60,7% no volume de vendas de cloro-soda e (2) pelo aumento de 10,9% no volume de vendas de produtos farmacêuticos.

Custo dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo dos produtos vendidos aumentou 9,5% em 2013, devido principalmente (1) ao aumento de 11,9% no custo dos produtos vendidos pelo segmento de Poliolefinas, (2) ao aumento de 3,5% no custo dos produtos vendidos pelo segmento de Petroquímicos Básicos e (3) ao aumento de 10% na câmbio médio entre o dólar norte-americano e o real no ano, que levou a um impacto negativo de R\$2,9 bilhões devido ao aumento dos custos dos nossos principais insumos (já que a nafta é atrelada ao dólar). O aumento de custos foi parcialmente compensado pela redução no preço da Nafta no mercado internacional e pela redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre a compra de insumos, que passou a vigorar em maio de 2013. As reclassificações e eliminações de custo dos produtos vendidos e serviços prestados das unidades em consolidação, refletindo basicamente os custos das compras de petroquímicos básicos pelos segmentos de Poliolefinas e Vinílicos do segmento de Petroquímicos Básicos, subiram 8,4% em 2013.

O lucro bruto consolidado aumentou 49,2% em 2013, enquanto a margem bruta (lucro bruto como percentual da receita líquida de vendas) aumentou de 9,5% em 2012 para 12,6% em 2013.

Custo dos Produtos Vendidos no Segmento de Petroquímicos Básicos

O custo dos produtos vendidos no segmento de Petroquímicos Básicos aumentou 3,5% em 2013, devido essencialmente (1) ao maior volume de vendas de petroquímicos básicos e (2) da apreciação média do dólar norte-americano frente ao real no ano. Tais efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de 3,5% no preço de mercado na nafta base Amsterdam-Rotterdam-Antwerp em dólares, conforme divulgado pela IHS, que passou de US\$936,1 por tonelada em 2012 para US\$903,0 por tonelada em 2013.

O lucro bruto do segmento de Petroquímicos Básicos aumentou 36,9%, atingindo R\$2.476,6 milhões em 2013, acompanhado de expansão da margem bruta de 7,7% em 2012 para 9,9% em 2013.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Poliolefinas

O custo dos produtos vendidos no segmento de Poliolefinas aumentou 11,9% em 2013, devido principalmente (1) aos efeitos da desvalorização do real frente ao euro sobre o custo de insumos da Unidade de Poliolefinas que possuem preços referenciados em euro, e (2) aos efeitos do aumento do custo médio de propeno, impactado pelo aumento de 13,7% no preço médio do contrato norte-americano de propeno em dólares, conforme divulgado pela IHS. Tais fatores foram parcialmente compensados (1) pelos efeitos sobre o custo médio do eteno e propeno, influenciados pela queda de 0,7% e 2,3% no preço médio do contrato de eteno e propeno em euros, respectivamente, na Europa Ocidental, conforme divulgado pela IHS, e (2) pela redução de 1,1% no volume de vendas do segmento de Poliolefinas.

O lucro bruto do segmento de Poliolefinas aumentou 69,8%, atingindo R\$2.250,4 milhões em 2013, enquanto a margem bruta aumentou de 9,2% em 2012 para 13,3% em 2013.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Vinílicos

O custo dos produtos vendidos no segmento de Vinílicos aumentou 22,4% em 2013, devido essencialmente (1) aos efeitos da desvalorização média do real frente ao euro sobre o custo dos insumos da Unidade de Vinílicos que possui preços referenciados em euros e (2) ao aumento de 7,7% no volume total de vendas da Unidade de Vinílicos. Estes fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos sobre o custo médio do eteno da Unidade de Vinílicos da redução de 0,7% no preço médio do contrato de eteno em euros na Europa Ocidental, conforme divulgado pela IHS.

O lucro bruto da Unidade de Vinílicos aumentou 172,2%, atingindo R\$196,5 milhões em 2013, enquanto a margem bruta aumentou de 3,6% em 2012 para 7,6% em 2013.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento EUA e Europa

O custo dos produtos vendidos no segmento EUA e Europa aumentou 21,8% em 2013, devido principalmente (1) aos efeitos sobre o custo médio de propeno do segmento do aumento de 13,7% no preço médio do contrato norte-americano de propeno em dólares, conforme divulgado pela IHS, somado aos efeitos da desvalorização média de 10% do real frente ao dólar norte-americano; (2) aos efeitos sobre o custo médio do propeno do segmento da desvalorização do real frente ao euro, compensado parcialmente por uma redução de 2,3% no preço médio do contrato de propeno na Europa Ocidental em euros, conforme divulgado pela IHS e (3) ao aumento de 5,5% no volume de vendas de polipropileno registrado pelo segmento.

O lucro bruto do Segmento EUA e Europa aumentou 70,3%, atingindo R\$328,9 milhões em 2013, enquanto a margem bruta aumentou de 3,5% em 2012 para 4,9% em 2013.

Custo dos Produtos Vendidos do Segmento de Distribuição de Produtos Químicos

O custo dos produtos vendidos no segmento de Distribuição de Produtos Químicos aumentou 1,3% em 2013, devido basicamente à apreciação média de 10% do dólar norte-americano frente ao real no ano.

O lucro bruto do segmento de Distribuição de Produtos Químicos diminuiu 11,6%, atingindo R\$130,6 milhões em 2013, enquanto a margem bruta passou de 16,4% em 2012 para 14,6% em 2013.

Despesas com Vendas e Distribuição

As despesas com vendas e distribuição aumentaram 1,0% em 2013, devido principalmente ao aumento do volume de vendas. As despesas com vendas e distribuição como porcentagem da receita líquida de vendas diminuíram de 2,7% em 2012 para 2,4% em 2013.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas registraram aumento de 0,6% em 2013, devido principalmente ao sucesso dos nossos esforços de redução de despesas fixas, apesar das pressões inflacionárias. As despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida de vendas diminuíram de 3,0% em 2012 para 2,6% em 2013.

Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 9,0% em 2013, porém, como porcentagem da receita líquida de vendas, permaneceram estáveis em 0,3% em 2013 e 2012.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi um prejuízo de R\$3,2 milhões em 2013, comparado a um prejuízo de R\$25,8 milhões em 2012, devido principalmente ao prejuízo de R\$3,2 milhões registrado como participação nos resultados de controladas em conjunto e coligadas, comparado a um lucro de R\$22,2 milhões em 2012.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras despesas operacionais líquidas foram de R\$211,1 milhões em 2013, compreendendo principalmente (1) despesas com provisão para danos ambientais no valor de R\$94,4 milhões, (2) despesas relacionadas a estoques em plantas inativas no valor de R\$44,0 milhões, (3) despesas com depreciação no valor de R\$39,5 milhões para plantas

inativas e (4) despesas relacionadas a ajustes de estoques e perdas com mudança de matérias-primas no valor de R\$25,4 milhões.

Lucro (Prejuízo) Operacional

Como resultado do exposto acima:

- O lucro bruto consolidado aumentou 72,2% em 2013, enquanto a margem bruta (lucro bruto como porcentagem da receita líquida de vendas) aumentou de 4,4% em 2012 para 6,7% em 2013;
- o lucro operacional do segmento de Petroquímicos Básicos apresentou aumento de 49,5%, passando de R\$1.253,4 milhões em 2012 para R\$1.873,9 milhões em 2013, enquanto a margem operacional do segmento aumentou de 5,3% em 2012 para 7,5% em 2013
- o lucro operacional do segmento de Poliolefinas aumentou 213,1%, passando de R\$436,6 milhões em 2012 para R\$1.367,0 milhões em 2013, enquanto a margem operacional do segmento aumentou de 3,0% em 2012 para 8,1% em 2013;
- o lucro operacional do segmento EUA e Europa diminuiu 97,3%, passando de R\$314,6 milhões em 2012 para R\$8,5 milhões em 2013, devido ao registro na linha de outras receitas operacionais em 2012 do valor de R\$263,5 milhões relacionados à indenização paga pela Sunoco com relação à quebra do contrato de fornecimento de matéria-prima, enquanto a margem operacional do segmento EUA e Europa diminuiu de 5,8% em 2012 para 0,1% em 2013;
- o lucro operacional da Unidade de Vinílicos foi de R\$11,3 milhões em 2013 em comparação com um prejuízo operacional de R\$55,7 milhões em 2012, enquanto a margem operacional do segmento foi de 0,4% em 2013 em comparação à margem negativa de 2,8% em 2012; e
- o lucro operacional do segmento de Distribuição de Produtos Químicos apresentou redução de 48,0%, passando de R\$52,7 milhões em 2012 para R\$27,4 milhões em 2013, enquanto a margem operacional do segmento diminuiu de 5,9% em 2012 para 3,1% em 2013.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro aumentou 47,7% em 2013, em função do aumento de 45,3% nas receitas financeiras e da redução de 35,1% nas despesas financeiras.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras registraram aumento de 45,4%, passando de R\$531,9 milhões para R\$773,1 milhões em 2013, devido principalmente (1) ao aumento de 51,7% nos ganhos com variações cambiais sobre ativos financeiros, de R\$219,8 milhões em 2012 para R\$333,4 milhões em 2013, em função da apreciação média de 10% do dólar norte-americano frente ao real no ano, e (2) em menor escala, ao aumento de 27,9% nas receitas financeiras, de R\$220,2 milhões em 2012 para R\$281,7 milhões em 2013, como resultado do aumento da taxa CDI em 201

Despesas Financeiras

As despesas financeiras diminuíram 35,1%, passando de R\$3.926,2 milhões em 2012 para R\$2.549,1 milhões em 2013, devido principalmente à redução de 95,9% na perda com variação cambial sobre passivos financeiros, de R\$1.898,7 milhões em 2012 para R\$78,5 milhões em 2013, devido à decisão da companhia em 1º de maio de 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares como hedge de exportações futuras, em atendimento à norma contábil IAS 39. Exportamos regularmente parte da nossa produção e determinamos que o volume de exportações futuras de alta probabilidade suportava tais instrumentos de dívida como instrumentos de hedge. Devido a essa designação, o impacto das taxas cambiais sobre os fluxos de caixa futuros em dólares relativos a tais exportações será parcialmente compensado pelas variações cambiais sobre os passivos designados, eliminando parcialmente a volatilidade na nossa demonstração dos resultados. Após a designação de tais passivos como hedge, registramos a variação cambial dos passivos designados, que havia sido registrada anteriormente como componente do resultado financeiro líquido como resultado abrangente e ajustamos periodicamente a linha de outros resultados abrangentes do patrimônio líquido pelo mesmo valor. O ganho ou perda acumulado relacionado às variações cambiais sobre os passivos designados será registrado contra a receita registrada em reais das nossas exportações ao longo do prazo dos passivos

designados, nos permitindo reconhecer simultaneamente os impactos das variações das taxas de câmbio sobre os nossos passivos e exportações. Uma vez que o valor do Real diminuiu substancialmente ao longo do ano após 1º de maio de 2013, na ausência da designação de tais passivos como instrumentos de hedge, teríamos registrado um prejuízo líquido com variação cambial de R\$2.048,6 milhões e uma despesa financeira líquida de R\$4.079,5 milhões em 2013, devido principalmente à variação cambial de R\$2.303,5 milhões relacionada aos passivos objeto de hedge, registrado em "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente para o exercício fundo em 31 de dezembro de 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota composta nominal de imposto de renda e contribuição social foi de 34% tanto em 2013 como em 2012. Imposto de renda e contribuição social representaram uma despesa de R\$456,9 milhões em 2013, comparado a um benefício de R\$639,8 milhões em 2012.

A alíquota efetiva aplicável ao lucro antes de imposto de renda e contribuição social foi de 47,4% em 2013, devido principalmente: (1) a ajustes permanentes causados por diferenças de alíquota de imposto de renda de investimentos em países que possuem alíquota menor que o Brasil, em 6,3%; (2) a ajustes de precificação de transferência em transações de negócios com empresas afiliadas em 4,5% e (3) aos efeitos de outras despesas não dedutíveis em 2,6%.

A alíquota efetiva aplicável às nossas perdas antes de imposto de renda e contribuição social foi de 35,5% em 2012, devido principalmente à inclusão de passivos fiscais adicionais no acordo celebrado com as autoridades fiscais no âmbito do programa federal de parcelamento de impostos (Refis) estabelecido segundo a Lei 11.941/09, que aumentou a alíquota efetiva aplicável à nossa perda operacional em 1,5 ponto percentual.

Lucro (Prejuízo)

Registramos lucro líquido de R\$507,0 milhões em 2013, ou 1,2% da receita líquida de vendas, comparado a um prejuízo líquido de R\$738,3 milhões, ou 2,0% da receita líquida de vendas, em 2012.

Liquidez e recursos de capital

As principais necessidades de caixa da Companhia em 2014 compreendiam:

- serviço da dívida;
- necessidades de capital de giro;
- investimentos de capital relacionados a operações, construção de novas instalações industriais e manutenção e expansão das já existentes; e
- pagamento de dividendos referentes às ações, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio.

As principais fontes de liquidez têm compreendido tradicionalmente:

- fluxo de caixa das atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazos; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 2014, o fluxo de caixa das operações foi usado principalmente em atividades de investimento, necessidades de capital de giro e pagamento do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2014, a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 3.993,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrava capital de giro líquido (definido como (1) ativos circulantes mais ativos não circulantes mantidos para venda, menos (2) passivos circulantes mais passivos não-circulantes mantidos para venda) de R\$ 677,9 milhões.

Fontes e destinações projetadas de caixa

A administração prevê que será necessário desembolsar cerca de R\$ 15,7 bilhões para honrar as obrigações e compromissos contratuais de curto prazo, além dos investimentos de capital orçados para 2015 (excluídos os aportes de

capital às joint ventures no México e na Venezuela). Tais requisitos de caixa devem ser supridos (1) para nossas operações através da venda de produtos, e (2) nossas dívidas através do fluxo de caixa operacional e novas atividades de financiamento, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida atual de curto prazo em seu vencimento.

Diversas instituições financeiras se comprometeram a nos fornecer financiamento no futuro, incluindo compromissos do Banco Nacional do Desenvolvimento, ou BNDES, de conceder empréstimos no âmbito da linha de crédito *stand-by* rotativa (Contrato de Abertura de Limite de Crédito, ou CALC), conforme descrito em “—Endividamento e Estratégia de Financiamento - Linhas de Crédito com o BNDES”. Em 31 de dezembro de 2014, um total de R\$ 475,4 milhões estava disponível em tais linhas de crédito.

Os compromissos acima estão sujeitos a condições prévias, que a administração entende que será capaz de satisfazer no tocante a todos os valores sacados por essas linhas de crédito. A Companhia paga às instituições financeiras taxas pelos respectivos compromissos, que não sejam as linhas de crédito rotativo *stand-by* com o BNDES.

Além disso, contratamos uma linha de *Project finance* cujos recursos serão utilizados no desenvolvimento do Projeto Etileno XXI. Para mais informações sobre tal linha de crédito, vide “—Investimentos—Projetos de Joint Venture Projeto—Projeto Etileno XXI”.

Fluxos de caixa

Fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 3.791,9 milhões em 2014, R\$ 2.457,8 milhões em 2013 e R\$ 2.571,8 milhões em 2012.

O caixa líquido oriundo de atividades operacionais aumentou R\$ 1.334,1 milhões em 2014 em relação a 2013, devido principalmente:

- à diminuição de R\$ 486,0 milhões em impostos a recuperar em 2014, comparado a um aumento de R\$ 448,4 milhões em 2013, explicado essencialmente pela monetização de créditos de ICMS acumulados nos últimos anos, principalmente sobre vendas no mercado interno sujeitas a tributação diferida e exportações;
- ao aumento de juros e variação monetária e cambial, líquida, sem efeito caixa, de R\$2.183,9 milhões em 2014, comparado a R\$1.341,8 milhões em 2013, devido principalmente à decisão da Companhia de designar em 1º de maio de 2013 parte dos seus passivos de instrumentos de dívida denominada em dólares como hedge para exportações futuras;
- ao aumento de R\$ 270,4 milhões em estoques em 2014, comparado ao aumento de R\$ 927,4 milhões em 2013, o que levou a um incremento dos estoques de poliolefinas ao final do ano, devido à baixa demanda;
- à redução de R\$ 144,1 milhões em contas a receber em 2014, comparado a um aumento de R\$ 492,9 milhões em contas a receber em 2013, devido principalmente à queda nos preços internacionais de resinas termoplásticas, o que levou a uma diminuição das receitas com polietileno, polipropileno e PVC; e
- ao lucro antes de imposto de renda e contribuição social de R\$1.178,6 milhões em 2014, comparado a R\$ 963,9 milhões em 2013.

Os efeitos de tais fatores foram parcialmente compensados:

- pela redução de R\$ 419,5 milhões em contas a pagar a fornecedores em 2014, comparado a um aumento de R\$ 742,6 milhões em 2013, o que refletiu a desvalorização média do Real ante o Dólar, com impacto sobre contratos de compra de determinadas matérias-primas;
- pela redução de R\$ 539,3 milhões em impostos e contribuições a pagar em 2014, comparado à redução de R\$ 127,4 milhões em 2013, como consequência da quitação antecipada de saldos de parcelamento em aberto no âmbito do programa de parcelamento tributário instituído pela Lei 11.941/09; e
- pela redução de R\$ 261,9 milhões em adiantamento de clientes em 2014, comparado a um aumento de R\$ 6,3 milhões nesta rubrica em 2013, o que é explicado pela quitação em 2014 de operações para as quais havíamos recebido adiantamentos de clientes em 2014.

O caixa líquido oriundo de atividades operacionais diminuiu R\$ 114,0 milhões em 2013 em relação a 2012, devido principalmente a:

- ao aumento de R\$742,6 milhões em fornecedores em 2013 comparado ao aumento de R\$2.165,5 milhões em fornecedores em 2012, como resultado de melhores condições de pagamento pelo principal fornecedor brasileiro de matéria-prima da Companhia;
- à redução de juros e variação monetária e cambial, líquida, sem efeito caixa, de R\$1.341,8 milhões em 2013, comparado a R\$2.443,0 milhões em 2012, devido principalmente à decisão da Companhia de designar em 1º de maio de 2013 parte dos nossos passivos de dívida denominados em dólares como instrumentos de hedge para exportações futuras
- ao aumento de R\$927,4 milhões em estoque em 2013 se comparado ao aumento de R\$566,0 milhões em 2012, explicado pelo aumento dos nossos estoques no primeiro semestre de 2013 visando garantir o atendimento aos clientes no mercado doméstico de poliolefinas durante as paradas programadas de uma das plantas de polipropileno no Complexo Petroquímico de São Paulo, ocorrida em julho de 2013; e
- aumento da linha de juros pagos para R\$1.123,7 milhões em 2013, comparado a um aumento de R\$1.006,8 milhões em 2012, devido principalmente à variação cambial.

Os efeitos de tais fatores foram parcialmente compensados:

- pelo nosso lucro antes de imposto de renda e contribuição social e após operações descontinuadas de R\$963,9 milhões em 2013, comparado a um prejuízo de R\$1.378,1 milhões em 2012; e
- pelo aumento de R\$492,9 milhões em contas a receber em 2013, comparado a um aumento de R\$625,1 milhões em 2012, devido essencialmente à apreciação média de 10% do dólar norte-americano frente ao real no ano.

Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento

As atividades de investimento consumiram caixa líquido de R\$ 4.977,1 milhões em 2014, R\$4.954,2 milhões em 2013 e R\$2.834,3 milhões em 2012.

Em 2014, as atividades de investimento em que utilizamos caixa de maneira consolidada incluíram essencialmente: (1) investimentos de R\$ 3.553,8 milhões em novos projetos de capacidade, incluindo investimentos de R\$ 3.465,6 milhões na construção de novas instalações no México, dos quais R\$ 621,8 milhões correspondente ao investimento em *equity*; (2) investimentos de R\$ 1.009,1 milhões na realização de manutenção de nossas unidades durante paradas programadas, (3) investimentos de R\$ 252,1 milhões em modernização, tecnologia da informação e aumento da confiabilidade dos sistemas, (4) investimentos de R\$ 322,8 milhões na substituição de equipamentos, e (5) investimentos de R\$ 215,7 milhões em produtividade, aumento da segurança e outros. Tais investimentos foram parcialmente compensados pelo recebimento de R\$ 315,0 milhões relativo à alienação da unidade de tratamento de água no Polo Petroquímico de Triunfo.

Em 2013, as atividades de investimento em que utilizamos caixa de maneira consolidada incluíram essencialmente: (1) investimentos de R\$4.102,1 milhões em projetos de novas capacidades, o que inclui o investimento de R\$4.053,0 milhões na construção das instalações no México, dos quais R\$1.098,4 milhões na forma de contribuição patrimonial (*equity*); (2) investimentos de R\$781,0 milhões na manutenção das plantas durante paradas programadas; (3) investimentos de R\$275,5 milhões em modernização, tecnologia da informação e aumento da confiabilidade dos sistemas; (4) investimentos de R\$284,7 milhões na substituição de equipamentos; e (5) investimentos de R\$194,1 milhões em melhorias de produtividade e segurança. Tais investimentos foram parcialmente compensados pelo recebimento de R\$689,9 milhões relativo à alienação da Cetrel e da Braskem Distribuidora.

Em 2012, as atividades de investimento em que utilizamos caixa de maneira consolidada incluíram essencialmente: (1) investimentos de R\$1.629,3 milhões em novos projetos de capacidade, incluindo investimentos de R\$993,0 milhões na construção de instalações no México, dos quais R\$34,0 milhões referem-se à contribuição de participação R\$ 357,0 milhões na construção das novas instalações de PVC e R\$174,2 milhões na construção da nova planta de butadieno, (2)

investimentos de R\$486,6 milhões na realização de manutenção de nossas unidades durante paradas programadas, (3) investimentos de R\$183,5 milhões na modernização de tecnologia da informação e aumento da confiabilidade dos sistemas, (4) investimentos de R\$180,8 milhões na substituição de equipamentos e (5) investimentos de R\$173,1 milhões em melhorias de produtividade e segurança.

Fluxos de caixa aplicados em atividades de financiamento

As atividades de financiamento originaram caixa líquido de R\$ 894,4 milhões em 2014, R\$ 3.614,2 milhões em 2013 e R\$ 633,9 milhões em 2012.

Em 2014:

- a Braskem Finance Limited emitiu um total de US\$ 750,0 milhões de principal de Notas com vencimento em 2024 e remuneração de 6,450% em fevereiro de 2014 e maio de 2014;
- a Braskem Idesa tomou empréstimo de US\$ 465,0 milhões de instituições financeiras internacionais no âmbito dos contratos de financiamento do Projeto Etileno XXI em abril de 2014;
- a Companhia celebrou uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$ 75,0 milhões em janeiro de 2014;
- a Companhia celebrou uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$ 62,5 milhões em agosto de 2014;
- a Companhia celebrou uma linha de crédito com uma instituição financeira local no valor de principal de US\$ 100,0 milhões em setembro de 2014; e
- a Companhia celebrou uma linha de crédito com uma instituição financeira local no valor de principal de US\$ 100,0 milhões em novembro de 2014.

Em 2014, utilizamos caixa para:

- antecipar a quitação de US\$ 50,3 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de contratos de empréstimo celebrados entre a Braskem Netherlands e uma instituição financeira internacional em dezembro de 2011;
- antecipar a quitação de US\$ 50,3 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de contratos de empréstimo celebrados entre a Braskem Netherlands e uma instituição financeira internacional em setembro de 2011;
- antecipar a quitação de US\$ 50,1 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de contratos de empréstimo celebrados entre a Braskem Netherlands e uma instituição financeira internacional em dezembro de 2011;
- antecipar a quitação de US\$ 299,8 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de contratos de empréstimo celebrados entre a Braskem S.A. e uma instituição financeira internacional em outubro de 2013;
- antecipar a quitação de US\$ 50,0 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de três adiantamentos sobre contrato de câmbio (ACC) celebrados entre a Companhia e uma instituição financeira brasileira em dezembro de 2013;
- antecipar a quitação de US\$ 50,7 milhões, relacionado a todos os valores de principal e juros em aberto de um contrato de pré-pagamento de exportações celebrado entre a Companhia e uma instituição financeira brasileira em dezembro de 2010;
- recomprar US\$ 58,1 milhões de valor total de principal das Notas com vencimento em 2017 e remuneração de 8,00%, US\$ 266,1 milhões de valor total de principal das Notas com vencimento em 2018 e remuneração de

7,25%, e US\$ 349,8 de valor total de principal das Notas com vencimento em 2020 e remuneração de 7,00%, de acordo com as ofertas de compras realizadas em fevereiro de 2014 e maio de 2014; e

- realizar os pagamentos agendados e pagamentos antecipados de diversos instrumentos de dívida em aberto.

Adicionalmente, utilizamos o caixa para pagar dividendos no valor total de R\$482,1 milhões.

Em 2013:

- tomamos empréstimo de R\$200,0 milhões de principal em janeiro de 2013 através de uma linha de pré-pagamento de exportações contratado junto a determinadas instituições financeiras internacionais em dezembro de 2012;
- contratamos três linhas de crédito à exportação com instituições financeiras brasileiras no valor total de R\$300,0 milhões em fevereiro de 2013;
- contratamos uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$90,0 milhões em março de 2013;
- contratamos uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$210,0 milhões em junho de 2013;
- a Braskem Idesa contraiu empréstimo de US\$1.483,9 milhões de valor total de principal em julho de 2013 através dos acordos de financiamento celebrados em dezembro de 2012 para o financiamento do projeto Etileno XXI;
- contratamos diversas linhas de crédito à exportação com instituições financeiras internacionais no valor total de R\$163,5 milhões em agosto de 2013;
- contratamos um empréstimo com uma instituição financeira brasileira, através do qual obtivemos o valor total de principal de US\$70,0 milhões em setembro de 2013;
- recebemos desembolsos de uma linha de crédito com o BNDES nos valores de R\$178,0 milhões, R\$144,1 milhões e R\$188,7 milhões em outubro, novembro e dezembro de 2013, respectivamente;
- a Braskem Idesa contraiu empréstimo de US\$546,9 milhões de valor total de principal em novembro de 2013 através dos acordos de financiamento celebrados em dezembro de 2012 para o financiamento do projeto Etileno XXI;
- contraímos empréstimo de R\$150,0 milhões através de uma linha de crédito à exportação contratada em dezembro de 2013 junto a instituição financeira brasileira; e
- contratamos um adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC) com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$50,0 milhões em dezembro de 2013.

Em 2013, utilizamos caixa para:

- pagar antecipadamente R\$512,7 milhões, correspondente a todos os valores de principal e juros em aberto de quatro linhas de crédito à exportação;
- pagar antecipadamente R\$452,3 milhões, correspondente a todos os valores de principal e juros em aberto de duas linhas de pré-pagamento de exportações;
- pagar antecipadamente R\$123,6 milhões, correspondente a todos os valores de principal e juros em aberto de uma linha de crédito com o BNDES; e
- a realização dos pagamentos e pagamentos antecipados agendados de diversos instrumentos de dívida em aberto.

Em 2012:

- realizamos um empréstimo de R\$732,5 milhões e US\$81,5 milhões em linhas de crédito do BNDES;
- emitimos e vendemos um total de US\$500 milhões de principal de Bônus a 5,375% com vencimento em 2022;
- emitimos e vendemos um total de US\$250,0 milhões de principal de Bônus a 5,75% com vencimento em 2021;

- emitimos e vendemos um total de US\$250,0 milhões de principal de Bônus a 7,125% com vencimento em 2041;
- emitimos e vendemos um total de US\$250,0 milhões de principal de Bônus Perpétuos a 7,375%;
- contraímos empréstimo de R\$300,0 milhões de principal em um acordo de financiamento à exportação celebrados em setembro de 2012 com uma instituição financeira brasileira;
- contraímos empréstimo de R\$200,0 milhões de principal em um acordo de financiamento à exportação celebrados em janeiro de 2012 com uma instituição financeira brasileira;
- contraímos empréstimo de R\$100,0 milhões de principal em um acordo de financiamento à exportação celebrados em junho de 2012 com uma instituição financeira brasileira; e
- contraímos empréstimo de R\$100,0 milhões de principal em um acordo de financiamento à exportação celebrados em novembro de 2012 com uma instituição financeira brasileira;

Em 2012, utilizamos caixa para:

- pagamento antecipado de R\$504,6 milhões, representando todos os valores e juros devidos em três linhas de financiamento de exportação;
- pagamento antecipado de R\$129,2 milhões, representando um empréstimo de capital de giro;
- pagamento antecipado de US\$600,0 milhões, representando todos os valores devidos em quatro linhas de financiamento de exportação; e
- realização dos pagamentos e pagamentos antecipados agendados de diversos instrumentos de dívida em aberto.

Adicionalmente, utilizamos o caixa para pagar dividendos no valor total de R\$482,1 milhões.

Salvo se houver decisão do conselho de administração que delibere a incompatibilidade com a situação financeira da Companhia e posterior ratificação de tal decisão pelos acionistas, o pagamento de dividendos é obrigatório pela Lei das Sociedades por Ações e estatutos da Companhia e também pelos acordos com dois dos acionistas da Companhia, podendo assim dar origem a significativas necessidades de caixa em períodos futuros.

Programa de Recompra de Ações

Em 13 de agosto de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou um programa de recompra de ações, com autorização para recompra de até 13.376.161 ações preferenciais classe A a valor de mercado na BM&FBOVESPA a qualquer momento e de tempos em tempos, até 28 de agosto de 2013. As ações recompradas serão mantidas em tesouraria e poderão ser revendidas ou canceladas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia recomprado 262.300 ações preferenciais classe A pelo valor total de R\$3,5 milhões.

A Companhia não realizou recompras de ações em 2013 ou 2014.

Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia autorizou um programa de recompra de ações, com autorização para recompra de até 3.500.000 ações preferenciais classe A a valor de mercado na BM&FBOVESPA. O programa teve início em 19 de fevereiro de 2015 e permanecerá válido até 18 de fevereiro de 2016. Até 15 de abril de 2015, a Companhia havia recomprado 80.000 ações preferenciais classe A pelo valor total de R\$ 0,9 milhão.

Compromissos contratuais

A tabela a seguir resume as obrigações contratuais e compromissos significativos em 31 de dezembro de 2014 que têm impacto sobre a liquidez da Companhia:

	Pagamentos devidos no período				Total
	Menos de um	De um a três	De três a cinco	Acima de cinco	

	ano	anos	anos	anos	
	(em milhões de reais)				
Empréstimos e financiamentos (1)	1.495,4	3.365,1	5.432,2	22.685,7	32.978,4
Projeto Etileno XXI – dívida Project Finance (2).....	40,9	668,3	1.342,8	9.515,0	11.567,0
Derivativos (3)	95,6	(39,2)	633,6	—	690,0
Contribuições plano de pensão Petros Copesul (4).....	336,4	—	—	—	336,4
Obrigações atuariais de plano de contribuição definida (5)	0,0	—	—	69,2	69,2
Outras obrigações (6)	44,5	252,4	—	—	296,9
Projeto Etileno XXI (7)	544,5	207,2	—	—	751,7
Obrigações de compra matérias-primas (8)	10.640,8	15.233,8	5.906,0	5.922,6	37.703,1
Obrigações de compra energia elétrica e gás (8)	1.162,0	2.004,0	791,0	297,0	4.254,0
Total obrigações contratuais.....	14.360,2	21.691,5	14.105,6	38.489,4	88.646,7

- (1) Consiste na estimativa de pagamentos futuros de amortização mais juros sobre nossos empréstimos e financiamentos, calculados com base nas taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis em 31 de dezembro de 2014 e supondo (i) que todos os pagamentos de amortização e pagamentos no vencimento de nossos empréstimos e financiamentos ocorrerão nas datas de pagamento agendadas e (ii) que nossos *perpetual bonds* sejam resgatados após 100 anos.
- (2) Dívida de project finance com garantia limitada (*limited recourse project finance*), a ser quitada exclusivamente através do caixa a ser gerado pelo próprio projeto, na qual os acionistas oferecem garantia limitada. Para mais informações, vide Nota 15 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório.
- (3) Consiste basicamente em swaps de moeda estrangeira celebrados para compensar a variação nas taxas de contratos de notas de crédito à exportação. Para mais informações, vide Nota 16.2.1 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório.
- (4) Consiste em pagamentos a participantes do plano pós-emprego de contribuição definida Petros Copesul em relação à retirada do patrocínio do plano. Para mais informações, vide Nota 21.3 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual.
- (5) Consiste em passivos atuariais relacionados aos planos de contribuição definida Novamont e Braskem Europe. Para mais informações consulte a Nota 21.2 de nossas demonstrações financeiras incluídas neste formulário anual.
- (6) Consistem em (i) valores a pagar a acionistas não controladores da Braskem Idesa e (ii) valores a pagar a BNDES Participações S.A., como parte da combinação de negócios com a Braskem Qpar. Para mais informações, vide Nota 22 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório.
- (7) Consiste em compromissos contratuais para a etapa de engenharia, comissionamento e construção (EPC) do Projeto Etileno XXI e taxa de licenciamento de tecnologia relacionada ao projeto, calculados com base em estimativas de pagamentos e juros contratuais futuros e com base na taxa de câmbio válida para 31 de dezembro de 2014.
- (8) Corresponde a compromissos de compra de matéria-prima, energia elétrica e gás de acordo com acordos firmes da companhia que definem todas as condições significativas, inclusive volumes fixos ou mínimos a serem comprados; disposições referentes a preço fixo, mínimo ou variável; bem como o cronograma aproximado da operação. Toma por base os preços de compra aplicáveis em 31 de dezembro de 2014.

Também estamos sujeitos a passivos potenciais referentes a questões fiscais, trabalhistas, de distribuidores e outras, para as quais as chances de perda são consideradas prováveis, e provisões são mantidas no valor de R\$ 412,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. Tais processos relacionam-se principalmente a imposto de renda federal e impostos sobre valor adicionado. Vide “Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais” e Nota 20 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Estratégia de endividamento e financiamento

Em 31 de dezembro de 2014, o total da dívida consolidada em aberto, líquida de custos de transação, era de R\$ 20.336,5 milhões, compreendendo R\$ 1.418,5 milhões de dívida no curto prazo, incluindo a parcela corrente da dívida de longo prazo (7,0% do total da dívida) e R\$ 18.918,0 milhões de dívida de longo prazo (93,0% do total da dívida), além do valor total de R\$ 7.577,5 milhões (US\$ 2.878,9 milhões) em aberto em 31 de dezembro de 2014 relacionado à dívida do Project Finance relacionado ao Projeto Etileno XXI. Em 31 de dezembro de 2014, não havia dívida em aberto com partes relacionadas em termos consolidados. No consolidado, a dívida em reais em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 6.408,2 milhões (31,5% do total da dívida), enquanto a dívida em moeda estrangeira era de R\$ 13.928,4 milhões (68,5% do total da dívida).

Nossa estratégia de financiamento tem sido continuar a alongar o prazo médio de vencimento de nosso endividamento, inclusive mediante a amortização de dívida de curto prazo por meio de empréstimos de longo prazo e emissão de títulos de dívida de longo prazo para aumentar os níveis de liquidez e melhorar a flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Nossa estratégia de financiamento para os próximos anos prevê a manutenção de liquidez adequada e um perfil de vencimento da dívida que seja compatível com a geração prevista de fluxos de caixa. Além disso, acreditamos que os investimentos de capital não irão afetar negativamente a qualidade de nossos índices de endividamento ou a abordagem disciplinada na alocação de capital.

Endividamento de curto prazo

A dívida consolidada de curto prazo, incluindo a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$ 1.418,5 milhões em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem linhas de financiamento de curto prazo denominadas em reais junto a várias instituições financeiras no Brasil. Embora não tenha linhas de crédito compromissadas com estas instituições financeiras, a administração acredita que continuará a ser capaz de obter crédito suficiente para financiar as necessidades de capital circulante líquido, considerando seu relacionamento com as referidas instituições financeiras as atuais condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado das linhas de financiamento de curto prazo em reais era de R\$ 894,2 milhões.

A Companhia também obtém adiantamentos sobre determinados contratos de exportação de diversas instituições financeiras brasileiras. Tais adiantamentos geralmente possuem vencimento em menos de um ano e baixas taxas de juros. Esses adiantamentos de contratos de exportação são geralmente garantidos por recebíveis a serem gerados por futuras exportações realizadas sob tais contratos. Em 31 de dezembro de 2014, não havia adiantamentos a contratos de exportação consolidados em aberto. Vide Nota 14 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório.

Endividamento de longo prazo

As principais fontes de créditos de longo prazo da Companhia são:

- notas a juros fixos emitidas no mercado internacional;
- notas de crédito de exportação;
- linhas de crédito com o BNDES;
- linhas de crédito bancárias;
- financiamento de projeto;
- BNB/FINAME/FINEP/FUNDES; e
- linhas de pré-pagamento de exportação.

Alguns dos instrumentos mencionados também contêm outras obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia e da maioria de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades ou alienar de outra forma a totalidade ou parte substancial de seus ativos. Além disso, instrumentos que representam uma parcela substancial de nosso endividamento contêm cláusulas sobre eventos de inadimplemento ou antecipação de vencimentos cruzados, pelos quais a ocorrência de alguma das restrições acima, com base nesse instrumento, poderia dar ensejo a um evento de inadimplemento ou permitir que os credores acelerem a dívida decorrente daquele instrumento.

Em 31 de dezembro de 2014, R\$ 3.809,5 milhões da dívida em reais e R\$ 396,4 milhões da dívida em moeda estrangeira estavam garantidos. Para garantir essa dívida, a Companhia caucionou alguns itens do imobilizado e certas contas a receber. As obrigações de garantia dessas dívidas variam de acordo com a respectiva transação.

Em 31 de dezembro de 2014, toda a nossa dívida sob o *project finance* relacionada ao Projeto Etileno XXI possuía garantia. Como garantia da dívida, oferecemos nossas ações na Braskem Idesa, alguns dos direitos de quitação em empréstimos subordinados que a Braskem S.A. realizou à Braskem Idea e alguns dos ativos da Braskem Idesa.

Notas a taxas fixas

A Companhia emitiu títulos de dívida a taxas fixas no mercado internacional. Incidem sobre todos os títulos juros semestrais sobre o período vencido, com exceção dos bônus perpétuos, sobre os quais incidem juros trimestrais. A tabela a seguir mostra os títulos a taxas fixas em aberto, o valor do principal em aberto e respectivas datas de vencimento.

Título	Valor do principal em aberto em 31 de dezembro de 2014 (em milhões de dólares)	Vencimento final
Notas a 9,375% com vencimento em 2015.....	55,8	Junho de 2015
Notas a 8,00% com vencimento em 2017.....	60,4	Janeiro de 2017
Notas a 7,250% com vencimento em 2018 (1).....	142,9	Junho de 2018
Notas a 7,00% com vencimento em 2020 (1).....	397,7	Maior de 2020
Notas a 5,75% com vencimento em 2021 (1).....	997,5	Abril de 2021
Notas a 5,375% com vencimento em 2022 (1).....	500,0	Maior de 2022
Notas a 6,45% com vencimento em 2024 (1).....	750,0	Fevereiro de 2024
Notas a 7,125% com vencimento em 2041 (2).....	750,0	Julho de 2041
Bônus perpétuo a 7,375% (1).....	700,0	—

(1) Representa notas emitidas pela Braskem Finance Limited e garantidas pela Braskem.

(2) Representa notas emitidas pela Braskem America Finance e garantidas pela Braskem.

Linhas de Crédito de Notas de Exportação

A Companhia contratou diversas linhas de notas de crédito à exportação. A tabela abaixo mostra as principais linhas de notas de crédito à exportação em aberto, os valores em aberto de tais linhas, taxas de juros aplicáveis, calendário de amortização e vencimento das mesmas.

Data de emissão	Principal em Aberto e juros em 31 de dezembro de 2014 (em milhões de reais)	Taxa de Juros	Calendário de Amortização	Vencimento final
Novembro de 2014	151,1	8,00%	Pago no vencimento	Novembro de 2017
Setembro de 2014	103,6	108,0% do CDI	Anual (1)	Agosto de 2020
Fevereiro de 2013	202,3	8,00%	Pago no vencimento	Fevereiro de 2016
Fevereiro de 2013	202,3	8,00%	Pago no vencimento	Setembro de 2017
Setembro de 2012	216,7	105,0% do CDI	Anual (2)	Outubro de 2021
Agosto de 2011	404,3	112,5% do CDI	Pago no vencimento	Agosto de 2019
Abril de 2011	461,3	112,5% do CDI	Pago no vencimento	Abril de 2019
Fevereiro de 2011	144,5	105,0% do CDI	Anual (2)	Outubro de 2021
Junho de 2010	144,5	105,0% do CDI	Anual (2)	Outubro de 2021
Janeiro de 2008(3)	410,7	7,3%	Pago no vencimento	Fevereiro de 2020
Maior de 2007(3)	200,5	7,85%	Pago no vencimento	Maior de 2019
Abril de 2007(3)	135,2	7,87%	Pago no vencimento	Março de 2018
Novembro de 2006(3)	209,6	8,1%	Pago no vencimento	Maior de 2018

(1) O principal desta linha tem vencimento anual no mês de outubro de cada ano, a partir de outubro de 2018.

- (2) Linhas de crédito alteradas em outubro de 2013, com alongamento do vencimento de fevereiro de 2014 para outubro de 2021.
 (3) Linha denominada em dólares norte-americanos.

Linhas de Crédito com o BNDES

Linhas de Crédito a Prazo

A Companhia contratou uma série de linhas de crédito junto ao BNDES. Os recursos provenientes de tais linhas de crédito foram utilizados para financiar diversos investimentos, entre eles:

- expansão da capacidade anual de produção de eteno na unidade de Santo André em 233.000 toneladas;
- extensão do gasoduto da REVAP, em São José dos Campos, até a RECAP, em Mauá;
- expansão da capacidade de produção anual de polipropileno de uma de nossas unidades no Polo de Triunfo em 100.000 toneladas.
- expansão da capacidade anual de produção de PEBD e PEAD em Capuava em 200.000 toneladas;
- construção das instalações de polietileno “verde”;
- construção da nova unidade de butadieno;
- construção das novas instalações de PVC;
- construção de um novo poço de sal em Maceió, Alagoas, para abastecer a Unidade de Vinílicos;
- substituição de alguns equipamentos em nossa unidade de PVC no Polo de Camaçari; e
- projetos de qualidade, produtividade, ambientais, de saúde e segurança e paradas de manutenção em nossas unidades.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas a respeito das linhas de crédito a prazo com o BNDES em 31 de dezembro de 2014.

<u>Linha</u>	<u>Principal em Aberto e Juros</u> (em milhões de reais)	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Calendário de Amortização</u>	<u>Vencimento final</u>
Linha de crédito junho de 2009(1)				
Empréstimos Cesta de Moedas.....	32,6	Cesta de Moedas mais 2,58%;	Mensal	Julho de 2017
Empréstimos TJLP	197,9	TJLP mais 0% a 4,78%	Mensal	Junho de 2017
Linha de crédito dezembro de 2010(2)				
Empréstimos Cesta de Moedas.....	109,1	Cesta de Moedas mais 2,58%	Mensal	Janeiro de 2020
Empréstimos TJLP	293,6	TJLP mais 0% a 3,58%	Mensal	Dezembro de 2019
Empréstimos taxa fixa.....	33,4	5,50%	Mensal	Dezembro de 2019
Linha de crédito novembro de 2011(3)				
Empréstimos Cesta de Moedas.....	39,4	Cesta de Moedas mais 2,45%	Mensal	Janeiro de 2021
Empréstimos TJLP	115,2	TJLP mais 0% a 3,45%	Mensal	Dezembro de 2020
Linha de crédito agosto de 2014(4)				
Empréstimos TJLP	192,8	TJLP mais 2,78%	Mensal(5)	Março de 2021
Empréstimos taxa fixa.....	2,7	6,0%	Mensal(5)	Março de 2021
Empréstimos SELIC.....	129,3	SELIC mais 2,78%	Mensal(5)	Março de 2021

- (1) Relativo à unidade de polietileno “verde” que iniciou operações em setembro de 2010.
 (2) Relativo à unidade de PVC em Alagoas, que entrou em operação em agosto de 2012.
 (3) Relativo à planta de butadieno no Polo de Triunfo, que entrou em operação em setembro de 2012.
 (4) Relativo a investimentos operacionais e paradas de manutenção.

(5) Pagamentos do principal desta série se iniciam em abril de 2016.

Cada uma dessas linhas de crédito é assegurada por hipotecas de (1) quatro unidades da Companhia no Polo de Triunfo e (2) uma unidade localizada em Maceió, AL (inclusive o terreno onde está localizada essa unidade, bem como certos equipamentos, máquinas e melhorias em tal unidade).

Linhas Stand-by de Crédito Rotativo

Adicionalmente, contratamos duas linhas *stand-by* de crédito rotativo com o BNDES. Os empréstimos segundo essas linhas devem ser utilizados para financiar investimentos em projetos específicos, entre eles:

- expansão e modernização de ativos fixos;
- aquisição de novas máquinas e equipamentos produzidos no Brasil;
- programas relacionados a treinamento e gestão técnica e tecnologia da informação;
- programas de investimento social;
- investimentos ambientais; e
- investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As taxas de juros para empréstimos concedidos por tais linhas são determinadas na época em que tais empréstimos sejam tomados, com base na TJLP ou na média anual da cesta de moedas publicada pelo BNDES, a taxa Cesta de Moedas, ou a SELIC anual média acumulada.

Os empréstimos concedidos nessas linhas possuem vencimento de até 10 anos. O valor em aberto do principal e juros para cada um desses empréstimos será devido em parcelas mensais após o término da carência destes empréstimos, que varia geralmente entre um ano e 18 meses, dependendo dos termos da linha em questão.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas a respeito das linhas de crédito rotativo com o BNDES em 31 de dezembro de 2014.

<u>Linha</u>	<u>Principal Contratado</u> (em milhões de reais)	<u>Principal em Aberto e Juros</u> (em milhões de reais)	<u>Taxa de Juros Média Ponderada</u>	<u>Vencimento do Contrato</u>
Dezembro de 2009(1)	R\$500,0			
Empréstimos Cesta de Moedas		61,9	Cesta de Moedas mais 2,58%	Janeiro de 2017
Empréstimos TJLP		162,8	TJLP mais 2,58% a 3,58%	Janeiro de 2017
Taxa fixa		93,9	4,0% a 4,5%	Janeiro de 2021
Novembro de 2011.....	R\$2.460,0			
Empréstimos Cesta de Moedas		141,9	Cesta de Moedas mais 2,42% a 2,45%	Outubro de 2018
Empréstimos TJLP		1.331,7	TJLP mais 0,00% a 3,58%	Janeiro de 2021
Taxa fixa		250,5	3,5% a 6,0%	Janeiro de 2021
SELIC		260,5	SELIC mais 2,58% a 2,78%	Janeiro de 2021

(1) Relativo à linha CALC junto ao BNDES, segurada por garantia de uma de nossas craqueadoras no Polo de Triunfo.

Os desembolsos dessas linhas dependem da garantia pela Companhia de ativos fixos com valor no mínimo igual ao total em aberto do principal de tais linhas. A Companhia ofereceu como garantia uma de suas craqueadoras no Polo de Triunfo, uma de suas unidades de polietileno no Polo de Triunfo e a unidade de cloro-soda em Alagoas a fim de assegurar tais linhas (inclusive o terreno onde está localizada a planta, bem como certos equipamentos, máquinas e melhorias em tal planta).

Contratação de Linha de Crédito Rotativo

Contratamos cinco linhas de crédito rotativo, sendo que não havia valores em aberto em 31 de dezembro de 2014. A primeira linha, contratada em agosto de 2011, no valor de US\$250,0 milhões, pode ser utilizada a qualquer momento até agosto de 2016. A segunda linha, contratada em novembro de 2012, no valor de US\$350,0 milhões, pode ser utilizada a qualquer momento até novembro de 2016.

Em maio de 2014, a Companhia e diversas controladas contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais no valor de principal de US\$ 250,0 milhões, com vencimento em 2019.

Em setembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito rotativo com uma instituição financeira brasileira no valor de principal de R\$ 500,0 milhões, com vencimento em setembro de 2019.

Em desmembro de 2014, a Companhia e diversas controladas contrataram uma linha de crédito rotativo com diversas instituições financeiras internacionais no valor de principal de US\$ 750,0 milhões, com vencimento em dezembro de 2019.

Linhas de crédito bancárias

Em setembro de 2013, contratamos um empréstimo com uma instituição financeira brasileira, através do qual obtivemos o valor total de principal de US\$70,0 milhões. Os recursos do empréstimo serão utilizados para fins de capital de giro. O empréstimo possui juros de LIBOR + 1,13%, devidos trimestral e postecipadamente. O principal deste empréstimo tem vencimento em setembro de 2016.

Em janeiro de 2014, a controlada Braskem Netherlands, no papel de tomadora, e a Companhia, no papel de garantidora, contrataram uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional no valor de principal de US\$ 75,0 milhões. A linha possui juros indexados pela taxa flutuante LIBOR mais 1,75% ao ano, devidos semestralmente, com vencimento em 2019. Os recursos do empréstimo foram utilizados em atividades operacionais gerais.

Em agosto de 2014, a controlada Braskem Netherlands, no papel de tomadora, e a Companhia, no papel de garantidora, contrataram uma linha de crédito com uma instituição financeira internacional, como credora, no valor de principal de US\$ 62,5 milhões. A linha possui juros indexados pela taxa flutuante LIBOR mais 1,55% a 1,85% ao ano, devidos no vencimento em 2019. Os recursos desta linha forma utilizados para a fabricação e comercialização de produtos petroquímicos, além de finalidades empresariais gerais.

Em outubro de 2014, a Companhia recebeu desembolsos no valor total de principal de R\$ 196,3 milhões de uma linha de crédito contratada em agosto de 2014 com uma instituição financeira brasileira. Em agosto de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito no valor de principal de R\$ 200,0 milhões. A linha possui juros de 8,24% ao ano devidos mensalmente até agosto de 2015, e trimestralmente após essa data até o vencimento em agosto de 2024. O valor do principal em aberto é devido em 108 parcelas mensais sucessivas a partir de setembro de 2015.

Acordos de Pré-Pagamento de Exportação

A Companhia firmou inúmeros contratos de pré-pagamento de exportações. Um dos contratos de pré-pagamento de exportações é garantido por alguns recebíveis de exportação da Companhia. A tabela abaixo mostra os contratos significativos em aberto de pré-pagamento de exportações, o valor do principal em aberto dessas linhas, a taxa de juros incidente, o cronograma de amortização e as datas de vencimento.

Emissão	Valor do principal em aberto em 31 de dezembro de 2014 (em milhões de dólares)	Taxa de juros	Cronograma de amortização	Vencimento final
Janeiro de 2013.....	160,0	LIBOR + 1,10%	Semestral (1)	Novembro de 2022

(1) A amortização dessa linha teve início em maio de 2013.

Em 3 de dezembro de 2012, o governo federal brasileiro introduziu importantes alterações às normas aplicáveis a novos acordos de pré-pagamento de exportações. Tais regras permitiram financiamentos de pré-pagamento de exportação para operações financeiras com vencimento em até cinco anos, os quais eram limitados anteriormente a 360 dias.

Embora as linhas de pré-pagamento de exportações tenham correspondido historicamente por uma parte importante de nossa estratégia de financiamento, em 31 de dezembro de 2014 tais linhas correspondiam a apenas 2,1% de nosso endividamento em aberto.

Acordos de Financiamento

Em dezembro de 2012, a Braskem Idesa celebrou um acordo geral com algumas instituições financeiras para o desenvolvimento, projeto, construção e operação inicial do Complexo México. Em relação ao acordo geral, a Braskem Idesa celebrou oito acordos financeiros individuais com instituições financeiras brasileiras e estrangeiras e bancos de desenvolvimento no valor total de principal de até US\$3,2 bilhões. Em julho de 2013, a Braskem Idesa recebeu o desembolso inicial de US\$1.483,9 milhões (R\$3.316,2 milhões) sob tais linhas de crédito, e em novembro de 2013, recebeu o segundo desembolso no valor de US\$546,9 milhões (R\$1.246,1 milhões) sob tais linhas de crédito. Em abril e agosto de 2014, a Braskem Idesa recebeu desembolsos adicionais no valor total de US\$ 465,0 milhões (R\$ 1.021,7 milhões) e US\$ 383,1 milhões (R\$ 872,7 milhões), respectivamente, relacionados ao Projeto Etileno XXI. O financiamento consiste de tranches fixas e variáveis. Os juros sobre a tranche fixa variam entre 4,33% e 6,17%. Os juros sobre a tranche variável variam entre LIBOR + 2,73% e LIBOR + 4,65%. A fim de reduzir o risco de taxa de juros, a segunda tranche possui hedge através de diversos contratos de swap. Os juros de ambos os tipos de tranche são devidos trimestral e postecipadamente, sendo que o principal é amortizado trimestralmente. A data de vencimento final destes empréstimos é 15 de fevereiro de 2029, com amortização a partir de maio de 2016.

Investimentos de capital

Em 2014, nossos investimentos totais em ativos imobilizados e intangíveis foram de R\$ 5.370,4 milhões, compreendendo principalmente (1) investimentos (Capex) de R\$ 1.904,8 milhões (excluindo juros capitalizados) em vários projetos da Companhia e na manutenção e melhoria de ativos; e (2) R\$ 3.465,6 milhões investidos no Projeto Etileno XXI. Os investimentos de capital com bens do imobilizado e ativos intangíveis em 2013 e 2012 totalizaram R\$ 5.682,2 milhões e R\$ 2.808,6 milhões, respectivamente.

Orçamento de Investimentos

O orçamento atual para investimentos é de aproximadamente R\$ 2.333,3 milhões para 2015, a ser aprovado pelo conselho de administração. Os principais investimentos em 2015 consistem em adições aos projetos mencionados em parágrafos seguintes:

- aproximadamente R\$ 1.096,1 milhões em investimentos operacionais; e
- aproximadamente R\$ 1.237,2 milhões em investimentos estratégicos.

Aquisições

Aquisição de participação na Odebrecht Comercializadora de Energia S.A.

Em julho de 2012, a Companhia adquiriu 2.000 ações, ou 20% do capital da Odebrecht Comercializadora de Energia. A Odebrecht Comercializadora de Energia também é controlada pela Odebrecht Energia S.A., a Odebrecht Agroindustrial S.A., a Odebrecht Ambiental S.A. (atual Foz do Brasil S.A.) e a Odebrecht Transport S.A., sendo que cada holding detém uma participação de 20%. Em julho de 2013, os acionistas da Odebrecht Comercializadora de Energia firmaram um Acordo de Acionistas que rege os direitos e as obrigações de todas as partes.

Plantas Greenfield

Planta de PVC Alagoas

Em maio de 2010, a Companhia iniciou a construção de uma nova planta de PVC em Alagoas. A planta, que iniciou produção em agosto de 2012, possui capacidade de produção de 200.000 toneladas por ano. O custo total do projeto foi de aproximadamente R\$1.000 milhões.

Planta de Butadieno

Em março de 2011, a Companhia iniciou a construção de uma nova planta de butadieno no Polo de Triunfo. A planta, que iniciou produção em setembro de 2012, possui capacidade de produção de 103.000 toneladas por ano. O custo total do projeto foi de aproximadamente R\$300 milhões.

Projetos de Joint Venture

Projeto Etileno XXI

Braskem e Idesa constituíram a Braskem Idesa em abril de 2010, para desenvolver, construir e operar o Complexo México, localizado no estado mexicano de Veracruz. O complexo no México incluirá uma craqueadora de etano que produzirá 1,05 milhão de toneladas de eteno por ano utilizando tecnologia Innovene S licenciada pela Technip Italy S.p.A (Technip), e incluirá ainda duas plantas de polietileno de alta densidade utilizando tecnologia licenciada pela Ineos Commercial Services UK Limited (sucessora da Ineos Europe Limited) e uma planta de polietileno de baixa densidade utilizando tecnologia Lupotech T licenciada da Basell Polyolefin GmbH. As três plantas de polietileno deverão somar capacidade anual de produção de 1,0 milhão de toneladas de PEAD e PEBD.

A Braskem Idesa (JV entre a Braskem e a Idesa) é parte em um contrato de fornecimento de etano com a Pemex Gas executado em 19 de fevereiro de 2010, segundo o qual a Pemex Gas fornecerá 66.000 barris por dia de etano para o Complexo México durante 20 anos a preços baseados no preço do etano Mont Belvieu. A partir da data planejada para conclusão do projeto, a Braskem Idesa deverá adquirir, e a Pemex Gas deverá fornecer, o volume diário mínimo de etano estipulado no contrato de fornecimento.

Em fevereiro de 2010, a Companhia e a Idesa firmaram o acordo de acionistas Braskem Idesa para disciplinar seu relacionamento com respeito à Braskem Idesa, alterado em novembro de 2012, dezembro de 2012 e abril de 2015. O acordo de acionistas Braskem Idesa, conforme alterado, expõe o entendimento das partes com respeito à implantação do projeto e ao relacionamento da Braskem e da Idesa como acionistas da Braskem Idesa. Nos termos do Acordo de Acionistas da Braskem Idesa, conforme alterado:

- as partes convencionam que a produção de polietileno da Braskem Idesa será usada principalmente para suprir o mercado mexicano;
- as partes se comprometem a envidar os melhores esforços para utilizar a Braskem Idesa como veículo de comercialização de polietileno no México;
- a Braskem tem o direito de indicar quatro e a Idesa tem o direito de indicar dois membros do conselho de administração da Braskem Idesa; as decisões consideradas em assembleias gerais ordinárias da Braskem Idesa ou em reuniões do conselho de administração da Braskem Idesa requerem aprovação por maioria simples; antes do início do projeto, desde que a Idesa detenha pelo menos 20% do capital votante da Braskem Idesa, o gerente financeiro da Braskem Idesa será por indicação da Idesa, sujeito à aprovação do conselho, e o diretor presidente e os gerentes de construção, corporativo, industrial e comercial da Braskem Idesa serão indicados pela Braskem, sujeito à aprovação do conselho;
- se a Braskem e a Idesa não chegarem a um acordo na votação para aprovar determinadas questões que exigem maioria absoluta de votos em uma assembleia geral extraordinária, (1) a Braskem terá o direito de procurar aprovar as questões por maioria simples dos votos dos acionistas da Braskem Idesa, (2) na eventualidade de tais questões serem aprovadas por maioria simples dos votos dos acionistas da Braskem Idesa, a Braskem terá a opção de comprar a totalidade das ações detidas pela Idesa e (3) caso a Braskem não exerça esse direito, a Idesa terá a opção de vender todas as suas ações da Braskem Idesa para a Braskem; e
- quaisquer divergências entre a Braskem e a Idesa decorrentes do Acordo de Acionistas Braskem Idesa serão solucionadas mediante arbitragem.

O Acordo de Acionistas Braskem Idesa também prevê direitos de preferência, direitos de *tag along* e direitos de *drag along* com respeito à alienação de ações da Braskem Idesa.

O custo inicial total do Complexo México, estimado em aproximadamente US\$ 4,5 bilhões, incluindo custos financeiros durante a construção e necessidades iniciais de capital de giro, foi revisto para US\$ 5,2 bilhões, devido

principalmente: (i) à mudança do escopo da unidade geradora de energia, a fim de assegurar a autossuficiência do complexo e aumentar a confiabilidade do fornecimento de energia, com a possibilidade de venda da energia excedente para a rede elétrica; e (ii) a custos adicionais com infraestrutura e serviços locais.

Conforme previsto, (1) a Braskem e a Idesa contribuirão com aproximadamente 38% do custo total como capital proporcional à participação acionária na Braskem Idesa e (2) o restante será tomado por empréstimo pela Braskem Idesa em acordos de *project finance*, garantidos por ativos do próprio projeto, junto a agências multilaterais de crédito, agências de crédito à exportação, bancos de desenvolvimento e bancos privados. Vide “Item 4. Informações sobre a Companhia—Investimentos de Capital—Projetos de Joint Venture—Projeto Etileno XXI.”

A construção do Complexo do México teve início em 2012, e a Companhia espera que a unidade entre em operação até o final de 2015.

Acordos de Financiamento Relacionados ao Projeto Etileno XXI

Em dezembro de 2012, a Braskem Idesa celebrou um acordo geral com algumas instituições financeiras para o financiamento do desenvolvimento, projeto, construção e operação inicial do Complexo México, o qual incluirá uma craqueadora de etano com capacidade de 1,05 milhão de toneladas anuais para produção de eteno, duas plantas de polietileno de alta densidade e uma planta de polietileno de baixa densidade. Em relação ao acordo geral, a Braskem Idesa celebrou oito acordos financeiros individuais com instituições financeiras brasileiras e estrangeiras e bancos de desenvolvimento no valor total de principal de até US\$3,2 bilhões.

Todos os valores relacionados a essas linhas de crédito são garantidos pelas ações detidas por seus acionistas, Braskem S.A. e Idesa, na Braskem Idesa. As condições suspensivas para o desembolso inicial e desembolsos subsequentes segundo o acordo geral incluem a manutenção de um índice de dívida sobre patrimônio após o desembolso, calculado de acordo com o contrato, não superior a 70:30.

Em julho de 2013, a Braskem Idesa recebeu o desembolso inicial de US\$ 1.483,9 milhão sob as referidas linhas de crédito, e em novembro de 2013, recebeu o segundo desembolso no valor de US\$ 546,9 milhões sob as referidas linhas de crédito. Em abril e agosto de 2014, a Braskem Idesa recebeu desembolsos adicionais no valor total de US\$ 465,0 milhões e US\$ 383,1 milhões, respectivamente. Em abril de 2015, a Braskem receberá um desembolso adicional de aproximadamente US\$ 290 milhões. O financiamento consiste em tranches fixas e variáveis. Os juros sobre a tranche fixa variam entre 4,33% e 6,17%. Os juros sobre a tranche variável variam entre LIBOR + 2,73% e LIBOR + 4,65%. A fim de reduzir o risco de taxa de juros, a segunda tranche possui hedge através de diversos contratos de swap. Os juros de ambas as tranches são devidos trimestralmente, postecipadamente, e o principal é amortizado trimestralmente. A data de vencimento final destes empréstimos é 15 de fevereiro de 2029, com amortização a partir de maio de 2016.

Contrato de Suporte dos Acionistas Relacionado ao Projeto Etileno XXI

Em dezembro de 2012, a Companhia, a Braskem Idesa, a Etileno XXI, S.A. de C.V. e a Idesa celebraram um contrato de suporte dos acionistas (*equity support agreement*) segundo o qual os acionistas da Braskem Idesa se comprometem a realizar e garantir o pagamento de determinadas contribuições de capital à Braskem Idesa. O contrato foi alterado e atualizado em abril de 2015. De acordo com o contrato alterado e atualizado de suporte dos acionistas, as partes assumem um aporte de capital inicial de US\$1,9 bilhão proporcional à participação de cada uma na Braskem Idesa (Braskem, 75% e Idesa, 25%). Tais aportes iniciais devem ser realizados com dez dias de antecedência ao desembolso do empréstimo feito segundo os acordos de financiamento do projeto (discutidos acima) ou conforme necessário após o desembolso integral dos empréstimos, em valores calculados de acordo com o contrato alterado e atualizado de suporte dos acionistas. Caso o custo do projeto supere o custo de US\$ 5,2 bilhões, os acionistas assumiriam ainda a obrigação de realizar determinados aportes primários e secundários contingentes visando cobrir quaisquer valores adicionais necessários para a conclusão do projeto. O compromisso contingente de capital primário é de US\$ 208 milhões, e estará disponível até que o Complexo do México esteja pronto para iniciar suas operações. O compromisso contingente de capital secundário é também de US\$ 208 milhões, e estará disponível a partir da data em que o Complexo do México estiver pronto para inicial suas operações (ou na data em que o compromisso contingente de capital primário estiver zerado e ocorrer um evento de descumprimento das cláusulas do *project finance*) e estará disponível até a data de ocorrência da liberação do capital contingente de acordo com o contrato alterado e atualizado de suporte dos acionistas. Atualmente, a Companhia não fornece suporte de crédito para qualquer obrigação de financiar contribuições de capital básicas ou aporte de contingência primária ou secundária de capital, mas caso a Companhia mesma deixe de ser classificada como grau de investimento antes da liberação de sua obrigação de aporte inicial e contingente de capital, ela deverá fornecer garantia de caixa ou letras de crédito em valor igual a qualquer contribuição de capital que possa ser exigida segundo o contrato.

Contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) Relacionado ao Projeto Etileno XXI

Em setembro de 2012, a Braskem Idesa, como proprietária, e a Ethylene XXI Contractors, S.A.P.I. de C.V. e a Etileno XXI Services B.V. como fornecedores, celebraram um contrato de aliança de engenharia, comissionamento e construção (EPC). O contrato foi alterado e consolidado em dezembro de 2012. Cada fornecedor consiste em uma joint venture entre a Odebrecht Industrial Engineering B.V. ICA Fluor Petroquímica, S.A. de C.V. e a Technip Italy S.p.A. Os pagamentos do contrato de EPC são realizados pelo método “cost-plus”, no qual a Braskem Idesa reembolsa os custos dos fornecedores e paga ainda uma margem de lucro. Os pagamentos pelos custos são realizados anteriormente ao início de cada mês, com base na estimativa dos custos esperados durante aquele mês e conciliados com os custos incorridos efetivamente no mês seguinte. Os pagamentos da margem de lucro são realizados com base no atingimento de marcos estabelecidos no contrato. Qualquer custo excedente será dividido igualmente entre a Braskem Idesa e os fornecedores e quaisquer economias de custo serão divididas também igualmente entre as partes, em ambos os casos até o limite máximo calculado de acordo com o contrato de EPC. O contrato prevê data garantida de 30 de junho de 2015 para conclusão do Complexo México e inclui ainda outras garantias de desempenho e cláusulas de indenização no caso da conclusão exceder a data máxima estipulada.

Alterações ao Acordo de Acionistas da Braskem Idesa Relacionado ao Projeto Etileno XXI

Em fevereiro de 2010, a Braskem e a Idesa celebraram um acordo de acionistas, ao qual nos referimos como acordo de acionistas da Braskem Idesa, para reger seu relacionamento em relação à Braskem Idesa. Em novembro de 2012, a Braskem e a Idesa celebraram a primeira alteração ao acordo de acionistas da Braskem Idesa, segundo a qual a participação da Companhia na Braskem Idesa aumentou para 75% menos uma ação de participação na Braskem Idesa, enquanto a participação da Idesa na Braskem Idesa foi reduzida para 25% mais uma ação de participação. Em dezembro de 2012, a Companhia e a Idesa celebraram um segundo aditamento ao acordo de acionistas da Braskem Idesa, visando incluir o compromisso de ambos os Patrocinadores de contribuir com determinados aportes de capital primário e secundário ao Projeto. Em abril de 2015, a Companhia e a Idesa celebraram o terceiro aditamento ao acordo de acionistas Braskem Idesa, visando incluir uma contribuição de capital básica adicional e ratificar os novos compromissos de capital contingente, segundo os quais a Companhia concorda em financiar até 100% do aporte primário contingente de capital de acordo com o contrato de suporte dos acionistas até a data de início das operações. O aporte primário contingente de capital totaliza aproximadamente US\$ 208 milhões.

Projeto COMPERJ

Como parte da aquisição da Quattor Participações S.A., a Companhia celebrou, em 22 de janeiro de 2010, um Acordo de Associação com a Odebrecht, OSP, Petroquisa e Petrobras com referência à continuidade do desenvolvimento do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, ao qual nos referimos como Unidade Petroquímica COMPERJ, que faz parte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, um projeto integrado de refinaria e indústria petroquímica a ser desenvolvido pela Petrobras e localizado em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro. Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou um memorando de entendimento não vinculante com a Odebrecht, a OSP e a Petrobras que rege o desenvolvimento da Unidade Petroquímica COMPERJ, sujeito ainda análises técnicas e econômicas. O escopo e a definição do projeto continuam dependendo da análise econômica e da negociação para fornecimento da matéria-prima.

Joint Venture com a Styrolution

Em outubro de 2013, a Companhia assinou um memorando de entendimento com o Styrolution, líder global na produção de estireno, para avaliar a viabilidade econômica de se estabelecer uma joint venture no Brasil. Se aprovada, a joint venture criaria uma unidade com capacidade de produção anual estimada em 100 mil toneladas dos copolímeros acrilonitrila butadieno estireno (ABS) e estireno acrilonitrilo (SAN). A expectativa da Companhia é que a joint venture comercialize esses copolímeros para clientes no Brasil e na América Latina. O memorando de entendimento prevê que a Styrolution adquiriria o controle de 70% da joint venture e contribuiria com seu expertise para o desenvolvimento e produção destes copolímeros, obtendo as licenças tecnológicas necessárias e alavancando seus atuais negócios de acrilonitrila butadieno estireno (ABS) e estireno acrilonitrilo (SAN) na região. O memorando de entendimento prevê ainda que a Braskem teria uma participação de 30% na joint venture e contribuiria com a infraestrutura necessária e com o local da planta. A implementação desta joint venture está sujeita, entre outros fatores, à negociação de acordos definitivos entre as partes relativos à joint venture, além da aprovação regulatória e do órgão de defesa da concorrência. Caso a joint venture seja implementada, a Companhia espera que a construção comece no início de 2016, e que as operações da planta tenham início em 2018.

Outros Investimentos

Em outubro de 2013, a Companhia anunciou que investiria aproximadamente R\$ 50 milhões em uma de suas linhas de produção de polietileno no Polo de Camaçari, a fim de (1) aumentar a capacidade de produção anual dessa linha em 30 mil toneladas, e (2) converter 100 mil toneladas da capacidade de produção anual dessa linha para a produção de PEBDL à base de metaloceno. A Companhia espera vender essa resina, que aproveita o desenvolvimento de tecnologias mais modernas, principalmente para fabricantes de filmes plásticos. As operações dessa linha de produção tiveram início no quarto trimestre de 2014.

Adicionalmente, a Companhia tem projetos em estágios menos avançados no Peru, na Bolívia e na Venezuela.

Operações não registradas contabilmente (off-balance sheet)

Atualmente não há operações não registradas contabilmente.

ITEM 6. CONSELHEIROS, DIRETORES E FUNCIONÁRIOS

Conselheiros e diretores

O conselho de administração e a diretoria da Companhia são responsáveis pela operação dos negócios.

Conselho de administração da Braskem

Nosso Estatuto Social estabelece a existência de um conselho de administração composto de onze conselheiros e onze suplentes. Durante a ausência ou impedimento temporário de um membro efetivo de nosso conselho de administração, o respectivo suplente substitui o membro efetivo ausente ou impedido. Nosso conselho de administração é um órgão deliberativo responsável, entre outros assuntos, pela fixação das políticas e diretrizes para os nossos negócios e os de nossas subsidiárias e controladas. Nosso conselho de administração é também responsável pela fiscalização da diretoria e pelo monitoramento da implantação das políticas e diretrizes periodicamente fixadas pelo próprio conselho de administração. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nosso conselho de administração é também responsável pela contratação de uma empresa de auditoria independente registrada.

Os membros do conselho de administração são eleitos em assembleia geral para mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos. Os mandatos de todos os atuais conselheiros terminam em nossa Assembleia Geral Ordinária de 2016. Os membros do conselho de administração da Companhia podem ser destituídos a qualquer tempo, com ou sem justa causa, em assembleia geral de acionistas. O nosso estatuto social não contém quaisquer exigências quanto à cidadania ou residência, e os membros do conselho de administração não precisam ser acionistas de nossa companhia. Nosso conselho de administração é presidido pelo presidente do conselho de administração e, em sua ausência, pelo vice-presidente do conselho. O presidente e o vice-presidente do conselho de administração são eleitos em assembleia geral dentre os conselheiros, têm mandato de dois anos e podem ser reeleitos.

Nosso conselho de administração reúne-se ordinariamente quatro vezes por ano, ou em caráter extraordinário, quando convocado pelo presidente, pelo vice-presidente ou por quaisquer outros dois conselheiros. As deliberações de nosso conselho de administração exigem quórum de instalação representado pela maioria dos conselheiros, sendo tomadas por maioria de votos, a não ser alguns atos que requerem o consenso dos indicados da Odebrecht e da Petrobras em conformidade com o Acordo de Acionistas da Petrobras. Vide “Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas—Acordo de Acionistas da Petrobras.”

A tabela a seguir apresenta algumas informações relativas aos atuais membros do conselho de administração e seus suplentes:

<u>Nome</u>	<u>Membro desde</u>	<u>Cargo</u>	<u>Idade</u>
Marcelo Bahia Odebrecht	25/07/2008	Presidente do Conselho	46
Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	15/04/2009	Conselheiro	57
Alvaro Fernandes da Cunha Filho	06/11/1997	Conselheiro	66
Andrea Damiani Maia	30/04/ 2010	Conselheiro	43
Antonio Aparecida de Oliveira	30/04/2010	Conselheiro	53
Antonio Rubens da Silva Silvino	09/04/2015	Conselheiro	62
Daniel Bezerra Villar	27/08/2013	Conselheiro	42
Marcela Aparecida Drehmer Andrade	27/08/2013	Conselheiro	46
Mauricio Roberto de Carvalho Ferro	26/03/2014	Conselheiro	47
Patrick Horbach Fairon	13/08/2012	Conselheiro	59
Roberto Zurli Machado	27/04/2012	Conselheiro	58
Arão Dias Tisser	25/07/2008	Suplente	38
Cláudio Melo Filho	03/10/2005	Suplente	47
José de Freitas Mascarenhas	15/08/2001	Suplente	73
Laura Lopes de Oliveira	09/04/2015	Suplente	56
Luciano Dequech	09/04/2015	Suplente	40
Luis Adolfo Pereira Beckstein	09/04/2015	Suplente	37
Luiz de Mendonça	27/04/2012	Suplente	51
Marcus Vinicius Magalhães	09/04/2015	Suplente	53
Mauro Motta Figueira	27/04/2012	Suplente	44
Paulo Oliveira Lacerda de Melo	27/04/ 2012	Suplente	61
Roberto Prisco Paraíso Ramos	09/04/2015	Suplente	69

Segue-se um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos dos atuais conselheiros da Companhia e seus suplentes.

Conselheiros

Marcelo Bahia Odebrecht. O Sr. Odebrecht foi eleito para o conselho de administração por indicação da Odebrecht. Juntou-se à Organização Odebrecht em 1992 e foi nomeado Diretor Presidente da Construtora Norberto Odebrecht em 2002. No final de 2008, foi nomeado presidente da holding Odebrecht, empresa que atua em diversos segmentos de negócios, tais como engenharia e construção, petroquímicos, transporte e logística, óleo e gás, bioenergia, incorporação imobiliária, serviços ambientais, defesa e tecnologia e imóveis. O Sr. Odebrecht é formado em engenharia civil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e tem MBA pelo International Institute for Management Development – IMD, Business School de Lausanne, na Suíça.

Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea. O Sr. Tellechea foi eleito para o conselho de administração por indicação da Odebrecht. Atuou como um dos vice-presidentes executivos da Braskem de 2007 a 2009 e chefiou a Unidade de Poliolefinas da Braskem de 2008 a 2009. O Sr. Tellechea ocupou anteriormente diversos cargos no Grupo Ipiranga, entre eles o de superintendente chefe da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga de 2002 a 2006, superintendente chefe da Ipiranga Petroquímica de 2006 a 2007 e diretor presidente da Copesul de 2007 até 2008. É formado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com pós-graduação em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Alvaro Fernandes da Cunha Filho. O Sr. Cunha Filho foi eleito para o conselho de administração por indicação da Odebrecht. Atualmente, ocupa o cargo de presidente da Valora Participações Ltda. O Sr. Cunha Filho atuou como vice-presidente do conselho de administração da Norquisa de 1997 a 1999, e de 2001 a 2003, tendo também sido conselheiro da Norquisa. Ocupou diversos cargos executivos em subsidiárias e coligadas da Odebrecht. O Sr. Cunha Filho é formado em engenharia civil e tem mestrado em economia pela UFBA.

Andrea Damiani Maia de Andrade. A Sra. Andrade foi eleita suplente do conselho de administração por indicação da Petrobras. Atua como advogada na Petrobras desde 2004. Atuou como gerente seccional de novos negócios do departamento jurídico da Petrobras e como gerente jurídico do negócio petroquímico desde 2012. É formada em direito pela USP, com pós-graduação em direito concorrencial pela FGV do Rio de Janeiro. Participou de cursos de extensão em negociações de contratos de gás natural na University of Dundee, na Escócia.

Antonio Aparecida de Oliveira. O Sr. Oliveira foi eleito para o conselho de administração por indicação da Petrobras. É gerente de produtos petroquímicos da Petrobras. Ingressou na Petrobras em 1987 e atuou em diversos cargos técnicos, executivos e gerenciais. Também atuou como membro do conselho de administração da Ipiranga Petroquímica de 2007 a junho de 2008, membro do conselho de administração da Braskem Qpar de junho de 2008 a junho 2010 e superintendente corporativo e de planejamento da FINEP. O Sr. Oliveira é formado em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui mestrado em administração de empresas pela UFRJ. Também participou de diversos programas de especialização em administração de negócios e no setor petrolífero, entre eles programas de educação executiva na Wharton School da University of Pennsylvania e na Harvard Business School.

Antonio Rubens da Silva Silvino. O Sr. Silvino foi eleito membro do Conselho de Administração pela Petrobras em abril de 2015. O Sr. Silvino foi Presidente da Liquigás Distribuidora S/A no período compreendido entre fevereiro de 2006 a abril de 2014. Em abril de 2014, foi nomeado Gerente Executivo do Abastecimento Corporativo da Petróleo Brasileiro S/A, função que exerce atualmente. Além disso, atua como Membro do Conselho de Administração da Liquigás desde abril de 2014, tendo sido nomeado Presidente do Conselho de Administração da empresa em fevereiro de 2015.

Daniel Bezerra Villar. O Sr. Villar foi eleito para o conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. O Sr. Villar é membro da Organização Odebrecht desde 1994, sendo que desde dezembro de 2013 é responsável pela área de recursos humanos da Odebrecht. Na Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO), braço de engenharia da Organização Odebrecht, chefiou o mercado de infraestrutura do cone sul da companhia (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) entre 2006 e 2007, além do mercado de infraestrutura da Líbia entre 2008 e 2010. Atua hoje à frente da Odebrecht Realizações Imobiliárias no mercado imobiliário do Rio de Janeiro, empresa da qual faz parte desde 2011. Sua experiência internacional inclui ainda sete anos prestando serviços no Peru e três no Equador. É formado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), no Brasil.

Marcela Aparecida Drehmer Andrade. A Sra. Drehmer foi eleita para o conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Ocupou o cargo de vice-presidente executiva, diretora financeira e de relações com

investidores entre 2010 e junho de 2013. Atuou ainda como diretora financeira da Odebrecht S.A. desde julho de 2013 e como membro do Conselho de Administração da Braskem Qpar, Quattor Química S.A. e Rio Polímeros S.A. em 2010, da Borealis Brasil S.A. de 2005 a 2006 e da Braskem Idesa SAPI de 2010 a 2013. A Sra. Drehmer foi diretora financeira da Companhia entre 2005 e 2010. Trabalhou na Companhia em operações estruturadas e operações financeiras de 2002 a 2005, e no departamento financeiro da OPP Petroquímica S.A., onde foi responsável pelos departamentos de operações estruturadas e planejamento de 1994 a 1999, respondendo diretamente ao vice-presidente de investimentos da Odebrecht de 2001 a 2002. Em 2000, participou do Corporate Finance Internship Program do Credit Suisse First Boston, em Nova York. A Sra. Drehmer é formada em administração de empresas pela UNIFACS e possui MBA em finanças pelo IBMEC.

Mauricio Roberto de Carvalho Ferro. O Sr. Ferro foi eleito para o conselho de administração por indicação da Odebrecht. É atualmente diretor executivo da Odebrecht. Atuou ainda como diretor na Braskem de 2001 a 2013. Foi membro do conselho de administração da Ipiranga Petroquímica, antes de sua incorporação à Braskem e da Copesul, antes de sua incorporação à Ipiranga Petroquímica. Foi também vice-presidente do conselho de administração da Políteno antes de sua incorporação à Companhia, membro suplente do conselho de administração da Petroflex Indústria e Comércio S.A., até a venda da participação da Companhia nessa empresa em abril de 2008, e membro do conselho de administração da Polialden até sua incorporação à Companhia. Atuou como advogado do escritório de advocacia de Carlos Eduardo Paladini Cardoso em 1989 e como advogado do escritório de advocacia de Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho e Advogados Associados de 1991 a 1995. O Sr. Ferro é formado em direito pela PUC/RJ e possui mestrado pela Universidade de Londres e pela London School of Economics.

Patrick Horbach Fairon. O Sr. Fairon foi eleito para o conselho de administração por indicação da Petrobras. Anteriormente, foi membro do nosso conselho de administração entre 2004 e 2007, presidente do conselho de administração da Nova Petroquímica S.A de 2007 a 2008, vice-presidente do conselho de administração da Braskem Qpar e suas subsidiárias, e membro do conselho de administração da Petroquímica Suape de 2006 a 2010 e da REFAP de 2003 a 2010. De 2000 a 2005, foi diretor financeiro da Downstream Participações S.A e entre 2004 e 2010 foi diretor executivo da Petroquisa S.A. Entre 2010 e 2012, foi diretor executivo da Braskem. Desde 2012 é gerente executivo da Petrobras Petrochemical Downstream. Também atuou como gerente geral de desenvolvimento de negócios da Petrobras. O Sr. Fairon é formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado em administração de empresas pela PUC/RJ e MBA em finanças pelo COPPEAD. Também participou do Programa de Gestão Avançada no INSEAD, na França, e do Programa de Gestão Executiva da Kellogg, e é pós-graduado em automação pela Petrobras (CENEL).

Roberto Zurli Machado. O Sr. Zurli foi eleito para o conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Trabalhou como consultor em projetos de transporte até 1984, quando se juntou ao BNDES. Entre 1985 e 2006, ocupou vários cargos nas divisões de Transporte, Logística e Telecomunicações do BNDES. Entre 2006 e 2011, atuou como conselheiro suplente das divisões de indústrias básicas, onde era responsável pelos setores de mineração, siderúrgico, químico e petroquímico, papel e celulose e petróleo e gás. O Sr. Zurli foi eleito para o conselho de administração do BNDES em 2011 e ocupa atualmente tal cargo, onde é responsável pela área de infraestrutura, incluindo os setores de energia e transporte, bem como indústrias básicas. É formado em engenharia civil e possui mestrado em engenharia industrial.

Suplentes

Arão Dias Tisser. O Sr. Tisser foi eleito suplente do nosso conselho de administração, por indicação da Petrobras. Atuou anteriormente como membro do conselho de administração de maio de 2008 a julho de 2008, e foi eleito pela primeira vez como suplente do conselho de administração em março de 2008. É coordenador de gestão de empresas holding nos centros petroquímicos da Petrobras desde 2004 e trabalhou no departamento comercial de nafta e matérias-primas industriais da Petrobras de fevereiro de 2001 a outubro de 2004. O Sr. Tisser é formado em engenharia civil pela UFRJ, com mestrado em engenharia pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE/UFRJ, além de LL.M em direito societário pelo IBMEC/RJ.

Cláudio Melo Filho. O Sr. Melo foi eleito suplente do conselho de administração por indicação da Odebrecht. É atualmente vice-presidente de relações institucionais e políticas da Odebrecht. Atuou como gerente financeiro e gerente de contrato em diversos projetos no Brasil e em Angola para a CNO de 1990 a 2004. É formado em administração de empresas pela Universidade de Brasília e pós-graduado em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

José de Freitas Mascarenhas. O Sr. Mascarenhas integra nosso conselho de administração como suplente, por indicação da Odebrecht. É diretor da Odebrecht desde setembro de 2001, tendo ocupado diversos cargos executivos em

outras empresas do Grupo Odebrecht. Atuou também como vice-presidente da CNI - Confederação Nacional das Indústrias entre outubro de 1985 e outubro de 2014 e como presidente da Federação das Indústrias do estado da Bahia entre 1992 e 2002, e novamente entre abril 2010 e março de 2014. Ele também foi vice-presidente da Associação Brasileira de Indústrias Químicas e Produtos Derivados entre maio de 1993 e abril de 2008. É também membro do MBC – Movimento Brasil Competitivo e, em 2014, foi eleito membro do conselho da Associação Comercial da Bahia. O Sr. Mascarenhas é formado em engenharia civil pela UFBA.

Laura Lopes de Oliveira. A Sra. Oliveira foi eleita membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Petrobras. A Sra. Lopes de Oliveira ocupa o cargo de Gerente de Projetos Petroquímicos na Petrobras desde agosto de 2014. Antes disso atuou como Gerente Geral de Desenvolvimento do Projeto do COMPERJ, no período de dezembro de 2012 a agosto de 2014. Desempenhou ainda a atividade de Gerente de Processos Petroquímicos de Primeira Geração nas empresas COMPERJ, de 2010 e dezembro de 2012.

Luciano Dequech. O Sr. Dequech foi eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. O Sr. Dequech ocupa o cargo de Diretor Jurídico da Odebrecht Agroindustrial S.A. desde 2007. Previamente, foi Diretor Jurídico da Totvs S.A. de 2006 a 2007; gerente jurídico da Braskem S.A. de 2003 a 2006; e advogado e estagiário do escritório Pinheiro Neto Advogados de 2003 a 2009. O Sr. Dequech é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e mestre em Direito Civil pela mesma instituição, além de ter recebido um LL.M em Direito Societário pelo Insper, em São Paulo e possuir especialização em Direito das Relações de Consumo pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo.

Luis Adolfo Pereira Beckstein. O Sr. Beckstein foi eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Petrobras. O Sr. Beckstein exerce, desde 2013, a função de Coordenador de Participações Petroquímicas na Petrobras e é membro suplente do Conselho de Administração da Metanor S/A desde 2014. Ingressou na Petrobras em 2008 e é formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Luiz de Mendonça. O Sr. Mendonça foi eleito para o conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. É atualmente diretor presidente da Odebrecht Agroindustrial (antiga ETH Bioenergia). O Sr. Mendonça juntou-se ao Grupo Odebrecht em 2002, quando começou a trabalhar na Braskem, onde ocupou vários cargos, tais como vice-presidente executivo da unidade de poliolefinas, vice-presidente executivo da unidade de petroquímicos básicos e vice-presidente executivo da unidade de polímeros. Atuou ainda como diretor presidente da Braskem Qpar S.A.. Em 2011, foi indicado como diretor presidente da Braskem America e vice-presidente executivo da unidade internacional da Braskem. Antes de juntar-se à Braskem, o Sr. Mendonça passou grande parte de sua carreira na empresa Rhodia, nos setores de têxteis e químicos, onde ocupou diversos cargos de negócios e operacionais em toda a América Latina, França e Estados Unidos. É formado em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pelo Insead-França.

Mauro Motta Figueira. O Sr. Figueira foi eleito como membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. É atualmente diretor de planejamento Financeiro da Odebrecht S.A. Anteriormente, foi analista financeiro no Citibank e gerente de planejamento estratégico na OPP Petroquímica até 2002; consultor sênior na empresa de consultoria em gestão A.T. Kearney entre 2004 e 2006, controlador de marketing na Johnson & Johnson entre 2006 e 2008 e gerente sênior na empresa de consultoria estratégica Monitor Group entre 2008 e 2010. É formado em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela Darden School of Business.

Paulo Oliveira Lacerda de Melo. O Sr. Melo foi eleito como membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. É atualmente diretor de operações da Odebrecht e atuou como vice-presidente sênior da CNO de 1997 a 2010. Após juntar-se ao Grupo Odebrecht, trabalhou como gerente de projetos em vários projetos no Brasil entre 1978 e 1987. Atuou ainda como diretor-gerente da Odebrecht em Angola entre 1988 e 1992 e diretor presidente da Tenenge – Técnica Nacional de Engenharia S.A., divisão de EPC da Odebrecht, entre 1993 e 1996. É formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco.

Roberto Prisco Paraíso Ramos. O Sr. Ramos foi eleito membro suplente do conselho de administração da Companhia por indicação da Odebrecht. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1971, o Sr. Ramos também participou do Programa para Desenvolvimento Administrativo na Universidade de Harvard em 1982. Desde julho de 2014, atua como Consultor Sênior e Diretor Responsável por Projetos de E&P da Odebrecht Óleo e Gás. Iniciou suas atividades na Organização Odebrecht em Maio de 1995 e desempenhou diversas funções executivas e em conselhos de administração, sendo atualmente: membro do Conselho de Administração da Braskem IDESA S.A. (México), Presidente do Conselho da Odebrecht Defesa e Tecnologia e Presidente do Conselho da Enseada Indústria Naval. Foi, de 2003 a 2004 e de 2005 a 2006, Presidente do Conselho da Petroflex S.A. Anteriormente, o Sr. Ramos foi Vice-Presidente Executivo da Braskem (de agosto de 2002 a dezembro de 2010) e Diretor Presidente da Odebrecht

Óleo e Gás (nos períodos de 1998 a 2002 e de novembro de 2010 a julho de 2014). Atuou ainda como Diretor Financeiro da Tenenge Holdings (Londres) e Diretor e Vice-Presidente da North Sea Production Company (Aberdeen). De setembro de 1992 a abril de 1995, foi Diretor Financeiro do Grupo Focchi em Bolonha, Itália. De 1971 a 1992, trabalhou para a Montreal Engenharia S.A. (Brasil). Com exceção da função de membro do Conselho de Administração desempenhada na Companhia, o Sr. Ramos não ocupa cargo de administração em nenhuma outra companhia aberta

Diretoria da Braskem

A diretoria é nosso órgão de administração executiva. Os diretores são nossos representantes legais, responsáveis por nossa organização interna e pelas operações cotidianas, assim como pela implantação das políticas e diretrizes gerais periodicamente fixadas por nosso conselho de administração.

Nosso estatuto social estabelece que a diretoria será composta de um diretor-presidente e três a nove diretores adicionais, cada qual responsável por áreas de negócio a eles atribuídas pelo conselho de administração. Os membros de nossa diretoria, ressalvado o diretor-presidente, não possuem denominação específica (sendo apenas designados "diretores"), mas ocupam os cargos informais que constam da tabela abaixo.

Os membros de nossa diretoria são eleitos pelo conselho de administração para um mandato de três anos, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os nossos diretores expira em nossa assembleia geral ordinária ser realizada em 2016. O conselho de administração pode destituir qualquer diretor a qualquer tempo, com ou sem justa causa. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os diretores devem ser residentes no Brasil, mas não precisam ser acionistas. Nossa diretoria realiza reuniões quando convocada pelo diretor presidente.

A tabela a seguir mostra os atuais membros de nossa diretoria:

Nome	Ano da indicação	Cargo	Idade
Carlos José Fadigas de Souza Filho	2010	Diretor Presidente	45
Mário Augusto da Silva	2013	Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	38
Gustavo Sampaio Valverde	2013	Diretor Vice-Presidente e Diretor Jurídico	40
Décio Fabricio Oddone da Costa	2010	Diretor Vice-Presidente de Investimentos	53
Edmundo José Correia Aires	2010	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Inovação	56
Luciano Nitrini Guidolin	2012	Diretor Vice-Presidente da de Poliolefinas, Projeto COMPERJ e Renováveis	42
Marcelo de Oliveira Cerqueira	2013	Diretor Vice-Presidente da Unidade de Petroquímicos Básicos	48

A seguir encontram-se informações resumidas acerca da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos de nossos atuais diretores.

Carlos José Fadigas de Souza Filho. O Sr. Carlos Fadigas é o nosso atual diretor presidente, cargo que ocupa desde 2010. Ingressou na Braskem em 2007, e desde então atuou como diretor financeiro e de relações com investidores da Braskem e diretor presidente da Braskem America. Em 1993, ingressou no grupo Odebrecht atuando como analista de investimentos da Odebrecht Química e foi diretor de planejamento estratégico na OPP Petroquímica e na Trikem. Posteriormente, ocupou vários cargos no Grupo Odebrecht, entre os quais diretor-controller na OPP Petroquímica e na Trikem em 2000, gerente financeiro na CNO em 2002 e diretor financeiro na CNO em 2004. De 1991 a 1992 o Sr. Fadigas trabalhou como gerente de relacionamentos no Citibank. É graduado em Administração pela Universidade de Salvador (UNIFACS) e possui MBA pelo IMD, na Suíça.

Mário Augusto da Silva. O Sr. Silva é atualmente diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, tendo atuado anteriormente no departamento de planejamento estratégico entre 2001 e 2005. Foi responsável ainda pelas áreas financeiras da CNO, Odebrecht Óleo & Gás e, mais recentemente, Odebrecht Infraestrutura – América Latina. É formado em administração de empresas pela Universidade de Salvador, ou UNIFACS, e possui MBA pela Harvard Business School.

Gustavo Sampaio Valverde. O Sr. Valverde é atualmente vice-presidente de assuntos jurídicos e corporativos, tendo ocupado anteriormente o cargo de vice-presidente jurídico e de assuntos externos entre 2011 e 2013, diretor jurídico entre 2009 e 2011 e conselheiro jurídico interno sênior da Braskem S.A. (OPP Química S.A.) entre 2001 e 2002. O Sr. Valverde ocupou ainda o cargo de diretor jurídico da CBPO Ingeniería de Venezuela entre 2007 e 2009, conselheiro

jurídico interno sênior da CNO entre 2003 e 2007, e foi ainda advogado do escritório Costa, Mello & Cavalcanti Advogados e conselheiro jurídico interno da Meta Brasil Engenharia. É formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em direito tributário e mestrado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em direito pela Columbia University.

Décio Fabricio Oddone da Costa. O Sr. Oddone é atualmente nosso diretor vice-presidente de investimentos. Atua como diretor presidente da Petrobras Energia S.A. de 2008 a 2010 e membro de seu conselho de administração desde 2005. Também atua como membro do conselho de administração da Innova de 2008 a 2010. Anteriormente, ocupou diversos cargos gerenciais na Petrobras e em outras empresas do grupo Petrobras no Brasil, Argentina, Angola, Líbia e Bolívia, entre eles o de presidente executivo e presidente do conselho da Petrobras Bolívia S.A. Foi responsável pelas operações internacionais da Petrobras no Cone Sul e em outros países da América Latina. É formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez cursos de pós-graduação em engenharia de petróleo oferecidos pela Petrobras e participou do Programa de Gestão Avançada da Harvard University Business School e do Programa de Gestão Avançada do INSEAD na França. É doutor *honoris causa* em Educação pela Universidade Aquino, da Bolívia.

Edmundo José Correia Aires. O Sr. Aires é atualmente nosso diretor vice-presidente de tecnologia e inovação. Atuou como membro do conselho de administração de 2008 a 2010 e como suplente desse conselho de 2001 a 2008. Também atuou como presidente do conselho de administração da Triunfo de 2005 a 2008, conselheiro da FCC – Fábrica Carioca de Catalisadores S.A de 2004 a 2008 e membro do conselho de administração da Ipiranga Petroquímica de 2007 a 2008. Foi gerente de parcerias na Petroquisa desde 2001. Ocupou diversos cargos executivos na Petroquisa e na Petrobras, a partir de 1980. É formado em engenharia química pela UFRJ e possui MBA em finanças pelo COPPEAD. Também cursou pós-graduação em processos petroquímicos no CENPEQ/PETROBRAS.

Luciano Nitrini Guidolin. O Sr. Guidolin é atualmente diretor vice-presidente de poliolefinas, projeto COMPERJ e renováveis da Companhia. Juntou-se ao Grupo Odebrecht em 1994 e ocupou diversos cargos na OPP e posteriormente na Braskem, tais como diretor de planejamento corporativo, diretor de marketing e desenvolvimento de vinílicos, diretor de exportação de poliolefinas e diretor comercial de vinílicos. Em 2007, o Sr. Guidolin foi nomeado diretor executivo da Odebrecht Agroindustrial (antiga ETH Bioenergia), onde foi responsável pelas áreas financeira, de tecnologia da informação e planejamento. Entre 2011 e 2012, o Sr. Guidolin foi diretor Financeiro da Odebrecht S.A., onde serviu no conselho de administração de várias empresas do Grupo Odebrecht, entre elas a Braskem. É formado em engenharia pela Universidade de São Paulo, e possui mestrado em administração de empresas pela Harvard Business School.

Marcelo de Oliveira Cerqueira. O Sr. Cerqueira é atualmente vice-presidente da Unidade de Petroquímicos Básicos da Companhia. O Sr. Cerqueira foi anteriormente responsável pela Unidade de Vinílicos entre 2010 e outubro de 2013, diretor industrial de vinílicos de 2009 a 2010 e gerente de produção da unidade de produção de PVC no estado da Bahia entre 2003 e 2008. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Trikem, entre eles gerente de produção da unidade de produção de PVC no estado de Alagoas entre 1997 e 2002. Trabalhou na Companhia Petroquímica Camaçari nas áreas de produção, logística, saúde, segurança e meio ambiente e engenharia de compras entre 1989 e 1996. Iniciou sua carreira na Companhia Alcoolquímica Nacional e COPERBO (atual Lanxess), onde trabalhou de 1987 a 1989. É formado em engenharia química pela Universidade de Pernambuco e possui MBA pela FGV.

Conselho fiscal

A Lei das Sociedades por Ações exige que a Companhia constitua um conselho fiscal, permanente ou não. Nosso estatuto social prevê a constituição de um conselho fiscal permanente composto de cinco membros e seus respectivos suplentes. O conselho fiscal é um órgão corporativo independente da nossa administração e da firma de auditores independentes registrados.

Os membros de nosso conselho fiscal são eleitos pelos acionistas em assembleia geral ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Os mandatos dos membros de nosso conselho fiscal expiram na assembleia geral ordinária seguinte. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal não poderá conter membros que já integrem nosso conselho de administração ou diretoria, ou que sejam empregados, cônjuges ou parentes de qualquer membro de nossa administração. Para poder atuar em nosso conselho fiscal, a pessoa deve ser residente no Brasil e possuir formação superior ou ter sido diretor ou membro do conselho fiscal de outra sociedade brasileira por no mínimo três anos antes de sua eleição para nosso conselho fiscal. Tanto os nossos acionistas (1) preferencialistas sem direito a voto como os acionistas (2) ordinaristas não controladores que, juntos, detiverem pelo menos 10,0% das nossas ações votantes têm direito a eleger um membro e respectivo suplente do conselho fiscal.

As responsabilidades de um conselho fiscal são determinadas pela Lei das Sociedades por Ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal tem o direito e a obrigação, entre outros, de:

- supervisionar, através de qualquer um de seus membros, as ações da administração e verificar o cumprimento de suas obrigações;
- fornecer parecer sobre o relatório anual da administração, inclusive informações suplementares consideradas necessárias ou úteis para deliberação em assembleia de acionistas;
- ao menos uma vez a cada três meses, examinar os balancetes e outras demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia.
- examinar as contas e demonstrações financeiras do exercício e fornecer parecer sobre as mesmas;
- opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à votação dos acionistas da Companhia com relação a:
 - alterações no capital social;
 - emissões de debêntures e ofertas de títulos que concedem o direito à subscrição de títulos do patrimônio;
 - distribuição de dividendos; e
 - transformação do tipo de empresa e qualquer reestruturação da mesma, tais como incorporações, fusões e cisões;
- informar a administração em caso de qualquer erro, fraude ou contravenção e sugerir medidas que a Companhia deva tomar a fim de proteger seus interesses principais. Caso a administração deixe de tomar tais medidas a fim de proteger os interesses da Companhia, informar os acionistas sobre tais fatos em uma assembleia de acionistas; e
- convocar assembleias gerais de acionistas caso a administração atrase a convocação de assembleia geral de acionistas por mais de um mês e convocar assembleias extraordinárias de acionistas no caso de eventos importantes.

Conforme descrito no “Item 16D. Isenções das Normas de Listagem em Bolsa Para Comitê de Auditoria”, contamos com uma isenção geral das normas de listagem relacionadas a comitês de auditoria contidas na Regra 10-A-3(c)(3) do Exchange Act. A fim de cumprirmos com as exigências de tal isenção, nosso conselho de administração delegou ao nosso conselho fiscal certas responsabilidades adicionais e nosso conselho fiscal passou a adotar normas sob as quais o conselho fiscal possui os deveres e responsabilidades de um comitê de auditoria dos Estados Unidos conforme permitido segundo a Lei das Sociedades por Ações. Como a Lei das Sociedades por Ações não permite que o conselho de administração delegue responsabilidade de indicação, manutenção e remuneração dos auditores externos e não

concede ao conselho de administração ou ao conselho fiscal a autoridade de resolver conflitos entre a administração e os auditores externos com relação à divulgação financeira, o conselho fiscal não pode exercer tais funções. O conselho fiscal da Companhia pode apenas recomendar ao conselho de administração e aos acionistas a indicação, manutenção e remuneração dos auditores externos, e com relação à resolução de conflitos entre a administração e os auditores externos, o conselho fiscal pode apenas realizar recomendações ao conselho de administração e aos acionistas. Segundo as regras que regem o conselho fiscal, o conselho fiscal da Companhia possui os seguintes direitos e obrigações, entre outros, além daqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações:

- acompanhar e analisar o processo de contratação de auditores independentes, observando as regras e legislação brasileira aplicáveis e considerando a experiência técnica, independência, eficiência, experiência e custos dos auditores independentes e recomendando ao conselho de administração a escolha e remuneração pelo trabalho de auditores independentes e suas eventuais substituições;
- aprovar a lista anual de serviços pré-aprovação que devem ser prestados em dado ano pelos auditores independentes, bem como garantir que a política seja observada pela administração e auditores independentes da Companhia;
- supervisionar o trabalho dos auditores independentes, bem como discutir o escopo dos serviços de auditoria a serem realizados pelos mesmos;
- analisar os relatórios de recomendação elaborados pelos auditores independentes e controles internos sobre divulgação financeira, inclusive os itens que possam impactar as demonstrações financeiras;
- solicitar dos auditores independentes, se necessário, quaisquer esclarecimentos ou informações que possam ser consideradas necessárias para a verificação de fatos específicos;
- reunir-se com a administração e com os auditores independentes, sempre que necessário, para analisar a adoção de práticas e políticas contábeis críticas, inclusive a análise de tratamentos alternativos de políticas, práticas e divulgações relacionadas a itens relevantes, dando tratamento preferencial às orientações dos auditores independentes da Companhia;
- intermediar possíveis discussões e conflitos entre os auditores independentes e a administração da Companhia com relação à elaboração das demonstrações financeiras, fornecendo, se necessário, seu parecer com relação a tais conflitos;
- discutir o conteúdo de qualquer comunicação material e relevante feita por escrito pelos auditores independentes à administração, de que venha a ter conhecimento.
- contratar, conforme apropriado, de acordo com o §8 do artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, empresas e consultores especializados, inclusive, mas não limitado a, consultores jurídicos, para aconselhar e fornecer opiniões sobre assuntos relacionados ao desempenho de suas funções;
- reunir-se regularmente e em privacidade com o chefe de auditoria interna para discutir quaisquer questões e/ou preocupações; e
- receber informações e supervisionar o processo de avaliação com relação a reclamações recebidas pela Companhia, seja através da linha confidencial, anônima de ética ou de outra forma, com relação às demonstrações financeiras da companhia, controles contábeis internos e auditores (internos ou independentes).

A tabela a seguir relaciona os atuais membros efetivos e suplentes do nosso conselho fiscal:

<u>Nome</u>	<u>Primeiro ano de indicação</u>
Aluízio da Rocha Coelho Neto	2010
Ismael Campos de Abreu	2003
Gilberto Braga	2015
Luiz Gonzaga do Monte Teixeira	2014
Marcos Antonio Zacarias	2015
Amós da Silva Cancio (suplente)	2015
Ana Patricia Soares Nogueira (suplente)	2010
Afonso Celso Florentino (suplente)	2010
Hubert Georg Deierl (suplente)	2015
Tatiana Macedo Costa Rego Tourinho (suplente)	2014

Encontra-se, a seguir, um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos dos atuais conselheiros fiscais da Companhia e seus suplentes.

Membros do conselho fiscal

Aluízio da Rocha Coelho Neto. O Sr. Rocha foi eleito membro do conselho fiscal por indicação da Odebrecht. Atua como tesoureiro da CNO desde maio de 2014, após ter atuado como controller da CNO de 2010 a 2014, tendo atuado anteriormente como chefe do departamento de planejamento de impostos internacionais da CNO desde 2008. Atuou como gerente sênior de planejamento tributário da Braskem, fez parte da equipe de planejamento tributário da Arcelor – Cia. Siderúrgica de Tubarão e foi auditor sênior da PricewaterhouseCoopers. É formado em contabilidade pela Universidade Federal do Espírito Santo, com mestrado em contabilidade pela USP / FIPECAFI e mestrado em finanças pela USP (FIA).

Ismael Campos de Abreu. O Sr. Abreu foi eleito membro do nosso conselho fiscal como representante da Odebrecht e atuou como presidente do nosso conselho fiscal de 2006 a 2010. O Sr. Abreu exerce o cargo de diretor executivo na Kieppe Participações e Administração Ltda desde abril de 2011, tendo sido anteriormente controller da Odebrecht entre 1995 e 2011, e gerente da área de consultoria tributária na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes entre 1978 e 1985, controller na Corrêa Ribeiro S.A. Comércio e Indústria, entre 1986 e 1988, gerente de área de consultoria na Arthur Andersen, entre 1989 e 1991, e sócio diretor na Performance Auditoria e Consultoria, entre 1992 a 1995. Foi membro do conselho fiscal da Petroflex até a venda da participação da Companhia nessa empresa em abril de 2008 e membro do conselho fiscal da Polialden até sua incorporação à Companhia. O Sr. Abreu é graduado em ciências contábeis pela Fundação Visconde de Cairú, com pós-graduação em engenharia econômica ministrado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento.

Gilberto Braga. O Sr. Braga foi eleito membro do Conselho Fiscal pelos acionistas preferencialistas em abril de 2015. É consultor empresarial nas áreas financeira, de mercado de capitais, societária, tributária, perícia e de assistência de perícia judicial, além de atuar como membro do conselho fiscal e comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. É membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, professor universitário e de pós graduação e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, é pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC- Rio.

Marcos Antonio Zacarias. O Sr. Zacarias foi eleito membro do Conselho Fiscal como representante da Petrobras em abril de 2015. É Gerente Geral de Gestão Financeira da Petrobras desde 2006, respondendo à Diretoria Executiva de Finanças Corporativas.

Luiz Gonzaga do Monte Teixeira. O Sr. Teixeira foi eleito membro do nosso conselho fiscal por indicação da Petrobras. Ingressou na Petrobras em 1975, onde atuou até 2014, tendo exercido diversos cargos na contabilidade da empresa. É Gerente Geral de Contabilidade para subsidiárias, desde setembro de 2012. Foi ainda gerente geral de suporte contábil de 2006 a 2012, gerente de planejamento contábil de 2000 a 2005 e chefe da divisão de custos e contabilidade gerencial de 1996 a 2000. Participa de Conselhos Fiscais de empresas Petrobras desde 2005, entre elas PETROCOQUE S.A., COMPERJ, Cia. Integrada Têxtil de Pernambuco e Petroquímica SUAPE. O Sr. Gonzaga é graduado em ciências contábeis e administração pela Faculdade Moraes Junior (Mackenzie).

Suplentes do conselho fiscal

Amós da Silva Cancio. O Sr. Cancio foi eleito membro suplente do conselho fiscal da Companhia por indicação da Petrobras. O Sr. Cancio trabalha na Petróleo Brasileiro S.A. desde 2004, onde ocupa o cargo de Gerente de Planejamento e Orientação Contábil desde agosto de 2012. Antes disso desempenhou o cargo de Coordenador de Contabilidade para Novos Negócios, entre abril de 2006 e julho de 2012.

Ana Patricia Soares Nogueira. A Sra. Nogueira foi eleita suplente do conselho fiscal por indicação da Odebrecht e atua ainda como consultora jurídica em direito societário. A Sra. Nogueira atuou como advogada da Braskem de agosto de 2001 a dezembro de 2008. Exerceu a advocacia autonomamente de outubro de 1997 a agosto de 2001. Antes de outubro de 1997, a Sra. Nogueira ocupou diversos cargos jurídicos na Trikem e na Odebrecht. É formada em direito pela Universidade Católica de Salvador e possui MBA pela FGV.

Afonso Celso Florentino de Oliveira. O Sr. Oliveira foi eleito suplente do conselho fiscal por indicação da Odebrecht. Atua como gerente de contabilidade da CNO e da ODB desde março de 2008 a atuou como gerente sênior da PricewaterhouseCoopers de julho de 1994 a fevereiro de 2008. É formado em ciências contábeis pela UFMG, possui MBA pelo IMBEC de Minas Gerais e MBA pelo INSPER de São Paulo.

Hubert Georg Deierl. O Sr. Deierl foi eleito membro suplente do conselho fiscal da Companhia por indicação da Petrobras. O Sr. Deierl atua como Gerente Setorial de Gestão Societária da Petrobras desde setembro de 2012. De 2006 a 2012, atuou como Gerente de Acompanhamento e Análise Financeira Exterior cabendo-lhe o acompanhamento e análise financeira dos negócios das empresas da Petrobras localizadas no exterior. Além disso, atuou nos seguintes conselhos fiscais: INNOVA S.A.: suplente de conselheiro fiscal de março de 2013 a outubro de 2014; GASPETRO: conselheiro fiscal titular desde março de 2013; TAG: conselheiro fiscal suplente de março de 2011 a março de 2014; TBG: conselheiro fiscal titular de março de 2008 a março de 2013.

Tatiana Macedo Costa Rego Tourinho. A Sra. Tourinho foi eleita membro suplente do nosso conselho fiscal por indicação da Odebrecht. A Sra. Tourinho é hoje líder de controladora na CNO. Entre 2007 e 2013, atuou como Responsável pelo planejamento tributário da CNO. Anteriormente, atuou por sete anos na área fiscal da Vivo S.A., tendo ocupado a função de gerente de divisão do planejamento tributário. Anteriormente, trabalhou por dois anos na Arthur Andersen. Com exceção do cargo de membro suplente do nosso Conselho Fiscal entre 2010 e 2011, a Sra. Tourinho não ocupa e tampouco ocupou cargo de administração em nenhuma outra companhia aberta. É graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em gestão pelo IBMEC.

Comitês de Apoio ao Conselho de Administração

Em 22 de junho de 2005, nosso conselho de administração aprovou seu regimento interno. Uma tradução em inglês do regimento interno do conselho de administração está disponível em nosso website de relações com investidores em www.braskem.com.br/ir. De acordo com esse regimento, o conselho de administração estabeleceu três comitês permanentes e possui o poder de estabelecer comitês específicos (ad hoc). Os comitês permanentes devem consistir de no mínimo três e no máximo quatro membros. Os membros dos comitês permanentes terão mandato de um ano e poderão ser reeleitos. Os comitês ad hoc podem ser formados por um período limitado de tempo para analisar questões temporárias e serem dissolvidos assim que forem atingidos os objetivos para os quais eles foram criados ou ao fim do prazo estabelecido em sua criação. O número de membros de comitês ad hoc é definido na criação de tais comitês.

A Companhia mantém os seguintes três comitês permanentes: (1) Comitê de Finanças e Investimentos, (2) Comitê de Pessoas e Organização, e (3) Comitê de Estratégia e Comunicação. As responsabilidades de cada comitê permanente são estabelecidas pelo conselho de administração. Os membros de cada comitê permanente são indicados pelo conselho de administração, somente entre os seus membros efetivos e suplentes, e o conselho de administração designa também o coordenador de cada comitê permanente. O conselho de administração não delega poderes para que os comitês permanentes tomem decisões em nome da Companhia; o papel dos comitês permanentes é de fornecer análises sobre questões a fim de auxiliar o conselho de administração em suas decisões.

Comitê de Finanças e Investimentos

O Comitê de Finanças e Investimentos se reúne trimestralmente e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar novas políticas relativas à gestão financeira, seguros e garantias e analisar políticas existentes, (2) avaliar novas políticas de gestão de risco e analisar políticas existentes, (3) analisar oportunidades relacionadas a operações de financiamento e investimento que possam melhorar a estrutura de capital da Companhia, e (4) analisar transações aprovadas pelo conselho de administração que envolvam partes relacionadas à Companhia.

Comitê de Pessoas e Organização

O Comitê de Pessoas e Organização se reúne trimestralmente e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar novas políticas relativas a pessoas e à organização, (2) analisar processos visando à identificação, treinamento, desenvolvimento e sucessão de executivos em cargos estratégicos, (3) analisar processos relativos ao estabelecimento de remuneração fixa e variável de executivos em cargos estratégicos, (4) analisar questões relacionadas ao cumprimento do Código de Conduta, e (5) avaliar novas políticas e revisar políticas existentes de manutenção e fortalecimento da cultura organizacional da Companhia.

Comitê de Estratégia e Comunicação

O Comitê de estratégia e Comunicação se reúne no mínimo duas vezes ao ano e possui as seguintes responsabilidades: (1) avaliar determinações com relação às bases do plano de negócios da Companhia, (2) avaliar o direcionamento dos negócios adotado para atingir os objetivos definidos pelo conselho de administração, (3) avaliar novas políticas e revisar políticas existentes relacionadas ao mercado de capitais e responsabilidade social, (4) avaliar a imagem da Companhia

projetada e percebida no mercado e recomendar ao conselho de administração a manutenção ou alteração dos programas de comunicação social, e (5) analisar as diretrizes e protocolos para o plano de negócios e ciclo de execução.

Remuneração

De acordo com nosso estatuto social, os acionistas são responsáveis por fixar a remuneração total a ser paga aos membros de nosso conselho de administração, diretoria e conselho fiscal. Os acionistas estabelecem essa remuneração global na assembleia geral ordinária a cada ano. Uma vez fixada a remuneração global, os membros do conselho de administração são responsáveis por distribuir essa remuneração global entre cada um dos membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal em conformidade com nosso estatuto social.

Remuneração e benefícios

A remuneração total paga a todos os membros de nosso conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal pelos serviços prestados em todos os cargos foi de aproximadamente R\$ 30,9 milhões em 2014. Em 9 de abril de 2015, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária fixaram a remuneração do conselho de administração, diretoria executiva e conselho fiscal para o exercício de 2015.

Os membros do conselho de administração recebem uma remuneração mensal fixa, não afetada pelo número de reuniões ocorridas a cada mês. Os membros do conselho fiscal recebem uma remuneração mensal fixa, não afetada pelo número de reuniões ocorridas a cada mês. Os suplentes do conselho de administração e do conselho fiscal não recebem remuneração.

Os diretores recebem os mesmos benefícios oferecidos de modo geral aos funcionários, tais como assistência médica (inclusive odontológica), plano de previdência privada e tíquetes refeição. Como ocorre com nossos funcionários, nossos diretores também recebem décimo-terceiro salário, adicional de férias equivalente a 1/3 do salário e contribuições de 8,0% a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os membros de nosso conselho de administração e conselho fiscal não fazem jus a esses benefícios.

Os membros de nosso conselho de administração, diretoria e conselho fiscal não são partes de contratos que estabeleçam benefícios na hipótese de desligamento, ressalvado no caso dos diretores, conforme acima descrito.

Plano de incentivos de longo prazo

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia instituiu um plano de incentivos de longo prazo. Segundo o plano, emitimos unidades de investimento, cada uma com um valor econômico equivalente ao valor econômico de uma ação preferencial classe A da Companhia, aos diretores, gerentes e outros funcionários envolvidos em nossos programas estratégicos, designados no plano como parceiros comerciais.

O plano de incentivo de longo prazo foi encerrado por decisão do conselho de administração em reunião realizada em 07 de maio de 2014.

Práticas de governança corporativa

As diferenças importantes entre nossas práticas de governança corporativa e as normas da Bolsa de Valores de Nova York estão descritas no “Item 16G – Governança corporativa.”

Participação acionária de conselheiros e diretores

Em 15 de abril de 2015, nenhum membro do conselho de administração ou diretor executivo da Braskem detinha mais de 0,1% do capital social da mesma. Todas as ações detidas por nossos conselheiros e diretores executivos foram compradas a preço de mercado na BM&FBOVESPA.

Funcionários

A tabela a seguir contém o número dos nossos funcionários por localização geográfica, nas datas indicadas.

Número de funcionários por localização geográfica

2014

2013

2012

Número de funcionários por localização geográfica	2014	2013	2012
Bahia	1.763	1.811	1.858
Rio Grande do Sul	1.732	1.781	1.787
São Paulo	2.186	2.109	1.846
Alagoas	530	535	523
Rio de Janeiro.....	457	493	474
Outros estados brasileiros	2	13	14
Brasil	6.670	6.742	6.502
Estados Unidos	668	624	595
Alemanha.....	162	168	147
México.....	588	524	81
Outros países	38	38	40
Total.....	8.126	8.096	7.365

Não temos um número significativo de funcionários temporários.

Funcionários no Brasil

No Brasil, tanto os empregados quanto os empregadores têm o direito de se organizar em sindicatos. Os empregados pertencentes a uma determinada categoria profissional e os empregados que constituem uma determinada categoria econômica podem ser representados por um só sindicato em uma área geográfica específica. Os sindicatos em geral pertencem a federações estaduais, que por sua vez pertencem a confederações nacionais. A Companhia é membro do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Petroquímicos e Resinas Sintéticas dos Estados da Bahia, de Alagoas e do Rio Grande do Sul, ao passo que seus funcionários são membros dos Sindicatos de Trabalhadores na Indústria Petroquímica de cada um desses estados. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 28,4% de nossos funcionários no Brasil estavam sindicalizados. Acreditamos ter boas relações com nossos funcionários e seus respectivos sindicatos. Não presenciamos nenhuma greve no Brasil desde a privatização da Trikem em 1995. Os atuais acordos coletivos de trabalho firmados com nossos sindicatos têm prazo de um ano a dois anos e estão sujeitos a renegociação anual. Tradicionalmente, aplicamos os termos dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos igualmente para os funcionários sindicalizados e não sindicalizados.

Benefícios Pós-Emprego no Brasil

Plano de Contribuição Definida ODEPREV

A maioria dos funcionários da Companhia (cerca de 83%) participa do ODEPREV – Odebrecht Previdência. A Companhia paga parte dos pagamentos mensais feitos pelos funcionários ao ODEPREV. Trata-se de um plano de previdência contribuição definida que paga valores de pensão e aposentadoria que suplementam os valores pagos pelo sistema previdenciário oficial do governo brasileiro, visando fornecer aos seus membros renda pós-aposentadoria. Em 2014, pagamos R\$ 28,245 milhões a esse fundo.

Plano de Contribuição Definida Petros Copesul

Como resultado da incorporação da Copesul pela Companhia, nos tornamos patrocinadores do plano Petros Copesul. Em 2 de outubro de 2012, a PREVIC aprovou a retirada do patrocínio a este plano pela Braskem. Em fevereiro de 2015, pagamos as reservas deste fundo aos participantes, no valor total de R\$ 358,5 milhões. Em antecipação a este pagamento, provisionamos R\$ 336,4 milhões, registrado no passivo circulante. A diferença entre o valor provisionado e o valor pago corresponde aos juros acumulados em 2015.

Plano de Contribuição Definida Petros PQU

Com a aquisição da Braskem Qpar em abril de 2010 (incorporada pela Companhia em 1º de dezembro de 2014), a Companhia assumiu os passivos do plano Petros PQU. Em 06 de agosto de 2012, a PREVIC aprovou a retirada do patrocínio solicitada em 30 de setembro de 2009. O pagamento das reservas aos participantes deve ocorrer em 2015. Este plano possui atualmente um superávit e com isso nenhuma provisão foi realizada.

Outros Benefícios no Brasil

Os nossos funcionários no Brasil e seus dependentes contam com assistência médica e odontológica por meio de sistema que utiliza uma rede de médicos credenciados. Arcamos com a maior parte dos custos desses serviços, sendo

um pequeno valor pago pelos funcionários. Uma pequena taxa mensal é também cobrada dos funcionários para o pagamento de serviços médicos mais caros. Em 2014, os gastos com essa assistência atingiram R\$60.809 milhões.

Funcionários nos Estados Unidos

Os funcionários da Braskem America não estão representados por sindicato, com exceção dos funcionários da planta da Braskem America em Neal, em West Virginia. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 57% dos funcionários dessa planta eram representados pelo sindicato Internacional dos Trabalhadores das Indústrias de Siderurgia, Papel e Florestas, Borracha, Manufatura, Energia e Indústrias e Serviços Relacionados (*United Steel, Paper & Forestry, Rubber, Manufacturing, Energy Allied-Industrial & Service Workers International Union*). O acordo coletivo de trabalho com esse sindicato vence em maio de 2019.

Benefícios pós-emprego nos Estados Unidos

A Braskem America administra um plano de previdência fechado de benefício definido, que, em 31 de dezembro de 2014, contava com 54 participantes ativos, em relação a 53 participantes em 2013. A companhia realizou uma contribuição à vista de US\$1.165 milhão ao plano em 2014. Não houve contribuição por participantes em 2014.

A Companhia oferece um plano de previdência nos termos da regra 401(k), que, em 31 de dezembro de 2014, administrava ativos totais de US\$ 55,6 milhões, incluindo US\$ 11,6 milhões em contribuições realizadas por participantes em 2014.

Outros Benefícios nos Estados Unidos

A Braskem America oferece a seus funcionários a possibilidade de participar de diversos planos de benefício envolvendo saúde e bem-estar, incluindo assistência médica, odontológica, seguro de vida e assistência em casos de invalidez.

Funcionários na Alemanha

Os funcionários da Braskem Europe não estão representados por sindicato, com exceção de alguns funcionários da planta da Braskem America em Schkopau. Em 31 de dezembro de 2014, cerca de 73% dos funcionários desta planta eram representados pela IG BCE Ost.

Em outubro de 2011, as obrigações da Dow segundo os planos de benefício alemães foram assumidas pela Braskem Europe, como consequência da Aquisição da Dow Polipropileno. Em 2013, a Braskem Europe implantou um novo plano de previdência de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2014, havia 35 funcionários participantes ativos do novo plano de previdência.

Outros benefícios na Alemanha

A Braskem Europe oferece a seus funcionários a possibilidade de participar de diversos planos de benefício envolvendo previdência, seguro de vida e assistência em casos de invalidez.

Funcionários no México

Benefícios pós-emprego no México

Os funcionários da Braskem Idesa recebem planos de aposentadoria oferecidos pelo governo ao se aposentarem ou atingirem a idade para tal. Em 31 de dezembro de 2014, tais planos de aposentadoria pelo governo contavam com 548 participantes ativos.

Outros benefícios no México

A Braskem Mexico oferece aos seus funcionários a oportunidade de participarem em planos de benefício, entre eles um plano de poupança, de alimentação, seguro-saúde e assistência médica.

Plano de Remuneração Baseado em Desempenho

Adotamos e aplicamos a filosofia de gestão de pessoal que enfatiza uma estrutura de remuneração atrelada ao desempenho e uma estrutura de gestão descentralizada. Os funcionários de cada uma de nossas unidades de negócio participam da fixação e alcance das metas anuais dessas unidades de negócio. Em decorrência disso, os funcionários nessas unidades de negócio que alcançam ou superam suas metas compartilham de nosso desempenho financeiro por meio dos planos de remuneração a funcionários baseados no desempenho. Em 2014, registramos uma despesa de R\$ 271,2 milhões relacionada a esse programa com relação a cerca de 8.533 funcionários, incluindo diretores. Os membros do conselho de administração não participam desse programa.

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas

Em 20 de abril de 2015, nosso capital em circulação somava R\$8.043.222.080,50 dividido em 797.265.348 ações, das quais 451.668.652 eram ações ordinárias, 345.002.878 ações preferenciais classe A e 593.818 ações preferenciais classe B. Em 20 de abril de 2015, todas as ações autorizadas estavam emitidas e em circulação, exceto por 1.154.758 ações preferenciais classe A mantidas em tesouraria. Todo o nosso capital social está integralizado. Todas as nossas ações são sem valor nominal.

Geralmente, apenas nossas ações ordinárias possuem direitos de voto. Nossas ações preferenciais possuem direitos de voto apenas em circunstâncias excepcionais.

Conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social determina que 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício fiscal deve ser distribuído entre os acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio. De acordo com nosso Estatuto, nossos acionistas preferenciais têm direito a um dividendo anual mínimo preferencial e não cumulativo, ou Dividendo Preferencial Mínimo, correspondente a 6% de suas ações *pro rata* de nosso capital antes do pagamento de dividendos aos acionistas. A distribuição dos dividendos em qualquer ano é feita conforme segue:

- primeiramente para acionistas detentores de ações preferenciais, até atingir a quantia de Dividendo Preferencial Mínimo para esse ano;
- em segundo lugar, aos acionistas detentores de ações ordinárias, até que a quantia distribuída referente a cada ação ordinária seja igual ao valor distribuído referente a cada ação preferencial; e
- finalmente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e detentores de nossas ações preferenciais classe A, com base *pro rata*.

Os acionistas de ações preferenciais classe B não recebem nenhuma quantia adicional de dividendos após o recebimento do Dividendo Preferencial Mínimo. Se o Dividendo Preferencial Mínimo não for pago em um período de três anos, os detentores de ações preferenciais passam a ter plenos direitos de voto.

A tabela a seguir contém informações acerca da titularidade de nossas ações ordinárias e ações preferenciais em 15 de abril de 2015, por cada pessoa que sabemos ser o titular de mais de 5,0% de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A e por todos os nossos conselheiros e diretores considerados como um grupo. Os nossos principais acionistas têm o mesmo direito de voto no que respeita a cada classe de nossas ações que os demais detentores de ações da mesma classe.

	Ações ordinárias		Ações preferenciais classe A		Total	
	Qte. de ações	%	Qte. de ações	%	Qte. de ações	%
Odebrecht(1)	226.334.623	50,1	79.182.498	23,0	305.517.121	38,3
Petrobras.....	212.426.952	47,0	75.171.630	22,9	287.598.582	36,1
BNDESPAR.....	—	—	40.102.837	11,6	40.102.837	5,0
Todos os conselheiros, membros do conselho fiscal, suplentes e diretores, como um grupo (39 pessoas)	100	*	77.526	*	77.526	*

* menos de 1%

(1) Inclui 79.182.486 ações preferenciais classe A detidas pela OSP, subsidiária integral da Odebrecht.

Não existe atualmente nenhum plano de opção de compra de ações por administradores ou funcionários nem opções de compra de ações em aberto de administradores ou funcionários. Vide “Item 6. Conselheiros, Diretores e Funcionários—Remuneração—Plano de incentivo de longo prazo”.

Mudanças na composição acionária

Em 27 de janeiro de 2012, a OSP, a Petrobras e a Petroquisa aprovaram uma cisão parcial na qual a BRK transferiu 102.222.019 ações ordinárias da Companhia à Petrobras e 92.204.840 ações ordinárias da Companhia à Petroquisa. As demais 226.334.622 ações ordinárias da Companhia permanecem com a BRK, que se tornou subsidiária integral da

OSP. Na mesma data, os acionistas da Petrobras votaram favoravelmente à incorporação da subsidiária Petroquisa pela Petrobras.

Acordos de Acionistas

Acordo de Acionistas da Petrobras

Odebrecht, OSP, Petrobras e Petroquisa, tendo a Braskem e a BRK como partes intervenientes, celebraram o Acordo de Acionistas da Petrobras, em vigor desde 8 de fevereiro de 2010, com prazo de 35 anos. O Acordo de Acionistas da Petrobras substituiu o Acordo de Acionistas que anteriormente regia o relacionamento entre Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa com relação às ações da Companhia.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Petrobras, a Petrobras tem o direito de designar:

- quatro membros do conselho de administração e respectivos suplentes da Companhia, enquanto detiverem, direta ou indiretamente, o total de 30% ou mais do capital votante da Braskem;
- três membros do conselho de administração e respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, o total de 18%, mas menos que 30% do capital votante da Braskem;
- dois membros do conselho fiscal e respectivos suplentes, um dos quais será o presidente, enquanto detiverem, direta ou indiretamente, um total de 30% ou mais das ações votantes da Braskem; e
- dois membros do conselho fiscal e respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, um total de 18%, mas menos 30%, do capital votante da Braskem e enquanto a Odebrecht tiver o direito de eleger a maioria de seus membros.

Enquanto a Petrobras tiver o direito de designar três ou quarto membros do conselho de administração da Companhia, um deles atuará como vice-presidente do conselho de administração.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Petrobras, a Odebrecht tem o direito de indicar o diretor presidente da Braskem. O diretor presidente da Braskem escolherá o diretor financeiro entre três indicados da Odebrecht e o diretor responsável pela área de investimentos e carteira entre três indicados da Petrobras. O diretor presidente tem poderes para nomear os demais membros da diretoria.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Petrobras, a Odebrecht tem o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia. No entanto, enquanto a Petrobras detiver, direta ou indiretamente, um total de menos de 30% e mais de 18% das ações votantes da Braskem, esta fica impedida de praticar determinados atos estratégicos a menos que seja alcançado um consenso com relação a tais atos entre a Odebrecht e a Petrobras, incluindo, entre outros:

- atos que afetam o valor das ações ou os direitos dos detentores das ações da Companhia;
- incorporações, cisões ou operações semelhantes;
- investimentos e compras de ativos não circulantes com valor superior a 30% dos ativos não circulantes da Companhia, o que for menor;
- alienações de ativos não circulantes com valor superior a 10% da totalidade dos ativos não circulantes;
- criação de ônus sobre os ativos não circulantes, com valor superior a R\$350 milhões ou 20% dos ativos não circulantes, o que for menor; e
- atos que resultariam na violação de relações específicas dívida líquida/EBITDA e EBITDA/total de juros.

Consoante o Acordo de Acionistas da Petrobras, a Companhia concordou que os investimentos que fizer para aumentar a capacidade precisam ser respaldados por uma avaliação demonstrando a rentabilidade conforme padrões tais como valor presente líquido ou taxa interna de retorno. A Petrobras concedeu à Companhia o direito de primeira oferta com relação ao desenvolvimento de qualquer projeto petroquímico que a Petrobras vier a empreender. Na hipótese de a Companhia decidir não participar do projeto proposto, a Petrobras terá o direito de comercializar os produtos produzidos pelo projeto em questão em condições satisfatórias para a Companhia e a Petrobras.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Petrobras, a Petrobras tem o direito de vender uma parcela proporcional das ações ordinárias da Companhia por elas detidas em caso de uma venda direta ou indireta das ações ordinárias da Companhia a um terceiro pelo Grupo Odebrecht.

Consoante o Acordo de Acionistas da Petrobras, cada uma das partes concordou em:

- sujeito a algumas exceções, não conceder nenhum ônus sobre qualquer uma de suas ações da Braskem;
- conceder direito de primeira oferta e direitos de *tag along* a outras partes do Acordo de Acionistas da Petrobras com relação a uma venda de suas ações da Braskem;
- na hipótese de a participação de uma parte nas ações votantes da Braskem ficar diluída em uma operação envolvendo uma ou mais das outras partes do Acordo de Acionistas da Petrobras, a parte que sofreu a diluição terá o direito de comprar ações da Braskem das partes que provocaram a diluição em um valor que, após considerada a referida compra, resulte no fato de a parte que sofreu a diluição deter a mesma participação percentual no capital votante da Braskem que detinha imediatamente antes do fato que gerou a diluição; e
- na hipótese de uma parte adquirir ou receber de um terceiro o direito de adquirir ações ordinárias da Braskem, oferecer-se para vender, às outras partes do Acordo de Acionistas da Petrobras, uma quantidade de ações ordinárias da Braskem que, após considerada a referida venda, resulte no fato de cada uma das partes do Acordo de Acionistas da Petrobras deter a mesma proporção direta e/ou indireta de ações ordinárias da Braskem que detinha antes da aquisição, de um terceiro, de ações ordinárias da Braskem.

Memorando de Entendimento dos Fundos de Pensão

Em 20 de julho de 2001, a Odebrecht Química, a Petroquímica da Bahia, a PETROS e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) celebraram Memorando de Entendimentos referente ao Acordo de Acionistas, o qual denominamos Memorando de Entendimentos dos Fundos de Pensão. O Memorando de Entendimentos dos Fundos de Pensão confere à PETROS e à PREVI certos direitos de preferência e de transferência de ações. O Memorando de Entendimentos dos Fundos de Pensão tem prazo de vigência de 20 anos, a menos que acordo de acionistas contendo os termos que constam abaixo seja celebrado antes da referida data. Nos termos do Memorando de Entendimentos dos Fundos de Pensão, as partes avançaram aprovar os seguintes princípios básicos para a nossa administração:

- nossa diretoria será composta por profissionais competentes;
- nossa política de dividendos terá como objetivo a distribuição de pelo menos 50,0% do lucro líquido disponível no pertinente período, desde que todas as reservas necessárias para a operação e desenvolvimento eficientes de nossos negócios tenham sido constituídas e mantidas; e
- adotaremos uma política comercial que assegure o fornecimento regular e contínuo de matérias-primas e utilidades, em termos competitivos e coerentes com os mercados interno e internacional.

O Memorando de Entendimento dos Fundos de Pensão dispõe que a Petros e a Previ terão o direito de vender ações da Braskem detidas por cada uma delas em caso de uma venda das ações da Braskem pelos seus acionistas controladoras a um terceiro que envolva mudança de controle.

Acordo de Acionistas do BNDESPAR

A Companhia, a Odebrecht e o BNDES Participações BNDESPAR (BNDESPAR) firmaram um acordo de acionistas, que prevê que o BNDESPAR tem o direito de indicar um membro do nosso conselho de administração. Esse acordo de acionistas expirará quando o BNDESPAR deixar de deter mais de 5,0% do nosso capital total ou em 24 de agosto de 2016, o que ocorrer primeiro. Esse acordo prevê que a BNDESPAR tem o direito de nomear um membro de nosso conselho de administração na medida em que a Odebrecht e suas subsidiárias tenham o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia. Esse acordo de acionistas também prevê que a BNDESPAR tem o direito de (1) exigir da Companhia e da Odebrecht a compra das ações por ele detidas em nosso capital social, se deixarmos de cumprir os termos do acordo de acionistas e não sanarmos tal descumprimento dentro de prazo especificado; e (2) vender suas ações caso a Odebrecht venda sua participação controladora em nossa companhia a terceiros.

Operações com partes relacionadas

A exposição a seguir resume as operações relevantes que mantivemos com nossos principais acionistas e suas controladas e coligadas desde 1º de janeiro de 2014.

Realizamos muitas operações com nossos principais acionistas e suas empresas afiliadas e esperamos continuar a fazê-lo no futuro. Também temos relações comerciais com algumas de nossas afiliadas e, como resultado, registramos contas a receber de clientes e passivos circulantes e de longo prazo decorrentes principalmente de compras e vendas de mercadorias e serviços em condições equivalentes às condições e aos preços médios de operações realizadas com terceiros. Além disso, realizamos outras operações financeiras e não financeiras com os nossos principais acionistas e suas afiliadas, incluindo, entre outras, a participação em três acordos de acionistas ou memorandos de entendimento com acionistas da Companhia. Vide “—Principais acionistas—Acordos de acionistas.”

A Lei de Sociedades por Ações determina que os conselheiros, seus suplentes e os diretores não podem votar quaisquer matérias em relação às quais possuam conflito de interesses, podendo tais operações ser aprovadas apenas em termos e condições justos e razoáveis que não sejam mais favoráveis do que aqueles disponíveis no mercado ou oferecidos por terceiros. Todavia, se um de nossos conselheiros estiver ausente a uma reunião do conselho de administração, o seu conselheiro suplente poderá votar mesmo que haja conflito de interesses por parte daquele conselheiro ausente, salvo se o conselheiro suplente compartilhar ou também possuir conflito de interesses.

Grupo Odebrecht

Em fevereiro de 2007, firmamos um Acordo de Aliança com a CNO, mediante o qual apontamos a CNO como fornecedora preferencial não exclusiva de serviços de manutenção e projetos de melhoria de eficiência de cada uma de nossas plantas. Este acordo foi aprovado por unanimidade pelo nosso conselho de administração. Por este acordo somos obrigados a requerer propostas da CNO para esses serviços e projetos. Se a CNO for contratada para qualquer serviço ou projeto específicos, pagaremos à CNO o custo relativo ao serviço ou projeto acrescido de 15%. Além disso, somos obrigados a pagar os impostos devidos decorrentes de tais custos. Este acordo vence em fevereiro de 2014.

Em abril de 2011, celebramos outro Acordo de Aliança com as empresas do Grupo Odebrecht e a Genpro Engenharia S.A. para a construção de uma nova unidade de Butadieno em Triunfo. Para mais informações sobre esse projeto, vide “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de Capital—Plantas Greenfield—Unidade de Butadieno”.

Em outubro de 2011, a Companhia celebrou um Contrato de Aliança com companhias do Grupo Odebrecht e a ICA Fluor para as obras de preparação do terreno a serem realizadas para a construção do Projeto Etileno XXI. O valor total deste contrato é de US\$150,0 milhões.

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou um Contrato de Aliança, Engenharia, Comissionamento e Construção (EPC) com a Ethylene XXI Contractors, S.A.P.I. de C.V. e a Etileno XXI Services B.V. como fornecedores, e a Technicap e a ICA Fluor para a construção do Projeto Etileno XXI. Cada fornecedor consiste em uma *joint venture* entre a Odebrecht Industrial Engineering B.V. ICA Fluor Petroquímica, S.A. de C.V. e a Technip Italy S.p.A. Os pagamentos do contrato de EPC são realizados pelo método “cost-plus”, no qual a Braskem Idesa reembolsa os custos dos fornecedores e paga ainda uma margem de lucro. Os pagamentos pelos custos são realizados anteriormente ao início de cada mês, com base na estimativa dos custos esperados durante aquele mês e conciliados com os custos incorridos efetivamente no mês seguinte. Os pagamentos da margem de lucro são realizados com base no atingimento de marcos estabelecidos no contrato. Qualquer custo excedente será dividido igualmente entre a Braskem Idesa e os fornecedores e quaisquer economias de custo serão divididas também igualmente entre as partes, em ambos os casos até o limite máximo calculado de acordo com o contrato de EPC. O contrato prevê data garantida de 30 de junho de 2015 para conclusão do Complexo México e inclui ainda outras garantias de desempenho e cláusulas de indenização no caso da conclusão exceder a data máxima estipulada.

O valor total dos serviços contratados nos termos destes Acordos de Aliança em 2014 foi de R\$ 3.631,2 milhões. Possuímos contas a pagar com companhias da Organização Odebrecht no valor de R\$ 459,4 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2012, vendemos todas as nossas ações da Braskem Distribuidora, que detinha nossa unidade de tratamento de água, e da Cetrel, à CNO, pelo valor total de R\$652 milhões, a ser ajustado de acordo com a posição de caixa em 28 de dezembro de 2012. A venda incluiu: (1) todas as ações da Braskem Distribuidora, equivalente a 100% do capital total e votante da Braskem Distribuidora, a qual detinha os ativos relacionados à unidade de tratamento de água do Polo de Camaçari (detida pela Braskem Distribuidora), responsável pela produção de água desmineralizada, clarificada e potável, bem como pela gestão da água dos reservatórios para combate a incêndios e (2) todas as ações da Cetrel, equivalentes a 54,2% do capital total e votante da Cetrel, a qual é responsável, entre outras coisas, pelo tratamento e descarte final dos efluentes e resíduos industriais, bem como do monitoramento ambiental do Polo de Camaçari. O fornecimento de água industrial e o descarte de efluentes e resíduos industriais estão garantidos para a

Braskem através de contratos celebrados com a Braskem Distribuidora (atual Distribuidora de Águas Camaçari) e a Cetrel, respectivamente.

Em julho de 2013, adquirimos 2.000 ações, ou 20% do capital da Odebrecht Comercializadora de Energia. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Aquisição de Participação na Odebrecht Comercializadora de Energia S.A.”.

Em 31 de dezembro de 2013, firmamos um acordo de compra de ações relativo a todas as ações detidas pela Companhia na Distribuidora de Água Triunfo S.A. (DAT), que representavam todas as suas ações em circulação, por um valor principal consolidado de R\$ 315,0 milhões. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Venda de Ativos de Tratamento de Água do Polo de Triunfo”.

Petrobras

Operações comerciais com a Petrobras

Celebramos os seguintes contratos de fornecimento com a Petrobras:

- Contrato de Compra e Venda de Nafta Petroquímico celebrado com a Petrobras em 2009. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Petroquímicos Básicos—Contratos de Fornecimento com a Petrobras” para mais informações.
- Contrato de Compra e Venda de Nafta Petroquímico celebrado com a Petrobras em maio de 2006. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Petroquímicos Básicos—Contratos de Fornecimento com a Petrobras” para mais informações.
- Contrato de fornecimento de etano e propano celebrado entre a RioPol e a Petrobras em dezembro de 2000. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Petroquímicos Básicos—Etano e Propano” para mais informações.
- Contrato de compra e venda de uma cadeia de hidrocarbonetos leves de refinaria, celebrado entre a Quattor Química (antiga Braskem Qpar antes da incorporação pela Companhia em 1º de dezembro de 2014) e a Petrobras em janeiro de 2005. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Contratos de Fornecimento e Precificação da Unidade de Petroquímicos Básicos—Hidrocarbonetos Leves de Refinaria” para mais informações.
- Dois contratos de cinco anos para o fornecimento de propeno celebrados com a REFAP, controlada da Petrobras, em março de 2007. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Matérias Primas da Unidade de Poliolefinas—Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Controladas” para mais informações.
- Contrato de 20 anos para fornecimento de propeno celebrado com a Petrobras em maio de 2008 para a planta de Paulínia. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Matérias Primas da Unidade de Poliolefinas—Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Controladas” para mais informações.
- Cinco contratos para o fornecimento de propeno celebrados entre a Braskem Petroquímica (antiga Quattor Petroquímica) e a Petrobras entre maio de 2001 e fevereiro de 2006. Vide “Item 4—Informações sobre a Companhia—Matérias Primas da Unidade de Poliolefinas—Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Controladas” para mais informações.
- Contrato de três anos de fornecimento de soda cáustica celebrado com a Petrobras em janeiro de 2012, mediante o qual a Companhia fornecerá aproximadamente 68.000 toneladas de soda cáustica, para uso nas refinarias da Petrobras no Brasil. Esse contrato expira em janeiro de 2015.

Em 2014, a Companhia comprou matérias-primas e utilidades da Petrobras e suas subsidiárias no valor de R\$ 18.183,6 milhões e, no mesmo período, vendeu à Petrobras e suas subsidiárias produtos no valor de R\$ 1.817,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha contas a pagar à Petrobras e suas subsidiárias no valor total de R\$ 1.497,7 milhões e contas a receber da Petrobras e suas subsidiárias no valor total de R\$ 123,4 milhões.

BNDESPAR

Em agosto de 2010, a BNDESPAR exercitou a sua opção de vender 60% das ações da RioPol que detinha para a Braskem por R\$210,0 milhões. O pagamento das ações adquiridas pela Braskem será feito em três parcelas anuais, sendo a primeira parcela paga em junho de 2015. Os valores de cada parcela serão ajustados de acordo com a TJLP, acrescidos de 2,5% ao ano a partir de junho de 2008, até as respectivas datas de pagamento.

Controladas em conjunto e coligadas

Borealis Brasil S.A.

Vendemos polipropileno e polietileno à Borealis, na qual possuímos participação societária de 20,0%. As vendas da Braskem à Borealis atingiram R\$ 245,7 milhões em 2014. Contabilizamos a Cetrel usando o método de equivalência patrimonial. As contas a receber da Borealis pela Braskem somavam R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. (RPR)

Possuímos diretamente 33,2% do capital social total e com direito a voto da RPR. Em 1º de janeiro de 2012, avaliamos este investimento através do método de equivalência patrimonial, ao contrário da consolidação proporcional utilizada anteriormente. Vendemos condensados à RPR e compramos nafta dessa empresa. Em 2014, registramos vendas de R\$ 52,3 milhões à RPR e compras de R\$ 43,3 milhões dessa empresa.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas e outras informações financeiras

O Item 19 relaciona todas as demonstrações financeiras apresentadas como parte deste relatório anual.

Processos judiciais

Estamos, e poderemos estar no futuro, envolvidos em numerosos processos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros, que envolvem reivindicações monetárias. Caso a decisão em qualquer desses processos não nos seja favorável, não acreditamos que nossos resultados operacionais ou nossa situação financeira serão afetados significativamente e negativamente.

Para alguns desses processos, não constituímos provisões em nosso balanço patrimonial, nem provisões apenas para parte dos montantes reivindicados, com base em nossa avaliação quanto ao seu desfecho.

Contencioso fiscal

Estamos envolvidos em diversos processos contra autoridades fiscais brasileiras, para os quais constituímos provisões no valor total de R\$ 270,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Ademais, há atualmente alguns processos judiciais pendentes nos quais estamos envolvidos e para os quais não foram constituídas provisões. Se a decisão em qualquer desses processos nos for desfavorável, nossos resultados operacionais ou situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Auto de infração de IR/CSLL

Em 2007, foram emitidos autos de infração pela Receita Federal do Brasil contra a Braskem Petroquímica alegando o não pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais em contas de investimento em controlada estrangeira em 2002. Em 31 de dezembro de 2014, o valor disputado nesses processos totalizava cerca de R\$ 126,5 milhões. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. Acreditamos que a possibilidade de perda nesse processo seja possível e, em 31 de dezembro de 2014, estabelecemos provisão no valor de R\$ 35,7 milhões.

Em 2013 e 2014, foram recebidos autos de infração da Receita Federal do Brasil alegando que a amortização de ágio realizada em 2001 e 2002 no âmbito da compra de ações de determinadas companhias que vieram a constituir a Braskem não era dedutível para fins de cálculo do imposto de renda e contribuição social. O valor discutido é de R\$ 1,0 bilhão, inclusos os juros e multas. Questionamos tais autos uma vez que acreditamos que as alegações baseiam-se em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais e que os fatos já tenham prescrito. Acreditamos que a possibilidade de perda neste processo seja possível e não reconhecemos nenhuma provisão com relação ao auto.

Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, que alegou que os prejuízos com despesas financeiras e variação cambial registrados pela Braskem em relação ao endividamento da Ipiranga Petroquímica S.A. não era dedutível para fins de cálculo de imposto de renda e contribuição social. O valor do auto é de R\$ 57,5 milhões. Questionamos tal auto uma vez que acreditamos que a assunção dos instrumentos de dívida da Ipiranga Petroquímica possui fortes finalidades empresariais. Acreditamos que a possibilidade de perda neste processo seja possível e não reconhecemos nenhuma provisão com relação ao auto. Acreditamos que uma perde com relação a esta contingência seja possível e nenhuma provisão foi constituída.

Em julho de 2014, a Companhia foi autuada pela Receita Federal sob a alegação de que a base de prejuízo fiscal e bases de cálculo negativas de contribuição social utilizadas para o pagamento de débitos tributários parcelados no âmbito da MP 470/2009 não haviam sido oferecidas à tributação em 2009. O valor reclamado é de R\$ 426,7 milhões. A Companhia contestou o auto de infração uma vez que acredita que as alegações baseiam-se em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais. A Companhia acredita que a possibilidade de perda neste processo seja possível e não reconheceu nenhuma provisão com relação ao auto.

Auto de infração de ICMS

Em dezembro de 2010, 2011 e de 2012, a secretaria da fazenda do estado da Bahia autuou a Braskem, alegando o não pagamento de

R\$ 525,8 milhões em ICMS, corrigido retroativamente pela inflação e pela taxa referencial, referentes a supostas violações a certas provisões da legislação que regulamenta o ICMS, entre as quais: (1) a não contabilização de certos créditos fiscais no valor de R\$ 435,5 milhões concedidos no âmbito da compra de bens que foram, subsequentemente, vendidos com base fiscal reduzida; (2) o não cumprimento de certas obrigações previstas na legislação do ICMS; (3) a transferência de produtos a preços abaixo dos preços de custo. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. A Companhia acredita que a chance de perda em relação à causa descrita no item (1) seja remota e que a chance de perda em relação às causas descritas nos itens (2) e (3) seja possível. Em 31 de dezembro de 2014, não reconhecemos nenhuma provisão com relação a tais causas.

Adicionalmente, a secretaria da fazenda do estado da Bahia emitiu inúmeros autos de infração alegando outros não pagamentos de ICMS. O objeto de tais autos de infração fiscal inclui, entre outros: (1) solicitação indevida de créditos de ICMS para aquisição de ativos; (2) transferência de bens a preços abaixo do custo de produção; (3) falta de envio de bens; (4) falta de evidência de exportação de bens pela Companhia; (5) falta de registro de notas fiscais; e (6) solicitação de créditos de ICMS para serviços de transporte sem a apresentação de evidência adequada. Em 31 de dezembro de 2014, o valor disputado nesses processos totalizava cerca de R\$ 247,3 milhões. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. Acreditamos que a possibilidade de perda neste processo seja possível, porém, em 31 de dezembro de 2014, não reconhecemos nenhuma provisão com relação ao mesmo.

Entre 1999 e 2009, a secretaria da fazenda dos estados de Alagoas, São Paulo e Rio Grande do Sul emitiram inúmeros autos de infração fiscal alegando a falta de recolhimento de ICMS no valor de R\$ 381,7 milhões. O objeto de tais autos de infração fiscal inclui, entre outros: (1) solicitação indevida de créditos de ICMS para aquisição de ativos que a secretaria da fazenda estadual considera como bens de uso e consumo; (2) solicitação indevida de créditos de ICMS para aquisição de ativos não relacionados à produção; (3) falta de recolhimento de impostos sobre a venda de produtos sujeitos à substituição fiscal; (4) falta de registro de notas fiscais; e (5) falta de pagamento de ICMS sobre taxas de transmissão de energia elétrica. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. Acreditamos que a possibilidade de perda nesse processo seja possível e, em 31 de dezembro de 2014, não reconhecemos nenhuma provisão com relação aos mesmos.

Em 2009, autos de infração foram emitidos pela secretaria da fazenda do estado de São Paulo contra a Braskem Qpar alegando o não pagamento de ICMS em relação a diversas alegações de violação de disposições da legislação de ICMS, entre elas: (1) solicitação indevida de crédito de ICMS para aquisição de ativos entre fevereiro de 2004 e janeiro de 2008, e (2) falta de registro de notas fiscais. Em 31 de dezembro de 2014, o valor disputado nesses processos totalizava cerca de R\$ 335,6 milhões. Contestamos tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acreditamos que exista embasamento suficiente para defesa da Companhia contra tais autos. Acreditamos que a possibilidade de perda nesse processo seja possível e, em 31 de dezembro de 2014, estabelecemos provisão no valor de R\$ 94,7 milhões.

Auto de Infração Não Cumulativo de PIS e COFINS

A Companhia recebeu autos de infração da receita federal alegando a solicitação indevida de créditos de PIS e COFINS relativos a: (1) tratamento de água residual, (2) tarifas de transmissão de energia elétrica, (3) frete relacionado à armazenagem de bens acabados e (4) créditos solicitados intempestivamente, relacionados à aquisição de ativos do imobilizado entre 2006 e 2011. Em 31 de dezembro de 2014, o valor disputado nesses processos totalizava cerca de R\$ 761,0 milhões. A Companhia contestou tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acredita que exista embasamento suficiente para sua defesa contra tais autos. Acreditamos que a perda nestes casos seja possível. Em 31 de dezembro de 2013, não foram reconhecidas provisões relacionadas.

Auto de Infração de PIS e COFINS

A Braskem Petroquímica está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos relacionados ao pagamento de PIS e COFINS, incluindo (1) falta de recolhimento de COFINS de março de 1999 a dezembro de 2000, de fevereiro de 2001 a março de 2002, de maio de 2002 a julho de 2002 e em setembro de 2002, (2) solicitação indevida de créditos em função da alíquota adicional de 1% sobre as alíquotas de COFINS e PIS segundo os Decretos-Lei 2.445 e 2.449 e (3) omissão da receita base resultante de ganhos cambiais resultantes de sucessivas reduções em nosso capital associado. Em 31 de dezembro de 2014, o valor disputado nesses processos totalizava cerca de R\$ 76,9 milhões. A Companhia contestou tais autos de infração no tribunal administrativo, pois acredita que exista embasamento suficiente para sua defesa contra tais autos. Acreditamos que a perda nestes casos seja possível. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou provisão no valor de R\$ 39,1 milhões.

Em 2014, a Companhia foi autuada pela Receita Federal sob a alegação de que a base de prejuízo fiscal e bases de cálculo negativas de contribuição social utilizadas para o pagamento de débitos tributários parcelados no âmbito da MP 470/2009, além de juros e multas no âmbito da MP 470/09 são tributáveis. O valor reclamado de PIS e COFINS é de R\$ 891,0 milhões. A Companhia contestou o auto de infração já que acredita que as alegações baseiam-se em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais. A Companhia acredita que a possibilidade de perda neste processo seja possível e não reconheceu nenhuma provisão com relação ao auto.

Outros processos fiscais

A Companhia e suas controladas são partes em diversos outros processos judiciais e administrativos relativos a impostos retidos, cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, COFINS, IPI, Imposto sobre Operações Financeiras, correção monetária, Programa de Integração Social e outras questões tributárias. Em 31 de dezembro de 2014 os valores em disputas materiais relacionados a COFINS totalizavam cerca de R\$ 271,4 milhões. Em 2014, a Braskem pagou dívidas relacionadas aos valores discutidos de IPI, no valor de R\$ 111,0 milhões. Com relação ao valor ainda em discussão, acreditamos que a possibilidade de perda nesse processo seja possível e, em 31 de dezembro de 2014, não reconhecemos nenhuma provisão com relação ao mesmo.

Em dezembro de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que a amortização do ágio reconhecido em 2002 e 2003 no âmbito da compra de ações das nossas então controladas como parte do processo de constituição da Braskem não era dedutível para fins de cálculo do nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O valor em discussão é de R\$ 465,0 milhões, inclusos os juros e multas. Acreditamos que as alegações baseiam-se em erros de interpretação tanto da lei aplicável quanto dos fatos geradores pelas autoridades fiscais e que os fatos relacionados ao questionamento já tenham prescrito. Pretendemos nos defender veementemente em tal processo. Acreditamos que as chances de sucesso são prováveis e não constituímos provisão a esse respeito.

Em dezembro de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que os prejuízos fiscais compensados no exercício fiscal findo em 30 de setembro de 2008 pela Ipiranga Petroquímica S.A. (incorporada pela Braskem em 30 de setembro de 2008) ultrapassavam o limite de 30% dos lucros tributáveis em um mesmo ano, conforme previsto na legislação fiscal brasileira. O valor em discussão é de R\$ 278,6 milhões, inclusos os juros e multas. Acreditamos que o limite de 30% não se aplica no caso da incorporação da entidade pagadora de impostos e que os fatos geradores já tenham prescrito. Pretendemos nos defender veementemente em tal processo. Acreditamos que as chances de sucesso são prováveis e não constituímos provisão a esse respeito.

Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, que alegou que os prejuízos com despesas financeiras e variações cambiais registrados pela Braskem em relação ao endividamento da Ipiranga Petroquímica anteriormente à sua incorporação pela Braskem não eram dedutíveis para fins de cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Conseqüentemente, o auto de infração alega que o valor de R\$ 169,1 milhões não era dedutível para fins fiscais, o que teria reduzido nossos prejuízos fiscais no ano de 2008 pelo mesmo valor. Uma vez que o nosso prejuízo no ano de 2008 foi superior a R\$ 169,1 milhões, o auto não previu o pagamento de impostos, juros ou multas. Acreditamos que tal auto de infração não possua bases legais consistentes e pretendemos nos defender veementemente em tal processo. Acreditamos que as chances de sucesso são prováveis e não constituímos provisão a esse respeito.

Processos trabalhistas

Reinvindicações de horas extras

No final de setembro de 2010, recebemos uma notificação nos avisando de que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas de Triunfo havia ajuizado processo contra a Companhia alegando que havíamos infringido um acordo relativo ao pagamento de horas extras na planta de insumos básico do Polo de Triunfo. A ação reivindica indenização de R\$ 331,0 milhões, corrigidos retroativamente pela inflação e pela taxa referencial. Apresentamos nossa defesa e recebemos uma decisão favorável emitida pelo tribunal superior do trabalho, da qual o Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Petroquímicas de Triunfo recorreu. Acreditamos que a perda da causa é possível.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas de Triunfo ajuizou processos similares no segundo trimestre de 2005 exigindo o pagamento de horas extras no total de R\$ 840,0 milhões. Tais processos estão pendentes. Acreditamos que as chances de perda sejam remotas com relação a R\$749,5 milhões das alegações, possível com relação aos R\$ 40,0 milhões e provável com relação a R\$ 50,5 milhões.

Processos trabalhistas, de saúde e segurança ocupacional

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia era parte em aproximadamente 2.428 processos trabalhistas, de saúde e segurança ocupacional, cujas demandas perfaziam cerca de R\$ 876,3 milhões. Constituímos provisão para essas demandas no valor total de R\$ 145,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Não acreditamos que tais processos terão efeito adverso relevante sobre nossos negócios, situação financeira ou operações.

Seguro Social

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era parte em 50 processos de seguro social com valor total exigido de aproximadamente R\$ 144,0 milhões. Acreditamos que a possibilidade de perda nesses processos seja possível e portanto não estabelecemos provisão para tais processos.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era ré em duas ações cíveis ajuizadas por uma ex-distribuidora de soda cáustica, seu acionista controlador e uma antiga transportadora, em razão de descumprimento do contrato de distribuição de soda cáustica. Os danos reivindicados nessas ações totalizaram o montante de R\$ 112,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essas ações estão pendentes e a administração acredita que a chance de perda nesses processos seja possível.

Dividendos e política de dividendos

Pagamento de dividendos

Historicamente, a nossa política de distribuição de dividendos tem incluído a distribuição de dividendos periódicos, com base em balanços patrimoniais anuais aprovados por nosso Conselho de Administração. Quando pagamos dividendos em base anual, estes são declarados em nossa assembleia geral ordinária, que a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social exigem que seja realizada até 30 de abril de cada ano. Quando declaramos dividendos, em geral temos que pagá-los em 60 dias a contar de sua declaração, salvo se houver deliberação dos acionistas estabelecendo outra data de pagamento. De qualquer forma, se declararmos dividendos, devemos pagá-los até o final do exercício fiscal com relação ao qual foram declarados. Qualquer acionista registrado como tal na época da distribuição de dividendos fará jus aos mesmos. O pagamento de nossos dividendos anuais toma por base nossas demonstrações financeiras auditadas, elaboradas com referência ao exercício fiscal imediatamente anterior.

Nosso conselho de administração poderá declarar dividendos intercalares com base nos lucros acumulados ou nos lucros realizados que constam das demonstrações financeiras anuais ou semestrais, aprovadas pelos detentores de nossas ações ordinárias. Adicionalmente, podemos pagar dividendos com a utilização do lucro líquido com base em nossas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas. Tais dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados em nossas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares poderá ser compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

A tabela abaixo apresenta os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos aos detentores de ações ordinárias, ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B desde 1º de janeiro de 2010 em reais e em dólares norte-americanos convertidos à taxa comercial para venda em vigor à data de pagamento.

Ano	Data do pagamento	Moeda nominal brasileira por			Equivalente em US\$ por		
		Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B
2011	10 de maio de 2011	0,83	0,83	0,60	0,52	0,52	0,37
2012	19 de novembro de 2012	0,61	0,61	0,61	0,29	0,29	0,29
2014	23 de abril de 2014	0,61	0,61	0,61	0,27	0,27	0,27

Em 09 de abril de 2015, nossos acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$ 0,61 por ação e R\$ 1,21 por ADR relativos ao exercício de 2014. O pagamento de dividendos deve ter início a partir de 23 de abril de 2015.

A discussão que se segue resume as principais disposições da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social no que diz respeito à distribuição de dividendos, inclusive disposições acerca de juros sobre capital próprio.

Cálculo do lucro líquido ajustado

Em cada assembleia geral ordinária, nosso conselho de administração deve recomendar como alocar o nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior, recomendação essa que nossa diretoria inicialmente submete à aprovação do nosso conselho de administração. Tal alocação está sujeita à aprovação dos detentores de nossas ações ordinárias. A Lei das Sociedades por Ações define "lucro líquido" de qualquer exercício social como o lucro líquido após impostos de renda no exercício fiscal em questão, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios fiscais anteriores e de quaisquer valores destinados à participação de empregados em nosso lucro líquido no exercício fiscal em questão. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, nosso lucro líquido ajustado e passível de distribuição é igual ao nosso lucro líquido em qualquer exercício fiscal, reduzido por valores destinados à nossa reserva legal e outras reservas pertinentes e aumentado por quaisquer reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores.

Contas de reserva

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social, somos obrigados a manter uma reserva legal. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações faculta-nos estabelecer as seguintes reservas discricionárias:

- reserva de contingências em função de prejuízos previstos cuja ocorrência seja provável em exercícios futuros. Qualquer valor desta forma destinado em um ano anterior deverá ser revertido no exercício fiscal em que o prejuízo tenha sido previsto, caso o prejuízo não ocorra conforme projetado, ou baixado, na hipótese de ocorrer o prejuízo previsto;

- reserva destinada a projetos de investimento com base no orçamento de capital aprovado pelos nossos acionistas;
- reserva de lucros não realizados conforme descrita em "Distribuições Obrigatórias" abaixo e;
- reserva para investimentos decorrentes de incentivos fiscais em valor correspondente à redução em nosso imposto de renda devido em razão de programas governamentais de incentivos fiscais. Vide nota explicativa 23(c) às nossas demonstrações financeiras auditadas consolidadas inclusas neste relatório.

As alocações para cada uma dessas reservas (salvo a reserva legal) estão sujeitas à aprovação dos detentores de nossas ações ordinárias em votação a ser conduzida durante a assembleia geral ordinária.

Conta de reserva legal

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso estatuto social, devemos destinar 5% de nosso lucro líquido de cada exercício fiscal para a reserva legal até que o valor total da nossa reserva legal seja igual a 20% do nosso capital integralizado. Entretanto, não estamos obrigados a efetuar quaisquer destinações à nossa reserva legal em exercício fiscal no qual a nossa reserva legal, quando acrescida às outras reservas, exceda 30% do total de nosso patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo na conta de reserva legal era de R\$44,6 milhões.

Dividendo preferencial das ações preferenciais

Nos termos dos estatutos da Companhia, os titulares de ações preferenciais têm direito a um Dividendo Preferencial Mínimo equivalente a 6% do valor contábil de tais ações, antes do pagamento de dividendos aos acionistas ordinários. As distribuições de dividendos em qualquer ano dado são efetuadas:

- primeiramente, aos detentores de ações preferenciais, até o valor do Dividendo Preferencial Mínimo daquele ano;
- em seguida, aos detentores de ações ordinárias, até o valor distribuído com relação a cada ação ordinária ser equivalente ao valor distribuído com relação a cada ação preferencial e
- subsequentemente, aos titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, em termos proporcionais.

Os acionistas titulares de ações preferenciais classe B não têm direito a receber nenhum valor adicional de dividendo, já que receberam o dividendo preferencial. Se o Dividendo Preferencial Mínimo não for pago por um período de três anos, os titulares de ações preferenciais passam a ter plenos poderes de voto.

Distribuições obrigatórias

Conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações, nosso estatuto social especifica que 25% de nosso lucro líquido ajustado de cada exercício fiscal deve ser distribuído para os acionistas na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Referimo-nos a esse valor como valor de distribuição obrigatória.

Nos termos da Lei de Sociedades por Ações, o montante do valor de distribuição obrigatória que exceder a parcela realizada do lucro líquido de qualquer ano específico poderá ser alocado à reserva de lucros não realizados, e a distribuição obrigatória poderá se limitar à parcela realizada do lucro líquido. A parcela realizada do lucro líquido é o montante no qual o lucro líquido exceder a soma de (1) nossos resultados líquidos positivos, se houver, pelo método contábil de equivalência patrimonial para ganhos e perdas de nossas subsidiárias e determinadas empresas coligadas, e (2) lucro, ganho ou receita obtidos em operações com vencimento após o encerramento do exercício fiscal subsequente. Uma vez que os valores alocados à reserva de lucros não realizados são realizados em anos posteriores, tais valores deverão ser acrescidos ao pagamento de dividendo referente ao ano de realização.

A Lei das Sociedades por Ações permite-nos a suspensão da distribuição obrigatória se nosso conselho de administração relatar à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira à ocasião. Qualquer suspensão da distribuição obrigatória deverá ser apreciada por nosso conselho fiscal. Ademais, nossa administração deverá também apresentar à Comissão de Valores Mobiliários as razões para a suspensão da distribuição obrigatória. O lucro líquido não distribuído por nossa companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a nossa situação financeira permitir. No caso de nossas reservas de lucro, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações,

exceder nosso capital social, o excesso deverá ser creditado ao patrimônio líquido ou utilizado para pagamento de distribuições.

Juros sobre o capital próprio

As empresas brasileiras, inclusive a Companhia, podem pagar juros sobre capital próprio como forma alternativa ao pagamento de dividendos aos acionistas. Esses pagamentos poderão ser deduzidos no cálculo do imposto de renda e contribuição social brasileiros. A taxa de juros aplicada a tais distribuições não pode, de modo geral, exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo, para o período pertinente. O valor dos juros pagos que podemos deduzir para fins fiscais não pode exceder o maior dos seguintes valores:

- 50% do nosso lucro líquido (após dedução da provisão de contribuição social e antes da dedução da provisão de imposto de renda de pessoa jurídica) antes de se levar em conta qualquer distribuição no período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e
- 50% do valor da soma dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a detentores de ações ordinárias, ações preferenciais ou ADSs, quer sejam ou não residentes no Brasil, é sujeito ao pagamento de imposto retido na fonte brasileiro à alíquota de 15%, ficando estabelecido que será aplicada alíquota de imposto retido na fonte de 25% caso a pessoa que receber os juros seja residente de jurisdição tida como paraíso fiscal. Será considerado paraíso fiscal qualquer país que (1) não cobra imposto de renda ou cuja alíquota do imposto de renda seja inferior a 20% ou (2) não permita a divulgação da identidade dos acionistas de entidades constituídas em sua jurisdição. Vide "Item 10. Informações adicionais—Tributação—Considerações sobre tributos brasileiros." Nos termos de nosso Estatuto Social, podemos incluir o valor distribuído a acionistas como juros sobre capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, como parte da distribuição obrigatória de dividendos.

Mudanças significativas

Com exceção do que foi divulgado neste relatório anual, não ocorreu nenhuma mudança significativa desde a data das demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas no relatório anual.

ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM

Mercados de negociação das ações da Companhia

O principal mercado de negociação das nossas ações ordinárias, ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B é a BM&FBOVESPA, onde elas são negociadas respectivamente sob os símbolos “BRKM3”, “BRKM5” e “BRKM6”. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA em 11 de novembro de 1980 e as ações preferenciais classe B, em 19 de agosto de 1983.

Em 21 de dezembro de 1998, ADSs representativas das nossas ações preferenciais classe A começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). Nossas ADSs são negociadas sob o símbolo “BAK”. Em 31 de dezembro de 2014, havia 16.817.133 ADSs em circulação, representando 33.634.266 ações preferenciais classe A, ou 9,7% das ações preferenciais classe A em circulação. Cada ADS representa duas ações preferenciais classe A.

Em 8 de outubro de 2003, listamos nossas ações preferenciais classe A no LATIBEX, mercado de ações de emitentes da América Latina que é cotado em euros na Bolsa de Valores de Madri, sob o símbolo "XBRK". Tais ações preferenciais classe A são negociadas no LATIBEX em lotes de uma ação.

Histórico do preço das ações preferenciais classe A e das ADSs

As tabelas a seguir apresentam os preços de venda máximos e mínimos das ações preferenciais classe A da Companhia no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA e os preços de venda máximos e mínimos no fechamento do pregão de nossas ADSs na NYSE nos períodos indicados.

	BM&FBOVESPA		NYSE	
	Preço de fechamento de ações preferencial classe A		Preço de fechamento por ADS	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
	(em reais)		(em dólares)	
2010.....	R\$19,85	R\$9,74	R\$24,62	R\$10,77
2011.....	25,00	12,80	32,15	13,91
2012.....	16,60	10,48	18,58	10,54
2013.....	21,18	13,32	18,40	13,34
2014.....	20,61	13,73	17,41	12,30
	BM&FBOVESPA		NYSE	
	Preço de fechamento de ações preferencial classe A		Preço de fechamento por ADS	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
	(em reais)		(em dólares)	
2013				
Primeiro Trimestre	R\$15,31	R\$13,32	R\$15,51	R\$13,34
Segundo Trimestre	17,40	13,60	17,65	13,61
Terceiro Trimestre	18,63	15,78	16,82	13,91
Quarto Trimestre	21,18	17,90	18,40	16,27
2014				
Primeiro Trimestre	20,61	15,45	17,41	12,75
Segundo Trimestre	17,59	14,09	15,72	12,85
Terceiro Trimestre	16,20	13,73	14,12	12,30
Quarto Trimestre	19,45	16,06	15,44	12,42
2015				
Primeiro Trimestre	17,41	10,35	12,82	6,53
Seis últimos meses				
Setembro de 2014.....	16,20	14,94	14,12	13,02
Outubro de 2014.....	18,13	16,06	14,67	13,11
Novembro de 2014.....	19,45	18,25	15,44	14,22
Dezembro de 2014.....	19,30	16,79	14,98	12,42
Janeiro de 2015.....	17,41	11,91	12,82	9,27
Fevereiro de 2015.....	13,30	12,40	9,80	8,73
Março de 2015.....	13,84	10,35	8,85	6,53
Abril de 2015 (até 20 de abril).....	12,03	10,45	7,80	6,65

Fonte: Economática Ltda./ Bloomberg

Em 20 de abril de 2015, o preço de venda de fechamento das:

- nossas ações preferenciais classe A na BM&FBOVESPA era de R\$ 11,98 por ação;
- nossas ações preferenciais classe A na LATIBEX era de € 3,70 por ação; e
- ADSs na NYSE era de US\$ 7,80 por ADS.

Regulamentação do mercado de valores mobiliários brasileiro

O mercado de valores mobiliários brasileiro é regulado pela Comissão de Valores Mobiliários que tem competência sobre as bolsas de valores e o mercado de valores mobiliários em geral pelo Conselho Monetário Nacional, e pelo Banco Central, que possui, entre outros, poderes para autorizar a constituição e o funcionamento de sociedades

corretoras de valores mobiliários, e que regula investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado de valores mobiliários é regido (1) pela Lei no. 6.385, com alterações e complementações, que é a principal lei que rege os mercados de valores mobiliários do país e é aqui designada Lei dos Mercados de Valores Mobiliários; (2) Lei das Sociedades por Ações e (3) regulamentos emitidos pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central.

Negociações na BM&FBOVESPA

Visão geral da BM&FBOVESPA

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BM&FBOVESPA foi reorganizada, mediante a assinatura de um memorando de entendimentos pelas bolsas de valores brasileiras. Após essa reorganização, a BM&FBOVESPA era uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de suas corretoras membros e a negociação na BM&FBOVESPA era restrita a tais corretoras membros e um pequeno número de não membros autorizados. Nos termos do memorando, todos os valores mobiliários passaram a ser negociados unicamente na BM&FBOVESPA, com exceção de títulos da dívida pública negociados eletronicamente e leilões de privatização, que são realizados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Regulamentação de investimentos estrangeiros

A negociação na BM&FBOVESPA por detentores não considerados como domiciliados no Brasil para fins fiscais e regulatórios do País, ou Detentor Não-Brasileiro, está sujeita a certas limitações nos termos da regulamentação brasileira sobre investimento estrangeiro. Salvo exceções limitadas, só é facultado a Detentores Não-Brasileiros negociar na BM&FBOVESPA em conformidade com os requisitos da Resolução no. 2.689 do Conselho Monetário Nacional. A Resolução CMN no. 2.689 exigiu que os valores mobiliários detidos por Detentores Não-Brasileiros sejam mantidos sob custódia de ou em contas de depósito junto a, instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários. Ademais, a Resolução CMN no. 2.689 exigiu que Detentores Não-Brasileiros restrinjam suas negociações de valores mobiliários a transações realizadas na BM&FBOVESPA ou em mercados de balcão organizados. Salvo exceções limitadas, Detentores Não-Brasileiros não poderão transferir a titularidade de investimentos efetuados nos termos da Resolução CMN no. 2.689 a outros detentores não brasileiros por meio de operações privadas. Vide "Item 10. Informações adicionais—Controles cambiais" para mais informações sobre a Resolução 2.689 e "Item 10. Informações adicionais—Tributação—Considerações sobre tributos brasileiros—Tributação de ganhos no Brasil" para uma descrição de alguns dos benefícios fiscais concedidos a Detentores Não-Brasileiros habilitados de acordo com a Resolução 2.689.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Introdução

Em 20 de abril de 2015, possuíamos ações em circulação no valor total de R\$8.043.222.080,50, equivalentes a um total de 797.265.348 ações em circulação, sendo 451.668.652 ações ordinárias, 345.002.878 ações preferenciais classe A e 593.818 ações preferenciais classe B, incluindo 1.154.758 ações preferenciais classe A mantidas em tesouraria. O capital em circulação está totalmente integralizado. As ações da Companhia não têm valor nominal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o número total das nossas ações preferenciais classe A e classe B sem direito a voto ou com voto restrito não pode exceder dois terços do total de nossas ações em circulação.

Descrição do Estatuto Social da Companhia

Segue abaixo um sumário das disposições relevantes de nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações. No Brasil, o Estatuto Social constitui o principal documento que rege uma sociedade por ações.

Objeto social

Nosso Estatuto Social estabelece no artigo 2º que nosso objeto social inclui o seguinte:

- fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos e derivados de petroquímicos;
- produção, distribuição e comercialização de utilidades, tais como: fornecimento de vapor, água, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de diversos serviços industriais;
- produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para consumo próprio e para outras empresas;
- participação em outras sociedades, de acordo com a Lei no. 6.404/76, como quotista ou acionista; e
- fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, GLP e outros derivados de petróleo.

Conselho de Administração

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, quaisquer matérias sujeitas à aprovação do conselho de administração poderão ser aprovadas por maioria simples de votos dos membros presentes em reunião devidamente convocada, a menos que nosso Estatuto Social estabeleça de outra forma. Nos termos do nosso Estatuto Social, o conselho de administração apenas poderá deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente em reunião devidamente convocada. Quaisquer deliberações do conselho de administração poderão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes na reunião, ressalvando-se que determinados assuntos deverão ser aprovados por acordo mútuo entre as partes do Acordo de Acionistas da Petrobras. Vide "Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas—Acordo de Acionistas da Petrobras". Os membros do nosso conselho de administração são eleitos pela assembleia geral de acionistas para um mandato unificado de dois anos. Nosso Estatuto Social não exige que os membros do conselho de administração sejam residentes no Brasil ou acionista da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações exige que nossos diretores residam no Brasil. Nos termos do nosso Estatuto Social, nossos acionistas ordinários aprovam a remuneração global devida aos conselheiros, diretores e membros do conselho fiscal. Observada esta aprovação, o conselho de administração fixa a remuneração dos seus membros e dos diretores "Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários—Remuneração." Nem a Lei das Sociedades por Ações nem nosso Estatuto Social estabelecem qualquer idade para aposentadoria compulsória de nossos conselheiros ou diretores.

Capital social

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o número de ações sem direito a voto ou ações com direitos de voto restritos, tais como as ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B por nós emitidas, não poderá exceder dois terços do número total das ações emitidas. Cada ação ordinária confere a seu detentor direito a um voto em nossas assembleias gerais. Os detentores de ações ordinárias não fazem jus a qualquer preferência no que diz respeito a nossos dividendos ou a outras distribuições ou de outra forma em caso de liquidação. Nossas ações preferenciais classe A e as

ações preferenciais classe B não têm direito de voto, exceto em circunstâncias limitadas e têm prioridade sobre nossas ações ordinárias no caso de liquidação. Vide em "—Direitos de voto—Liquidação" informações acerca das preferências na liquidação das nossas ações preferenciais e no "Item 8. Informações financeiras—Dividendos e política de dividendos—Cálculo do lucro líquido ajustado" e "Item 8. Informações financeiras—Dividendos e política de dividendos—Preferência de dividendos das ações preferenciais" informações relativas às preferências de distribuição de nossas ações preferenciais.

Assembleias gerais

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas devem realizar assembleia geral ordinária até 30 de abril de cada ano para votar as seguintes matérias:

- aprovação ou rejeição das Demonstrações Financeiras aprovadas pelo nosso conselho de administração e diretoria, inclusive a recomendação quanto à destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; e
- eleição dos membros do nosso conselho de administração (quando da expiração do mandato de dois anos) e dos membros do nosso conselho fiscal, observado o direito dos nossos acionistas minoritários de eleger membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

Além das assembleias gerais ordinárias, os acionistas detentores de nossas ações ordinárias terão poderes para deliberar quaisquer matérias atinentes a alterações dos nossos objetos e finalidades bem como para aprovar quaisquer deliberações que julguem necessárias para proteção e melhoria do nosso desenvolvimento, sempre que os interesses da Companhia, exigirem, por meio de assembleias gerais extraordinárias.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas detentores de ações ordinárias terão poderes, entre outros, para votar as seguintes matérias em assembleias gerais:

- alteração do nosso Estatuto Social;
- aprovação de qualquer aumento de capital que supere o valor do capital autorizado;
- aprovação de qualquer redução de capital;
- aprovação ou rejeição da avaliação dos ativos conferidos por qualquer dos acionistas para integralização de nosso capital social;
- suspensão dos direitos de qualquer acionista que tenha incorrido em inadimplemento das obrigações estabelecidas em lei ou no nosso Estatuto Social;
- autorização da emissão de debêntures conversíveis;
- aprovação de qualquer transformação, ou qualquer incorporação, fusão ou cisão que nos envolva;
- autorização de nossa dissolução e liquidação; eleição e destituição dos liquidantes indicados para a dissolução ou liquidação e exame de suas contas;
- participação em grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações);
- aprovação da remuneração global a ser paga aos nossos conselheiros e diretores;
- autorização da administração para nos declarar insolventes, falidos ou para requerer concordata;
- eleger e substituir membros do conselho de administração e conselho fiscal;
- alterar o número de membros do conselho de administração;
- modificar a política de dividendos; e
- autorizar o cancelamento do registro de nossas ações.

Convocamos nossas assembleias gerais, inclusive a assembleia geral ordinária, mediante a publicação de aviso no Diário Oficial do estado da Bahia e em, pelo menos, um jornal adicional indicado pelos acionistas de grande circulação na Bahia, local em que mantemos nossa sede. Quando da primeira convocação de qualquer assembleia, o aviso deverá ser publicado no mínimo três vezes, a primeira das quais, com antecedência mínima de 15 dias corridos da data programada para a assembleia. O aviso deverá conter data, local, horário, ordem do dia da assembleia e, no caso de proposta de alteração do Estatuto Social, indicação da matéria da alteração proposta.

A fim de que seja aprovada deliberação válida em assembleia geral, os acionistas que representem no mínimo um quarto das nossas ações ordinárias emitidas e em circulação deverão estar presentes em primeira convocação. Contudo, os acionistas que representem pelo menos dois terços das nossas ações ordinárias emitidas e em circulação deverão estar presentes em assembleia geral que vise à alteração do Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação, o conselho de administração poderá realizar segunda convocação mediante a publicação de aviso conforme descrito acima com, no mínimo, oito dias corridos de antecedência da assembleia programada. As exigências de quórum de instalação não se aplicam à assembleia em segunda convocação, quando as assembleias gerais serão abertas com a presença de acionistas que representem qualquer número de ações (observadas as exigências de voto para a aprovação de certas matérias que constam abaixo). Qualquer acionista sem direito a voto poderá comparecer a assembleia geral e participar do debate das matérias submetidas à apreciação da assembleia

Direitos de voto

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, cada uma das nossas ações ordinárias confere direito a um voto na assembleia geral. As ações preferenciais de modo geral não conferem direitos de voto, exceto em circunstâncias limitadas. Não poderemos restringir ou negar quaisquer direitos de voto sem o consentimento da maioria das ações afetadas. Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tiverem direito de voto, cada ação terá direito a um voto.

Direitos de preferência

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, cada um dos nossos acionistas tem direito de preferência para subscrever ações ou valores mobiliários conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações detidas pelo acionista em questão. Contudo, nos termos do nosso Estatuto Social, os detentores de ações preferenciais classe B não têm tais direitos de preferência. Na hipótese de aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais classe A, os detentores de ações preferenciais classe A farão jus a direito de preferência na subscrição somente das novas ações preferenciais classe A emitidas. Na hipótese de aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações preferenciais classe A, os detentores de ações preferenciais classe A farão jus a direito de preferência na subscrição de quaisquer novas ações preferenciais classe A na proporção do número de ações que detenham, e na subscrição de ações ordinárias somente na medida necessária para impedir a diluição de sua participação na totalidade do nosso capital.

Nos termos do nosso Estatuto Social, exceto quando da emissão de ações com direito a voto ou de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, o conselho de administração ou os acionistas, conforme o caso, poderão decidir reduzir o prazo ou não conceder direitos de preferência aos nossos acionistas em caso de qualquer emissão de ações sem direito de voto, debêntures conversíveis em ações sem direito de voto ou bônus de subscrição realizada no âmbito de oferta pública para aquisição do controle de outra sociedade ou no âmbito de uma oferta pública ou por meio de bolsa de valores. Os direitos de preferência poderão ser transferidos a terceiros e deverão ser exercidos pelo prazo mínimo de 30 dias após a publicação de aviso de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Os detentores de ADSs poderão ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência referentes às nossas ações preferenciais classe A subjacentes aos seus ADSs a menos que termo de registro ao amparo do Securities Act esteja em vigor no que respeita a tais direitos ou uma isenção das exigências de registro do Securities Act esteja disponível. Não somos obrigados a protocolar registro no que concerne às ações relativamente a tais direitos de preferência ou tomar qualquer outra medida para disponibilizar os direitos de preferência aos detentores de ADSs, e podemos nem mesmo protocolar um registro.

Resgate, amortização, ofertas públicas e direitos de retirada

Nosso Estatuto Social ou os acionistas, em assembleia geral, poderão autorizar a utilização de lucros ou reservas para resgate ou amortização de ações de conformidade com condições e procedimentos estabelecidos para o resgate ou amortização. A Lei das Sociedades por Ações define resgate de ações como o pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, com ou sem a correspondente redução do nosso capital social. A Lei das Sociedades por Ações define amortização como a distribuição aos acionistas, sem redução correspondente do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de nossa liquidação. Se tiver sido efetuada amortização antes da nossa eventual liquidação, os acionistas que não tiverem participado da operação de amortização receberão parcela proporcional do valor que teriam recebido se tivessem recebido distribuição a título de amortização.

A Lei das Sociedades por Ações autoriza-nos a resgatar ações não detidas pelo acionista controlador se, subsequentemente à oferta pública, em razão de fechamento do capital ou redução substancial da liquidez das ações, os

nossos acionistas controladores aumentarem sua participação no capital social total da Companhia para mais do que 95%. Nessa hipótese, o preço de resgate seria o mesmo preço pago pelas ações na oferta pública.

Direitos de retirada

A Lei das Sociedades por Ações dispõe que, em certas circunstâncias limitadas, um acionista dissidente poderá se retirar de nossa companhia e ser por nós reembolsado pelo valor das ações ordinárias ou ações preferenciais por ele detidas.

Este direito de retirada poderá ser exercido pelos detentores das ações ordinárias ou preferenciais prejudicadas se aprovarmos:

- a criação de uma nova classe de ações preferenciais mais favorecida do que as classes existentes de ações preferenciais;
- o aumento das classes existentes de ações preferenciais em relação às demais classes de ações preferenciais (salvo se já previsto ou autorizado pelo nosso Estatuto Social); ou
- a modificação de preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de nossas ações preferenciais.

Ademais, os detentores de ações ordinárias e ações preferenciais poderão exercer seu direito de retirada, caso decidamos proceder a qualquer das operações a seguir:

- nossa incorporação por outra companhia ou nossa fusão em outra companhia em uma operação na qual a nossa companhia não seja a incorporadora;
- transferência de todas as nossas ações para outra companhia ou aquisição de todas as ações de outra companhia ("incorporação de ações");
- participação em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- redução da distribuição obrigatória de dividendos;
- alteração do nosso objeto social; ou
- cisão de parte de nossa companhia.

Apenas os acionistas que detiverem nossas ações na data da primeira publicação do edital de convocação da respectiva assembleia geral ou da comunicação do fato relevante objeto da deliberação, se anterior, farão jus a direitos de retirada.

Os acionistas não farão jus a esse direito de retirada, se as ações da entidade resultante de incorporação, fusão, consolidação de nossa companhia ou a participação de nossa companhia em um grupo de sociedades tiverem liquidez mínima no mercado e dispersão entre um número suficiente de acionistas. Neste sentido, as ações que são parte de índices gerais representativos de carteiras de valores mobiliários negociados no Brasil ou no exterior são consideradas líquidas, e existirá dispersão quando o acionista controlador detiver menos da metade da espécie ou classe de ação em circulação. No caso de cisão, o direito de retirada somente existirá, se houver mudança significativa do objeto social ou redução do dividendo obrigatório.

O reembolso de ações decorrente do exercício de direito de retirada deverá ser efetuado pelo valor contábil por ação, determinado com base em nosso mais recente balanço patrimonial auditado, aprovado por nossos acionistas dissidentes. No entanto, se a assembleia geral que aprovar a deliberação que der ensejo a direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias do nosso mais recente balanço patrimonial auditado aprovado por nossos acionistas, os acionistas poderão exigir que suas ações sejam avaliadas com base em balanço patrimonial especialmente levantado para tal finalidade. O direito de retirada caducará 30 dias a contar da data da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado uma das matérias descritas acima. Nossos acionistas poderão reconsiderar qualquer deliberação que dê ensejo a direito de retirada dentro de 10 dias a contar do final do prazo de exercício do direito de retirada se acreditarmos que a retirada dos acionistas dissidentes porá em risco nossa estabilidade financeira.

Divulgação de titularidade de ações

A legislação brasileira exige que (1) cada um dos nossos acionistas controladores, direta ou indiretamente, (2) os acionistas que elegeram membros do conselho de administração, (3) qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando pessoa que direta ou indiretamente tenha adquirido ou vendido participação correspondente a pelo menos 5,0% do número total de nossas ações de qualquer espécie ou classe, deverá divulgar sua titularidade ou alienação de ações à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA. Além disso, um fato relevante contendo determinadas informações exigidas em lei deverá ser publicado nos jornais de grande circulação geralmente utilizados pela Companhia e/ou em websites que disponibilizam as informações integralmente e livre de cobrança

Nossos acionistas controladores da Companhia, acionistas que nomearem membros do nosso conselho de administração ou conselho fiscal, e membros do conselho de administração, diretoria ou conselho fiscal deverão imediatamente informar qualquer alteração em suas titularidades de nossas ações junto à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores brasileiras nas quais os nossos valores mobiliários forem negociados.

Forma e transferência

Nossas ações preferenciais e ações ordinárias encontram-se registradas em forma escritural em nome de cada acionista ou pessoa por ele indicada. A transferência das nossas ações é regida pelo art. 35 da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a transferência de ações em que se deve ser efetuada pelo nosso agente de escrituração, o Banco Itaú S.A., mediante lançamento por ele efetuado em seus livros, à vista de instruções escritas válidas de transferência de ações à Companhia pelo alienante ou por seu representante. Quando ações preferenciais ou ordinárias são adquiridas ou vendidas em bolsas de valores brasileiras, a transferência é efetuada nos livros de registro de nosso agente de transferência por representante de corretora de valores mobiliários ou sistema de compensação da bolsa de valores. O agente de transferência também executa todos os serviços de custódia de nossas ações. As transferências de ações por parte de investidor não brasileiro são realizadas da mesma maneira e são executadas por conta do investidor por seu agente local. Se o investimento original tiver sido registrado no Banco Central de acordo com a legislação sobre investimentos estrangeiros, o investidor estrangeiro também é obrigado a alterar, se necessário, por intermédio de seu agente local, o certificado de registro eletrônico de modo a refletir a nova titularidade.

A BM&FBOVESPA opera um sistema de compensação central. O detentor das nossas ações pode optar, a seu critério, por participar desse sistema, e todas as ações que o acionista optar por colocar no sistema são depositadas em custódia na câmara de liquidação e custódia da BM&FBOVESPA (por intermédio de instituição brasileira que esteja devidamente credenciada a operar pelo Banco Central e mantenha conta de compensação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia). As ações objeto de custódia da câmara de liquidação e custódia da BM&FBOVESPA deverão constar como tal em nossos livros de registro de acionistas mantido junto ao agente de escrituração. Cada acionista participante, por sua vez, será inscrito nos livros de registro da câmara de liquidação e custódia da BM&FBOVESPA, sendo tratado da mesma maneira que os acionistas registrados diretamente em nossos livros.

Contratos relevantes

Não celebramos outro contrato relevante além daqueles que constam em outra parte deste relatório anual ou que foram celebrados no curso normal dos negócios.

Controles cambiais

Não há restrições à titularidade ou votação do capital social da Braskem por parte de pessoas físicas ou pessoas jurídicas domiciliadas fora do Brasil. No entanto, o direito de converter pagamentos de dividendo e produto da venda do capital social da Companhia em moeda estrangeira e remeter os respectivos valores para o exterior está sujeito a restrições nos termos da legislação referente a investimento estrangeiro que, em geral, requer, entre outras disposições, o registro do investimento pertinente no Banco Central e na CVM.

Os investimentos em ações preferenciais classe A da Companhia por (1) um titular não considerado domiciliado no Brasil para fins tributários brasileiros, (2) um detentor não brasileiro registrado junto à CVM de acordo com a Resolução nº 2.689 ou (3) o depositário, estão habilitados para registro no Banco Central. Esse registro (o valor registrado é aqui designado capital registrado) possibilita a remessa de divisas para fora do Brasil, convertidas à taxa comercial, adquiridas com recursos de distribuições e valores obtidos em alienações de ações preferenciais classe A.

A Resolução nº 1.927 do Conselho Monetário Nacional, com alterações, prevê a emissão de recibos de depositários em mercados estrangeiros com relação a ações de emissores brasileiros. Essa Resolução reformula e altera o Anexo V à Resolução nº 1.289 do Conselho Monetário Nacional, conhecido como Regulamentos do Anexo V. O programa de ADSs foi aprovado de acordo com os Regulamentos do Anexo V pelo Banco Central e pela CVM antes da emissão das ADSs. Desta forma, a receita da venda de ADSs por detentores de ADSs fora do Brasil não está sujeita aos controles brasileiros sobre investimento estrangeiro, e os detentores de ADSs não residentes em um “paraíso fiscal” fazem jus a tratamento tributário favorável. Vide “Tributação-Considerações sobre impostos brasileiros”.

Pagamos dividendos e outras distribuições em dinheiro relativos às ações preferenciais classe A em reais. Obtivemos um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central em nome do depositário com respeito às ADSs a serem mantidas pelo custodiante em nome do depositário. De acordo com esse registro, o custodiante pode converter dividendos e outras distribuições relativas às ações preferenciais classe A representadas por ADSs em moeda estrangeira e remeter esses recursos do Brasil para o depositário, para que este possa distribuir esses recursos aos titulares registrados de ADSs.

O registro de acordo com a Resolução nº 2.689 proporciona um tratamento tributário favorável a investidores em carteira não brasileiros que não sejam residentes em um paraíso fiscal, definido pela legislação tributária brasileira

como um país ou jurisdição que não cobra impostos ou no qual a alíquota máxima de impostos é inferior a 20% ou que restringe a divulgação da composição de acionistas ou da propriedade de investimentos. Vide “—Tributação-- Considerações sobre impostos brasileiros”.

Nos termos da Resolução 2.689, os investidores não brasileiros registrados na CVM podem investir em quase todos os ativos financeiros e realizar quase todas as operações disponibilizadas a investidores brasileiros nos mercados brasileiro financeiro e de capitais, sem a obtenção de um registro separado no Banco Central para cada operação, desde que sejam satisfeitos determinados requisitos. De acordo com a Resolução 2.689, a definição de investidor não brasileiro abrange pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos ou outras entidades de investimento coletivo, domiciliados ou sediados fora do Brasil.

A Resolução 2.689 determina que os investidores não brasileiros devem:

- nomear pelo menos um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos a seus investimentos;
- nomear um custodiante autorizado no Brasil para seus investimentos, que deve ser necessariamente uma instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central e pela CVM;
- preencher os formulários apropriados de registro de investidor estrangeiro;
- registrar-se como investidor não brasileiro na CVM;
- registrar seus investimentos no Banco Central; e
- obter um número de identificação de contribuinte das autoridades tributárias federais brasileiras.

Os valores mobiliários e outros ativos financeiros detidos por um investidor não brasileiro de acordo com a Resolução 2.689 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente autorizada pelo Banco central ou pela CVM ou registrados em sistemas de registro, compensação e custódia autorizados pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários mantidos de acordo com a Resolução n° 2.689 é restrita a operações realizadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizados licenciados pela CVM.

Os investidores estrangeiros diretos de acordo com a Lei n° 4.131 podem vender suas ações em operações privadas ou em mercados abertos, porém em geral ficam sujeitos a tratamento tributário menos favorável no tocante a ganhos relacionados a nossas ações preferenciais classe A. Vide “—Tributação—Considerações sobre tributos brasileiros”.

Investidores estrangeiros devem estar registrados na Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa 1.183 de 19 de agosto de 2011. O processo de registro é realizado pelo representante legal do investidor no Brasil.

Tributação

O sumário a seguir contém descrição das principais implicações referentes aos impostos de renda federal brasileiro e norte-americano da compra, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A e ADSs, contudo não pretende constituir descrição abrangente de todas as considerações sobre imposto porventura relevantes à decisão de compra de tal valor mobiliário.

Atualmente, não há nenhum tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos.

A descrição abaixo não pretende ser uma análise completa de todas as consequências fiscais relativas à aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs. Aconselhamos aos compradores potenciais de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs que consultem os seus próprios consultores fiscais sobre as consequências que a compra, titularidade ou alienação de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs poderiam desencadear nos termos das leis do Brasil, dos Estados Unidos da América ou de qualquer outra jurisdição em vista de suas circunstâncias particulares de investimento.

Considerações sobre tributos brasileiros

A exposição a seguir resume as principais implicações fiscais brasileiras da aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs por pessoa física ou jurídica, fideicomisso ou organização que não seja domiciliado ou residente no Brasil para fins de tributação no Brasil e, no caso de detentor de ações preferenciais classe A, que tenha

registrado seu investimento no Banco Central ou detentor não residente. A exposição a seguir é baseada nas leis tributárias brasileiras vigentes na data deste relatório, que estão sujeitas a alterações, com possíveis efeitos retroativos e diferentes interpretações. Ademais, a exposição não discorre acerca de todas as considerações sobre tributos no Brasil aplicáveis a quaisquer acionistas não residentes em particular, portanto cada acionista não residente deve procurar seu próprio consultor para questões tributárias com relação às implicações fiscais brasileiras decorrentes de investimentos nesses títulos.

Aquisição de ADSs ou ações preferenciais classe A

A aquisição de ADSs ou de ações preferenciais classe A por acionista não residente não constitui fato gerador de imposto no Brasil. Vide "—Tributação de ganhos fora do Brasil" para mais informações sobre as implicações fiscais decorrentes da permuta de ações preferenciais classe A por ADSs, bem como as decorrentes da permuta de ADSs por ações preferenciais classe A.

Tributação de dividendos

Os dividendos pagos por uma companhia brasileira relacionados a lucros gerados desde 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie ao depositário com relação às ações preferenciais classe A subjacentes às ADSs ou ao acionista não residente com relação a ações preferenciais classe A, não estão sujeitos a imposto retido na fonte no Brasil.

Os dividendos pagos a partir dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a várias alíquotas de imposto de renda retido na fonte no Brasil, de acordo com a legislação tributária aplicável a cada exercício correspondente.

Juros sobre o capital próprio

As distribuições de juros sobre capital próprio relativo às ações preferenciais classe A ou às ADSs estão sujeitas à retenção de imposto na fonte à alíquota de 15% (ou 25% no caso de um acionista não residente domiciliado em uma localidade, país ou jurisdição (1) que não imponha impostos sobre renda, (2) onde a alíquota máxima de imposto de renda seja menor do que 20% ou (3) cujas leis não permitam acesso a informações referentes à composição acionária, titularidade de investimentos ou identificação de beneficiários de rendimentos atribuídos a não residentes, ou jurisdição tributária favorável.

Desde 1997 e em conformidade com as Leis no. 9.249/95 e 9.430/96, podemos deduzir essas distribuições com a finalidade de calcular CSLL e os impostos de renda de pessoa jurídica que devemos pagar, desde que cada distribuição seja aprovada pelos nossos acionistas em assembleias ordinárias e esteja em conformidade com os limites estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

Pagamentos de juros sobre capital próprio devem ser incluídos, em seus valores líquidos, como parte de qualquer dividendo obrigatório. À medida que os pagamentos de juros decorrentes de capital próprio são incluídos, a companhia deve distribuir aos acionistas uma quantia adicional para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, após pagamento do imposto retido em fonte juntamente com o montante declarado referente aos dividendos seja, no mínimo, igual ao valor obrigatório de dividendos.

Tributação de ganhos fora do Brasil

De acordo com a lei brasileira no. 10.833/03, ganhos provenientes de alienação ou venda de ativos localizados no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda, independentemente de se a venda ou alienação foi efetuada pelo acionista não residente para um residente no Brasil ou para outro não residente, conforme segue: “o adquirente, pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, ou o procurador, quando o adquirente for residente ou domiciliado no exterior, fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre o ganho de capital a que se refere o art. 18 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, auferido por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior que alienar bens localizados no Brasil.”

Os detentores de ADSs fora do Brasil poderão ter fundamento para defender que a Lei brasileira no. 10.833/03 não se aplica a vendas e outras alienações de ADSs uma vez as ADSs não são ativos localizados no Brasil. Contudo, a venda ou outra alienação de ações preferenciais classe A no exterior poderão estar sujeitas às disposições da Lei no. 10.833/03. Quaisquer ganhos sobre o capital decorrentes de vendas ou outras alienações fora do Brasil estariam sujeitas ao imposto de renda no Brasil à alíquota de 15%, ou de 25% se o investidor estiver localizado em Jurisdição Tributária Favorável. A Lei brasileira no. 10.833/03 requer que o comprador de nossas ações preferenciais classe A fora do Brasil ou o seu procurador no Brasil façam a retenção do imposto de renda. A alienação de ações preferenciais classe A somente poderá ocorrer no exterior se o investidor decidir cancelar seu investimento em ADSs e registrar as ações preferenciais classe A subjacentes como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei no. 4.131/62.

Tributação sobre ganhos no Brasil

A permuta de ADSs por ações preferenciais classe A não está sujeita a imposto no Brasil. Após o recebimento das ações preferenciais classe A subjacentes em permuta às ADSs, o investidor não residente terá direito de registrar no Banco Central o valor em dólares norte-americanos dessas ações como carteira de investimento estrangeiro nos termos da Resolução no. 2.689/00. Vide “— Controles Cambiais” e “—Imposto sobre Operações de Câmbio sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários—Capital Registrado”. A venda ou alienação de ações preferenciais classe A em bolsa de valores brasileira está isenta de tributação sobre ganhos de capital, desde que essas ações sejam detidas por um detentor não residente que (1) tenha registrado seus investimentos no Brasil junto ao Banco Central em conformidade com a Resolução nº 2.689/00 (Detentor 2.689), e (2) não seja residente ou domiciliado em uma região

com legislação tributária favorável. Após o recebimento das ações preferenciais de classe A subjacentes, um detentor não residente também tem o direito de registrar no Banco Central o valor, em dólares americanos, dessas ações como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62. Vide “—Controles Cambiais” e “—Imposto sobre Operações de Câmbio sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários—Capital Registrado”. Um imposto de 15% sobre ganhos de capital é aplicado à venda ou outra alienação das ações preferenciais classe A no Brasil quando tais ações são detidas por um detentor não residente como investimento estrangeiro direto e a operação é realizada fora de uma bolsa de valores brasileira. Se o detentor não residente for domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal e a alienação das ações preferenciais de classe A for realizada fora de uma bolsa de valores brasileira, a alíquota do imposto de renda será de 25%.

Se a venda ou outra alienação dessas ações for realizada em uma bolsa de valores brasileira, os ganhos de capital da venda ou alienação serão tributados à alíquota de 15%. Esta alíquota aplica-se a todas as operações realizadas em bolsa de valores brasileira por detentores não residentes, independentemente de serem ou não domiciliados em uma jurisdição fiscal considerada favorável (exceto para ganhos obtidos por um Detentor 2.689 que não seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal, conforme descrito acima). Nessas operações, o ganho realizado é calculado com base no valor registrado no Banco Central. A partir de 1º de janeiro de 2005, imposto de retenção de 0,005% também incidirá sobre o preço de venda ou outro valor de alienação de ações vendidas ou alienadas em operações realizadas em bolsa de valores brasileira. O imposto de retenção, a ser compensado com imposto devido sobre eventual ganho de capital, deverá ser retido por um dos seguintes entes: (1) pelo agente que receber o pedido de venda ou alienação do cliente; (2) pela bolsa de valores responsável pelo registro das operações; ou (3) pela entidade responsável pela liquidação e pagamento das operações. Tal retenção não se aplica ao Detentor 2.689 que não seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal.

O depósito de ações preferenciais classe A em troca de ADSs não está sujeito à tributação brasileira, desde que essas ações sejam detidas por detentor não residente como carteira de investimento estrangeiro, nos termos da Resolução no. 2.689/00. Na hipótese de nossas ações preferenciais classe A serem detidas por detentor não residentes como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62, o depósito dessas ações em troca de ADSs está sujeito ao pagamento de imposto sobre ganhos de capital à alíquota de 15% (25% na caso de um detentor não residente localizado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal).

O tratamento preferencial vigente para detentores não residentes de ADSs e detentores não residentes de ações preferenciais classe A, nos termos da Resolução no. 2.689/00, poderá não ter continuidade no futuro.

O exercício do direito de preferência na subscrição de ações relativo às nossas ações preferenciais classe A não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às nossas ações preferenciais classe A pelo depositário poderão estar sujeitos à tributação brasileira. As autoridades fiscais poderão tentar tributar tais ganhos mesmo quando a venda ou cessão desses direitos ocorra fora do Brasil, com base nas disposições da Lei 10.833/03. Tais autoridades poderão alegar que os direitos de preferência relacionam-se aos ativos localizados no Brasil (ações preferenciais classe A) e requerer o pagamento de imposto sobre ganhos de capital à alíquota de 15% ou de 25% (se o beneficiário dos pagamentos for residente em uma jurisdição considerada paraíso fiscal). Se os direitos de preferência forem cedidos ou vendidos no Brasil, o imposto sobre ganho de capital incidirá à alíquota de 15% (25% se o detentor não brasileiro estiver localizado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal). As vendas ou cessões de direitos de preferência realizadas em bolsa de valores brasileira são isentas de imposto de renda, desde que tais direitos de preferência relacionem-se a ações registradas como carteira de investimento estrangeiro nos termos da Resolução no. 2.689/00 e se o Detentor 2.689 não for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal.

Outros impostos brasileiros

Não há impostos brasileiros de sucessões, doações ou de transmissão causa mortis incidentes sobre a titularidade, transferência ou alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs por detentor não residente, com exceção de impostos sobre doações e de sucessões cobrados por alguns estados brasileiros sobre doações efetuadas ou heranças deixadas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou domiciliadas no estado, a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas em tal estado brasileiro. Não há impostos ou taxas brasileiras de selo, emissão, registro, impostos ou taxas similares devidos por detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs.

Imposto sobre Operações de Câmbio sobre Operações Envolvendo Títulos e Valores Mobiliários

Operações de Câmbio

Nos termos do Decreto 6.306, de 14 de Dezembro de 2007, conforme alterado, ou do Decreto 6.306/07, a conversão da moeda brasileira para moeda estrangeira (ex. para fins de pagamentos de dividendos e juros) e a conversão de moeda estrangeira para moeda brasileira estão sujeitas à cobrança de IOF cambial. Atualmente, a alíquota do IOF, para a maioria das operações, é de 0,38%. Tal taxa é aplicada para a entrada ou saída de investimentos estrangeiros diretos para empresas no Brasil de acordo com a Lei 4.131/62 (que não sejam investimentos de carteira de negociação em títulos e valores mobiliários de acordo com a resolução 2.689/00).

O IOF Cambial aplica uma alíquota fixa de 6% sobre as entradas de capital de não residentes que investem na bolsa de valores, mercadorias e futuros brasileiras, incluindo as entradas de capital que servem como garantias de margem nessas operações. Contudo, a partir de dezembro de 2011, a alíquota de 6,0% foi reduzida para 0% nas seguintes entradas de

capital de não residentes: (1) investimentos em títulos com taxas de retorno variáveis compradas nas bolsas de valores, mercadorias e futuros brasileiras; (2) aquisições de ações em ofertas públicas conduzidas na bolsa de valores brasileira; (3) investimentos em ações brasileiras utilizando fundos originados do cancelamento de *depository receipts*; (4) certos investimentos em capital privado ou fundos de investimentos em empresas emergentes (FIP e FIEE) e em fundos destes fundos; e (5) conversão de investimento estrangeiro direto em ações segundo a Lei 4.131/62 em investimentos estrangeiros em ações segundo a Lei 2.689/00.

Em março de 2012, reguladores do governo federal esclareceram que a alíquota de 0% aplica-se também a investimentos em BDRs (*Brazilian depository receipts*) representando ações de empresas estrangeiras negociadas em bolsas de valores brasileiras.

A alíquota de IOF sobre a saída de investimentos estrangeiros em carteira no Brasil é de 0%, de acordo com a Resolução 2.689/00. O envio de dividendos e juros sobre capital próprio a não residentes brasileiros no exterior está sujeito a 0% de IOF.

Adicionalmente, as transferências de ações negociadas na bolsa de valores com o propósito de permitir a emissão de ADSs estão sujeitas ao IOF/Títulos a uma alíquota de 1,5%, que tem por intuito corrigir uma assimetria criada pelo IOF Cambial.

O governo brasileiro pode aumentar a alíquota do IOF Cambial para um máximo de 25% do montante da operação cambial a qualquer momento, mas tal aumento não se aplicaria a futuras transações cambiais. A imposição desses tributos pode desencorajar o investimento estrangeiro em ações de empresas brasileiras, incluindo a Companhia, em função de custos de operações mais altos, e podem ter um impacto negativo no preço e na volatilidade de nossas ADSs e ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na BM&FBOVESPA.

Capital registrado

O valor de investimento em ações preferenciais classe A detidas por detentor não brasileiro como investimento estrangeiro direto nos termos da Lei no. 4.131/02 ou como investimento estrangeiro de *portfolio* nos termos da Resolução no. 2.689/00 ou em ADSs detidas pelo depositário representando o detentor em questão, conforme o caso, qualifica-se para registro no Banco Central; tal registro (o valor dessa forma registrado é designado "capital registrado") permite a remessa ao exterior de moeda estrangeira, convertida à taxa de câmbio comercial, adquirida com o produto de distribuições ou alienações sobre as ações preferenciais classe A. O capital registrado referente a ações preferenciais classe A compradas na forma de ADSs, ou comprado no Brasil e depositado junto ao depositário em troca de ADSs, será igual a seu preço de compra, em dólares norte-americanos, pago pelo comprador. O capital registrado referente a ações preferenciais classe A que sejam retiradas contra entrega de ADSs será a contraprestação em dólares norte-americanos (1) do preço médio de nossas ações preferenciais classe A na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de tais ações preferenciais classe A tenham sido vendidas no dia da retirada, ou (2) se nenhuma ação preferencial classe A tiver sido vendida em tal dia, o preço médio das ações preferenciais vendidas nos quinze pregões imediatamente anteriores a tal retirada. O valor em dólares norte-americanos das ações preferenciais classe A será determinado com base nas taxas médias do mercado comercial cotadas pelo Banco Central em tal data (ou, se o preço médio das ações preferenciais classe A for determinado nos termos do item (2) da frase precedente, a média de tais taxas médias cotada nas mesmas quinze datas empregadas na apuração do preço médio das ações preferenciais classe A).

O detentor não brasileiro de ações preferenciais classe A poderá enfrentar atrasos na realização do registro de capital registrado, o que poderá retardar remessas para o exterior. Tais demoras poderão prejudicar o valor, em dólares norte-americanos, recebido pelo detentor não brasileiro. Vide "Regulamentação de Investimento Estrangeiro" e "Item 3. Informações Principais - Fatores de Risco – Riscos relacionados às nossas ações Preferenciais A e ADSs."

Considerações sobre o imposto de renda federal dos Estados Unidos

O que se segue é uma discussão sobre as implicações relevantes do imposto de renda federal dos Estados Unidos que podem ser importantes para a aquisição, titularidade e alienação das ações preferenciais classe A da Companhia, ou ADS, substanciadas por *American Depository Receipts*. Esta descrição refere-se apenas às considerações do imposto de renda federal dos Estados Unidos dos detentores norte-americanos (conforme definido abaixo), que sejam os compradores iniciais das ações preferenciais classe A, ou ADS, da Companhia e que deterão tais ações ou ADSs na forma de ativos de capital. Esta descrição não se refere às considerações tributárias aplicáveis aos detentores que possam estar sujeitos a normas fiscais especiais, tais como bancos, instituições financeiras, companhias de seguros, fundos de investimento imobiliário, *fundos* outorgantes, companhias de investimento reguladas, operadores ou

negociadores de valores mobiliários ou moedas, pessoas jurídicas isentas de imposto, fundos de pensão, pessoas que detêm ações preferenciais classe A ou ADSs em função do exercício de direitos ou opções de compra de ações por funcionários ou, ainda, em contraprestação à execução de serviços, pessoas que deterão ações preferenciais classe A ou ADSs da Companhia como posição em "*straddle*" ou com parte de uma operação de "hedging", "conversão" ou outra operação de redução de risco para fins de imposto de renda federal norte-americano, pessoas que tenham "moeda funcional" que não o dólar, pessoas que deterão ações preferenciais classe A ou ADSs por meio de parcerias ou outras empresas *pass through*, detentores sujeitos a imposto mínimo alternativo, alguns antigos cidadãos ou residentes de longa data dos Estados Unidos ou pessoas que detenham ou sejam tratadas como se detivessem 10% ou mais das ações com direito de voto da Companhia.

Esta descrição não aborda as consequências tributárias estaduais, locais ou estrangeiras (fora dos EUA) da aquisição, titularidade e alienação das ações preferenciais classe A ou ADSs da Companhia, nem tampouco as consequências de qualquer imposto federal dos Estados Unidos que não seja o imposto de renda, incluindo, sem limitação, os impostos federais sobre imóveis e doações daquele país. Esta descrição baseia-se (1) no Código de Receita Interna de 1986, conforme alterado (o "Código"), nos Regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos existentes, propostos e temporários e suas respectivas interpretações judiciais e administrativas, em cada caso, em vigor e disponíveis na data deste relatório anual e (2), em parte, nas declarações do depositário e no pressuposto de que cada obrigação contida no contrato de depósito e qualquer contrato correlato será cumprida em conformidade com seus termos. Todas as disposições acima estão sujeitas a alteração, que poderá ser aplicada retroativamente e afetar as consequências tributárias descritas abaixo.

Conforme empregado abaixo, o termo "Detentor Norte-Americano" refere-se ao titular beneficiário de ação preferencial classe A ou de ADS que seja, para fins de imposto de renda federal norte-americano, (1) pessoa física que seja cidadão dos Estados Unidos ou residente, (2) sociedade ou companhia constituída nos termos das leis dos Estados Unidos, de qualquer estado desse país ou do Distrito de Columbia, (3) espólio cuja renda esteja sujeita a tributação de renda federal dos Estados Unidos independentemente de sua fonte, ou (4) fundo, se (i) um tribunal nos Estados Unidos for capaz de exercer fiscalização primária de sua administração e (ii) uma ou mais pessoas dos Estados Unidos tiverem poderes para controlar todas as decisões significativas de tal fundo. Conforme empregado abaixo, o termo "detentor não norte-americano" refere-se ao titular beneficiário de uma ação preferencial classe A ou ADS que não seja nem detentor norte-americano nem uma sociedade (ou outra pessoa jurídica considerada como uma sociedade para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos).

Se uma sociedade (ou qualquer outra pessoa jurídica tratada como sociedade para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos) detiver ações preferenciais classe A ou ADSs, o tratamento fiscal de um sócio dessa sociedade em geral dependerá do status do sócio e das atividades da sociedade. Esse sócio ou os seus sócios deverão consultar o seu consultor fiscal para questões tributárias acerca das implicações de imposto a eles cabíveis.

As ações preferenciais classe A serão tratadas como ações para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, o detentor de um ADR representativo de ADS será tratado como titular beneficiário de nossas ações preferenciais classe A representadas pelas ADSs pertinentes. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos expressou preocupação quanto ao fato de depositários de ADSs, ou outros intermediários entre os detentores de ações de um emitente e o emitente, poderem estar tomando medidas incompatíveis com a reivindicação de créditos fiscais estrangeiros nos Estados Unidos por parte de detentores norte-americanos de tais recibos ou ações. Tais ações incluem, por exemplo, um pré-lançamento de uma ADS por uma instituição depositária. Dessa forma, a análise relativa à disponibilidade de crédito fiscal estrangeiro dos Estados Unidos para impostos brasileiros, as regras de originação e a disponibilidade de alíquotas fiscais reduzidas para dividendos recebidos por certos detentores pessoa física, cada qual descrita abaixo poderão ser afetadas por futuras medidas porventura tomadas pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

Tributação de dividendos

Observada a discussão que se segue intitulada "Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", de modo geral, o valor bruto da distribuição efetuada no que respeita a uma ação preferencial classe A ou ADS (que para esta finalidade incluirá distribuições de juros sobre o capital próprio antes de qualquer redução nelas efetuadas para efeito de retenção de imposto de renda brasileiro), na medida em que efetuada com utilização de reservas de lucros e lucros acumulados de nossa companhia, conforme determinado pelos princípios do imposto de renda federal dos Estados Unidos, constituirá dividendo a um detentor norte-americano para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Os detentores não pessoas jurídicas dos Estados Unidos poderão ter os dividendos tributados por uma entidade estrangeira qualificada às menores alíquotas aplicáveis a ganhos de capital de longo prazo (por exemplo, ganhos relativos a ativos fixos detidos por mais de um ano). Uma sociedade estrangeira é tratada como sociedade estrangeira qualificada no que tange aos dividendos recebidos de tal sociedade sobre ações ou ADSs que são negociadas de imediato em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos. A orientação dada pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos indica que as ADSs (que estão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque), porém não as nossas ações preferenciais classe A, são negociadas de imediato em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos. Dessa forma, observada a discussão a seguir intitulada "Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", os dividendos que pagamos sobre as ADSs, porém não em relação às nossas ações preferenciais classe A, atendem, atualmente, às condições requeridas para aplicação de alíquotas reduzidas. No entanto, não há garantia de que as ADSs serão consideradas de negociação imediata em um mercado de valores mobiliários regulamentado nos Estados Unidos em anos posteriores. Sobretudo, a qualificação de um detentor norte-americano para essa taxa preferencial está sujeita a certas exigências e à inexistência de certas operações de redução de risco relativas às ADSs. Tais dividendos não se qualificam para obter a dedução por dividendos recebidos em geral facultada para os detentores corporativos dos Estados Unidos. Observada a discussão que se segue intitulada "Normas sobre Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo", caso uma distribuição exceda o valor das reservas de lucros e dos lucros acumulados da nossa companhia, será tratada como reembolso de capital não tributável na medida do custo de aquisição para fins fiscais da nossa ação preferencial classe A ou ADS do detentor norte-americano com relação à qual seja pago e subsequentemente como ganho de capital. A nossa companhia não mantém cálculos de nossas reservas de lucros e lucros acumulados segundo os princípios do imposto de renda federal dos Estados Unidos. Desse modo, os detentores norte-americanos devem esperar que as distribuições feitas pela Companhia serão tratadas, em geral, como dividendos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

O dividendo pago em reais será passível de inclusão na renda de um detentor norte-americano por seu valor em dólares calculado por referência às taxas de câmbio vigentes no mercado à vista no dia em que for recebido pelo detentor norte-americano no caso de nossas ações preferenciais classe A ou, no caso de um dividendo recebido com relação às ADSs, na data em que o dividendo for recebido pelo depositário, quer o dividendo seja ou não convertido em dólares norte-americanos. Presumindo-se que o pagamento não seja convertido naquela ocasião, o detentor norte-americano terá uma base fiscal em reais equivalente àquele valor em dólares norte-americanos, que será usada para mensurar os ganhos ou perdas oriundos de alterações subsequentes nas taxas de câmbio. Quaisquer ganhos ou perdas realizados por um detentor norte-americano que posteriormente venda ou, ainda, aliene reais, podendo tais ganhos ou perdas ser atribuíveis a flutuações cambiais após a data de recebimento do dividendo, serão ganhos ou perdas de natureza ordinária. A quantia de qualquer distribuição de bens que não dinheiro constituirá o valor justo de mercado desses bens na data de distribuição.

O valor bruto de qualquer dividendo pago (que incluirá quaisquer valores retidos por força de impostos brasileiros) no que respeita a uma ação preferencial classe A ou ADS ficará sujeito ao imposto de renda federal dos Estados Unidos como receita de dividendo de fonte estrangeira, que poderá ser relevante no cálculo da limitação de crédito fiscal estrangeiro de um detentor norte-americano. Observadas as limitações da lei de imposto de renda federal dos Estados Unidos concernentes aos créditos ou deduções de tributos estrangeiros e certas exceções de posições cobertas e de curto prazo, qualquer imposto retido na fonte brasileiro será tratado como imposto de renda estrangeiro gerador de crédito a ser compensado com responsabilidade por imposto de renda federal dos Estados Unidos de detentor norte-americano (ou, a critério de um detentor norte-americano, poderá ser deduzido ao calcular a receita tributável se o detentor norte-americano tiver optado por deduzir todos os impostos de renda estrangeiros referentes ao exercício fiscal). A limitação aos impostos estrangeiros qualificados para o crédito fiscal estrangeiro dos Estados Unidos é calculada em separado com relação a “cestas” específicas de renda. Para esse fim, os dividendos devem em geral constituir “renda de categoria passiva” ou, no caso de alguns detentores norte-americanos, “renda de categoria geral”. As regras relativas a créditos fiscais estrangeiros são complexas e os detentores norte-americanos são instados a consultar seus próprios assessores fiscais com respeito à disponibilidade do crédito fiscal estrangeiro nessas circunstâncias específicas.

Observada a discussão que se segue intitulada "Apresentação de informações e retenção na fonte" um detentor não norte-americano de ações preferenciais classe A ou de ADS não ficará, de modo geral, sujeito a imposto de renda federal dos Estados Unidos ou a imposto retido na fonte incidente sobre dividendos recebidos sobre tais ações ou ADSs, a menos que a renda esteja efetivamente ligada à condução pelo detentor não norte-americano de atividade comercial ou industrial nos Estados Unidos.

Venda, permuta ou outra forma de alienação de ações preferenciais classe A ou ADSs

O depósito ou a retirada de ações preferenciais classe A por um detentor em troca de ADS que representem tais ações não resultará na realização de ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Um detentor norte-americano reconhecerá, de modo geral, ganho ou perda de capital quando da venda, permuta ou outra alienação de ações preferenciais classe A ou de ADS detidas pelo detentor norte-americano ou pelo depositário, conforme o caso, em valor igual à diferença entre o custo de aquisição corrigido de nossa ação preferencial classe A ou ADS (calculado em dólares norte-americanos) do detentor norte-americano e o valor em dólares norte-americanos realizado quando da venda, permuta ou outra alienação. Caso um imposto brasileiro seja retido quando da venda, permuta ou outra alienação de uma ação, o valor realizado pelo detentor norte-americano incluirá o valor bruto do produto da venda, permuta ou outra alienação antes da dedução do imposto brasileiro. No caso de um detentor norte-americano que não seja pessoa jurídica, a alíquota de imposto de renda federal dos Estados Unidos marginal máxima aplicável ao ganho de capital será em geral inferior à alíquota de imposto de renda federal dos Estados Unidos marginal máxima aplicável à renda ordinária (ressalvados, conforme discutido acima, certos dividendos) caso o período de detenção do detentor em questão da ação preferencial classe A ou do ADS exceda um ano. O ganho ou perda de capital, se houver, realizado por detentor norte-americano quando da venda ou permuta de uma ação preferencial classe A ou ADS será tratado, de modo geral, como renda de fonte norte-americana para fins de crédito fiscal estrangeiro norte-americano. Consequentemente, no caso de alienação ou depósito de ação preferencial classe A ou de ADS que esteja sujeita a imposto brasileiro, é possível que o detentor norte-americano não possa utilizar o crédito fiscal estrangeiro referente ao imposto brasileiro em questão a menos que possa compensar o crédito com imposto norte-americano incidente sobre outra renda proveniente de fontes estrangeiras na categoria de renda pertinente ou, alternativamente, possa efetuar dedução do imposto brasileiro, caso opte por deduzir todos os seus impostos de renda estrangeiros. De modo geral, qualquer perda estará sujeita a certas exceções que possam tratar uma perda reconhecida por residente norte-americano, no todo ou em parte, como perda de fonte estrangeira. A dedutibilidade de perdas de capital está sujeita a limitações nos termos do Código.

O custo de aquisição original para fins de tributação das ações preferenciais classe A ou de ADS de detentor norte-americano será o valor em dólares norte-americanos do preço de compra denominado em reais determinado na data da

compra. Caso as nossas ações preferenciais classe A ou as ADS sejam tratadas como negociadas em "mercado de valores mobiliários regulamentado", o detentor norte-americano segundo regime de caixa ou, se preferir, o detentor norte-americano segundo regime de competência, determinará o valor em dólar do custo das ações preferenciais classe A ou de ADS mediante a conversão do valor pago à taxa de câmbio à vista na data de liquidação da compra. A conversão de dólares norte-americanos em reais e o uso imediato desta moeda para compra de ações preferenciais classe A ou de ADS não resultarão, de modo geral, em ganho ou perda tributável para o detentor norte-americano.

No que concerne à venda ou permuta de ações preferenciais classe A ou de ADS, o valor realizado de modo geral será o valor em dólares do pagamento recebido determinado (1) na data de recebimento do pagamento no caso de detentor norte-americano segundo regime de caixa e (2) na data da alienação no caso de detentor norte-americano segundo regime de competência. Caso as nossas ações preferenciais classe A ou ADS sejam tratadas como negociadas no "mercado de valores mobiliários regulamentado", o contribuinte segundo regime de caixa ou, se optar, o contribuinte segundo regime de competência, determinará o valor em dólar dos Estados Unidos do montante realizado mediante a conversão do valor recebido à taxa de câmbio à vista na data de liquidação da venda.

Observada a discussão abaixo intitulada "Apresentação de informações e retenção na fonte", o detentor não norte-americano de ações preferenciais classe A ou de ADS não ficará, de modo geral, sujeito a imposto de renda ou imposto retido na fonte federal dos Estados Unidos incidente sobre qualquer ganho realizado sobre a venda ou permuta de ações ou ADS a menos que (1) o ganho esteja efetivamente ligado à condução pelo Detentor Não Norte-Americano de atividade comercial ou industrial nos Estados Unidos ou (2) no caso de qualquer ganho realizado por pessoa física que seja detentor não norte-americano, o detentor esteja presente nos Estados Unidos por 183 dias ou mais no ano-base da venda ou permuta e sejam atendidas algumas outras condições.

Normas sobre companhias de investimento estrangeiro passivo

Uma sociedade que não seja norte-americana será classificada como uma “companhia de investimento estrangeiro passivo”, ou PFIC (*passive foreign investment company*) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em qualquer exercício fiscal no qual, após a aplicação de algumas normas de averiguação, (1) pelo menos 75 por cento de sua renda bruta sejam “renda passiva” ou (2) pelo menos 50 por cento do valor médio de seus ativos brutos sejam atribuíveis a ativos que produzam “renda passiva” ou sejam detidos para a produção de renda passiva. Renda passiva para este fim, em geral, inclui dividendos, juros, *royalties*, aluguéis e ganhos provenientes de operações de *commodities* e valores mobiliários.

Com base em algumas estimativas de sua renda bruta e ativos brutos e na natureza do seu negócio, a Companhia acredita que não será classificada como uma PFIC no exercício fiscal que se encerre em 31 de dezembro de 2014. A situação da Companhia nos anos futuros dependerá dos seus ativos e atividades sofreram alterações que façam com que ela seja classificada como uma PFIC no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014 ou em qualquer exercício futuro, mas não há nenhuma garantia de que a Companhia não será considerada PFIC em qualquer exercício fiscal. Caso fôssemos uma PFIC, as ações preferenciais classe A ou as ADS de um detentor norte-americano ficariam, de modo geral, sujeitas a encargos de juros presumidos e a outro tratamento fiscal desvantajoso com relação a qualquer ganho oriundo da venda ou troca das ações ou ADSs e certas distribuições relativas às ações ou ADSs (inclusive a perda da alíquota fiscal reduzida em potencial aplicável a certos dividendos, descrita acima).

Caso fôssemos uma PFIC, um detentor norte-americano de ações preferenciais classe A ou de ADS poderia realizar diversas opções que podem minimizar as implicações fiscais mencionadas acima, e uma de tais opções poderia ser feita retroativamente. Contudo, espera-se que as condições necessárias para se realizar algumas de tais opções não se apliquem no caso de ações preferenciais classe A ou ADS. Os detentores norte-americanos deverão consultar seus próprios consultores fiscais acerca das implicações fiscais que decorreriam se a Companhia fosse tratada como PFIC.

Caso um detentor americano possua ações preferenciais classe A ou ADSs durante qualquer ano em que a Companhia tenha sido PFIC, o detentor americano geralmente deverá preencher um Formulário de Imposto 8621 (IRS Form 8621) com relação à Companhia, geralmente durante o preenchimento da declaração de imposto de renda do detentor americano para tal ano. Caso a Companhia seja considerada uma PFIC para um determinado exercício tributável, os detentores americanos de ações preferenciais classe A ou ADSs devem consultar seus assessores tributários com relação a suas exigências de relatórios anuais.

Imposto Medicare sobre “Nova Receita de Investimentos”

Alguns detentores norte-americanos pessoas físicas, espólios ou fundos devem pagar um imposto adicional de 3,8% sobre, entre outras coisas, dividendos e ganhos de capital pela venda ou outra forma de alienação de ações preferenciais classe A e ADSs.

Divulgações de Ativos Estrangeiros

De acordo com o *Hiring Incentives to Restore Employment Act* de 2010 e regulamentos recentemente promulgados relacionados ao mesmo, certos detentores americanos que são pessoas físicas devem divulgar informações referentes a sua participação em nossas ações preferenciais classe A ou ADSs, salvo algumas exceções (incluindo uma exceção para as ações ou ADSs mantidas em contas de custódia em instituições financeiras). Detentores americanos de ações preferenciais classe A ou ADSs são incentivados a consultar seus assessores tributários acerca da eventual exigência de divulgarem informações sobre sua titularidade e alienação de nossas ações preferenciais classe A ou ADSs.

Apresentação de informações e retenção na fonte

As exigências de imposto de retenção na fonte dos Estados Unidos e de apresentação de informações se aplicam, de modo geral, a alguns pagamentos efetuados a certos detentores de ações que não sejam pessoa jurídica. A apresentação de informações, de modo geral, se aplica a pagamentos de dividendos às ações preferenciais classe A ou ADS, e ao produto da venda ou resgate das mesmas, efetuados nos Estados Unidos a um detentor de nossas ações preferenciais classe A ou de ADS, ressalvado beneficiário isento, inclusive pessoa jurídica, beneficiário que não seja pessoa dos Estados Unidos que forneça atestado pertinente e certas outras pessoas. A retenção na fonte será pertinente a quaisquer pagamentos de dividendos às ações preferenciais classe A ou ADS, ou ao produto das vendas ou resgate das mesmas, nos Estados Unidos, em favor de detentor, ressalvado beneficiário isento, caso o detentor deixe de fornecer seu número

de identificação de contribuinte correto ou de outra forma deixe de cumprir as exigências de imposto de retenção na fonte ou comprove isenção das mesmas. A alíquota do imposto de retenção na fonte é de 28%.

A retenção de reserva não é um imposto adicional. Em geral, detentores terão o direito de creditar quaisquer quantias retidas nos termos das regras de retenção de reserva contra suas obrigações de imposto de renda federal dos Estados Unidos ou à restituição das quantias retidas, desde que as informações necessárias sejam fornecidas oportunamente ao Departamento da Receita Federal (IRS) dos EUA.

A descrição acima não pretende ser uma análise completa de todas as implicações fiscais relativas à titularidade e alienação das ações preferenciais classe A ou das ADSs. Os compradores em potencial deverão buscar orientação de seus próprios consultores fiscais acerca das implicações fiscais de suas situações em particular. Documentos exibidos

As declarações contidas neste relatório anual acerca do conteúdo de qualquer contrato ou outro documento não são necessariamente completas e, nos casos em que o contrato ou outro documento seja um anexo do presente relatório anual, cada uma dessas declarações ficará qualificada em todos os aspectos pelas disposições efetivas do contrato ou demais documentos.

Estamos sujeitos às exigências de apresentação de informações da Lei de Mercado de Capitais (*Exchange Act*) aplicáveis a emitente privado estrangeiro e, por conseguinte, apresentamos ou fornecemos relatórios, declarações de informações e demais informações à Comissão, inclusive relatórios anuais no formulário 20-F e relatórios no formulário 6-K.

Como emissor privado estrangeiro, estamos isentos, de acordo com o Exchange Act, entre outros aspectos, das normas que determinam o fornecimento e o conteúdo de procurações, e os membros de nosso conselho de administração e da nossa diretoria, bem como nossos principais acionistas, estão isentos das normas denominadas *short-swing profit recovery rules* (norma que impede diretores, conselheiros ou detentores de mais de 10% das ações da companhia de realizarem lucros de curto prazo por terem acesso a informações privilegiadas da companhia) contidas na Seção 16 do Exchange Act. Adicionalmente, como emissor estrangeiro privado, não somos obrigados, de acordo com o Exchange Act, a arquivar relatórios e demonstrações financeiras periódicos com a SEC com a mesma frequência ou em espaço de tempo tão curto quanto empresas dos Estados Unidos cujos valores mobiliários são registrados de acordo com o Exchange Act.

Cópias de relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC ou a ela fornecidos poderão ser examinados e copiados na sala de consulta pública mantida pela Comissão em 100 F Street, N.E. Washington, D.C. 20549. Cópias desse material também poderão ser obtidas por correio junto à Seção de Consulta Pública da Comissão, às taxas determinadas. Favor telefonar para a SEC em 1-800-SEC-0330 para obter informações adicionais acerca da sala de consulta pública. A SEC também mantém um site na Internet, que possibilita o acesso eletrônico a esses materiais: www.sec.gov.

Também arquivamos demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos junto à Comissão de Valores Mobiliários, disponibilizados ao investidor nos escritórios da CVM localizados à Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar, Rio de Janeiro, RJ, e à rua Cincinato Braga, 340 2º, 3º e 4º andar, São Paulo, SP. Os números de telefone da CVM no Rio de Janeiro e em São Paulo são respectivamente 55-21-3554-8686 e 55-11-2146-2097.

Cópias do nosso relatório anual no Formulário 20-F e dos documentos mencionados neste relatório anual e do nosso Estatuto Social também estão disponíveis para inspeção mediante solicitação, em nossos escritórios, na Rua Lemos Monteiro, 120 – 24º andar, Butantã—São Paulo—SP, CEP 05501-050, Brasil. Nossos arquivamentos também são disponibilizados ao público na Internet, em www.braskem.com.br. As informações constantes do nosso site na Internet ou que podem ser acessadas através dele não estão incluídas neste relatório anual nem a ele incorporadas por referência.

ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO

Estamos expostos a uma série de riscos de mercado em decorrência de nossas atividades comerciais normais. Tais riscos de mercado, que não estão sob nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que as variações das taxas de juros, taxas de câmbio ou dos preços de *commodities* prejudiquem o valor de nossos ativos e passivos financeiros ou dos fluxos de caixa e lucros futuros. O risco de mercado é definido como a perda potencial decorrente de variações adversas de taxas e preços de mercado.

Para mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos, usamos e podemos usar instrumentos derivativos de moeda estrangeira, taxa de juros e *commodities*, além de caixa e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos *swaps* de moeda (*non-deliverable forward*, ou NDF) e de taxa de juros no valor referencial total de R\$ 1.570,5 milhões, além de R\$ 5.323,9 milhões relacionados ao Projeto Etileno XXI. Esses *swaps* de taxas de juros em moedas cruzadas estão casados com nossas obrigações por dívida em moeda estrangeira.

É nossa política apurar o impacto potencial e consolidado de riscos de mercado e mitigar os riscos apurados de acordo com a nossa política de gerenciamento de risco.

Em 9 de agosto de 2010, nosso conselho de administração adotou uma nova política de gestão de riscos que cobre o gerenciamento de fluxo e liquidez de caixa, investimento em disponibilidades, atividades de financiamento e garantias e gerenciamento de riscos de câmbio e *commodities*. Essa política reflete nossos procedimentos conservadores relativos a práticas financeiras e gestão de riscos. Seu objetivo é gerenciar e prever os riscos com base na avaliação contínua de vários elementos-chave, incluindo o retorno de nossas estratégias de negócios ajustados para riscos, a saúde financeira da Companhia em geral, quaisquer operações que tenhamos com partes associadas, nossos *ratings*, riscos de contraparte e estratégias de *hedging*. Além disso, a política visa assegurar o alinhamento dos objetivos das equipes envolvidas na gestão de riscos com os objetivos gerais da Braskem.

Não realizamos operações com derivativos para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos R\$ 1.945 milhões em disponibilidades e investimentos financeiros em moedas estrangeiras, que podem compensar parcialmente os efeitos de uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras sobre nossa capacidade de pagar o serviço da dívida em moedas estrangeiras, até o limite dessas disponibilidades e outros investimentos.

Risco de taxa de juros

Nossa exposição a taxas de juros variáveis está sujeita principalmente às variações da LIBOR para empréstimos e aplicações de curto prazo em reais, variações da TJLP e CDI.

Com relação às taxas de juros brasileiras:

- a taxa CDI de curto prazo aumentou para 11,1% em 31 de dezembro de 2014, de 9,8% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e 6,9% ao ano em 31 de dezembro de 2012; e
- a TJLP permaneceu estável em 5,0% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, comprada a 5,5% ao ano em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossos instrumentos mais significativos sensíveis a taxa de juros:

Cronograma de pagamentos – Composição por tipo de taxa de juros								
Em 31 de dezembro de 2014								
Data prevista de vencimento								
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total	Valor Justo (1)
(em milhões de reais, exceto quando indicado)								
Passivo:								
Empréstimos e financiamentos (exclui debêntures):								
Taxa fixa, em dólares.....	378,3	—	160,4	719,6	199,2	11.276,0	12.733,5	12.857,5
Taxa de juros média	7,8%	—	8,0%	7,6%	7,9%	6,5%		
Taxa variável, em dólares	175,8	167,1	130,9	497,3	316,7	167,7	1.455,5	1.455,5
Taxa de juros média (acima da LIBOR).....	2,1%	2,1%	1,9%	1,6%	1,6%	1,2%		
Taxa fixa do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares.....	10,2	45,8	108,6	124,2	128,2	1.350,2	1.767,2	1.767,2
Taxa de juros média	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,7%		
Taxa variável do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares.....	30,3	105,6	322,0	400,2	416,6	4.647,2	5.921,9	5.921,9
Taxa de juros média	4,0%	4,2%	4,0%	3,9%	3,9%	4,0%		
Taxa fixa, em reais	289,7	205,8	187,9	182,7	150,8	278,0	1.294,8	1.294,8
Taxa de juros média	6,6%	5,5%	5,2%	5,4%	5,6%	6,5%		
Taxa variável, em reais	545,9	587,8	473,8	356,4	265,2	146,3	2.375,5	2.375,5
Taxa de juros média (acima da TJLP).....	2,9%	2,9%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%		
Taxa variável, em reais	38,6	256,0	528,5	172,9	1.019,9	346,2	2.362,0	2.362,0
Taxa de juros média (% do CDI).....	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		
Taxa variável, em reais	23,6	69,4	78,4	78,4	74,7	65,4	389,8	389,8
Taxa de juros média (acima da SELIC).....	2,6%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,8%		
Total de empréstimos e financiamentos	1.451,9	1.286,1	1.559,9	2.007,3	2.026,5	12.279,6	28.300,3	28.424,2
Ativo:								
Caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos:								
Taxa fixa, em moedas estrangeiras	1.607,9	—	—	—	—	—	1.607,9	1.607,9
Taxa variável, em reais.....	2.055,8	42,8	50,2	17,8	—	17,2	2.183,8	2.183,8
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos.....	3.663,6	42,8	50,2	17,8	—	17,2	3.791,7	3.791,7

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor de justo em 31 de dezembro de 2014.

Na hipótese da taxa de juros média aplicável a nossos ativos financeiros e endividamento em 2015 ser 1% maior do que a taxa de juros média em 2014, nossas receitas financeiras aumentariam em aproximadamente R\$ 37,9 milhões e as despesas financeiras, em aproximadamente R\$ 283,0 milhões.

Risco cambial

Nossos passivos expostos a risco cambial são primordialmente denominados em dólares norte-americanos. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real em relação do dólar dos Estados Unidos, mantemos atualmente disponíveis fontes líquidas denominadas em dólares norte-americanos e poderemos celebrar instrumentos derivativos. Além disso, visando representar melhor o real risco cambial relacionado a exportações futuras, a Companhia designou parte dos seus passivos denominados em Dólar como instrumentos de hedge através de *hedge accounting* em 1º de maio de 2013. Uma vez que tomamos empréstimos nos mercados internacionais para dar suporte às nossas operações e investimentos, ficamos expostos aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio e de juros.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossa exposição cambial significativa:

Cronograma de pagamentos – Composição por moeda								
Em 31 de dezembro de 2014 – Data prevista de vencimento								
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total	Valor Justo (1)
	(em milhões de reais)							
Passivo:								
Empréstimos, financiamentos e fornecedores:								
Empréstimos e financiamentos denominados em dólares	594,6	318,5	721,8	1.741,4	1.060,7	17.441,1	21.878,2	21.878,2
Contas a pagar denominadas em dólares	6.394,0	—	—	—	—	—	6.394,0	6.394,0
Total de empréstimos, financiamentos e fornecedores	6.988,6	318,5	721,8	1.741,4	1.060,7	17.441,1	28.272,1	28.396,0
Passivos designados para hedge accounting.....	23,6	2.229,7	2.203,8	2.092,8	1.949,6	9.472,6	17.948,6	17.948,6
Exposição líquida da demonstração de resultados ao Dólar	6.965,0	(1.911,2)	(1.482,0)	(351,4)	(888,9)	7.968,5	10.323,6	10.447,5
Ativo:								
Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos:								
Denominado em moeda estrangeira.....	1.607,9	—	—	—	—	—	1.607,9	1.607,9
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos	1.607,9	—	—	—	—	—	1.607,9	1.607,9

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor justo de mercado em 31 de dezembro de 2014.

A nossa exposição cambial enseja riscos de mercado associados a variações cambiais do real frente ao dólar dos Estados Unidos. Os passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014 eram compostos principalmente de dívida expressa em dólares. Nossa dívida em moeda estrangeira, inclusive dívida de curto prazo e a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$ 21.878,2 milhões (US\$ 8.236,6 milhões) em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 17.804,0 milhões (US\$ 7.600,1 milhões) em 31 de dezembro de 2013. Essa exposição cambial é representada por dívida sob a forma de notas, linhas de crédito para pagamento antecipado de exportação e empréstimos de capital de giro. O nosso caixa e fundos disponíveis em dólares norte-americanos nos protegem parcialmente contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares norte-americanos. Da mesma forma, receitas de exportações futuras parcialmente compensaram tal exposição cambial da dívida denominada em Dólar, sendo que a Companhia adotou o tratamento de *hedge accounting* para melhor representar sua real exposição.

Na hipótese de depreciação de 10% do real em relação ao dólar durante 2015, em comparação com a taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos em 31 de dezembro de 2014, nossas despesas financeiras indexadas em dólar em 2015 aumentariam em aproximadamente R\$ 2.187,8 milhões e as receitas financeiras aumentariam em aproximadamente R\$ 160,8 milhões.

Preços de commodities

Embora realizemos swaps de commodities relativos a transações específicas, atualmente não fazemos hedge de nossa principal exposição a variações dos preços da nafta, nossa principal matéria-prima, que estão atrelados a preços do Mercado internacional expressos em dólares no caso da nafta e outros derivados de petróleo. Não fazemos hedge dessa principal exposição em parte porque uma parcela de nossas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e atreladas aos preços internacionais de Mercado dessas commodities expressos em dólares e em parte porque os preços dos produtos de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no mercado interno em geral refletem os preços do mercado internacional desses produtos expressos em dólares e convertidos em reais. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos, há frequentemente uma defasagem entre o momento em que o dólar dos Estados Unidos se valoriza e o momento em que nós podemos efetivamente repassar os aumentos de preços resultantes em reais a nossos clientes no Brasil. Desta forma, se o preço em dólares da nafta aumentar abruptamente ou se o real se desvalorizar abruptamente em relação ao dólar no futuro, podemos não ser capazes de repassar imediatamente os correspondentes aumentos dos custos da nafta a nossos clientes no Brasil, o que poderia exercer um efeito negativo

relevante sobre o resultado de nossas operações e nossa situação financeira. Vide “Item 3. Principais Informações—Fatores de risco—Riscos relativos à Companhia e ao setor petroquímico”.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

O depositário, JP Morgan Chase Bank, NA, cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs ou de intermediários agindo no nome deles. O depositário também cobra taxas por fazer distribuições aos investidores, deduzindo tais taxas dos valores distribuídos, ou vendendo uma parte dos bens a distribuir para pagar as taxas. O depositário pode cobrar sua taxa anual de serviço por meio de deduções das distribuições em numerário ou faturando diretamente os investidores, ou ainda debitando as contas do sistema de escrituração de participantes que atuam em seu nome. O depositário pode recusar-se a fornecer serviços que exigem taxas até suas taxas por esses serviços terem sido pagas.

Às pessoas que depositam ou retiram ações cabem os seguintes encargos:

- US\$ 5,00 por cada 100 ADSs (ou fração das mesmas) emitidas, entregues, reduzidas, canceladas ou conferidas (conforme o caso) mais qualquer outra taxa adicional cobrada por autoridades governamentais ou outras instituições, tais como a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC);
- taxa de US\$ 0,05 ou menos por ADS para qualquer distribuição de Proventos nos termos do Acordo de Depósito;
- taxa de US\$ 1,50 por ADR ou ADRs para transferências nos termos do Acordo de Depósito.
- taxa por distribuição ou venda de títulos e valores mobiliários;
- taxa total de US\$ 0,05 ou menos por ADS por ano-calendário (ou fração) pelos serviços prestados pela Instituição Depositária na administração das ADRs;
- taxa pelo reembolso de tais encargos, taxas e despesas incorridos pela Instituição Depositária e/ou quaisquer outros agentes; e
- taxas de transferência ou registro para o registro ou transferência dos Títulos e Valores Mobiliários Depositados em qualquer órgão escriturador aplicável por ocasião do depósito ou retirada dos Títulos e Valores Mobiliários Depositados.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, recebemos de ambos os depositários das ADSs aproximadamente US\$ 750.0 que foram usados para fins societários gerais, como o pagamento de custos e despesas referentes a (1) prepare e distribuição de materiais de procuração, (2) preparo e distribuição de materiais de marketing e (3) serviços de consultoria e outros serviços relativos a relações com investidores.

PARTE II

ITEM 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA

Não se aplica.

ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES NOS DIREITOS DOS ACIONISTAS E NO USO DOS RECURSOS

Não se aplica.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

Controles e procedimentos de divulgação

O nosso diretor presidente, ou CEO, e nosso diretor financeiro, ou CFO, são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção de nossos controles e procedimentos de divulgação. Tais controles e procedimentos destinam-se a assegurar que as informações que devam ser divulgadas nos relatórios que apresentamos nos termos do *Exchange Act* sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas dentro dos prazos especificados nas regras e formulários aplicáveis da Comissão, acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo o CEO e o CFO, como adequado, para permitir a tomada tempestiva de decisões relativas às divulgações necessárias. Efetuamos a avaliação da eficácia do desenho e funcionamento dos nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2014 sob a supervisão do CEO e do CFO. Com base em nossa avaliação, o nosso diretor presidente e o diretor financeiro concluíram que os nossos controles e procedimentos de divulgação eram eficazes em 31 de dezembro de 2014.

Relatório anual da administração sobre controle interno sobre relatórios financeiros e parecer dos auditores independentes

O relatório da administração sobre controle interno sobre relatórios financeiros está incluído neste relatório anual na página F-2 e o parecer emitido pelos auditores independentes está incluído no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes na página F-3 e F-4 deste relatório anual.

Mudanças nos controles internos sobre relatórios financeiros

Não houve alteração alguma em nossos controles internos de divulgação financeira em vigor durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014 que tenha afetado de forma relevante ou que se espera que venha a afetar de forma relevante os nossos controles internos de divulgação financeira.

ITEM 16A. PERITO FINANCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Nosso conselho fiscal atualmente inclui "perito financeiro" segundo o significado deste Item 16A. Nosso conselho fiscal determinou que Ismael Campos de Abreu é nosso perito financeiro do conselho fiscal. As informações biográficas do Sr. Neto constam do "Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários-Conselheiros e diretores-Conselho Fiscal." Em vista de o nosso conselho não ter feito menção direta a respeito da independência do Sr. Abreu, como esse termo é definido na Regra 303A.02 do Manual de empresas Listadas da New York Stock Exchange, ele não é considerado independente segundo esta regra. No entanto, ele atende os padrões de independência para conselheiros fiscais de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Vide "Item 6. Conselheiros, diretores e funcionários-Conselheiros e diretores-Conselho Fiscal" para mais informações.

ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA

Adotamos um código de conduta que se aplica a membros do nosso conselho de administração, conselho fiscal e diretoria bem como a nossos demais funcionários. O código de conduta foi atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2014. Esse código de conduta pode ser acessado em nosso *website* <http://www.braskem.com.br>. No entanto, nenhuma das informações contidas em nosso *website* ficam incorporadas ou de outra forma passam a integrar o presente relatório anual.

ITEM 16C. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES PRINCIPAIS

Honorários relacionados e não relacionados a auditoria

A tabela a seguir contém os honorários faturados à Companhia pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2014	2013
	(em milhões de reais)	
Honorários de auditoria (1)	R\$10,6	R\$8,0
Honorários relacionados a auditoria.....	2,1	—
Consultoria tributária (2).....	0,6	0,4
Todos os outros honorários	0,2	—
Total dos honorários.....	<u>R\$13,4</u>	<u>R\$8,4</u>

- (1) Honorários de auditoria representam o total dos honorários faturados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes com relação à auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais, auditorias intermediárias, exames intermediários de nossas informações financeiras trimestrais, emissão de cartas de conforto, procedimentos relacionados à auditoria de provisões para imposto de renda e reservas relacionadas à auditoria e exame de demonstrações financeiras e outros documentos apresentados à Comissão de Valores Mobiliários e à Comissão.
- (2) Consultoria tributária representa o total dos honorários relativos a revisões tributárias faturados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Políticas e procedimentos de aprovação prévia

Os nossos conselho fiscal e conselho de administração aprovaram a Política de Aprovação Prévia de Serviços Relacionados a Auditoria e Não Relacionados a Auditoria que estabelece os procedimentos e as condições segundo os quais os serviços propostos a serem prestados por nossos auditores independentes registrados poderão ser previamente aprovados. Esta política destina-se a (1) conceder tanto aprovação prévia genérica de certos tipos de serviços por meio do uso de programa estabelecido anualmente prevendo os tipos de serviços que já foram previamente aprovados para um determinado exercício e, no que respeita a serviço não incluído em programa anual, aprovação prévia especial de serviços em base caso a caso pelo nosso conselho fiscal e por nossos auditores independentes registrados e (2) avaliar o cumprimento dos procedimentos e políticas de aprovação prévia. Nossa administração periodicamente relata ao nosso conselho fiscal a natureza e escopo dos serviços relacionados e não relacionados a auditoria prestados por nossos auditores independentes registrados, estando também obrigada a reportar ao nosso conselho fiscal qualquer violação desta política de que nossa administração tomar conhecimento.

ITEM 16D. ISENÇÕES DAS NORMAS DE LISTAGEM EM BOLSA PARA COMITÊ DE AUDITORIA

Estamos nos enquadrando na isenção genérica das normas de listagem com referência a conselhos fiscais prevista na Regra 10A-3(c)(3) da Lei do Mercado de Capitais (Exchange Act) pelos seguintes motivos:

- a Companhia é um emissor privado estrangeiro que possui um conselho fiscal, que constitui um conselho de auditores (ou órgão similar) instituído e selecionado nos termos da lei brasileira e como expressamente ali permitido;
- a lei brasileira exige que o conselho fiscal seja separado do conselho de administração;
- os membros do nosso conselho fiscal não são eleitos por nossa administração, sendo que nenhum de nossos diretores é membro do nosso conselho fiscal;
- a lei brasileira fornece padrões de independência do nosso conselho fiscal para com a nossa administração;
- nosso conselho fiscal, em conformidade com seu documento constitutivo, faz recomendações ao nosso conselho de administração acerca da nomeação, contratação e fiscalização do trabalho de qualquer empresa de auditoria independente registrada contratada (inclusive, a intermediação de desavenças entre nossas administração e nossos auditores independentes registrados acerca de relatórios financeiros) com a finalidade de elaborar ou emitir relatório fiscal ou prestar outros serviços de auditoria, revisão ou certificação para nossa

empresa, já que a lei brasileira exige que nosso conselho de administração nomeie, contrate e supervisione o trabalho dos nossos auditores independentes registrados;

- nosso conselho fiscal (1) implantou procedimentos para receber, contratar e tratar de queixas acerca de questões contábeis, de controle interno e de problemas de auditoria, inclusive a apresentação de queixas confidenciais e anônimas de empregados acerca de contabilidade ou auditoria questionável, e (2) tem poderes para contratar advogado independente e demais consultores conforme se repute necessário para o desempenho de suas funções; e
- nossa empresa remunera nossos auditores independentes registrados e quaisquer consultores externos contratados pelo conselho fiscal e fornece recursos para despesas administrativas ordinárias incorridas pelo conselho fiscal no decorrer do desempenho de suas funções.

Não cremos, contudo, que nosso respaldo nesta isenção genérica prejudicará substancialmente a capacidade do nosso conselho fiscal de atuar de forma independente e de atender às demais exigências das normas de listagem atinentes a conselhos fiscais contidas na Regra 10A3 nos termos do Exchange Act.

ITEM 16E. COMPRAS DE AÇÕES PELO EMISSOR E COMPRADORAS AFILIADAS

Em 13 de agosto de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou um programa de recompra de ações para recompra de até 13.376.161 ações preferenciais classe A a valor de mercado na BM&FBOVESPA a qualquer momento e de tempos em tempos, até 28 de agosto de 2013. Em 2012, a Companhia recomprou 262.300 ações segundo o programa. Não houve recompra de ações em 2013 e 2014.

Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia autorizou um programa de recompra de ações, com autorização para recompra de até 3.500.000 ações preferenciais classe A a valor de mercado na BM&FBOVESPA. O programa teve início em 19 de fevereiro de 2015 e permanecerá válido até 18 de fevereiro de 2016. Até 17 de abril de 2015, a Companhia havia recomprado 80.000 ações preferenciais classe A pelo valor total de R\$ 0,9 milhão.

ITEM 16F. MUDANÇA DOS AUDITORES DA REQUERENTE

Não se aplica.

ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 4 de novembro de 2003, a SEC aprovou as regras finais de governança corporativa estabelecidas pela NYSE. Segundo tais regras, os emissores privados estrangeiros listados na NYSE, como é o caso da Braskem, estão sujeitos a um conjunto de exigências de governança corporativa mais limitado do que aquelas impostas a emissores dos Estados Unidos. Na condição de emissor privado estrangeiro, a Braskem deverá cumprir os seguintes requisitos impostos pela NYSE:

- A Braskem deverá satisfazer as exigências de comitê de auditoria da Regra 10A-3 do Exchange Act;
- O Diretor Presidente da Braskem deverá notificar prontamente a NYSE, por escrito, na eventualidade de algum diretor da Braskem tomar conhecimento de um descumprimento relevante de qualquer uma das regras aplicáveis de governança
- A Braskem deverá fornecer uma descrição sucinta das diferenças entre as práticas de governança corporativa da Braskem e aquelas que devem ser seguidas por emissores dos Estados Unidos de acordo com as regras de governança corporativa da NYSE; e
- A Braskem deverá apresentar à NYSE uma declaração por escrito assinada e anual e uma declaração provisória por escrito cada vez que ocorrer uma mudança no conselho de administração da Braskem ou em qualquer um dos comitês do conselho de administração da Braskem que estiverem sujeitos à Cláusula 303A, sempre na forma especificada pela NYSE.

Diferenças significativas

As diferenças significativas entre as práticas de governança corporativa da Braskem e as normas de governança corporativa da NYSE espelham essencialmente diferenças entre os sistemas legais dos Estados Unidos e do Brasil. A Braskem é obrigada a cumprir as normas de governança corporativa expostas na Lei das Sociedades por Ações do Brasil, as regras da CVM e as normas aplicáveis da BM&FBOVESPA, bem como aquelas enunciadas nos estatutos da Companhia.

As diferenças entre as práticas de governança corporativa da Braskem e as normas de governança corporativa da NYSE são como segue:

Independência dos conselheiros e verificações de independência

Em geral, as normas de governança corporativa da NYSE exigem que as empresas listadas tenham uma maioria de conselheiros independentes e enuncia os princípios pelos quais uma empresa listada pode concluir se um conselheiro é independente. No entanto, pelas normas de governança corporativa da NYSE, uma empresa listada (seja ou não dos Estados Unidos) que tenha mais de 50% do poder de voto detido por outra empresa (“empresa controlada”) não é obrigada a cumprir as seguintes normas de governança corporativa da NYSE:

- A empresa controlada não precisa ter uma maioria de conselheiros independentes;
- A empresa controlada não precisa designar um comitê de governança corporativa integrado por conselheiros independentes com um objeto de acordo com as normas de governança corporativa da NYSE; e
- A empresa controlada não precisa ter um comitê de remuneração composto por conselheiros independentes, com um objeto de acordo com as normas de governança corporativa da NYSE.

Como a maior parte do poder de voto das ações da Braskem é diretamente controlado pela Odebrecht, a Braskem é uma empresa controlada, e como tal não seria obrigada a ter uma maioria de conselheiros independentes, como se fosse um emissor dos Estados Unidos.

Embora a Lei das Sociedades por Ações e os estatutos da Braskem determinem normas com respeito a alguns requisitos de qualificação dos conselheiros, nem a mencionada lei nem os referidos estatutos exigem que a Braskem tenha uma maioria de conselheiros independentes ou que o conselho de administração ou os gestores da Braskem verifiquem a independência dos conselheiros da Braskem antes de sua nomeação.

Sessões executivas

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que conselheiros de uma empresa listada que não façam parte da diretoria se reúnam periodicamente sem a presença dos diretores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, até 1/3 dos membros do conselho de administração da Braskem pode ser eleito para funções executivas. Os demais conselheiros não executivos não dispõem de poderes expressos para atuar como um controle da diretoria da Braskem, e não há exigência de que se reúnam periodicamente sem a diretoria. Não obstante o acima, o conselho de administração da Braskem é totalmente integrado por conselheiros não executivos, e desta forma a Braskem acredita que está de acordo com essa norma de governança corporativa da NYSE.

Comitês de nomeação/governança corporativa e remuneração

As normas de governança corporativa da NYSE estabelecem que a empresa listada tenha um comitê de nomeação/governança corporativa e um comitê de remuneração, cada um deles totalmente formado por conselheiros independentes, e cada um com um objeto por escrito que trata de determinados deveres. No entanto, como empresa controlada, a Braskem não estaria obrigada a cumprir essas exigências se fosse uma empresa dos Estados Unidos.

Nos termos da legislação brasileira, a Braskem não é obrigada a ter, e portanto não tem um comitê de nomeação/governança corporativa. Atualmente, todos os conselheiros da Braskem são nomeados por determinados acionistas, entre eles a Odebrecht, em consonância com acordos de acionistas e os estatutos da Braskem.

A Braskem não é obrigada, pela legislação brasileira, a ter um comitê de remuneração. Contudo, a Braskem conta com um comitê de pessoal e organização, que é um subcomitê de seu conselho de administração responsável, entre outros

aspectos, por analisar propostas e fazer recomendações ao conselho de administração da Braskem com respeito à remuneração total paga aos diretores da Braskem, incluindo o diretor presidente. Tal comitê, no entanto, não avalia o desempenho do diretor presidente a luz de metas e objetivos societários. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Braskem, reunidos em assembleia geral, determinam a remuneração conjunta de seus conselheiros e diretores, incluindo benefícios e estipêndios, com base na recomendação do conselho de administração da Braskem.

Comitê de auditoria e requisitos adicionais referentes ao comitê de auditoria

As normas de governança corporativa da NYSE exigem que a empresa listada tenha um comitê de auditoria, com um objeto por escrito tratando de determinados deveres especificados, e integrado por no mínimo três membros, que deverão, todos eles, satisfazer as exigências de independência da Regra 10A-3 do Exchange Act e a Cláusula 303A.02 do Manual de Empresas Listadas da NYSE.

Como emissor privado estrangeiro qualificado para a isenção geral das normas de listagem relativas a comitês de auditoria expostas na Cláusula 10A-3(c)(3) do Exchange Act, a Braskem não está sujeita aos requisitos de independência das normas de governança corporativa da NYSE. Vide “Item 16D. Isenções das normas de listagem referentes a comitês de auditoria”.

Aprovação dos planos de remuneração em ações pelos acionistas

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que os acionistas de empresas listadas tenham a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração em ações e suas revisões importantes, com algumas exceções.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é requerida a prévia aprovação dos acionistas para a adoção e a revisão de qualquer plano de remuneração em ações. A Braskem não tem atualmente um plano de remuneração em ações.

Diretrizes de governança corporativa

As normas de governança corporativa da NYSE requerem que as empresas listadas adotem e divulguem diretrizes de governança corporativa tratando de algumas normas mínimas específicas, que compreendem: (1) normas de qualificação dos conselheiros; (2) responsabilidades dos conselheiros; (3) acesso dos conselheiros aos diretores e consultores independentes; (4) remuneração dos conselheiros; (5) orientação e educação permanente dos conselheiros; (6) sucessão da administração e (7) avaliação anual do desempenho do conselho de administração.

A Braskem adotou as normas de governança corporativa da BM&FBOVESPA para empresas do Nível 1 e está obrigada também a cumprir determinadas normas de governança corporativa expostas na Lei das Sociedades por Ações. Vide “Item 9. Oferta e listagem—Negociações na BM&FBOVESPA—Normas de governança corporativa da BM&FBOVESPA”. As regras referentes ao Nível 1 não exigem que a Braskem adote e divulgue diretrizes de governança corporativa tratando as questões expostas nas normas de governança corporativa da NYSE. No entanto, algumas disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis à Braskem tratam de alguns aspectos das normas de qualificações de conselheiros e responsabilidade de conselheiros.

Código de conduta e ética de negócios

As normas de governança corporativa da NYSE estabelecem que as empresas listadas devem adotar e divulgar código de conduta e ética de negócios para conselheiros, diretores e funcionários, divulgando prontamente as eventuais dispensas do código em relação a conselheiros ou diretores. O código de conduta e ética de negócios deve abordar as seguintes questões: (1) conflitos de interesse; (2) oportunidades corporativas; (3) confidencialidade; (4) tratamento justo; (5) proteção e uso adequado dos ativos da empresa; (6) cumprimento das leis, normas e regulamentos (incluindo leis de negociação com informações privilegiadas – *insider trading*) e (7) incentivo à notificação de comportamento ilegal ou antiético.

Embora a adoção de um código de ética não seja exigido pela legislação brasileira, a Braskem adotou um código de ética que se aplica a seus conselheiros, diretores e funcionários e aborda todos os itens acima relacionados. O código de ética da Braskem pode ser encontrado no site da Braskem na Internet, em www.braskem.com.br. As informações constantes do site ou que podem ser acessadas através dele não estão incluídas neste relatório anual nem são a ele incorporadas por referência. Não são permitidas dispensas das disposições do código de ética, com exceção do fato de as restrições a atividades externas não se aplicarem aos conselheiros da Braskem e aos membros de seu conselho fiscal.

ITEM 16H. DIVULGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DE MINAS

As informações relativas a violações à segurança de minas ou de outros itens regulatórios exigidos segundo a Seção 1503(a) do *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* e este Item estão incluídas no anexo 99.01.

CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 302 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Eu, Carlos José Fadigas de Souza Filho, certifico que:

1. Examinei este relatório anual do Formulário 20-F da Braskem S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica de fato relevante, nem deixa de declarar um fato relevante necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras contidas neste relatório apresentam de modo justo, em todos os aspectos relevantes à situação financeira, os resultados operacionais e fluxos de caixa da companhia em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da Companhia somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Normas 13a-15(e) e 15d-15(e) do *Exchange Act*) e os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras (conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) para a companhia; e:
 - (a) Desenvolvemos tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação de informações fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas a nosso conhecimento por terceiros pertencentes a essas entidades, especialmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Desenvolvemos esses controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, ou fizemos com que tais controles sobre a divulgação de informações financeiras fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para fornecer garantias razoáveis com relação à confiabilidade da divulgação das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações no final do período coberto por este relatório, com base nesta avaliação; e
 - (d) Divulgamos neste relatório quaisquer alterações nos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras da Companhia que ocorreram durante o período coberto neste relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou tenham probabilidade razoável de afetar de forma relevante, os controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras; e
5. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da companhia divulgamos, com base em nossa mais recente avaliação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou às pessoas que exercem função equivalente):
 - (a) Todas as deficiências significativas e limitações relevantes na criação ou na operação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras que tenham probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e relatar informações financeiras; e
 - (b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo nos controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

Data: 24 de abril de 2015

/s/ Carlos José Fadigas de Souza Filho

Nome: Carlos José Fadigas de Souza Filho
Cargo: Diretor Presidente

CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 302 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Eu, Mário Augusto da Silva, certifico que:

1. Examinei este relatório anual do Formulário 20-F da Braskem S.A.;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica de fato relevante, nem deixa de declarar um fato relevante necessário para tornar as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram feitas, não enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras contidas neste relatório apresentam de modo justo, em todos os aspectos relevantes à situação financeira, os resultados operacionais e fluxos de caixa da companhia em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da Companhia somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Normas 13a-15(e) e 15d-15(e) do *Exchange Act*) e os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras (conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) para a companhia; e:
 - (a) Desenvolvemos tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação de informações fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas a nosso conhecimento por terceiros pertencentes a essas entidades, especialmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - (b) Desenvolvemos esses controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, ou fizemos com que tais controles sobre a divulgação de informações financeiras fossem desenvolvidos sob nossa supervisão, para fornecer garantias razoáveis com relação à confiabilidade da divulgação das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - (c) Avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações no final do período coberto por este relatório, com base nesta avaliação; e
 - (d) Divulgamos neste relatório quaisquer alterações nos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras da Companhia que ocorreram durante o período coberto neste relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou tenham probabilidade razoável de afetar de forma relevante, os controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras; e
5. Eu e o(s) outro(s) diretor(es) declarante(s) da companhia divulgamos, com base em nossa mais recente avaliação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou às pessoas que exercem função equivalente):
 - (a) Todas as deficiências significativas e limitações relevantes na criação ou na operação dos controles internos sobre a divulgação de informações financeiras que tenham probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e relatar informações financeiras; e
 - (b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que tenham um papel significativo nos controles internos da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

Data: 24 de abril de 2015

/s/ Mário Augusto da Silva

Nome: Mário Augusto da Silva
Cargo: Diretor Financeiro

CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE À SEÇÃO 906 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002

Em conformidade à Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 (subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18 do Código dos Estados Unidos (*United States Code*), cada um dos diretores signatários da Braskem S.A. (a “Companhia”), certifica, por meio deste, que, com base em seu conhecimento:

O Relatório Anual da Companhia em Formulário 20-F para o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014 cumpre integralmente todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) do *Securities Exchange Act* de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam de forma justa, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Data: 24 de abril de 2015

/s/ Carlos José Fadigas de Souza Filho

Nome: Carlos José Fadigas de Souza Filho
Cargo: Diretor Presidente

/s/ Mário Augusto da Silva

Nome: Mário Augusto da Silva
Cargo: Diretor Financeiro

DIVULGAÇÃO DE DADOS DE SEGURANÇA DE MINAS E DE SEGURANÇA DE ADMINISTRAÇÃO DE SAÚDE

A Companhia opera uma mina de sal no Polo de Alagoas, conforme discutido no “Item 4. Informações sobre a Companhia—Unidade de Vinílicos—Matérias-Primas da Unidade de Vinílicos—Mina de Sal”. Tal mina utiliza o sistema de poços para extração de sal e não expõe seus trabalhadores ao interior da mesma. Uma vez que a mina está localizada no Brasil, ela não está sujeita às normas de Segurança de Minas e Administração da Saúde (MSHA) do *Federal Mine Safety and Health Act de 1977* (Mine Act).

No exercício de 2014, nenhuma das operações de mineração da Companhia recebeu aviso por escrito do MSHA com relação a (i) violação da seção 104 do Mine Act ou violação não justificada do operador da mina em relação à seção 104(d) do Mine Act; (ii) violação flagrante da seção 110(b)(2) do Mine Act; (iii) perigo eminente segundo a seção 107(a) do Mine Act; (iv) avaliação proposta segundo o Mine Act; ou (v) padrão de violações das normas obrigatórias de saúde e segurança de natureza que pudessem ter contribuído significativa e materialmente para a causa e efeito de saúde de mina e perigos de segurança da Companhia de acordo com a seção 104(e) do Mine Act ou tivessem potencial de apresentar tal padrão

Para o exercício de 2014, a Companhia não verificou nenhuma fatalidade relacionada à mina, nem se envolveu em nenhuma ação legal pendente junto ao *Federal Mine Safety and Health Review Commission* com relação a sua mina.